UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Versão Corrigida

CRISTIANE FERNANDES LOPES VEIGA

**VIDA APÓS A MORTE: Mulheres Viúvas nas Malhas do Império Luso,
Rio de Janeiro (c. 1763-1808)**

De acordo

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar
São Paulo, 6 de novembro de 2017.

SÃO PAULO
2017

**VIDA APÓS A MORTE: Mulheres Viúvas nas Malhas do Império Luso,
Rio de Janeiro (c. 1763-1808)**

Cristiane Fernandes Lopes Veiga

Tese de doutoramento apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Econômica, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em História

Área de Concentração: História Econômica

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar

Versão Corrigida

SÃO PAULO

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

V426v

Veiga, Cristiane Fernandes Lopes

Vida após a Morte: Mulheres Viúvas nas Malhas do Império Luso - Rio de Janeiro (c. 1763-1808) / Cristiane Fernandes Lopes Veiga ; orientador Carlos de Almeida Prado Bacellar. - São Paulo, 2017. 284 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. CH764.5.5.1.2. 2. CH782.2. 3. CH781.4.3. I. Bacellar, Carlos de Almeida Prado, orient. II. Título.

VEIGA, Cristiane Fernandes Lopes. **Vida após a morte**: Mulheres Viúvas nas Malhas do Império Luso, Rio de Janeiro (c. 1763-1808)

Tese de doutoramento apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Econômica, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História

Área de Concentração: História Econômica

Aprovado em ____/____/____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar

Instituição: Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Profa. Dra. Stella Maris Scatena Franco Vilardaga

Instituição: Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Profa. Dra. Leila Mezan Algranti

Instituição: Universidade Estadual de Campinas

Assinatura: _____

Prof. Dr. Darío Horacio Gutiérrez Gallardo

Instituição: Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Prof. Dr. Renato Junio Franco

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Assinatura: _____

Resumo

Durante a segunda metade do século XVIII até a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, havia mulheres viúvas livres que compravam e vendiam bens, administravam escravos, vendiam açúcar ou café e criavam filhos na capitania do Rio de Janeiro. Nosso objetivo é estudar essas mulheres que, com a morte dos maridos, passaram a chefes de domicílio, mas continuavam mães. Para tanto, analisamos os inventários *post-mortem* sob a guarda do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e documentos relacionados ao tema no Arquivo Histórico Ultramarino. Muitas viúvas que examinamos herdaram do marido metade de tudo o que o seu casal havia conseguido amediar nos anos que estiveram juntos. Essas mulheres adquiriram capacidade jurídica para decidir o que fazer com tudo aquilo que passou às suas mãos após a morte do esposo. Além disso, muitas delas eram tutoras de seus filhos – o que lhes garantia a administração do patrimônio deles até sua maioridade – e, algumas, sabiam ler e escrever. Entretanto nem todas puderam desfrutar de uma vida tranquila durante os dias que se seguiram à perda do marido. Várias delas perderam todo, ou grande parte de seu patrimônio, com o pagamento de dívidas do casal. São essas mulheres que nos propomos a examinar em nosso trabalho.

Palavras-chave: Viúvas, Rio de Janeiro, Estudos de Gênero, Brasil Colonial.

Abstract

During the second half of the 18th century, until the Portuguese royal family arrival Brazil, there were free widowed women who bought and sold goods, administrated slaves, engaged on the sugar cane sale and other commodities trade, and raised their children in Rio de Janeiro captaincy. Our main purpose is to study these women who became household head after their husbands' death, however continuing absorbed on their mother's tasks. Therefore, we analyzed the *post-mortem* inventories of these couples under the custody of the National Archive of Rio de Janeiro and other related sources on the Overseas Historical Archive. Many of these women we studied inherited from their husbands half of everything their couples had managed to harvest in the years they had been together. These women acquired legal capacity to decide what to do with everything that passed into their hands after the husbands' death. Furthermore, many of these women became guardians of their husbands' inheritors –

which assured them the administration of the children heritage until they achieved the age of majority. Some of these women could also read and write. However, many of these widows were not in a position to enjoy a peaceful life after their husbands deceased because part of them lost large amounts of their inheritance by paying the couples' debts. These are the free women we propose to investigate in our work.

Key words: Widows, Rio de Janeiro, Gender Studies, Colonial Brazil.

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1: Testemunhas de seu tempo	30
1.1 As leis do reino e os inventários	30
1.1.1 As Ordenações do Reino	32
1.1.2 Os inventários	35
1.2 A inserção na economia colonial	38
1.3 O Rio de Janeiro dos vice-reis	42
1.4 A documentação	51
Capítulo 2: A(s) Viúva(s)	56
2.1 Ser viúva em espaços e mundos diferentes	56
2.2 Sob a proteção de Iahweh	68
2.3 As mulheres e o Evangelho	70
2.4 A verdadeira viúva	72
2.4.1 Paulo e os Pais da Igreja	74
2.4.2 Uma vida apropriada: os manuais de conduta e os livros de devoção	81
Capítulo 3: O Império e a Lei	91
3.1 A Pragmática de 1749 e a legislação pombalina	92
3.2 Tutoras, “servas” e senhoras	103
3.3 Proteção e caridade	117
Capítulo 4: Gênero e propriedade.....	126
4.1 O jogo das cadeiras	127
4.1.1 Dívidas e despesas	132
4.2 Por saber ler e escrever	140
4.3 Senhoras de escravos	145
4.4 Pela muita capacidade que ela tem... ..	153
4.4.1 Os tutores	161
4.5 A viúva experiente: as segundas núpcias	164

Capítulo 5: Honrando o morto	178
5.1 O luto e o funeral	178
5.2 Os signos e os significados	180
5.3 A (des)importância do defunto	191
 Capítulo 6: Viver entre homens	 205
6.1 Provedora e sesmeira	206
6.2 Por temor às dívidas: o benefício de inventário	209
6.3 Superando desafios	218
6.4 Vendas e quitandas	222
6.5 Entre papéis, prateleiras e panos	225
6.6 Tomando para si	231
 Considerações finais	 238
 Fontes e Bibliografia	 242
 Anexos	 281

Índice de Tabelas e Gráficos

Tabelas

Tabela 4.1: Faixas de Riqueza (excluídos os inventários sem partilha)	128
Tabela 4.2: Monte-mor, dívidas e despesas e monte líquido	128
Tabela 4.3: Alfabetização das viúvas	141
Tabela 4.4: Número de casais escravistas e viúvas escravistas por faixa de tamanho de plantel	147
Tabela 4.5: Distribuição dos proprietários por número de escravos possuídos (excluídos os casos sem partilha)	148
Tabela 4.6: Mãe Tutora	155
Tabela 4.7: Número de viúvas que casaram novamente por faixa de riqueza	169
Tabela 4.8: Número de viúvas que casaram novamente por faixa de tamanho de plantel	170

Gráficos

Gráfico 1.1: Distribuição de inventários	52
Gráfico 4.1: Viúvas alfabetizadas por faixa de riqueza	140
Gráfico 4.2: Viúvas não alfabetizadas por faixa de riqueza	141
Gráfico 4.3: Casais escravistas por faixa de tamanho de plantel	149
Gráfico 4.4: Viúvas escravistas e viúvas escravistas falecidas por faixa de tamanho de plantel	149
Gráfico 4.5: Grau de parentesco dos tutores dos menores	154
Gráfico 4.6: Mães tutoras por faixa de riqueza	155
Gráfico 4.7: Tutores por faixa de riqueza	155
Gráfico 4.8: Viúvas com filhos de 10 anos ou menos que contraíram segundo matrimônio	169

Agradecimentos

Várias foram as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho. Entre elas gostaria de agradecer a todos os funcionários do Arquivo Nacional aos quais devo muito, pois sem eles não seria possível ter tido acesso à documentação que consultei. Da mesma maneira, devo registrar minha admiração pela ajuda oferecida pela Cátedra Jaime Cortesão da Universidade de São Paulo por disponibilizar o acesso ao Projeto Resgate.

Devo imensa dívida ao Departamento de História Econômica, ao Professor Doutor Rodrigo Ricúpero, aos funcionários do departamento e da secretaria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. Os agradecimentos também não serão suficientes para descrever minha gratidão ao Professor Doutor Carlos de Almeida Prado Bacellar pela orientação e atenção durante os anos de pesquisa.

Não posso deixar de registrar o auxílio decisivo do Departamento de História Econômica e do CNPq por me fornecerem uma bolsa de pesquisa para a realização do Doutorado.

Aos amigos que me ajudaram, devo registrar minha gratidão: à Milena e à Patrícia que ficaram com o José todas as vezes que precisei sair para reuniões e congressos; às historiadoras Anna Gicelle e Andrea Mara por lerem trabalhos e emitirem suas opiniões; minha amiga de incontáveis anos, Carla, que fez cópias de inventários e se apaixonou pelas folhas carcomidas e manchadas dos processos; ao Eduardo Cavalcanti, obrigada pela ajuda profissional. A todos que contribuíram com suas críticas em congressos e seminários, muito obrigada.

Estou em dívida eterna com o prof. Bob McCaa e com os funcionários do Minnesota Population Center, por terem me dado oportunidade de desfrutar de suas companhias por um ano e meio e aprender muito com eles.

Preciso pedir desculpas à minha família pelos dias e pelas noites em que a deixei só e precisei ler e escrever trabalhos para congressos ou estudar a documentação. Aos meus pais, agradeço os dias que deixaram suas vidas para me acompanharem e ao José em congressos.

Abreviaturas

AHU– Arquivo Histórico Ultramarino

AN – Arquivo Nacional

art. – article

CS – Casa de Suplicação

cx. – caixa

doc. – documento

f. e fs. – fólho e fólhos

FCD – falecido(a)

IVT - inventariante

JF – Juízo de Fora

JOA – Juízo de Órfãos e Ausentes

JOA1 – Juízo de Órfãos e Ausentes da 1^a Vara

ON – Ofício de Notas

Q. – Question

RJ – Rio de Janeiro

s/e – sem editora

s/f – sem numeração de fólhos

Introdução

Figuras enigmáticas, as viúvas desfrutavam de uma reputação ambígua entre tratadistas e autoridades do Antigo Regime. Respeitadas, temidas e vigiadas, elas mereceram a atenção de autores que pretendiam normatizar seu comportamento e regular sua vida cotidiana. As viúvas eram um grupo populacional que viviam à *sombra do casamento*¹ - assim como todas as outras mulheres sós no Antigo Regime. Eram moralmente perigosas, pois já conheciam o casamento; instáveis pela própria “natureza feminina”, mas economicamente influentes pela faculdade de herdarem o patrimônio do casal. São essas mulheres que nos interessam neste trabalho: na família, a mulher era esposa e mãe; com a morte do marido e a consequente dissolução da sociedade conjugal, ela assumia também o papel de provedora e senhora do lar.

O estudo da(s) família(s)² ganhou força nos últimos 40 anos entre os historiadores e questionou conceitos cristalizados com os resultados do desenvolvimento de técnicas de demografia histórica e de uma nova abordagem proposta pelos estudos de gênero. Entretanto o estudo da viuvez e dos idosos ainda desperta pouca atenção de especialistas da área. A dificuldade talvez provenha de uma tendência em ver viúvas e idosos como elementos de atuação limitada no interior de sociedades eminentemente regidas por homens adultos.

Em um tempo marcado por constantes guerras, epidemias e deslocamentos populacionais, pouco se sabe sobre aqueles que ficavam após a morte ou migração do provedor. A sociedade do Antigo Regime, sobre a qual nos propusemos a olhar mais detidamente, estava imersa em um ambiente em que o homem adulto ou jovem podia morrer após poucos anos de casamento, deixando para trás mulher e filhos. Era um período economicamente instável, no qual a dificuldade para algumas mulheres se

¹ DUBLER, Ariela R. In the Shadow of Marriage: Single Women and the Legal Construction of the Family and the State. **The Yale Law Journal**, New Haven, v. 112, p. 1641-1715, 2003.

² Utilizamos o termo famílias no plural porque compartilhamos com Mary del Priore da ideia de que não existe um modelo familiar patriarcal que represente a família durante o período estudado neste trabalho. A autora aconselha o historiador a usar o termo “família” no feminino e no plural como meio de salientar a diversidade de formas e composições do núcleo familiar no período colonial, cujos chefes de domicílio eram majoritariamente mulheres. DEL PRIORE, Mary M. Brasil Colonial: um caso de famílias no feminino plural. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 91, p. 69-75, 1994.

tornava ainda maior sem a presença de um marido, mas poderia ser a solução para outras.

O objetivo de nosso trabalho é analisar a atuação das mulheres viúvas na sociedade e na economia do Antigo Regime, especialmente durante o período colonial, na capitania do Rio de Janeiro. Tal preocupação justifica-se pelo fato de que as Ordenações do Reino colocavam a viúva como meeira do marido e ainda lhe facultava a possibilidade de se tornar tutora dos filhos herdeiros do pai morto. Portanto ela tornava-se possuidora de um patrimônio que, em princípio, estava sob a guarda dos homens, atores privilegiados de então.

Preocupamo-nos, também, em examinar se as mulheres viúvas foram capazes de reproduzir padrões de comportamento “masculinos” - tais como a administração de um negócio -, não deixando de cumprir seus tradicionais papéis femininos, como o de mãe, sem, no entanto, subverterem o andamento da sociedade colonial do período. Para tanto, optamos por estudar os inventários *post-mortem* e os testamentos de homens e mulheres da capitania e cidade do Rio de Janeiro, disponíveis no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro durante o vice-reinado (1763-1808). Tendo como ponto de partida os bens deixados pelos maridos mortos, tentaremos observar como essas mulheres viúvas foram capazes de reverter conjunturas desvantajosas a seu favor e assumir o governo do lar e da propriedade da família, chegando mesmo a obter sucesso em seu gerenciamento. Nossa hipótese baseia-se no pressuposto de que as mulheres viúvas procuraram legitimar sua posição de poder, advinda do patrimônio herdado, aproveitando-se de uma legislação que as tornavam herdeiras competentes, mas eram paradoxalmente tratadas, muitas vezes, como intelectual e moralmente inferiores aos homens.

Quando não existiam bens, uma alternativa para se entender como mulheres sem recursos seriam capazes de sobreviver estaria na observação das ocupações femininas. Tentaremos detectar os mecanismos que permitiram a essas mulheres resistir a um mundo hostil ao trabalho feminino através de informações disponíveis nos inventários *post-mortem*. Na obra *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, Maria Odila L. da Silva Dias comenta sobre as estratégias de sobrevivência de mulheres das camadas mais desprovidas em São Paulo.³ Mulheres com ocupações tradicionalmente atribuídas ao gênero feminino - como costureiras, floristas,

³ Ver DIAS, DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

engomadeiras, lavadeiras, vendedoras de rua e quitandeiras – não tinham boa reputação, mas eram fundamentais para o funcionamento da sociedade colonial.⁴ O trabalho fora do lar colocava-as em posição vulnerável e muitas vezes dependente de redes de solidariedade ou, até mesmo, de alguma instituição de ajuda, uma vez que os ganhos não eram suficientes para o sustento dela e da casa.

Entendermos como os tradicionais papéis de gênero – mulher/mãe e esposa, homem/marido, pai e provedor - adequaram-se ou não à realidade pressupõe que observemos alguns outros fatores relevantes para a sociedade fluminense do período em questão. Cabe aqui a ressalva de que devemos ter em mente como questões relativas à classe dos envolvidos em processos, raça, demografia, locais de residência e as especificações regionais da economia determinaram o curso da vida de homens e mulheres do período colonial.⁵

As principais fontes utilizadas em nosso trabalho serão os autos de inventário *post-mortem* e os testamentos do Arquivo Nacional. Eles serviram como fonte primária fundamental em nossa análise. Recorremos, também, ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino,⁶ onde localizamos requerimentos cujos autores eram viúvas que se dirigiram à Coroa em busca de auxílio, para cumprir com preceitos legais ou requisitando direitos que lhes eram assegurados, mas que nem sempre vinham sendo cumpridos.

As fontes são capazes de nos fornecer algumas informações fundamentais para nossa análise quantitativa, ponto de partida para a análise qualitativa da documentação. Optamos por identificar nos inventários, primeiramente dados relativos à origem dos envolvidos em ações (número de filhos, existência de tutor ou curador, presença ou não de escravos, número de escravos, montante de dívidas a ser deduzido do monte-mor e monte partível, propriedades móveis e imóveis e soma em dinheiro disponível). Em um segundo momento, confeccionamos gráficos e tabelas capazes de nos auxiliar na avaliação do comportamento das viúvas no período.

⁴ FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 2.^a ed. São Paulo: Ed. Contexto/Ed. da Unesp, 1997, p. 144-150; _____ e MAGALDI, Ana Maria de M. Quitandas e quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 54, ago. 1985, p. 50-61.

⁵ SOCOLOW, Susan Migden. *The Women of Colonial Latina America*. 7th ed. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 3.

⁶ A documentação do Arquivo Histórico Ultramarino foi disponibilizada pelo Projeto Resgate e consultada na Cátedra Jaime Cortesão, na Universidade de São Paulo.

Antes de prosseguirmos, devemos fazer algumas considerações a respeito dos inventários. Embora essa documentação nos revele uma extensa gama de informações e possibilidades de análise,⁷ algumas limitações para seu uso são evidentes. Uma delas é o fato de ser circunscrita a um período específico da vida dos indivíduos envolvidos na ação. Pudemos minimizar esse problema, no entanto, quando tivemos acesso a processos mais extensos, tais como aqueles que duraram vários anos em função de contas de negócios que não foram concluídas rapidamente; outras vezes, encontramos autos com litígios entre os herdeiros e as inventariantes que provocaram o prolongamento dos processos por longo tempo. Ainda consultamos inventários de viúvas que haviam finalizado os inventários de seus maridos e depois faleceram, em outros casos algumas delas deixaram testamentos em que relatavam o que lhes foi deixado e o que possuíam no momento da redação do testamento.

Outro problema com o qual nos deparamos foi o fato de que esses autos de inventário seguiam um modelo que deveria ser obedecido e, somando-se a isso, eram documentos escritos por homens que filtravam as informações a serem incluídas. Um outro fator que deve ser levado em conta é a representatividade dessa documentação para se fazer uma análise quantitativa dos dados. Podemos inferir que grande parte da população estaria excluída dessa análise, pois os inventariantes pertenceriam a camadas privilegiadas da população que tinham bens a dividir. Isso de fato é procedente. Todavia encontramos muitos casais que pouco possuíam: alguns escravos, escassas ferramentas ou eram moradores foreiros em uma casa de pau a pique com cobertura de palha e muitas dívidas a pagar.

Poder-se-ia argumentar, também, que a maioria da população pobre não seria incluída neste trabalho, pois optamos por observar casais que foram obrigados a abrir um auto de inventário por possuírem algum patrimônio, que deveria ser declarado no momento da partilha e da prestação de contas. De fato, uma vez que partimos da premissa de que estudáramos apenas as viúvas legalmente reconhecidas como tal, em função de haver realizado o casamento formal e legítimo perante a Igreja, as camadas mais desprovidas da população estariam excluídas da pesquisa por viverem em uniões

⁷ COSTA, Fernando A. Alves da. E Quanto valia, afinal? O problema dos preços nos inventários *post-mortem* do século XIX. **Histórica**, ano 09, n. 60, dez. 2013. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/historica/materia.php?id=1&edicao=60>. Acesso em: 27 de abril de 2014. VALENTIN, Agnaldo, MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da. Distribuição e concentração da riqueza com base em inventários *post-mortem* na presença de casos de riqueza líquida negativa. **História**, v. 32, n. 2, p. 139-162, jul./dez., p. 139-162, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/his/v32n2/a08v32n2.pdf>. Acesso em: 27 de abril de 2014.

consensuais - prática disseminada entre homens e mulheres da colônia - e não terem bens a declarar. Partindo desse pressuposto, deixamos de lado as mulheres que em algum momento de sua vida, tiveram uma união consensual cujo companheiro faleceu, o que implica deixar de computar grande parte da população.⁸ Entretanto diminuímos o risco de incoerência dos resultados, pois a legislação que regia a herança não reconhecia o concubinato como união legal, e nossa análise se baseia na necessidade de conformar a lei e a prática cotidiana dos indivíduos.

O período escolhido para este estudo, 1763 a 1808, abarca uma época determinante para a constituição da cidade do Rio de Janeiro como principal centro administrativo e econômico da colônia. Durante a segunda metade do século XVIII, a cidade do Rio de Janeiro se confirmou como importante centro mercantil do Império luso em função do ouro das minas. O porto da cidade concentrou o escoamento do minério e a comercialização de produtos. As mercadorias que ali chegavam – tais como couro, carne, farinha, sal, anil, cana-de-açúcar, escravos - movimentavam os negócios para outras regiões do Império e para a metrópole.⁹ O desenvolvimento econômico e o deslocamento populacional para a região, decorrentes do aumento das atividades comerciais e bélicas, colocaram a cidade como um dos principais centros mercantis do Império Luso. A chegada da Família Real, em 1808, introduziu um novo elemento nesse contexto: colônia e metrópole passaram a ser uma só. D. João e sua corte começaram a transformar o caráter colonial da cidade e iniciaram a instalação de um aparato administrativo capaz de dar conta das necessidades do Estado português no ultramar. Reorganizou-se a antiga capital do vice-reinado, emprestando a ela tonalidades de Reino. Multiplicaram-se as pessoas que aqui aportaram e tornaram-se adequadas as atividades comerciais às novas necessidades locais e de exportação.

⁸ (...) os matrimônios se realizavam em círculos limitados e estavam sujeitos a certos padrões e normas que agrupavam os indivíduos socialmente, em função da origem e da posição sócio-econômica. A mesclagem dos grupos sociais e raciais ocorria paralelamente, através das uniões esporádicas e dos concubinatos (...), os casamentos predominaram em certos estratos da população e estiveram preferencialmente circunscritos aos grupos de origem, representando a união de interesses, especialmente entre a elite branca. SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o Poder e a Família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura, 1989, p. 87. Os custos e as dificuldades com obtenção de dispensas matrimoniais também dificultavam a legalização das uniões. Ver SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984, p. 48, 50-55.

⁹ Ver OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007; SAMPAIO. Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

O tema na historiografia

A década de 1980 testemunhou a ampliação definitiva da temática da família e revelou que questões como a condição feminina, a criança, a ilegitimidade, o casamento, o divórcio, o concubinato e a transmissão de fortunas são temas que permitem ao historiador ir além da visão de uma sociedade patriarcal, sustentada pelos estudos de Gilberto Freyre sobre a família no Nordeste açucareiro.¹⁰ Foi também nessa década que os estudos de gênero ganharam força, introduzindo, nas questões levantadas na década anterior pelas feministas,¹¹ a necessidade de se entender as relações de poder em função da interação entre homens e mulheres, levando-se em conta variáveis como espaço e cultura.¹² Nesse mesmo momento, Peter Stearns começou a indagar os historiadores a respeito da ausência das viúvas e dos velhos da História Social. Mas pouco foi produzido exclusivamente sobre o que poderia ser chamado de a “História da Viuvez” ou “História da Velhice”.¹³

De acordo com a pesquisa realizada por Ida Blom para escrever o artigo *The History of Widowhood: a bibliographic overview*, alguns artigos, relacionados ao tema ou que se referiam a ele em algum momento, foram publicados antes da década

¹⁰ Sobre a família patriarcal no Nordeste açucareiro ver FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. 32ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1997. Para estudos que propuseram um contraponto ao pensamento de Freyre consultar ALMEIDA, A. M. de. Notas sobre a família no Brasil. In: _____. (org.) *Pensando a Família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p. 53-66; CORRÊA, Marisa. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: ALMEIDA, M. S. K. (org.). *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 13-32; KUZNESOF, E. A. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social, São Paulo, 1700-1980. **Revista Brasileira de História: Famílias e grupos de convívio**. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero, p. 37-64, ago.88/fev.89; SAMARA, op. cit.

¹¹ As feministas se preocuparam em entender a história das mulheres em função da relação dicotômica entre dominante-dominado. Ver SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, Vozes, v. 16, no. 2, p. 5-22, jul/dez. 1990; PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila M. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002, p. 7-42; FRANCO, Stella Maris Scatena. Gênero em debate: problemas metodológicos e perspectivas historiográficas. In: VILLAÇA, Mariana e PRADO, Maria Lígia Coelho. *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015, PDF, p. 36-51.

¹² FRANCO, op. cit.

¹³ BLOM, Ida. The History of Widowhood: a bibliographic overview. **Journal of Family History**, Cambridge, v. 16, n. 2, 1991, p. 191 e 192; CHERLIN, Andrew. 1983. A Sense of History: Recent Research on Aging and the Family. In: RILEY, M., HESS B. and BOND, K. (ed.) *Aging in Society: Selected Reviews of Recent Research*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1983, p. 5-24; KERTZER, D. I. and P. LASLETT (eds.). *Aging in the past: demography, society and old age*. Berkeley: University of California Press, 1995; ROEBUCK, Janet. Grandma as Revolutionary: Elderly Women and Some Modern Patterns of Social Change. **International Journal of Aging and Human Development**, Morgantown, v. 17, n.4, 1983, p. 249-266; STEAMS, P. Old Women: Some Historical Observations. **Journal of Family History**, Cambridge, v. 5, n. 1, p. 44-57, 1980.

de 80.¹⁴ Entretanto nenhum se dedicou à História da Viuvez como um campo de pesquisa em separado de outros, como a História da Família, da Mulher, da Demografia Histórica ou dos estudos de gênero. Assim, poder-se-iam estabelecer métodos específicos para análise de questões fundamentais a fim de se entender a viuvez. Foi após os anos 80, no século passado, contudo, que observamos o crescimento do interesse de historiadores e cientistas sociais sobre o tema. Alguns livros específicos surgiram durante os anos 1990 e procuraram estabelecer a viuvez como uma nova área de atuação do historiador.

Em *Between poverty and the pyre: moments in the history of widowhood*, Jan Bremmer e Lourens Van den Bosch reuniram autores preocupados em pensar a viuvez em lugares tão distantes quanto a Índia e Holanda.¹⁵ O livro começa com dois artigos traçando um histórico da viuvez no cristianismo primitivo e em Israel, passando em seguida para trabalhos dedicados a entender as práticas de viúvas na Inglaterra anglo-saxã, nas Índias Ocidentais holandesas, na França e na Inglaterra do século XVIII. O mérito dessa obra repousa no fato de estudos sobre a Índia e o Islã ganharem espaço no debate historiográfico ocidental.

Uma coletânea de textos produzida no encontro de Poitiers em 1998, publicada em 2003, reuniu trabalhos sobre a viuvez na França e na Nova França. Os artigos procuraram abarcar temas que vão desde a legislação concernente à viuvez, e suas implicações para as mulheres, passando pela atuação das viúvas nos negócios deixados pelos maridos e nas corporações de ofício. O livro destaca figuras femininas que tiveram presença importante na literatura e na política francesas depois de viúvas. A preocupação com o luto, enquanto estado de diferenciação da mulher só perante os outros indivíduos da sociedade, também aparece na obra.¹⁶

¹⁴ BLOM, op.cit.; BASLER, Roy. And for His Widow and Orphans. **Quarterly Journal of the Library of Congress**, Washington D.C., v. 27, n. 4, p. 291-294, Oct. 1970; BETHKE, Robert D. Chester County Widow Wills (1714-1800): A Folklife Source. **Pennsylvania Folk Life**, Collegeville, v. 18, n. 1, p. 16-20, 1968; CARLTON, Charles. The Widow's Tales: Male Myths and Female Reality in 16th and 17th Century England. **Albion**, v. 10, n. 2, p. 118-129, 1978; KEYSSAR, Alexander. Widowhood in 18th Century Massachusetts: A Problem in the History of the Family. **Perspectives in American History**, Cambridge, v. 8, p. 83-119, 1974; McNAMARA, Jo Ann. Wives and Widows in Early Christian Thought. **International Journal of Women's Studies**, v. 2, p. 575-592, 1979; PITCHON, Miriam. Widows' Wills for Philadelphia Country, 1750-1784: A Study of Pennsylvania German Folklife. **Pennsylvania Folklife**, Collegeville, v. 26, n. 2, p. 19-26, 1976; SHARMAN, Arvind. Sutte: A Study in Western Reactions. **Journal of Indian History**, Trivandrum, v. 54, p. 589-612, 1976.

¹⁵ BREMMER, Jan N. and VAN DEN BOSCH, Lourens P. *Between poverty and the pyre: moments in the history of widowhood*. London/New York: Routledge, 1995.

¹⁶ PELLEGRIN, Nicole et WINN, Colette H. *Veufs, veuves et veuvage dans la France d'Ancien Régime : Actes du colloque de Poitiers, 11-12 juin, 1998*. Paris: Honoré Champion, 2003.

Em 1999, foi lançado o livro *Widowhood in Medieval and early Modern Europe*. Sob a direção de Sandra Cavallo e Lynda Warner, uma série de autores se dedicaram a entender a viuvez em algumas regiões da Europa moderna, tais como Itália, Inglaterra, França, Alemanha e Espanha. Nesse volume, é interessante notar a preocupação de alguns autores em estudar o viúvo, figura pouco explorada pela dificuldade de identificá-lo, uma vez que o índice de recasamento de homens é superior ao de mulheres.¹⁷

O livro de Scarlett Beauvalet-Boutouyrie foi um dos poucos a tentar fazer uma síntese da história da mulher viúva. Seu objeto de estudo é a história das viúvas na França do Antigo Regime.¹⁸ Dividida em três grandes partes, a obra trata da figura da viúva como sendo uma preocupação, em princípio, das autoridades eclesiásticas para, em seguida transformar-se em um tema sobre o qual o Estado deveria legislar. O luto e o recasamento também são temas tratados nessa obra. Na última parte, a autora procurou estabelecer os mecanismos pelos quais as viúvas fizeram uso para garantir sua sobrevivência, entre eles podemos citar: a herança, o trabalho ou o auxílio de instituições de caridade ou do Estado. Nessa parte, a autora dedica-se, também, à análise de questões relativas à tutela dos filhos e à administração do dote. É uma tentativa bastante completa de traçar um perfil da viuvez na França do Antigo Regime.

Na produção acadêmica americana, os resultados das pesquisas dedicadas a estudar as viúvas evidenciaram a presença de mulheres na administração e no governo das propriedades deixadas pelos maridos. Em *Life after death: widows in Pennsylvania (1750-1850)*, Lisa Wilson procura demonstrar, através das correspondências de viúvas, espaços deixados para a ação dessas mulheres. Muitas vezes elas recebiam apenas o *dower* - parcela legalmente destinada à viúva, mas frequentemente insuficiente para seu sustento e dos filhos –, porém poderiam herdar também negócios e bens importantes para sua manutenção, deixados em testamento pelos maridos.

¹⁷ DUPÂQUIER, J. et al. *Marriage and Remarriage in populations of the past*. London: Academic Press, 1981; PELLING, M. Finding widowers: men without women in English towns before 1700. In: CAVALLO, Sandra e WARNER, Lynda. *Widowhood in Medieval and early Modern Europe*. Harlow: Longman, 1999, p. 37-54; SHARPE, P. Survival strategies and stories: poor widows and widowers in early industrial England. In: CAVALLO e WARNER, op. cit., p. 220-230; WARNER, L. Widows, widowers and the problem of 'second marriages' in sixteenth-century France. Ibid., p. 84-107.

¹⁸ BEAUVALET-BOUTOUYRIE, Scarlett. *Être veuve sous l'Ancien Régime*. Paris: Belin, 2001.

Kirsten E. Wood avança um pouco mais em um tema caro à nossa pesquisa: as senhoras de escravos. Em *Masterful women: slaveholding widows from the American Revolution through the Civil War*, a autora sugere que as viúvas desenvolveram uma versão distinta do que viria a ser uma senhora de escravos. Elas se utilizavam de uma estratégia simples: aproveitavam-se da sua condição de senhora do lar, cujo privilégio sobre a esfera privada lhes conferia determinadas qualidades matriarcais, incorporando-as a uma posição de poder inerente ao senhor de escravo branco.¹⁹ Nessa mesma linha de pensamento, Vivian B. Conger, ao estudar cartas, inventários, jornais e processos na corte, percebeu a criação de espaços de atuação pelas mulheres viúvas determinantes para a sobrevivência destas nas diversas camadas da jovem sociedade americana de Massachusetts, Maryland e Carolina do Sul.²⁰

Thomas McGinn, em seu livro *Widows and Patriarchy*, argumenta que o estudo da viuvez deve levar em conta variáveis, tais como período, região, cultura, *status* social e nível econômico.²¹ Em sua obra, McGinn inicia sua análise na Antiguidade Clássica, passando pela Inglaterra e pela Alemanha medievais. Na era moderna, o historiador examina os Estados Unidos e, novamente, a Inglaterra. O caso inglês é bastante singular, pois a estrutura familiar e os costumes se mostram bastante diversos.

Um livro se destaca no universo da produção acadêmica que foi citada até agora: *Incense on holy altar*, de Sarmishtha Adhya. Nele é apresentada ao leitor uma visão singular da viuvez na Índia. A autora procura estudar, por meio dos livros sagrados da tradicional sociedade indiana, a condição da viúva e o fenômeno da *satī*²² e suas implicações para a sociedade indiana anterior à colonização britânica. Distante de análises até agora observadas sobre a presença de viúvas no mundo ocidental, Sarmishtha Adhya descortina um universo diverso do pensamento judaico-cristão europeu, porém não menos fácil para essas mulheres.²³

¹⁹ WOOD, Kirsten E. *Masterful women: slaveholding widows from the American Revolution through the Civil War*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004, p. 6.

²⁰ CONGER, Vivian B. *The widows' might: widowhood and gender in early British America*. New York / London: New York University Press, 2009.

²¹ MCGINN, Thomas A. J. *Widows and patriarchy: ancient and modern*. London: Duckworth, 2008, p. 3.

²² A *satī* era a viúva que optou por juntar-se ao corpo do marido no momento da cremação e morrer junto com ele.

²³ ADHYA, Sarmishtha. *Incense on holy altar: a study of widowhood in ancient India*. Kolkata: Progressive Publishers, 2006.

Na historiografia nacional, pouco se sabe a respeito das viúvas e de sua participação socioeconômica, tanto na colônia quanto na história recente do Brasil. A primeira pergunta que um pesquisador faz quando se depara com os testamentos e inventários disponíveis no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro é: por que as mulheres viúvas são pouco estudadas? Algumas reflexões são pontuadas em textos como os de I. Lewkowicz, H. Gutiérrez, I. Blom, E. Samara, M. Dias, S. Arrom e S. Socolow.²⁴ Todos são unânimes em salientar o fato de que o tema precisa de mais pesquisas e levantam algumas hipóteses para a ausência desse grupo populacional da historiografia.

Para Lewkowicz e Gutiérrez o fato de a viuvez não ter merecido especial atenção está no fato de que haja a

*ideia de que se trata de um segmento populacional pouco numeroso e com aparente escassa influência na composição familiar. Soma-se a isso o fato de a viuvez, atualmente, estar associada à velhice, ou seja, à fase final do ciclo de vida e, portanto, com a participação restrita no mundo do trabalho e na geração de bens. Entretanto, em Minas Gerais, os viúvos e, em particular, as viúvas, não foram, nos séculos XVIII e XIX, necessariamente idosos; participaram do mercado matrimonial, às vezes até com entusiasmo, principalmente os viúvos; chefiaram domicílios quase sempre e tiveram de lutar pela própria subsistência e pela de seus dependentes.*²⁵

Já para Blom, afora as razões citadas acima, tais como idade avançada, afastamento do trabalho e do mercado matrimonial, existe o fato de estar a viuvez associada à morte, ou seja, a sociedade ocidental associa a viúva a estereótipos negativos. Além disso, a mulher tem estado ligada à reprodução, portanto viúvas não teriam função reprodutiva. Blom ainda salienta que alguns autores devotam às

²⁴ Eni de M. Samara, ao tratar da família brasileira, mostra-nos a forte presença de viúvas chefiando domicílios na cidade de São Paulo durante o século XIX. Maria Odila L. S. Dias ressaltava o fenômeno de mulheres sós nos domicílios da cidade de São Paulo, destacando a ocorrência de muitas viúvas como chefes de fogos. Silvia M. Arrom e Susan M. Socolow dedicaram-se a entender como as questões de gênero poderiam explicar a participação feminina no México e na América Latina colonial, destacando o elevado número de mulheres viúvas nessas sociedades. SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o Poder e a Família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura, 1989; DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. 2ª. ed, São Paulo: Brasiliense, 1995; ARROM, Silvia Marina. *The Women of Mexico City*. Stanford: Stanford University Press, 1985; SOCOLOW, Susan Migden. *The Women of Colonial Latin America*. 7th ed., New York: Cambridge University Press, 2006.

²⁵ LEWKOWICZ, Ida e GUTIÉRREZ, Horacio. Mulheres sós em Minas gerais: viuvez e sobrevivência nos séculos XVIII e XIX. In: SILVA, Gilvan V. da, NADER, Maria B. e FRANCO, Sebastião P. *História, Mulher e Poder*. Vitória: Edufes, 2006, p. 302.

feministas e aos historiadores das mulheres a causa pela invisibilidade da viuvez, pois estariam preocupadas com suas próprias condições de vida: muitas seriam solteiras e jovens, outras viveriam em uniões consensuais e teriam filhos, condições que lhes afastariam de determinadas questões ligadas à velhice ou à viuvez.²⁶

O fato é que a viuvez traz questões que não dizem respeito apenas à mulher só e idosa, mas à própria condição da mulher e às relações sociais que ela engendra. Entre elas podemos citar filhos, trabalho, herança, relações de gênero, interrelações marido-mulher, descendência, novas uniões, entre outras. Um dos fatos que chama a atenção do pesquisador que toma os inventários e testamentos como fonte é como são tratadas questões como a herança que o marido deixa para a mulher ou vice-versa, como ficam os filhos e a possibilidade de recasamento da viúva. O direito português era claro quanto à proteção da viúva e dos filhos. As Ordenações Filipinas garantiam a tutela dos filhos às mães que provassem zelo com sua educação e apuro na administração dos bens do marido, fato esse que diferenciava nossa legislação da britânica, da anglo-americana²⁷ ou da francesa após a Revolução²⁸ por retirarem da mulher a possibilidade de administrar os negócios do marido falecido.

Recasamentos e filhos legítimos ou naturais são questões importantes no que tange à mulher. A presença de filhos naturais, em alguns testamentos de viúvas, faz o leitor desses documentos pensar que possa existir o que Elizabeth Kuznesof chamou de “áreas de liberdade” para a sexualidade feminina²⁹ em uma sociedade como a colonial, cujo ideal de mulher deveria estar circunscrito ao que era prescrito pela Igreja católica: casamento ou castidade. Ainda havia a possibilidade do recasamento para mulheres viúvas, o que parece ter ocorrido raramente.

Novas núpcias trariam algumas vantagens e outras desvantagens para a mulher. Primeiro, a viúva deveria encontrar um pretendente à altura de seus dotes, caso tivesse bens – o que, também, abria portas para um novo casamento. Porém a mulher deveria escolher um homem que fosse capaz de administrar suas posses, sem dilapidá-las. Em um mercado matrimonial em que a oferta de mulheres solteiras era

²⁶ BLOM, op. cit., p. 192.

²⁷ NAZZARI, Muriel. A viúva como obstáculo aos negócios: objeções britânicas às leis brasileiras sobre casamento e herança. **População e Família**, São Paulo, n. 3, 2000, p. 11-39.

²⁸ FLAHAUT, Jean. L'exercice de la pharmacie par les veuves d'apothicaires du XVe. au XVIIIe. siècle. Première partie: aspects réglementaires. **Révue d'histoire de la Pharmacie**, v. 90, 2002, n. 335, p. 375-377.

²⁹ KUZNESOF, Elizabeth A. Household, Family and Community Studies 1976-1986: a Bibliographic Essay. **Latin American Population History Newsletter**, n. 14, p. 9, Fall 1988.

abundante, como nas áreas urbanas,³⁰ a viúva com bens se tornava uma boa opção. Todavia as viúvas pobres - o que as colocava em posição delicada no mercado matrimonial - tinham de trabalhar para sustentar a casa.

Viuvez: gênero feminino

A afirmação de que a viuvez é um substantivo do gênero feminino não diz respeito apenas à classificação gramatical das palavras. Ela tem, também, dois aspectos que devem ser mencionados aqui. Por um lado, ela salienta a relevância da viuvez tendo o gênero como categoria de análise histórica³¹ para as pesquisas sobre o tema. Por outro, como consequência do primeiro, é preciso entender que, assim como veremos mais adiante, as viúvas não podem ser entendidas como uma categoria universal, em que as mulheres se identificam como tal, independente de classe, cor ou origem. Assim como os estudos de gênero propuseram para se entender as mulheres, não devemos atribuir uma identidade às viúvas para além do fato de que elas se unem sob o signo da ausência dos maridos e - em alguns de nossos casos - da presença de herdeiros menores. Suas necessidades, suas vicissitudes e sucessos variam de mulher para mulher. As limitações e progressos por que cada uma delas passou dependeu, em graus variados, de suas capacidades pessoais, financeiras e da imprecisão do acaso.

O gênero surgiu como alternativa analítica e empírica para os historiadores no momento em que as oposições binárias masculino/feminino, natural/cultural, universal/particular, público/privado, não davam mais conta de explicar as relações de poder em jogo nas sociedades ocidentais.³² As acadêmicas feministas, a reboque dos movimentos feministas da segunda metade do século XX, foram as primeiras a pensar o gênero como instrumento para desnaturalizar as desigualdades entre homens e mulheres. Elas propunham diferenciar o sexo do gênero, significando o primeiro a diferença anatômica e biológica entre homens e mulheres, e representando o segundo, os significados dados aos corpos sexuados. Para Joan Scott,

(...) gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais. Uso saber, seguindo Michel Foucault, com o

³⁰ SOCOLOW, op. cit., p. 88-89; LEWKOWICZ e GUTIÉRREZ, op. cit., p. 298.

³¹ SCOTT, op. cit.

³² MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n. 2, p. 343, maio-agosto/2008.

*significado de compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas, no caso, relações entre homens e mulheres (...). Seus usos e significados nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder - de dominação e de subordinação - são construídas. O saber não se refere apenas a idéias, mas a instituições e estruturas, práticas cotidianas e rituais específicos, já que todos constituem relações sociais. O saber é um modo de ordenar o mundo e, como tal, não antecede a organização social mas é inseparável dela.*³³

Dessa forma, o gênero deve ser observado de maneira relacional: na interpenetração e intersecção das relações entre homens e mulheres. Porém, mais do que isso, propõe-se que essas relações não são unívocas, ou antes, as categorias “homem” e “mulher” não são universais.³⁴ Nesse sentido, o pós-estruturalismo forneceu o arcabouço teórico necessário para se repensar a categoria mulher/mulheres e fundamentar o argumento de que mesmo entre as mulheres não havia uma unidade identitária. Foi nesse sentido que mulheres negras, de “Terceiro Mundo” e lésbicas chamavam a atenção na década de 1980 para o fato de que as relações de poder se concretizavam de maneira diversa para elas se comparadas com as mulheres brancas de classe média, as quais davam visibilidade ao movimento feminista.³⁵ O que também podemos pensar para as viúvas que estudamos no período em questão.

Joan Scott, no artigo *Os usos e abusos do gênero*, reavalia o emprego do conceito de gênero durante os anos que se seguiram aos primeiros textos produzidos sobre o tema. Nele a autora propõe o emprego da expressão “coletividade flutuante”³⁶ para se entender não a mulher, mas as “mulheres”. Tal procedimento reafirma a ideia de que as mulheres são o resultado de uma construção engendrada pela maneira como as diferentes fontes são interrogadas, mas sobretudo como elas são historicamente analisadas. O que nos leva a pensar quem eram as mulheres viúvas durante o vice-reinado, como viviam e o que os documentos podem nos dizer sobre elas.

³³ SCOTT, Joan W. Prefácio a *Gender and Politics of History*. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 12-13, 1994.

³⁴ Judith Butler salienta a necessidade de não se empregar termos ou aceitar discursos sem desconstruí-los. BUTLER, Judith. *Fundamentos Contingentes: o Feminismo e a Questão do “Pós-modernismo”*. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998.

³⁵ PISCITELLI, op. cit., p. 25. Butler reforça que *as categorias de identidade nunca são meramente descritivas, mas sempre normativas, e como tal, exclusivistas*. BUTLER, op. cit., p. 24.

³⁶ SCOTT, Joan W. *Os usos e abusos do gênero*. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 336-7, dez. 2012.

Quando pensamos o emprego da categoria gênero para estudar a viuvez feminina no Brasil colonial, observamos que é necessário levarmos em consideração alguns dados importantes para a discussão da importância do gênero como categoria de análise. O que se observa, através de estudos relacionados ao tema, é que homens e mulheres vivenciam de maneiras distintas a viuvez. E mais ainda, mesmo no interior dessas categorias as diferenças de raça/cor e classe determinam como as relações de poder incidem sobre homens e mulheres, entre mulheres ricas e pobres, brancas e negras. Deve-se, também, relativizar a fixidez dos limites entre o público e o privado para se entender os deslocamentos que essas mulheres viúvas produziam no interior desses espaços, ou seja, do privado (casa) para o público (negócios/atividade remunerada) e vice-versa. Essas esferas se confundem muitas vezes em função do imperativo de se dar continuidade à unidade de produção que a viúva herdava do marido após sua morte ou quando essas mulheres precisavam prosseguir com o trabalho que tinham antes de se tornar viúva.

No período colonial, as viúvas eram maioria entre a população descasada por morte de um dos cônjuges. Em Minas Gerais, Lewkowicz e Gutiérrez apontam que havia razões demográficas para que elas fossem mais numerosas que os viúvos. Em primeiro lugar, as mulheres se casavam mais jovens que os esposos, oito anos em média. Em segundo lugar, a mortalidade masculina era mais alta que a feminina. Por último, havia maiores oportunidades de casamento para os viúvos que para as viúvas.³⁷ Surge aqui um fator decisivo nas sociedades coloniais latino-americanas, que define a probabilidade maior ou menor de recasamentos: o gênero. Viúvos se casam mais rápida e mais frequentemente que viúvas.³⁸ A necessidade de alguém que cuide dos filhos e dos afazeres da casa diminui o número de viúvos tanto no Brasil quanto nas áreas de colonização espanhola.³⁹ Por isso o número de viúvas é sempre mais elevado do que o de viúvos.

Ainda existe outro fator que poderia explicar o elevado número de viúvas em detrimento do de viúvos: muitas delas poderiam ter optado pelo concubinato para evitar que os bens herdados do primeiro marido passassem para as mãos de outro

³⁷ LEWKOWICZ e GUTIÉRREZ, op. cit., p. 294.

³⁸ Sobre a frequência e intervalos de recasamentos para o Brasil ver também MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara, terra e população*. São Paulo: Edusp, 2006; _____. *La Ville de São Paulo: Peuplement et Population (1750-1850)*. Rouen: Université de Rouen, 1972; _____. *Mariage et remariage dans le Brésil traditionnel: Lois, intensité, calendrier*. In: DUPÂQUIER, J. et al. *Marriage and Remarriage in populations of the past*. London: Academic Press, 1981, p. 363-373.

³⁹ ARROM, op. cit., p. 116-119

homem, colocando-as novamente em uma situação de dependência.⁴⁰ Portanto poderíamos argumentar que seria a viuvez um estado que libertaria a mulher da dominação do marido ou de qualquer outro membro masculino da família e abriria a possibilidade de independência, despertando-lhe um espírito “viril”? Ou o estado de viuvez traria solidão e desamparo? Esperamos que nossa documentação nos forneça algumas respostas.

A viuvez faz parte de um estado posterior ao casamento. A dissolução da família nuclear, formada por pai, mãe e filhos, muitas vezes dava lugar à formação de uma nova estrutura do domicílio: uma família nuclear monoparental. Alguns autores pensaram sobre qual era o papel da família na sociedade. Jean-Louis Flandrin observou que moralistas e antropólogos haviam discutido se a família era a célula da sociedade e se as diferentes sociedades permitiram vários tipos de arranjos familiares. Já os teólogos veem a família como uma instituição natural estabelecida por Deus.⁴¹

Alain Collomp observou, no entanto, que, na França do século XVIII, a família se organizava de diferentes modos (família tronco/stem-family, nuclear, desconexa, etc.) e dividia seu patrimônio, predominantemente, de acordo com as condições físicas e socioeconômicas da população local, com exceção de algumas leis e de alguns princípios antigos.⁴² O Grupo de Cambridge, liderado por P. Laslett e R. Wall, propôs que, na Inglaterra, teria predominado a família nuclear. Dessa forma, estudos pontuais sobre a composição de famílias são fundamentais para se entender como estas se organizavam em diferentes tempos e lugares. Ao mesmo tempo, trabalhos sobre a viuvez podem nos indicar o que foi a viuvez e o que significava ser viúvo(a) ao longo da História, ou seja, de que forma variações culturais e regionais atuavam na recomposição, ou não, das antigas famílias nucleares.

É preciso levar em conta diferenças estruturais no que diz respeito à família de elite e à família popular.⁴³ Para as mulheres de elite, a existência de herança, dote, filhos, valores culturais e religiosos distinguiram-nas de mulheres que pertenciam às camadas mais desprovidas da sociedade. A fim de entendermos melhor o que isso

⁴⁰ BLOM, op. cit., p. 204.

⁴¹ FLANDRIN, Jean-Louis. *Familles: Parenté, Maison, Sexualité dans l'ancienne société*. Paris: Éditions du Seuil, 1984, p. 201.

⁴² COLLOMP, Alain. Famílias. Habitações e coabitações. In: ARIÈS, Philippe e CHARTIER, Roger (org.). *História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, v. 3, p. 531.

⁴³ Sobre essas diferenças consultar DIAS, Maria Odila L. S., op. cit.; METCALF, A. C. *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba (1580-1822)*. Berkeley: University of California, 1992; SAMARA, Eni de M. op. cit.

significava, daremos como exemplo o estudo de Arrom para a Cidade do México. Segundo a autora, em 1811, 54,8% das mulheres viúvas chefes de domicílio tinham origem espanhola; 34 % delas pertenciam às castas e 33, 7% eram de origem indígena⁴⁴. Ou seja, as mulheres de elite tendem a recasar menos, e as de origem mais humilde a procurar um homem que as ajudasse a manter a casa.

Alguns pesquisadores, tais como Michelle Perrot, observaram que, na medida em que o século XIX se aproximava e se desenrolava, transformações foram notadas na maneira como os papéis de gênero passaram a ser desempenhados.⁴⁵ Na França de finais do século XVIII, por exemplo, algumas viúvas perderam a liberdade em gerir seus negócios⁴⁶ e tenderam a se tornar membros do domicílio chefiado por outrem.⁴⁷ No Brasil, o exemplo de viúvas que administravam suas fazendas ou alugavam quartos em suas casas, presentes no relato de viajantes durante o século XIX, indicam que, no dia a dia, havia a necessidade de se flexibilizarem padrões para ajustá-los aos imperativos locais.⁴⁸ Cabe-nos, portanto, perguntar qual o papel que a sociedade emprestava à mulher viúva no Brasil colonial para entendermos melhor o próprio papel da mulher na sociedade do Rio de Janeiro dos vice-reis.

Fontes e metodologia

⁴⁴ ARROM, op. cit., p. 141.

⁴⁵ *Na primeira metade do século XIX, elas [as burguesas do Norte] participavam na administração dos negócios, faziam a contabilidade da empresa, preferiam que o dinheiro fosse investido na indústria do que na compra de vestidos de seda. Na segunda metade do século, apenas as viúvas prosseguem com essa tradição. Por volta dos anos 1850-1860, a maioria das mulheres se retira da esfera econômica para se isolar em casa.* PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: _____ (org.). *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 4, 1995, p. 141.

⁴⁶ FLAHAUT, op. cit.

⁴⁷ *No decorrer mais ou menos lento das fases do ciclo familiar, essa cama tão cobiçada na alcova da sala principal ou no Stüb alsaciano caberá ao filho herdeiro e a sua esposa, após a morte do pai. Realiza-se um movimento de rotação no interior da casa. Uma vez viúva, a mãe deve deixar seu leito para a nora e o filho e instalar-se em outro quarto, sozinha, com as filhas solteiras – o que ocorre frequentemente – ou com as netas. Morto o pai, o filho herda ao mesmo tempo a direção da casa e o melhor lugar para dormir.* O autor estuda aqui as regiões da alta Provença. COLLOMP, op. cit. p. 523.

⁴⁸ *Entre os que subiam a serra, havia uma senhora com um criado. Vestia roupa de montar, colete de nanquim, e um grande chapéu de palha amarrado, não debaixo, mas através do queixo (...). As mulheres dos fazendeiros, frequentemente quando ficam viúvas, administram sozinhas as fazendas e os escravos, assumindo integralmente as responsabilidades dos maridos.* (1828, R. Walsh) *Em outro trecho, Leite reproduz o relato de um viajante no qual consta que Nossa hospedeira é uma viúva já madura, cujo marido, dono de uma boa propriedade local, deixou-a endividada; ela recebe hóspedes em troca de pagamento (...).* (1852. Charles B. Mansfield). LEITE, M. M. (org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro: século XIX – Antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Hucitec/Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, p. 57 e 60.

Nossa pesquisa se concentrou em 233 inventários e um edital de venda de propriedade disponíveis no Acervo do Judiciário, depositados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, nos fundos do Juízo de Órfãos e Ausentes, do Juízo de Órfãos e Ausentes da 1ª Vara, do Juízo de Fora e da Casa de Suplicação. Essa documentação foi selecionada por envolver mulheres viúvas como inventariantes ou inventariadas nos autos. Elaboramos uma ficha de coleta na qual procuramos compilar informações relativas à data da morte do marido ou da mulher, ao número de filhos, à presença de tutor ou curador, ao início e fim do processo, ao local onde habitava o casal, à quantidade e ao valor dos escravos pertencentes ao espólio, aos bens móveis e imóveis, ao monte-mor e ao monte partível, às dívidas ativas e passivas e à presença ou não de moeda no espólio.

Em um primeiro contato com a documentação, deparamo-nos com alguns obstáculos. Uma das dificuldades encontradas foi que nem todas as informações pretendidas para compilação constavam dos documentos; em muitos faltavam a data do óbito ou a localização do domicílio do casal. Existem inventários sem conclusão ou apenas com a folha de abertura. Em outros o estado de conservação era bastante precário, faltando partes das folhas. Apesar dessas limitações, as informações a serem coletadas são muitas e foram sistematizadas para serem utilizadas em nossas análises quantitativa e qualitativa da documentação.

A Base de Dados do Recôncavo da Guanabara, organizada pelo geógrafo Maurício Abreu, também foi consultada neste trabalho. Com essa ferramenta on-line, fomos capazes de recolher dados que diziam respeito a pessoas presentes em nossa documentação. Por meio dessa base de dados também conseguimos obter subsídios que explicassem e complementassem informações a respeito de escrituras e negócios feitos pelas viúvas, por seus familiares e por seus maridos no período em questão.

O último conjunto documental ao qual recorreremos pertence ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino. Os requerimentos dirigidos à Coroa são bastante elucidativos com relação às necessidades das viúvas. Muitas solicitavam a tutela dos filhos, uma vez que elas não eram automaticamente incumbidas dessa tarefa. Outras pediam a permissão para alugarem um ofício que foi do marido morto, pois os filhos não poderiam assumi-lo naquele momento. Havia aquelas que requisitavam a continuação do pagamento dos emolumentos relativos ao ofício, mesmo depois do falecimento do esposo. O volume da documentação do Arquivo Ultramarino nos

obrigou a um trabalho minucioso de leitura, mas demonstrou ser uma fonte valiosa de informação a ser sistematizada.

Capítulos

Nosso trabalho está dividido em seis capítulos. O primeiro deles dedica-se à análise da legislação que regulamentava a produção de nossas fontes, da estrutura formal dos inventários *post-mortem* e da conjuntura político-econômica. No capítulo seguinte, estudamos as várias maneiras pelas quais as viúvas foram representadas em diferentes lugares e em diferentes períodos. Nesse capítulo analisamos o que pensadores e teólogos acreditavam ser um comportamento adequado para as viúvas que sucediam os maridos mortos. No terceiro capítulo, examinamos os mecanismos legais dos quais a coroa portuguesa lançou mão para regular e proteger as mulheres viúvas. Preocupamo-nos aqui em ver como o Estado português, através do Conselho Ultramarino, atendia às demandas as mais diversas das viúvas. Nesse capítulo, também observamos os mecanismos através dos quais a coroa lusitana amparava as viúvas de seus representantes no ultramar. Para aquelas mulheres que não tinham esse privilégio procuramos entender qual foi a importância da assistência de particulares ou da caridade para sua manutenção.

No capítulo quatro, sistematizamos uma série de dados coletados na documentação e procuramos analisar como a riqueza acumulada pelo casal, o conhecimento da leitura e da escrita, a posse de escravos, a tutela dos herdeiros menores e os novos matrimônios contraídos por essas viúvas podem nos ajudar a elucidar alguns aspectos a respeito da participação das viúvas na sociedade colonial. No quinto capítulo, estudamos o luto e as implicações que esse período de homenagens ao morto tinham sobre a vida das mulheres viúvas. Aqui observamos uma série de regras e normas que regiam a vida dos vivos depois da morte, sobretudo, como a conduta da viúva era determinada por preceitos socioculturais específicos. No último capítulo examinamos como os papéis de gênero se mostraram mais difusos do que tradicionalmente eram concebidos. Nesse capítulo observamos a participação feminina nas mais diversas atividades: direção de negócios, administração de engenhos, criação dos filhos, compra e venda de mercadorias e de imóveis.

Capítulo 1

Testemunhas de seu tempo

Os papéis propriamente históricos das mulheres podem ser captados nas tensões, mediações, nas relações propriamente sociais que integram mulheres, história, processo social, e podem ser resgatados nas entrelinhas das fissuras e do implícito nos documentos escritos.

Maria Odila Leite da Silva Dias,
Quotidiano e Poder em São Paulo no século

XIX

1.1 As leis do reino e os inventários

A documentação utilizada como fonte de nossa análise sobre as viúvas, os inventários *post-mortem* e as requisições ao Conselho Ultramarino,⁴⁹ apresenta algumas características particulares importantes de serem discutidas. Ambos são testemunhas da realidade colonial por registrarem o cotidiano nos domínios americanos lusos. No caso dos inventários, muitas vezes eles representam apenas um período de tempo curto, aquele da duração do inventário. Tal limitação se torna menos danosa à análise, mas apenas, quando o pesquisador estuda um conjunto documental mais abrangente no tempo e se utiliza de outras fontes que lhe ajudam a ter um panorama melhor do espaço-tempo no qual essa documentação está inserida. Assim, optamos por pesquisar também a documentação do Conselho Ultramarino.

⁴⁹ O Conselho Ultramarino foi criado e regulamentado por Regimento de 14 de Julho de 1642, para se ocupar de todas as matérias e negócios, de qualquer qualidade que fossem, relativos à Índia, Brasil, Guiné, ilhas de São Tomé e Cabo Verde e todas as mais partes ultramarinas. No conjunto das suas competências destacam-se a administração da Fazenda, a decisão sobre o movimento marítimo para a Índia, definindo as embarcações, a equipagem e as armas, o provimento de todos os ofícios de Justiça e Fazenda e a orientação dos negócios tocantes à guerra. Passavam, ainda, pelo Conselho Ultramarino os requerimentos de mercês por serviços prestados no Ultramar. Era composto por um presidente, quatro conselheiros, um secretário e dois porteiros. Pelo Regimento dos ordenados de 23 de Março de 1754, verifica-se que à composição primitiva foi acrescentado um lugar de procurador da Fazenda, um de tesoureiro privativo com um escrivão e fiel, um executor das dívidas ativas, um solicitador da Fazenda e um contador dos Contos do Ultramar. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Instituições do Antigo Regime. Disponível em: <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=210>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

É importante salientar que tanto os inventários quanto a documentação disponível do Conselho Ultramarino são fontes produzidas pelos representantes da coroa na América Portuguesa e na metrópole, com base em uma legislação que teve sua origem em um complexo jogo de negociações, de concessões e de idas e vindas que cooptavam tanto o monarca quanto seus representantes e seus vassalos. Assim, para compreendermos a documentação e a legislação que as normatizava, faz-se necessário entendermos como essas negociações aconteceram no âmbito do poder central e periférico. Para Silvia H. Lara, *é preciso se analisar o “modo de produção” das leis e das normas jurídicas da sociedade para se entender a legislação de um período. A vontade do soberano, expressa na lei, era resultado de um importante jogo político entre as diversas instâncias do governo real.*⁵⁰

Os inventários *post-mortem* e a documentação do Conselho Ultramarino, portanto, devem obedecer a padrões e normas estabelecidos para que sejam válidos e aceitos, ou seja, necessitam se conformar ao conjunto da legislação que os rege. Dessa forma, os documentos por nós estudados entre 1763 e 1808 são tanto testemunhas do pensamento e das atitudes dos agentes de dominação coevos,⁵¹ quanto daqueles que o produziam na colônia. E ainda, são o resultado de constantes adaptações das necessidades que se colocavam no dia a dia dos súditos da coroa.

A legislação, no período moderno, deve ser entendida sob o preceito de que tanto ela quanto os Estados Nacionais modernos eram fruto da vontade do rei.⁵² Nesse sentido é importante ressaltar a natureza do poder real e do governo monárquico em Portugal. Não havia separação entre poder legislativo, executivo e judiciário. Todos se reuniam e se manifestavam na figura do rei. Entretanto havia uma hierarquia de autoridade e poder que permitia o funcionamento da máquina do Estado, mesmo muitas vezes havendo sobreposição de jurisdições e de esferas – política/econômica, pública/privada -, sob a primazia do princípio do bem comum. Para Antônio Manuel Hespanha, não é possível se separar entre o público e o privado no Estado luso

⁵⁰ LARA, Silvia Hunold. *A legislação sobre escravos na América Portuguesa*. 2000. Disponível em: [http://docslide.com.br/documents/legislação – sobre – escravos – africanos – na – américa – portuguesa .html](http://docslide.com.br/documents/legisla%C3%A7%C3%A3o_sobre_escravos_africanos_na_am%C3%A9rica_portuguesa.html). Acesso em: 19 maio 2017.

⁵¹ Para Cândido Mendes, a *codificação da Legislação de qualquer Estado (...) representa de ordinário uma época, em que se tem realizado uma revolução nos costumes e ideias de um povo*. ALMEIDA, Cândido Mendes de (ed.). *Ordenações Filipinas*. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870, p. VII-VIII. Doravante será referenciado como *Ordenações*.

⁵² Todos esses textos são o resultado da vontade do rei posta em prática através desses documentos oficiais e *exprimem a vontade régia, diretamente ou em seu nome, através de seus ministros*. LARA, op. cit., p. 25.

moderno: *Na verdade, a teoria social e jurídica da Idade Média e da Época Moderna, embora distinga o interesse dos particulares do interesse geral, considera-os como componentes harmônicas duma unidade mais vasta, o bem comum.*⁵³

A manutenção e bom governo da *res pública* passava, portanto, pela colocação em prática da política do bem comum pela qual se lançava mão da conservação de privilégios na forma de distribuição de mercês pelo soberano. Das mãos do rei se delegavam poderes, hierarquizava-se a sociedade e se exigia obediência ao poder estabelecido. A autoridade monárquica perpassava todos os estratos sociais, não obedecia limites. Segundo Silvia H. Lara, público e doméstico se reuniam na pessoa do monarca, ou seja, *o senhor era soberano em seu domus, mas só podia sê-lo porque vassalo de seu rei; o soberano reinava porque governava para o bem comum de seus súditos e através de seus vassalos.*⁵⁴

Era, portanto, com base nesses princípios que se produziram as leis que regeram a metrópole, num primeiro momento, e depois os domínios no ultramar. Contudo, muitas leis foram o resultado, também, das necessidades cotidianas impostas aos colonos do Império luso. A correspondência do Conselho Ultramarino contribuiu para se verificar esse fato. Por meio desse instrumento oficial, manifestava-se a qualidade do monarca de ordenar e conceder mercês em troca de subordinação e obediência de seus súditos. Mas, sobretudo, por essa documentação se faziam reivindicações à coroa para obter benefícios que as leis do reino garantiam aos colonos. Dessa forma, foram de fundamental importância para os colonos na América portuguesa os pedidos encaminhados ao monarca através do Conselho Ultramarino. Órgão idealizado para cuidar dos assuntos relativos aos territórios conquistados, ele serviu também como *instrumento de circulação de poder, de delegação, distribuição e controle do domínio e da dominação.*⁵⁵

1.1.1 As Ordenações do Reino

⁵³ HESPANHA, Antônio Manoel. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime. In: HESPANHA, Antônio Manoel (org). *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 29. Apud LARA, op. cit., p. 13.

⁵⁴ LARA, op. cit., p. 14.

⁵⁵ Ibid.

Os códigos portugueses reuniam a legislação administrativa, fiscal, civil, comercial, criminal, militar, florestal e certas questões municipais.⁵⁶ Toda essa codificação, juntamente com as Leis Extravagantes e as decisões reais, formavam o *corpus* legislativo português.⁵⁷

As Ordenações Filipinas eram a compilação de outros dois códigos a ela anteriores, as Ordenações Afonsinas e as Ordenações Manuelinas. O primeiro dos códigos foi mandado reunir por D. João I e publicado durante a menoridade de D. Afonso V, em 1446 ou 1447.⁵⁸ As Ordenações Afonsinas pretendiam convergir a aplicação do direito no reino português para um único corpo de leis. Elas eram compostas por cinco livros: o primeiro dispunha sobre os oficiais e ministros da Justiça; o segundo sobre os direitos reais, bens da coroa, “privilégios dos grandes”, dos eclesiásticos e demais pessoas; o terceiro livro versava sobre a “ordem do juízo”; o quarto sobre os contratos e últimas vontades, e o último tratava das penas e dos delitos.⁵⁹

O segundo código, que deu origem à legislação que regeria o reino e os domínios ultramarinos lusos, foi o código manuelino. Publicado em 1521, esse código difere do anterior na disposição da colocação da ordem dos títulos, na distribuição dos artigos e parágrafos *de tal forma que pareceu uma nova legislação e não compilação sistematizada de leis precedentes*.⁶⁰ Entre a promulgação desse último e as Ordenações Filipinas, houve duas coleções de leis mandadas organizar nos anos de 1569 e 1570. A primeira delas foi uma coleção de Leis Extravagantes reunidas pelo licenciado Duarte Nunes de Leão, e a segunda uma Coleção de Leis e Provisões.⁶¹

O código filipino que sucedeu e sistematizou todo o arcabouço jurídico português anterior a ele foi o principal códice de leis para o período colonial e o império brasileiro. Por ele se estipulava a maneira como os representantes da monarquia e seus vassalos deveriam proceder nos mais diversos assuntos. Apesar de ter sido sistematizado durante a União Ibérica, o código foi confirmado pelo regente português após a restauração das coroas.

⁵⁶ Ordenações, op. cit., p. XXI.

⁵⁷ LARA, op. cit., p. 23.

⁵⁸ Ordenações, op. cit., p. XX.

⁵⁹ SOUSA E SAMPAIO, Francisco Coelho de. *Preleções do direito pátrio, público e particular*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade de Coimbra, tít. 1, cap. 2, parágrafo 3, 1793-1805, p. 5-6.

⁶⁰ Ordenações, op. cit., p. XXII.

⁶¹ SOUSA e SAMPAIO, op. cit., p. 9.

O código filipino se divide em 5 livros. O Livro I trata dos assuntos relativos à administração do reino: funções e obrigações dos oficiais públicos, encarregados da condução da justiça e dos interesses da coroa, bem como dos regimentos que a eles se referem. No Livro 2, dispõe-se sobre os bens e os privilégios da Igreja católica, os direitos e deveres da coroa em relação àquela. No Livro 3, trata-se de questões relativas ao processo civil e aos ritos processuais sumário e ordinário, bem como das ações tanto cíveis como crimes. O quarto livro compreende o direito das pessoas e das coisas, dando-se destaque para questões relativas aos testamentos e às tutelas. No último livro das Ordenações, contempla-se o direito penal e as penas atribuídas a cada crime.

A necessidade cotidiana de se decidir sobre os mais diversos assuntos, muitas vezes não previstos nas Ordenações ou que precisavam de esclarecimentos, levou o soberano a produzir instrumentos jurídicos regulatórios, tais como: leis, alvarás, regimentos, pragmáticas, estatutos, cartas régias, decretos, provisões e avisos. Por esses documentos legais, regia-se, também, a aplicação do direito em Portugal e em seus territórios. Para nós, interessa entendermos um pouco mais alguns deles: as leis, alvarás e pragmáticas.⁶²

As leis eram ordens escritas de caráter geral com validade em todo o reino e ultramar. Iniciam-se pelas palavras “Dom ... por graça de Deus, etc. Faço saber aos que esta Carta de Lei virem ...”, constando a assinatura do rei juntamente com a assinatura do secretário de Estado da respectiva secretaria. Não havia data limite para valer; quando uma lei revogava a outra, ela vinha mencionada. Os alvarás eram alterações, declarações ou esclarecimentos de leis anteriores. Seguiam a mesma disposição formal da lei e deveriam valer por um ano, mas geralmente continuavam em vigor indefinidamente. As pragmáticas, por outro lado, eram leis que visavam reformar costumes e limitar abusos e também obedeciam a mesma estrutura dos documentos anteriores.⁶³

As Ordenações Filipinas dispunham quanto a estrutura formal que deviam ter os inventários. As leis, alvarás e pragmáticas, além de reforçarem assuntos já contidos nas Ordenações, introduziram novas questões relativas à herança e às sucessões que surgiram durante o período estudado e passaram a reger também a execução

⁶² Para informações sobre os outros documentos legais vide LARA, op. cit., p. 25-6.

⁶³ Idem.

testamentária. Vejamos, agora, como os inventários se estruturavam seguindo essas recomendações legais.

1.1.2 Os inventários

De acordo com Raphael Bluteau, o inventário era o *registro, ou papel, em que estão registrados os móveis, os papéis e várias coisas, que há em uma casa*.⁶⁴ Em direito, o sentido de inventário é mais amplo. O inventário *post-mortem* é um documento que tem o objetivo de arrolar todos os bens do cônjuge falecido que estivessem ou não em seu poder, para que se procedesse a um balanço desses bens, de suas obrigações e seus encargos.⁶⁵ Por ele se demonstra a situação econômica do inventariado, seu ativo e passivo para, depois, se proceder à partilha. Com relação aos herdeiros, tem a função de estipular os encargos e legados que cabem a cada um deles com a partilha.⁶⁶

As disposições sobre os inventários e testamentos que regiam as suas execuções durante o período colonial estão dispersas nos Livros 1 e 4 das Ordenações Filipinas. No Livro 1, estipulam-se as exigências legais para se dar início ao inventário e as competências de cada envolvido no processo. No Livro 4, observam-se as disposições relativas à tutela, à curadoria, aos testamentos, às heranças, às colações e às responsabilidades de marido e esposa durante o inventário.

De acordo com a legislação portuguesa, homem e mulher são meeiros nos bens depois do matrimônio quando casados por carta de *ametade*,⁶⁷ também chamado de “costume e Lei do Reino.”⁶⁸ De acordo com essa disposição, após a morte do marido, a esposa ficava “em posse e cabeça de casal”, e das suas mãos os herdeiros recebiam os legados que ficavam do falecido.⁶⁹ Havia, entretanto, o casamento por carta de arras ou contrato de dote ou arras.⁷⁰ Nesses casos os bens deveriam ser

⁶⁴ BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, v. 4, p. 182.

⁶⁵ DE PLÁCIDO E SILVA. *Vocabulário Jurídico*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1999, p. 450.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Depois do falecimento do marido, os bens do casal eram divididos entre a esposa e os herdeiros, havia comunhão universal dos bens. O dote da esposa, quando houvesse, deveria retornar intacto para ela.

⁶⁸ *Ordenações*, livro 4, Título 46, op. cit., p. 832.

⁶⁹ *Ordenações*, livro 4, Título 95, op. cit., p. 949.

⁷⁰ *Ordenações*, livro 4, Título 46, op. cit., p. 835.

divididos de acordo com o que estava estipulado no contrato de arras, que fora acordado entre o casal previamente.⁷¹

Competia ao Juízo de Órfãos os inventários *post-mortem* em que havia um menor como herdeiro. Nos casos em que o Juiz de Órfãos estava impossibilitado de iniciar o processo, cabia a outro Juízo a competência da ação. Algumas vezes o inventário foi iniciado pelo Juiz de Fora, mas depois foi devolvido ao Juízo de Órfãos, em outras, permaneceu naquele juízo. Havia casos em que o inventário coube ao Juízo de Órfãos por dependência, pois havia um processo envolvendo o cônjuge falecido, anteriormente iniciado por esse juízo e, portanto, deveria voltar a pertencer a ele, mesmo que não houvesse nenhum órfão menor de vinte e cinco anos.

Nas vilas e lugares em que tivessem mais de 400 vizinhos, a competência para dirigir inventário em que houvesse algum menor órfão como herdeiro era do Juiz de Órfãos; onde não se atingisse esse número, a competência recaía sobre os Juizes Ordinários e tabeliães.⁷² Cabia ao Juiz de Órfãos zelar pelos órfãos que existissem no local, registrando-os em um livro, bem como suas propriedades, o curador ou o tutor responsáveis por eles. Além do Juiz e do Escrivão dos Órfãos, deveria haver um Tesoureiro eleito para o cargo por dois anos. Cada uma dessas autoridades ficava com uma chave para abrir o Cofre dos Órfãos, onde se depositava o livro com o registro e o dinheiro dos órfãos até que atingissem a maioridade, tomassem estado ou apresentassem Carta de Suprimento de Idade.⁷³

Havia, ainda, o Curador dos Órfãos. Sua função era zelar pela observância das disposições do inventário, pela conduta dos tutores e curadores, pela validade e equidade da partilha. Sua principal responsabilidade era verificar se não havia nenhuma irregularidade no processo ou prejuízo para o órfão. Deveria também ser indicado um Tutor para o órfão menor, ou um Curador para o herdeiro maior de idade que não estivesse presente durante o processo. O Tutor era o responsável por administrar a herança do menor.⁷⁴

O inventário *post-mortem* deveria começar no prazo de 30 dias a partir do dia da morte de um dos pais do órfão herdeiro que fosse menor de 25 anos e terminar após sessenta dias - o que raramente ocorria. O inventário se iniciava pela petição do

⁷¹ *Ordenações*, Livro 4, título 95, § 3, p. 951. Para maiores informações, ver SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984, p. 97-100.

⁷² *Ordenações*, Livro 1, Título 88, §1 e segs., op. cit., p. 204 e segs.

⁷³ *Ordenações*, Livro 1, Título 88, § 27 e segs., op. cit., p. 214-5.

⁷⁴ *Ordenações*, Livro 4, Título 102, § 1 e segs., op. cit., p. 995-1000.

inventariante, informando o falecimento do inventariado, se havia filhos menores órfãos e que o inventariante desejava começar o processo de inventário. Em nosso caso, o inventariante era geralmente a viúva ou algum parente próximo quando o inventariado era uma mulher viúva que morria.⁷⁵ No auto de inventário, peça seguinte à petição inicial, constava o juramento do cônjuge sob a guarda do qual ficaria o patrimônio do casal. Nessa peça do processo, o inventariante prometia apresentar todos os bens móveis e de raiz, assim como as dívidas do casal, informar a existência ou não de testamento e se havia matrimônio anterior do finado. Em alguns casos, vinha registrado no auto de inventário que a viúva abdicava da Lei de Velleano,⁷⁶ mas nem sempre constava essa informação do auto. Devia ser incluído, também, nessa peça, a data da morte do falecido e o rol de herdeiros. As dívidas e despesas do casal, bem como demais explicações relacionadas ao processo, vinham descritas nas declarações do inventariante. Em seguida, mandava-se fazer as avaliações dos bens por dois ou três avaliadores do juízo, juramentados e competentes para o ofício.

Na capitania do Rio de Janeiro, a Câmara era o órgão responsável por designar os avaliadores e fazer o juramento deles. Cada freguesia deveria ter um avaliador do Juízo; caso não houvesse seria indicado um, de uma freguesia próxima, para que pudesse cumprir a tarefa. O ideal era que cada bem fosse avaliado por um mestre de ofício, tais como: mestres pedreiros e carpinteiros (prédios rústicos e urbanos), mestres do ofício de caldeireiro (cobres), mestres marceneiros (trastes de madeira),⁷⁷ mestres ferradores (bestas), mestres do ofício de escultor (imagens), mestres do ofício de latoeiro (latão), mestres de ofício de carpinteiro da ribeira (canoas/barcos), contrastes de ouro e prata (joias e peças de prata), entre outros. Porém, não raras vezes, os avaliadores aferiam valor a bens dos quais não eram mestres no ofício.

Após o cumprimento de todas essas etapas, fazia-se o termo de encerramento para se proceder à partilha. No auto de partilha, apresentava-se o monte-mor – soma de todos os bens do *de cujus*⁷⁸ - com a descrição de todos os bens, dívidas ativas e

⁷⁵ Houve apenas um caso ao qual tivemos acesso em que uma pessoa sem parentesco indicado assumira a posição de inventariante. Foi o que aconteceu no inventário de Maria Teresa, cujo inventariante foi José da Silva. Maria Teresa e José da Silva, proc. 9.147, mç. 475, gal. B, 1795, JOA AN/RJ.

⁷⁶ *Do benefício do Senatus consulto Velleano, introduzido em favor das mulheres que ficam por fiadoras de outrem.* Por Direito é ordenado, havendo respeito à fraqueza do entender das mulheres, que não pudessem fiar, nem obrigar-se por outra pessoa alguma, e em caso que o fizessem, fossem relevadas da tal obrigação por um remédio chamado em Direito Velleano (...). *Ordenações*, Livro 4, Título 61, op. cit., p. 858.

⁷⁷ Os “trastes de madeira” eram, no geral, móveis de madeira.

⁷⁸ Inventariado.

passivas, despesas feitas pelo inventariante antes e depois da morte do defunto, bem como o que era devido ao Ministro Partidor ou Juiz de Órfãos, aos dois Partidores do Juízo e ao Curador de Órfãos. Em seguida, com base no monte partível ou líquido, fazia-se a divisão do patrimônio que cabia a cada herdeiro. Quando o casamento seguia o costume do Reino, dividiam-se os bens pela metade: cinquenta por cento para a viúva e cinquenta por cento para os herdeiros legais. Nos casos em que o casamento se dava por carta de arras, o contrato deveria ser apresentado para que se cumprisse o estipulado nele. Quando havia testamento, seguia-se o trâmite do inventário *ab intestato*⁷⁹ até a divisão por meação do patrimônio do casal quando extraía-se a terça para cumprir as verbas testamentárias ou últimas vontades do testador. A divisão dos bens seguia as vontades do testador naquilo que a lei permitia, ou seja, ele podia dispor de um terço da metade dos bens que cabia aos herdeiros (terça). Só depois de retirada a terça, fazia-se a divisão do legado aos herdeiros.

Depois de entendermos os mecanismos legais aos quais se submetiam nossa documentação, é importante observarmos o contexto em que nossas fontes foram produzidas.

1.2 A inserção na economia colonial

O cenário de meados do século XVIII surge como consequência de uma evolução que se inicia durante a centúria anterior. Durante o século XVII, a capitania do Rio de Janeiro se destacou dentre os diversos domínios do Império ultramarino português. Observa-se a multiplicação do número de engenhos que, em 1580, era apenas 3, passa a 40 em 1612, chega a 60 fábricas em 1629 e, em 1639, soma 110.⁸⁰ Segundo Frei Vicente do Salvador, o Rio de Janeiro possuía, em 1627, 40 engenhos. Já Antonil atesta que, em 1711, o Rio de Janeiro tinha 136 engenhos de açúcar.⁸¹

⁷⁹ Sem testamento.

⁸⁰ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 65. M. Abreu contabiliza em 1580, 3 engenhos e 131 entre 1691-1700. ABREU, Mauricio. *Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro – séculos XVI e XVII*. In: FRIDMAN, F. e ABREU, Mauricio (org.). *Cidades Latino-Americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010, p. 81

⁸¹ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1982. Apud ABREU, p. 64. De acordo com M. Abreu, a cultura da cana assumiu importância decisiva na Capitania do Rio de Janeiro durante o século XVII, entretanto é difícil dimensionar o volume da produção e o número concreto de propriedades dedicadas ao cultivo.

Charles Boxer calculou que, entre 1638 e 1642, partiram, do porto do Rio de Janeiro, em média, de 20 a 25 navios carregados de açúcar para Portugal.

Os primeiros engenhos surgiram nas proximidades da área onde teve início a povoação. Com o tempo, eles foram se afastando, seguindo rumo ao interior. De acordo com as necessidades decorrentes do aumento da população,⁸² ganharam o espaço do recôncavo da Guanabara até a Baixada Fluminense⁸³ e a capitania de Paraíba do Sul.⁸⁴ Ao mesmo tempo, durante o período entre a segunda metade do século XVII e o próximo século, houve o crescimento do setor de produção de alimentos para suprir os engenhos e as minas que estavam sendo descobertas.⁸⁵ Outros fatores somados ao incremento da produção agrícola indicam-nos o crescimento da importância da capitania do Rio de Janeiro no cenário colonial. Assim, a presença de mercadores fluminenses no tráfico atlântico de cativos demonstra a dinâmica dessa praça frente às demais da colônia.⁸⁶ Ao mesmo tempo, a reconquista de Angola, com a forte presença da elite mercantil e política da capitania no processo,⁸⁷ indica a dinamização da economia fluminense.⁸⁸

Durante o século XVII, o panorama econômico alternava-se entre momentos de expansão e retração. O mercado internacional sofreu com as oscilações do preço do açúcar. Crises políticas e econômicas durante todo o período tiveram consequências sobre os rumos da colônia. Dessa forma, quando o conflito entre Espanha e Províncias Unidas eclodiu, uma das implicações foi a ocupação holandesa em Pernambuco e na Bahia (1630-1654). Com a Restauração portuguesa, ocorreu o aumento dos custos militares com conflitos que se estenderam na Península Ibérica até 1668 e um sério déficit com a interrupção do comércio com as províncias espanholas. A tomada de Luanda pelos batavos ocasionou o fim do suprimento de escravos. Por fim, a entrada das Antilhas no mercado do açúcar (1650) resultou na perda de mercado consumidor, baixa dos preços e demanda por mão de obra escrava.

⁸² ABREU, op. cit., p. 83.

⁸³ SCHAEFFER, Regina P. G. Espíndola e GEIGER, Pedro Pinchas. Nota sobre a evolução econômica da Baixada Fluminense. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro de 1951*, Rio de Janeiro, IBGE, n. 4, p. 93-102, 1952.

⁸⁴ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

⁸⁵ SAMPAIO, op. cit, p. 115 e segs.

⁸⁶ FLORENTINO, Manolo G. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

⁸⁷ O próprio governador da capitania, Salvador Correa de Sá e Benevides, foi lutar em Angola contra os holandeses.

⁸⁸ Ver SAMPAIO, op. cit.

Ao mesmo tempo, internamente, o aumento da atividade mineradora teve implicações diversas na capitania do Rio de Janeiro. Já no início do século XVIII, ocorreram crises de abastecimento e fome. Como consequência imediata, houve o crescimento do setor de produção de alimentos, que viria a servir, também, para abastecer as minas.⁸⁹ Os conflitos entre paulistas e portugueses, com a vitória dos Emboabas sobre os paulistas, resultaram na inserção de cariocas no mercado das minas, colocando-os definitivamente como protagonistas do complexo atlântico português. Por fim, a construção do Caminho Novo (no início do século) reforçou a participação da capitania no comércio interno e externo.⁹⁰

Ao final do século XVIII, os engenhos fluminenses mais que triplicaram. Em 1779, a *Relação* do Marquês do Lavradio descreve a existência de 18.511 fogos, 38 freguesias, 491 engenhos de açúcar, 194 engenhocas de aguardente com uma produção de 289.185 alqueires de farinha, 50.481 de arroz, 48.565 de feijão e 64.422 de milho.⁹¹ O porto do Rio de Janeiro era o primeiro em importação e exportação de produtos, bem como se destacava na redistribuição de mercadorias para outras capitanias. A sede do vice-reinado concorreu com 38,1% das importações e 34,2% das exportações, à frente da Bahia, cujos índices correspondem a 27,1% e 26,4%. Pernambuco ficava em terceiro lugar de participação absoluta (21% e 22,7%, respectivamente), seguido por Maranhão e Pará; em último lugar Santos, Paraíba e Ceará.⁹² O início da década de 1790 foi um momento de crescimento da economia açucareira devido aos preços elevados com a interrupção de fornecimento pelo Haiti. Entretanto, entre 1799 e 1811, o preço do açúcar branco exportado pelo porto do Rio de Janeiro cai a uma taxa anual de 5,7% e suas receitas a uma taxa anual de 19,9%.⁹³

Com o deslocamento do eixo econômico para o centro-sul do território, uma série de mudanças acompanharam essa transformação na América lusa. Uma delas foi o desenvolvimento e a especialização de regiões para o abastecimento interno. Nesse cenário, o continente de São Pedro, entretanto, continuava como importante região

⁸⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1690-1790)*. 1990. Doutorado (Tese) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

⁹⁰ SAMPAIO, op. cit., p. 80-99.

⁹¹ LAVRADIO, Marquês do. Relações parciais apresentadas ao Marquês do Lavradio. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo LXXVI, Parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p. 285-360.

⁹² ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980, p.133.

⁹³ FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 22.

fornecedora de couro e charque para áreas ao norte da capitania.⁹⁴ Duas regiões próximas ao que seria a sede do vice-reinado, passaram a se destacar nesse período no âmbito da economia de abastecimento: Minas Gerais e Campos dos Goytacazes.

As Minas, com a produção de metais preciosos em declínio, fato percebido já nos últimos anos da primeira metade do setecentos, passaram a abastecer a sede do vice-reino com produtos de consumo para o mercado interno.⁹⁵ Em Campos dos Goytacazes, o gado foi a principal cultura introduzida durante a ocupação da região de campos alagadiços.⁹⁶ A produção de carne, couro e queijos abasteceu o Rio de Janeiro durante muito tempo,⁹⁷ até mesmo quando a cana assumia papel de destaque na economia da região.⁹⁸

O que observamos, portanto, é uma ramificação de negócios que ligava as mais diversas partes da colônia,⁹⁹ mas que ocorria, sobretudo, entre a capitania do Rio de Janeiro e o continente de São Pedro e Minas Gerais. Nota-se a diversificação na produção, desenvolvendo-se a pecuária e a agricultura de alimentos, promovendo-se a internalização da economia¹⁰⁰ e a reprodução do capital mercantil no interior da

⁹⁴ Sobre o Rio Grande do Sul e sua participação na economia da América lusa, ver OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.

⁹⁵ Para mais informações sobre a economia de subsistência consultar LINHARES, Maria Yedda Leite. *Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII E XVIII)*. In Tempo, v. 1, n. 2, dez. 1996, p. 101-131. Disponível em http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg2-6.pdf. Acessado em 21 de novembro de 2015; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

⁹⁶ LAMEGO, op. cit., p. 93-100.

⁹⁷ LAMEGO, ibid., p. 76.

⁹⁸ Alden assinala que, entre 1769 e 1778, houve um crescimento de 235% na produção açucareira, quando o número de engenhos passou de 56 para 104, elevando-se também o número de escravos de 3.192 para 4.871. ALDEN, D. *Royal Government in Colonial Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1968, p. 356. O Relatório do Marquês do Lavradio de 1779 registrava que em São Salvador de Campos dos Goytacazes, havia um total de 1.883 fogos, 6 freguesias, 168 engenhos de açúcar e 9 de aguardente. Eram produzidos 28.312 arrobas de farinha, 1.326 de arroz, 9.277 de feijão, 7.152 de milho, 2.050 de algodão, 2.161 caixas de açúcar, 141,5 pipas de aguardente e, apenas, 3 arrobas de anil. Havia 5.066 almas cativas pertencentes aos senhores de engenho, homens e mulheres. *Relações*, op. cit., p. 331-341.

⁹⁹ Sobre o comércio entre a região de Sorocaba e o Rio de Janeiro, ver BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2001, p. 110.

¹⁰⁰ Segundo José Jobson Arruda, a segunda metade do século XVIII se caracterizou por uma significativa diversificação do mercado interno colonial (...) onde se constata a ampliação da produção agropecuária, que passa de 33 para 126 produtos, dentre os quais o ouro e o açúcar perdem a hegemonia que sempre tiveram. O açúcar representa, no final do século, não mais do que 35% do total de exportação, respondendo o restante da produção por uma significativa dinamização da vida econômica interna da colônia, com acentuada tendência à internalização do fluxo de renda (...). ARRUDA, José Jobson de A. O sentido da colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830). In: TENGARRINHA, José (org.) *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Porto: Instituto Camões, 2000, p.173.

própria economia da colônia.¹⁰¹ As possessões de África e do império espanhol também aparecem como entrepostos de comércio com o Rio de Janeiro. Para sustentar essa economia, os escravos eram utilizados nas mais diversas atividades, desde oficiais de barbeiro a mestres de açúcar. Essa diversificação e conexão entre as várias regiões econômicas do Império luso é possível ser constatada também por meio dos inventários estudados, sobretudo depois da mudança do vice-reino para o Rio de Janeiro.

1.3 O Rio de Janeiro dos vice-reis

A transferência do vice-reinado do Estado do Brasil da Bahia para o Rio de Janeiro veio consolidar uma situação previsível por volta de 1750: a cidade do Rio de Janeiro já se estabelecia como principal porto de importação e exportação do Império luso de tal forma que se constituiu como importante praça mercantil da região Centro-Sul. Aliava-se a esse fato a necessidade de se empreender uma fiscalização mais efetiva do ouro produzido em Minas Gerais. Por outro lado, o constante clima beligerante nas capitanias do Sul (Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina) e na colônia do Sacramento exigia maior proximidade dessas áreas ameaçadas. Por volta dessa mesma data, a maioria do aparelho administrativo já se achava estabelecido na cidade de São Sebastião.¹⁰²

Do ponto de vista político, assiste-se, na segunda metade do século XVIII, a uma mudança decisiva: a ascensão ao poder do Marquês de Pombal. No setor econômico, os produtos coloniais sofriam com crises sazonais, provocando déficits elevados na balança comercial portuguesa, como veremos mais adiante. O volume de ouro extraído das minas diminuiu consideravelmente entre as décadas de 1760 e 1780; a produção açucareira sofreu com baixas nos preços (1749-1776), os diamantes escassearam e elevou-se o valor dos escravos.¹⁰³

¹⁰¹ Fragoso se refere a esse fluxo de reprodução interna do capital como sendo um sistema de acumulação endógena do capital. *O fato de a agroexportação se reiterar, parcialmente, no interior do espaço doméstico possibilita aquilo que denominamos de acumulações endógenas. Essas, a princípio seriam o resultado da própria interação mercantil, dos processos de reprodução, da plantation escravista com os setores produtivos do abastecimento colonial.* FRAGOSO, op. cit., p. 219.

¹⁰² Nessa época já estavam instalados na cidade do Rio de Janeiro o Tribunal da Relação (1751), a Mesa de Inspeção (1751) e a Intendência do Ouro (1751). ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1968, p. 45.

¹⁰³ ARRUDA, op. cit., p. 111 e segs.

Diante de tal conjuntura, Sebastião José de Carvalho e Melo, como ministro de D. José, procurou implementar uma série de medidas para racionalizar a administração pública, sanar as contas da coroa e aumentar a fiscalização sobre a colônia, o que incluía, também, melhorar a defesa do território contra ameaças externas.¹⁰⁴ Tendo em mente alcançar seus objetivos, Pombal promoveu uma série de medidas, entre elas jurídicas, que visavam, por um lado, a centralizar o poder político nas mãos do rei e, por outro, concentrar o poder econômico nas mãos de uma elite comercial, o que tornaria o controle dos negócios mais fácil por parte do governo metropolitano. Entre elas, podemos destacar: a instalação da Mesa de Inspeção (1751) e do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751); a criação das Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) e de Pernambuco e Paraíba (1759); a organização do Colégio dos Nobres (1760); o aparelhamento da Intendência Geral de Polícia do Rio de Janeiro (1766); a criação de aulas régias; a expulsão dos Jesuítas (1759) e a reforma da Universidade de Coimbra (1772). Todas essas resoluções objetivavam impulsionar a economia lusa e combater as forças retrógradas - personificadas nos Jesuítas e nos catedráticos de Coimbra - que limitavam o avanço de Portugal em direção às maiores nações europeias do período.

Tirar Portugal da estagnação econômica, entretanto, exigia ainda o fomento à indústria e à produção de matéria-prima para abastecê-la, o que só vai ser levado à cabo em 1785, com a proibição da instalação de manufaturas na colônia e o fechamento daquelas que já estavam instaladas. Entretanto, era preciso, ainda, conhecimento para fazer essas fábricas operarem e material para seu funcionamento. Uma série de estudos para o cultivo dos mais variados produtos que servissem a esses objetivos foram incentivados, os quais serviriam tanto como alternativas de ganho para a coroa quanto de matéria-prima para a manufatura. Para Maria Odila L. da Silva Dias

A publicação de memórias patrocinadas pela coroa, sobretudo a partir de 1770, é fruto de uma política consciente e preocupada em fomentar a produção de matérias-primas para a industrialização de Portugal, em promover um renascimento da agricultura para compensar as oscilações dos rendimentos do “quinto”, os inconvenientes de um sistema fiscal sobrecarregado e a baixa do preço do açúcar, em virtude da concorrência estrangeira e, sobretudo, a partir

¹⁰⁴ FALCON, Francisco C. *A época pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

*do último quartel, em aproveitar as novas perspectivas que a conjuntura internacional parecia apresentar para ao Brasil em razão de desajustes ocasionados pela Revolução Francesa e pelas guerras napoleônicas.*¹⁰⁵

Vejamos como o governo pombalino pôs em prática suas políticas através de alguns de seus representantes na América lusa. Os vice-reis que assumiram o governo, já trasladado para a cidade do Rio de Janeiro em 1763, deram continuidade à política “ilustrada” proposta pelo Marquês de Pombal. Nesse contexto, uma série de medidas administrativas, reformas e intervenções urbanísticas foram postas em prática. As principais delas tinham como finalidade a reorganização das defesas da colônia, fossem elas por meio de reparos ou construção de fortalezas ou pela organização e criação de tropas. As intervenções na cidade do Rio de Janeiro tanto serviram para dar início ao saneamento da cidade colonial quanto para racionalizar sua defesa. Dessa forma, durante a segunda metade do século XVIII, foram reformadas e reconstruídas várias fortalezas, ruas e serviços básicos para a população.

Depois da transferência da sede do vice-reinado para a cidade do Rio de Janeiro, foi nomeado para o cargo D. Antônio Álvares da Cunha, Conde da Cunha (1763-1767). Ao assumir, o vice-rei deu prosseguimento às melhorias iniciadas por seu antecessor, o Conde de Bobadela,¹⁰⁶ e pôs em prática uma séria de melhorias na cidade. Uma das principais preocupações de sua administração foi melhorar as condições físicas das fortalezas e reformar aquelas que necessitavam.¹⁰⁷ Construiu a casa do Trem (futuro arsenal de guerra)¹⁰⁸ e duas casas para guardar pólvora na Ilha das Pombas; instalou o arsenal de marinha junto ao monte onde se situa o Mosteiro de São Bento;¹⁰⁹ edificou uma fábrica de armas e armazém militar na fortaleza da Conceição. Na Ponta da Misericórdia, mandou instalar o quartel das companhias de

¹⁰⁵ DIAS, Maria Odila L. da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. In: DIAS, Maria Odila L. da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 49.

¹⁰⁶ O Conde de Bobadela, Antonio Gomes Freire de Andrade, governou o Rio de Janeiro entre 1733 e 1763, quando morreu. Durante sua administração, as capitanias de Minas Gerais (1735) e São Paulo (1737) foram integradas à capitania do Rio de Janeiro. Foi o momento em que se observaram grandes mudanças na cidade do Rio de Janeiro, com a execução de obras de melhoria da cidade e outras para garantir sua defesa. Para mais informações, consultar CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 3º v., 1943, p. 122; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O teatro da colonização: a cidade do Rio de Janeiro no tempo do conde de Bobadella (1733-1763)*. 1993. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

¹⁰⁷ PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, v. 5, 1820, p. 176-178.

¹⁰⁸ CALMON, op. cit., p. 291; PIZARRO E ARAÚJO, op. cit., p. 179.

¹⁰⁹ Idem.

cavalaria, que protegiam o vice-rei, e principiou o alistamento dos habitantes para formar mais quatro Terços de Infantaria Auxiliares.¹¹⁰ Em seu governo, o conde da Cunha determinou que se fechassem as lojas de ourives e se recolhessem as suas ferramentas, cumprindo ordens régias de 1766.¹¹¹

Do ponto de vista de melhorias urbanas, mandou abrir a rua do Piolho¹¹² até a Lagoa da Sentinela;¹¹³ obrigou a Câmara a tapar ou cobrir com lajes a rua da Vala,¹¹⁴ foco de doenças; recolheu os leprosos para a Casa da Quinta de São Cristóvão (antiga propriedade dos Jesuítas).¹¹⁵ Com o intuito de atingir dois objetivos de uma única vez, obrigou os solteiros que abundavam na cidade, entre os quais estariam desordeiros e vadios, a casarem-se ou *a assentar praça nos Regimentos de Linha; pois que sabia, os matrimônios além de serem muito úteis ao Estado, por se definirem seminários deles, origem da Sociedade Civil, e fundamento das famílias, são os mananciais perenes das povoações das terras.*¹¹⁶

O sucessor do Conde da Cunha, D. Antônio Rolim de Moura Tavares, nos dois anos que ficou no cargo de vice-rei, pouco fez pela administração da América portuguesa. Uma explicação para essa falta de empenho talvez esteja no fato de que o vice-rei não havia se adaptado bem aos ares dos trópicos. O Marquês de Lavradio, em uma de suas cartas, relatou que o Conde de Azambuja sofria de doença grave e que se convalescia quando aquele aportou no Rio de Janeiro.¹¹⁷

Em finais do ano de 1769, assumiu o vice-reinado o Marquês de Lavradio (1769-1779). Em seu governo, ele colocou em prática várias medidas para diversificar a economia, melhorar as defesas da colônia e dinamizar a administração da América lusa. Quando D. Luís de Almeida Soares Portugal Alarcão Eça e Melo foi encarregado do ofício e deixou a Bahia para assumir o vice-reinado no Rio de Janeiro,

¹¹⁰ PIZARRO E ARAÚJO, op. cit., p. 179-180.

¹¹¹ Ibid., p. 181

¹¹² A rua do Piolho é hoje a rua da Carioca. COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1955, p. 492.

¹¹³ A Lagoa da Sentinela ficava na junção entre o caminho de Mata-Cavalos (hoje rua do Riachuelo) e a rua de Mata-Porcos (atual rua Frei Caneca). GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, p. 215.

¹¹⁴ A rua da Vala era no lugar da atual rua Uruguaiana. COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1955, p. 531.

¹¹⁵ PIZARRO E ARAÚJO, op. cit., p. 182.

¹¹⁶ Ibid., p. 183.

¹¹⁷ Carta de amizade escrita a Minas Gerais ao Sr. Conde de Valadares em 6 de novembro de 1769. LAVRADIO, Marquês do. *Cartas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro, 1978, p. 3.

não tinha a dimensão do “insuportável e arriscadíssimo emprego”¹¹⁸ que teria nos próximos dez anos em uma terra que lhe pareceu “bastante má”.¹¹⁹ Em carta ao Chanceler conselheiro na Bahia, Lavradio descreve como foi sua recepção:

*(...) houveram (sic) seis dias de luminária e algumas ruas estavam magnífica [s], porque além das luzes que tinham nas janelas as paredes eram cobertas de placas com vários lustres pelo meio da rua, e em uma das noites que fui com o Senhor Conde [de Azambuja] Vice-Rei ver este obséquio o acrescentaram com bastante fogo de artifício, e muito fogo do ar, tem havido três dias [de] outeiro, e outros três de ópera, alternando estes dois divertimentos, entre si; acha-se prevenida uma grande festa de touros e cavalladas para o que se está acabando uma praça que fica magnífica (...).*¹²⁰

Mas nenhuma dessas homenagens foi capaz de trazer alguma satisfação ao Marquês, pois padecia de uma doença que imputava “da terra” desde, praticamente, quando chegou.¹²¹ Acrescentava-se a tal mal-estar o estado em que encontrou a cidade do Rio de Janeiro e a administração do vice-reino. Na mesma carta, Lavradio relatava a situação em que se achava o governo no ultramar:

(...) agora que de mais perto o [governo] vou conhecendo tremo e me é necessário recorrer a toda constância porque não acho que socorros por escrito no muito que se diz nos mandam porém sem até agora nada chegar; a Tropa ainda que são seis Regimentos está de tal forma diminuta pela grandíssima deserção, que tem havido, que eu terei grande satisfação se de todos puder formar quatro Regimentos completos (...); os cofres da Fazenda Real se acham quase exauridos, os rendeiros são mascates que a maior parte das vezes acabam o seu arrendamento ficando em uma grande dívida; o método de arrecadação da Fazenda está em tal desordem e confusão que seguro (sic) a V. S.^a que fico com a cabeça tonta, sempre que entro a ver qualquer coisa pertencente a esta repartição; vejo uma dívida tão acrescida como é de três milhões vejo ter-se gasto outro tanto ou mais em obras inutilíssimas que muitas para a defesa deste mesmo

¹¹⁸ Carta de amizade escrita ao Conde de Povolide para a Bahia em 8 de dezembro de 1769. LAVRADIO, Marquês do. *Cartas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro, 1978, p. 4.

¹¹⁹ Carta de amizade escrita a Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara na Bahia em 8 de dezembro de 1769. LAVRADIO, op. cit., 1978, p. 5.

¹²⁰ Carta de amizade escrita ao Chanceler Conselheiro na Bahia em 8 de dezembro de 1769. LAVRADIO, Ibid., p. 5.

¹²¹ Idem.

*porto é necessário mandá-las arrasar e ao mesmo tempo acho-me na precisão de me fortificar, ou ao menos prevenir-me contra alguma surpresa tão fácil nesta praça (...).*¹²²

Nesse relato, o Marquês do Lavradio nos introduz nos problemas com que se deparou para regularizar a administração do ultramar. De início, há uma crítica direta do recém-empossado vice-rei às promessas da coroa em mandar recursos para ajudar seus representantes na América, que nunca chegavam, o que ocasionava uma série de problemas, entre eles, as dificuldades em se promover, com bons resultados, a defesa do território, tanto no que diz respeito aos homens empregados para isso quanto às instalações físicas para a efetivação da manutenção da colônia. As tropas reduzidas e mal organizadas, os cofres da Real Fazenda sem recursos e território em perigo pelo descaso com as fortalezas são alguns problemas que faziam parte do cotidiano da administração colonial.

Com o tempo, a indicação de Lavradio pelo Marquês de Pombal pareceu ter tido bons resultados. Para Pedro Calmon, *Lavradio no seu governo de onze anos foi outro Bobadela: está na linha dos maiores administradores da América Portuguesa. Em boa parte a ele se deve o êxito da campanha do sul; e foi sua iniciativa o reaparelhamento das fortalezas do Rio de Janeiro, que transformou numa praça inexpugnável.*¹²³ Através do Relatório deixado pelo vice-rei a seu sucessor, podemos ver todo seu esforço em organizar aquela praça. Foi um fiel representante do momento de racionalização da administração empreendido durante o governo pombalino.

D. Luis de Almeida Portugal procurou fomentar a agricultura, com contínua preocupação em implantar novas culturas que aumentassem a arrecadação e diversificassem a economia. Foram vários os esforços de Lavradio para que cultivos como os da cochonilha, do cânhamo, do anil, do algodão, do fumo da Virginia e do arroz Carolina se desenvolvessem e provessem o reino de rendimentos alternativos à cana-de-açúcar e ao ouro.¹²⁴ Coube ao Marquês de Lavradio o empenho em deslocar,

¹²² Carta de amizade escrita ao Chanceler Conselheiro na Bahia em 8 de dezembro de 1769. LAVRADIO, *Ibid.*, p. 5.

¹²³ CALMON, op. cit., p. 292.

¹²⁴ LAVRADIO, Marquês de. Relatório do Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luiz de Vasconcellos e Souza que o sucedeu no Vice-Reinado. **Revista Trimensal de Historia e Geographia**. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de L. P. da Costa, tomo 4, no. 16, jan-1843, p. 409-486.

para o Valongo, o desembarque de escravos bem como transferir o matadouro para Santa Luzia, construiu os chafarizes da Glória e de Mata Cavalos.¹²⁵

O governo de D. Luiz de Vasconcellos e Souza (1779-1790) deu continuidade aos esforços de seu predecessor, dedicando-se, sobretudo, à defesa do território como uma de suas fundamentais preocupações. Segundo ele, a principal medida de seu governo foi empreender a *demarcação dos extensos domínios do interior da América Meridional, em virtude do Tratado de limites de 1777*.¹²⁶ Foi também sob o comando de D. Luiz de Vasconcellos que se iniciou a exploração das novas minas de Macacú, vizinhas ao arraial de Cantagalo, e o controle dos seus sertões infestados de “fascinorosos” e contrabandistas.¹²⁷ As diligências se justificavam, segundo o vice-rei, *não só pela abundância, mas ainda pela qualidade do ouro*.¹²⁸

A manutenção e o provimento das tropas continuavam sendo um ponto sensível para a administração no ultramar.¹²⁹ Além dessas dificuldades, o vice-rei relatava ter tido problemas com os ministros da justiça, que não admitiam as interferências dele nos seus assuntos, e os clérigos que, frequentemente, se imiscuíam em assuntos que não lhes diziam respeito. Segundo o vice-rei, muitos viviam *como homens que nunca conheceram a subordinação*.¹³⁰

No que concerne à agricultura, o vice-rei deu prosseguimento ao empenho iniciado pela administração anterior ao cultivo do anil e da cochoilha, produtos que tanto Luís de Vasconcellos quanto Lavradio acreditavam ser alternativas rendosas para a Fazenda. O empenho de ambos, entretanto, foi em vão. Para o vice-rei Luiz de Vanconcellos, o fracasso se deu porque os pagamentos aos produtores deveriam ser feitos na entrega da mercadoria. Enquanto a fazenda da capitania pôde pagar no ato da entrega, houve o incremento da produção; todavia, quando não foi mais possível ao vice-rei usar desse expediente, e foi necessário esperar o pagamento a ser feito pela

¹²⁵ CALMON, op. cit., p. 293.

¹²⁶ SOUZA, Luiz de Vasconcellos e. *Offício do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos e Souza, com a copia da relação instructiva e circunstanciada para ser entregue ao seu sucessor*. **Revista Trimensal de Historia e Geographia**. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de L. P. da Costa, tomo 4, no. 13, abril-1842, p. 4. Sobre os conflitos por territórios na América entre Portugal e Espanha consultar BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 93-99.

¹²⁷ Ibid., p. 24.

¹²⁸ Ibid., p. 27.

¹²⁹ Ibid., p. 30-31.

¹³⁰ Ibid., p. 33

coroa, viu-se o declínio das culturas, tanto na capitania do Rio de Janeiro com o anil, quanto na de Santa Catarina com a cochonilha.¹³¹

No sentido de fomentar o conhecimento científico, em concordância com os princípios do racionalismo ilustrado da época, o vice-rei Luís de Vasconcellos incumbiu frei José Mariano da Conceição Veloso, entre 1783 e 1790, de chefiar uma expedição botânica pela capitania do Rio de Janeiro com o objetivo de coletar e descrever a flora fluminense para o Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa. Os resultados fizeram parte de uma publicação póstuma, *Flora Fluminensis*.

Um outro fato importante a se destacar durante o governo de D. Luís de Vasconcellos é a promulgação do alvará de proibição das manufaturas nos territórios de ultramar. A partir de 5 de janeiro de 1785, ficavam interditas as manufaturas, especialmente as têxteis, na colônia portuguesa na América.¹³² Segundo Novais, o alvará visava, principalmente, a combater o contrabando e promover a atividade manufatureira na metrópole,¹³³ o que se conformava com a política “ilustrada” que havia sido implantada anteriormente, durante o governo pombalino.

O ofício de D. Luiz de Vasconcellos ao seu sucessor, o Conde de Resende, ainda dava conta da imobilidade da Câmara, fruto da falta de preparo de seus membros. Sua crítica se endereçava também ao presidente da câmara que *apenas segue os negócios de puro chavão, em que muitas vezes tropeça por ignorante, e quase sempre por altivo e absoluto, nem procuram, nem se empenham em adiantar os seus conhecimentos, para deles tirarem alguma utilidade em benefício do Estado e de seus povos*.¹³⁴

A preocupação dos antecessores do Conde de Resende (1790-1801) com a diversificação econômica tinha como pano de fundo a crise que acometia os produtos coloniais, arrefecendo-se apenas a partir de 1795, período que coincide com a chegada de D. Rodrigo de Souza Coutinho ao poder como Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, em 1796. Sob o comando de D. Rodrigo, promoveu-se um maior esforço de conhecimento e diversificação econômica dos territórios de ultramar com base em estudos científicos.

¹³¹ Ibid., p. 39-40.

¹³² Permitia-se, entretanto, o funcionamento das manufaturas de tecidos de algodão rústicos para uso dos escravos.

¹³³ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial. (1777-1808)*. 6ª. ed. São Paulo : Hucitec, 1994, p. 271.

¹³⁴ SOUZA, op. cit., *Offício ...*, op. cit., p. 41.

Foi durante esse período que vários bacharéis, egressos da Universidade de Coimbra reformada, atuaram no sentido de conhecer o território e melhorar a agricultura.¹³⁵ Havia um sentido pragmático e utilitário que guiava os objetivos e a execução dessas ações, deixando de lado, entretanto, produções científicas que pudessem significar contestação à ordem estabelecida. Maria Odila L. da S. Dias salienta o que significou esse momento para a metrópole e sua colônia na América:

*A natureza prática de seus estudos [intelectuais práticos e homens de ação], a atividade científica sob uma política de Estado que procurava ser inovadora e fazer reformas – se não políticas e sociais, pelo menos técnicas –, trazia o selo do despotismo ilustrado, que procurava impulsionar e estimular os estudos científicos de finalidade prática, principalmente de mineralogia e história natural, em detrimento dos estudos políticos e filosóficos, sempre mais perigosos, para os antigos privilégios e para a ordem constituída.*¹³⁶

A Revolução francesa, com seus ecos na América, cujo principal movimento foi representado na época pela Inconfidência Mineira, levou o Conde de Resende a temer qualquer movimento relacionado a ideias que criticassem a realidade colonial ou a monarquia. Foi como resultado do momento em que vivia que D. José Luís de Castro mandou fechar a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, fundada por Luís de Vasconcellos, e prender seus membros (1794). Sem provas de que os acadêmicos, tanto da colônia quanto da metrópole, que se reuniam ali, pretendessem promover qualquer sedição, foi obrigado a libertá-los três anos depois.

Durante seu governo, o Conde de Resende não deixou de cuidar das várias fortalezas da cidade, reformando-as, com medo de invasões ao território. Iniciou várias obras sem conseguir concluí-las, tais como: o cais na praia de D. Manoel, o aterro no Campo de Santana e da Lampadoza.¹³⁷ Empreendeu, entretanto, algumas intervenções urbanísticas úteis à cidade: a cobertura do aqueduto da Carioca, a construção do chafariz no local do Quartel do Regimento de Moura, o calçamento de várias ruas, entre elas a dos Inválidos.¹³⁸

¹³⁵ Para mais informações consultar DIAS, Maria Odila da Silva. *Aspectos da ilustração no Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 278, 1968, p. 105-170.

¹³⁶ DIAS, op. cit., p. 102-3.

¹³⁷ PIZARRO E ARAÚJO, op. cit., p. 259.

¹³⁸ Ibid., p. 259-261.

Tendo em vista todas essas transformações por que passou a cidade do Rio de Janeiro, e o crescimento da capitania como um todo, observamos que a participação feminina se desenvolveu nas mais diversas atividades. Ao mesmo tempo, todo o aparelho burocrático luso já estava instalado na capital do vice-reinado, o que facilitava o acesso dessa população aos instrumentos de proteção da coroa. Dessa forma, o impulso econômico que marcou o final do século XVIII e início do seguinte, somado à oportunidade de participação nos mecanismos legais da coroa, propiciou circunstâncias adequadas para que as mulheres viúvas pudessem desenvolver estratégias de sobrevivência que possibilitassem a sua manutenção e de seus familiares. É nesse contexto que devemos entender nossa documentação.

1.4 A documentação

A principal fonte documental analisada foram os inventários *post-mortem* disponíveis no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Como as Ordenações Filipinas determinavam que, nos inventários envolvendo menores, o juízo competente para iniciar a ação era o Juízo dos Órfãos,¹³⁹ a grande maioria das fontes primárias manuscritas estava no Fundo Juízo de Órfãos e Ausentes. Alguns processos foram encontrados no Juízo de Fora, e um no Fundo da Casa de Suplicação. No caso da ausência ou impedimento do proprietário do ofício, outro juiz podia conduzir o inventário, por isso o Juiz de Fora conduziu alguns processos. Com relação ao inventário no fundo Casa de Suplicação, trata-se de uma Apelação Cível na qual o inventariante, filho da viúva inventariada, reclamava que as terras aferidas pelos avaliadores e arroladas na partilha incluíam porções compradas por ele e outras pertencentes ao espólio da mãe, Maria Fragoso de Jesus.¹⁴⁰

O período de tempo determinado para balizar nosso estudo compreende, grosso modo, os anos entre 1763 a 1808. Esses marcos cronológicos determinam mudanças político-administrativas na colônia, o primeiro correspondendo à transferência do vice-reinado para a cidade do Rio de Janeiro, e o segundo à chegada da Família Real ao Brasil, como já dissemos anteriormente. O estabelecimento dessas datas como marcos cronológicos serviram para observarmos como, ao longo do

¹³⁹ *Ordenações*, Livro 1, Título 88, op. cit., p. 206.

¹⁴⁰ Maria Fragoso de Jesus e Silvério Soares Louzada e outros, Casa de Suplicação-EJ, 1808, EJ. 0.ACI.1108.

tempo, a política da metrópole foi capaz de modificar a vida na colônia, sem com isso deixar de atender aos interesses dos colonos, e assim forjar as relações de poder entre seus súditos.

Foram analisados 232 processos de inventário, uma apelação cível e um edital de venda e arrematação de bens.¹⁴¹ O primeiro inventário de mulheres casadas como inventariantes de seus maridos mortos, ou viúvas inventariadas, analisado data do ano de 1766¹⁴² e o último de 1808, obedecendo ao recorte temporal que escolhemos. Ao longo desse período, notamos a escassez de processos anteriores ao ano de 1792 (Gráfico 1.1). A exceção é o ano de 1789, com 11 processos. A partir de 1793, passam a aparecer, com mais regularidade, processos de inventário.

Fonte: Inventários no Juízo de Órfãos e Ausentes, Juízo de Órfãos e Ausentes da 1ª Vara, Casa da Suplicação e Juízo de Fora, AN/RJ.

Uma das explicações para esse quadro pode estar em acontecimentos coevos da história da cidade do Rio de Janeiro. Em 20 de julho de 1790 houve um incêndio que atingiu a sede da Câmara da cidade do Rio de Janeiro, localizada, então, na casa dos Teles, família proprietária do ofício de Juiz de Órfãos desde o ano de 1639 e

¹⁴¹ Havia outros processos de inventários *post-mortem* arrolados na lista do Juízo de Órfãos no Arquivo Nacional, porém alguns não foram localizados e outros estavam interditados, sem possibilidade de consulta.

¹⁴² O inventário de 1766 a que nos referimos está com data de 1789 na listagem do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Teresa Maria de Oliveira e Luis Gaspar de Almeida, proc. 9357, mç. 485, 1766, JOA/ANRJ.

grandes senhores de terras em Jacarepaguá. A municipalidade estava provisoriamente nesse prédio, pois a Relação do Rio de Janeiro, desde 1757, ocupava a construção feita para a vereança, nas proximidades da residência dos vice-reis.¹⁴³

As audiências do Juiz de Órfãos ocorriam às quartas e sábados de manhã em sua casa,¹⁴⁴ portanto, provavelmente a maioria da documentação do juízo, bem como a do Concelho, consumiu-se com o incêndio que acometeu a residência dos Teles em 1790. Vieira Fazenda relata que restaram apenas alguns livros da Câmara depois dessa data.¹⁴⁵ Não se sabe se a arca onde se guardava o dinheiro dos órfãos e o livro de assentos dos órfãos, estavam no local ou com um depositário, o Tesoureiro dos Órfãos, como estipulavam as Ordenações do Reino.¹⁴⁶

O crescimento no número de registro de inventários pode ser, também, uma consequência do aumento da população e do crescimento econômico por que passou a capitania na última década do século XVIII. Vejamos o que os números disponíveis para a população do período podem nos dizer a esse respeito. Em 1779, de acordo com um resumo da população das quatro freguesias da cidade do Rio de Janeiro,¹⁴⁷ havia um total de 43.376 pessoas entre brancos e pardos livres, pretos libertos e escravos.¹⁴⁸ Já um documento produzido para o vice-rei Luiz de Vasconcellos indica uma diminuição da população entre os anos de 1779 e 1789. Para as freguesias “dentro de muros” - as mesmas do resumo anterior - havia 38.707 almas, entre livres e escravos, e 5.827 fogos. Somando-se todas as freguesias da capitania do Rio de Janeiro, o documento indica que existiam 168.709 habitantes. Contando-se os membros dos regimentos chegamos a 174.829 pessoas.¹⁴⁹

¹⁴³ FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Tomo 86, V. 140, 1921, p. 268-9.

¹⁴⁴ NUNES, Antonio Duarte. *Almanaque Histórico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro de 1799*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 267, abr-jun. 1965, p. 95.

¹⁴⁵ FAZENDA, op. cit., p. 279-284.

¹⁴⁶ Como as Ordenações determinavam que a arca ficasse sob a guarda de um depositário, pessoa abonada do local, provavelmente ela não estava no prédio consumido pelas chamas. *Ordenações*, Livro 1, Título 88, §31, op. cit., p. 215.

¹⁴⁷ As quatro freguesias eram Sé Catedral, Candelária, São José e Santa Rita.

¹⁴⁸ Resumo total da população que existia no ano de 1779, compreendidas as quatro Freguesias desta cidade do Rio de Janeiro, até o último de Dezembro do dito ano. Também dos que nasceram e faleceram no mesmo ano de 1779. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 21 (1858), 1930, p. 216-7. Não sabemos a origem desse documento.

¹⁴⁹ *Memorias Publicas e Economicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789*. **Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico**, Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C.

O crescimento da cidade é atestado por Monsenhor Pizarro, com base em um mapa organizado pelo vice-rei, Conde de Rezende, cuja origem está na relação de desobriga fornecida pelos párocos das freguesias. Ele registra que *à proporção que o Comércio da Cidade se aumenta, e o povo dela notavelmente cresce, também avulta o número de seus habitantes, e se multiplicam os Fogos*.¹⁵⁰ Segundo esse autor, em 1799, havia 43.730 habitantes adultos na cidade de São Sebastião e, contando-se com os regimentos de linha, haveria mais de 50.000 habitantes distribuídos em mais de 6.760 fogos.¹⁵¹ Já em 1821, o mapa de população da corte registrava, no distrito do Rio de Janeiro, que abarcava as freguesias de Santa Rita, Sant'Ana, Sacramento, Candelária e São José 79.321 almas e 10.151 fogos.

Se esses números estiverem corretos, podemos acompanhar, concomitantemente, ao crescimento da população, um avanço no número de processos desde o ano de 1779 a 1808, sobretudo durante a última década do século XVIII. No período entre 1779 a 1789, contudo, os dados demonstram uma diminuição da população. No Juízo de Órfãos, chegamos, porém, pela primeira vez a mais de uma dezena de inventários em 1789. Nos três anos seguintes, houve uma queda nos processos, para em 1793 reiniciar o crescimento. Dessa forma, observamos que, ao longo do tempo, o aumento no número de inventários, no geral, segue a tendência do aumento da população. As exceções são os anos de 1802 e 1804, em que não passaram de 5 casos. Em um momento de crescimento econômico, como foi o final do século XVIII, é de se imaginar que houvesse maior preocupação dos proprietários em assegurar a transmissão de seus bens.

É possível apontar, por outro lado, que os registros de inventários e sua conclusão são uma garantia de que a partilha dos bens seria feita de acordo com as leis do reino, assegurando, assim, a proteção dos herdeiros no futuro. Para a esposa, significava, ainda, a segurança da posse da meação, uma vez que as leis do reino permitiam o sequestro dos bens caso a inventariante não terminasse o inventário no prazo. Sobretudo nos casos em que havia testamentos, o inventário era o melhor meio de que as vontades do morto fossem cumpridas, pois o processo exigia a apresentação

Tomo XLVII, Parte I, 1884, p. 27-29. Existe um extrato do censo de população de 1796 no Arquivo Ultramarino que informava haver na capitania do Rio de Janeiro 182.757 pessoas entre brancos e pardos livres, escravos cativos e escravos libertos. Extrato do censo de população das capitanias do Rio de Janeiro e da Ilha de Santa Catarina no ano de 1796. Rio de Janeiro, cx. 160, doc. 12.026, 1796, AHU-RJ.

¹⁵⁰ PIZARRO E ARAÚJO, op. cit., p. 41.

¹⁵¹ Idem.

do documento se houvesse um. Assim, o aumento no número de inventários, além de ser uma consequência do crescimento da população, pode ser atribuído a uma crescente preocupação dos envolvidos na transmissão patrimonial.

Havia uma constante rede de relações mercantis e de dependência entre negociantes ou produtores agrícolas, com parceiros comerciais nas mais diversas localidades de domínio lusitano e que pretendemos estudar ao longo do texto, sendo as viúvas as principais representantes desses homens que não mais podiam prosseguir com suas atividades mercantis. Essas mulheres que sucedem seus marido se tornam, portanto, suas legítimas representantes perante os agentes econômicos, administrativos ou legais. Elas, porém, vivem em um mundo onde, apesar de assumirem responsabilidades que antes eram de seus falecidos esposos e serem reconhecidas como tal por amplos setores da sociedade, têm um papel ambíguo dentro dessa mesma sociedade. Eram também vistas com receio e temidas por muitos. Havia, portanto, a necessidade de regular seu comportamento, doutriná-la, controlá-la e, muitas vezes, contê-la. No próximo capítulo, estudaremos como a figura da viúva foi sendo moldada por meio dos discursos dominantes de vários autores, o que não significa dizer que esses discursos foram internalizados sem contestação ou adaptação dessas mesmas mulheres ao longo do tempo.

Capítulo 2

A(s) Viúva(s)

*O estado de viuvez é, pois, bom, uma vez
que é tantas vezes elogiado pelo julgamento
dos apóstolos, mas também é preceptor da
fé e da castidade.*

Santo Ambrósio,
De Viduis

Autores, recentemente, vêm demonstrando que as viúvas não são uma categoria de análise uniforme, ou seja, são representadas das mais variadas formas nas mais diferentes sociedades. Partimos do princípio de que “a viúva” adquiriu definições específicas em contextos históricos e culturais determinados, devendo, dessa maneira, ser culturalmente “generificado”. O objetivo deste capítulo é, portanto, analisar como a “viúva” foi elevada à condição de uma categoria social que deve ser entendida em momentos e locais específicos. Impõe-se a necessidade de se pensar em “viúvas”, no plural, como forma de permitir a sua compreensão.

2.1 Ser viúva em espaços e mundos diferentes

As diferentes imagens atribuídas às viúvas são perceptíveis na origem etimológica dos termos nas línguas modernas. O termo *viúva*, em português, e *veuve*, em francês¹⁵² derivam do latim *Vidua*, formado pelo prefixo *Ve*, cujo significado é ausência, privação; e *Duitas*, *Duidade*. Rafael Bluteau nos esclarece que

*Vidua, ou Sine Duitate, quer dizer Mulher, que vive só,
& fora do matrimônio, que é estado de dois, a saber,
marido & mulher.*¹⁵³

¹⁵² AUBRY, Yves. Pour une étude du veuvage féminin à l'époque moderne. **Histoire, économie et société**, Paris, v. 8, n. 8-2, p. 224, 1989.

¹⁵³ Bluteau ainda nos dá outra definição: *Outros (segundo a etimologia de Macrobio, Lib. I Saturna, czp, 15) derivam de Vidua também do Latim Ve, mas com diferente significado do primeiro, porque querem que a dita partícula Ve queira dizer Muito, como na dicção Vehemens, e em outras, que denotão aumento; junto pois o Ve, com Idua, derivado do antigo verbo Iduare, que em língua Etrusca, ou Toscana queria dizer Dividir, ou Separar, faz com que Vidua venha a significar o mesmo, que muito*

A ausência, o nada, a abstenção, portanto são palavras relacionadas ao estado de viuvez.

Em grego, o vocábulo *chêra* era empregado para designar não apenas as viúvas, mas toda mulher não casada. Na Grécia antiga, especificamente em Atenas,¹⁵⁴ as viúvas desfrutavam de menos direitos que as romanas, apesar de muitos autores apontarem para o fato de que haveria muitas viúvas no período clássico.¹⁵⁵ As mulheres atenienses eram excluídas de vários direitos pertinentes aos cidadãos. Elas estavam sujeitas, por toda a sua vida, à autoridade de um guardião masculino, não podiam possuir terras nem dinheiro, estava-lhes vedada a herança por inventário dos bens do marido ou do pai, não podiam escrever testamento, tampouco controlar seu dote nem fazer transações financeiras de valores superiores a seis dracmas sem a aprovação de um guardião.¹⁵⁶

Em uma sociedade cujos índices de viúvas eram possivelmente elevados,¹⁵⁷ tais restrições colocavam a mulher em situação não apenas inferior ao homem, mas também vinculava à figura masculina toda a sua existência social e econômica. A mulher que estava livre da tutela do marido, quando viúva (*kyrieia*), deveria se submeter à autoridade de um parente que exercia as funções de guardião. Ocorrendo o recasamento – o que julgava-se ser bastante comum entre as classes abastadas atenienses¹⁵⁸ – restabelecia-se a autoridade do marido sobre os bens da esposa. Caso contrário, a viúva podia retomar seu dote e voltar para o domicílio de seu guardião

dividida, e apartada, porque separada de seu marido (...). BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, volume 8, p. 540-1.

¹⁵⁴ O período analisado aqui refere-se aos anos entre 450 e 300 a. C.

¹⁵⁵ Para uma discussão sobre o assunto, ver MCGINN, Thomas A. J. *Widows and patriarchy: ancient and modern*. London: Duckworth, 2008, p. 18-20. As mulheres estudadas por McGinn são majoritariamente da elite ateniense. Poucos dados foram encontrados para as mulheres das classes mais baixas.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 21.

¹⁵⁷ Duas observações, do ponto de vista demográfico, devem ser consideradas aqui. Em primeiro lugar, historiadores estimam que a expectativa de vida nesse período seja de 30 anos, fazendo com que muitas mulheres percam seus pais prematuramente. Por outro lado, estudos apontam que a idade no primeiro casamento para mulheres esteja por volta dos 14 ou 15 anos, enquanto que para os homens ela esteja próxima dos 30 anos. Essa diferença de idade entre homens e mulheres – aliada a períodos de guerras longas – pode ser responsável por uma elevada taxa de mortalidade masculina e, como consequência, uma grande quantidade de viúvas. Para maiores informações ver GOLDEN, Mark. *Demography and the exposure of girls at Athens*. *The Phoenix*, Toronto, n. 35, p. 316-31, 1981; SALLARES, Robert. *The ecology of the ancient Greek world*. Ithaca/NY: Cornell University Press, 1991; POMEROY, Sarah B. *Families in classical and Hellenistic Greece: representations and realities*. Oxford: Clarendon Press, 1997.

¹⁵⁸ Dois fatores influenciavam a ocorrência de um novo casamento: idade e classe social. Sendo a pouca idade, na viuvez, e o pertencimento às classes altas proprietárias condições facilitadoras de novas núpcias. MCGINN, op. cit., p. 26.

original (*kyrios*) ou permanecer em sua residência sob a guarda de um filho que ficaria encarregado de administrar seu dote.¹⁵⁹ Em Esparta, diferentemente, as mulheres podiam ser proprietárias de terras, obtendo-as através de herança ou administrando seu dote.¹⁶⁰ Alguns autores revelam que se procurava restringir a presença de viúvas em cerimônias públicas e o contato com homens que não eram da família.¹⁶¹

Durante os períodos republicano e imperial, as viúvas romanas desfrutavam de direitos que as atenienses desconheciam. Aos vinte anos, muitas mulheres romanas provavelmente já haviam perdido os pais – como as atenienses – e estavam livres do *patria potestas* (poder paterno), há muito não mais estavam sob o julgo do *manus*¹⁶² (poder marital) mas *sui iuris*, ou seja, legalmente independentes, tendo pouca importância a presença dos guardiões (*tutela mulierum*)¹⁶³ na sua tomada de decisão. As mulheres *sui iuris* tinham a liberdade de possuir propriedade, herdar bens por inventário e escrever um testamento. A *lex Voconia* (169 a.C.), entretanto, restringiu esse direito nas classes mais altas da sociedade romana, determinando que as mulheres não poderiam ser herdeiras e não receberiam mais do que a metade dos bens ou presentes referentes ao que caberia a outro legatário. Tais dispositivos seriam mudados com a *lex Falcidia* (40 a. C.) e as *lex Iulia et Papia* sob Augusto.¹⁶⁴

A lei civil romana privada vetava à mulher receber qualquer legado sem que tivesse sido designado em testamento, o que levava muitos maridos a escrever um, estipulando o que deveria ser dado à viúva. A esposa poderia receber “presentes” do marido falecido durante o casamento ou por testamento, o que incluía propriedades

¹⁵⁹ MCGINN, op. cit. p. 21.

¹⁶⁰ PATTERSON, C. B. *The family in Greek History*. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1998.

¹⁶¹ SCHAPS, David. M. What was free about a free Athenian woman? **Transactions of the American Philological Association**, Baltimore, v. 128, p. 161-188, 1998; COHEN, David. *Law, sexuality and society: the enforcement of morals in classical Athens*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

¹⁶² *Manus*, na lei romana antiga, era o poder que o marido tinha sobre a esposa e seus bens. A mulher *in manu* não podia ser proprietária. Ao casar, qualquer propriedade que possuísse por dote ia automaticamente para as mãos do marido, porém ela poderia, como os filhos, receber bens por herança do pai. Autores apontam que antes do governo de Augusto essa prática já vinha desaparecendo. GRUBBS, Judith E. *Women and the law in the Roman Empire: a sourcebook on marriage, divorce and widowhood*. London, Routledge, 2002, p. 21.

¹⁶³ A mulher com mais de doze anos cujo *pater familias* houvesse morrido – e livre do julgo de um marido – estaria sob *tutela mulierum*. O guardião que se designava para ser responsável por elas não simbolizava um obstáculo aos seus atos uma vez que eles tinham a obrigação apenas de supervisioná-las quando fossem fazer um testamento, vender determinado tipo de propriedade (*res Mancipi*) e libertar escravos. Os guardiões também não viviam com as tuteladas. GARDNER, J. F. *Women in Roman Law*. London: Croom Helm, 1986; GRUBBS, op.cit., p. 24.

¹⁶⁴ MCGINN, op. cit., p. 27.

em usufruto até sua morte. O dote retornava para a esposa viúva que podia voltar para a casa paterna ou permanecer *sui iuris*. Entretanto as leis matrimoniais de Augusto procuraram limitar o legado às esposas por testamento, porém, a viúva permanecia com o direito de administrar os bens dos filhos.¹⁶⁵ Eram permitidas à viúva a venda e a administração de propriedades que ficaram por legado do marido falecido.¹⁶⁶ Apesar de os filhos estarem sob a autoridade de um guardião, eles geralmente eram criados pelas mães que tinham o usufruto das propriedades – como já foi dito antes –, o que lhes garantia certa autoridade e influência sobre eles.

O casamento em Roma era visto como uma forma de legitimar a descendência, portanto a viúva deveria ter sido, quando casada, uma *mater familias* respeitável. O termo *vidua* significava tanto mulher solteira quanto viúva, divorciada ou celibatária. O importante para os romanos não era a viuvez, mas o fato de esta mulher ter sido uma matrona/senhora honrada, o que ainda lhe garantia a possibilidade de um novo casamento. As mulheres que se casavam apenas uma vez (*univira*)¹⁶⁷ eram reverenciadas, apesar de o recasamento ter sido um fato comum na sociedade romana.¹⁶⁸ Nesse sentido, algumas leis de Augusto recomendavam o novo casamento após um ano da morte do marido anterior. Posteriormente, o imperador determinou que as viúvas com mais de 20 e menos de 50 anos só poderiam contrair novas núpcias depois de dois anos de viuvez. As mulheres da elite eram as que mais contraíam segundas núpcias, revelando que fatores relacionados à presença de riqueza se tornavam bastante atraentes para o futuro esposo. As mulheres do povo encontravam menos parceiros dispostos a dividirem com elas o fardo da criação de filhos ou das despesas do domicílio.¹⁶⁹ A idade era outra variável decisiva para a

¹⁶⁵ Para uma explanação mais detalhada, ver MCGINN, op. cit., p. 27-29.

¹⁶⁶ As leis de Augusto procuraram limitar os presentes que eram deixados para as esposas em testamento.

¹⁶⁷ Jean Gagé identifica como características da *univira* ter a mulher pertencido à elite romana, assim como ter estado por toda a sua vida sob a autoridade do pai ou marido - descrição semelhante feita para as matronas romanas. No último século antes de Cristo, acrescenta-se um item a esta definição: o fato de a mulher ter dado à luz a filhos capazes de suceder o pai na perpetuação do nome da família. No primeiro século da era cristã, observaram-se algumas mudanças, entre elas a difusão nos vários estratos sociais do emprego do termo *univira* para designar a viúva honrada casada uma única vez. Ver GAGÉ, Jean. *Matronalia: essai sur les dévotions et les organisations cultuelles des femmes dans l'ancienne Rome*. Bruxelas: Latomus, 1963. Sobre as transformações no emprego do termo ver LIGHTMAN, Majorie and ZEISEL, William. *Univira: an example of continuity and change in Roman society. Church History*, v. 46, n. 1, mar., 1977, p. 19-32. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3165156>. Acesso em: 1 de fevereiro de 2015.

¹⁶⁸ A figura da *univira* estava presente desde há muito em representações rituais das religiões arcaicas. LIGHTMAN and ZEISEL, op. cit., p. 19.

¹⁶⁹ MCGINN, op. cit., p. 34-36.

realização ou não de um novo casamento: quanto mais jovem era a viúva, maiores chances tinha de casar novamente. Portanto a existência de patrimônio e a juventude são fatores que aumentavam a probabilidade da ocorrência de segundas núpcias.

Durante a República romana ou o Império, não havia mecanismos assistenciais para socorrer as viúvas.¹⁷⁰ Elas deveriam contar com o auxílio e a proteção dos filhos e parentes. Aquelas que não tivessem uma rede de parentesco capaz de prover e protegê-las, deveriam contar apenas com suas forças. No caso das mulheres das camadas mais baixas da sociedade, a situação era ainda mais grave em função da escassez de meios para sua manutenção e dos filhos e pela vulnerabilidade de sua posição. Em uma sociedade regida pela guerra, o contingente de viúvas parece ter sido elevado durante boa parte do período de expansão romana. Esse quadro mudaria definitivamente apenas com o aumento da influência judaico-cristã sobre o Império.

Vulnerabilidade e prestígio são duas características comuns atribuídas às viúvas. Ao mesmo tempo em que estavam desprovidas da proteção do marido, sujeitas aos mais diversos artifícios para serem enganadas ou deixadas de lado por filhos e familiares, as viúvas desfrutavam de respeito social. Apesar de mulheres - por excelência serem consideradas seres inferiores de acordo com a legislação e o senso comum -, as viúvas eram capazes de dar continuidade aos seus legados deixados por pais e maridos. Essa realidade ganha contornos mais delicados quando olhamos para culturas não ocidentais tão díspares, como o islamismo e o hinduísmo. Destacaremos aqui o Islã de Maomé e a Índia milenar, pois ambos nos parecem relevantes em função da presença singular da viúva: tão importante quanto ambígua.

Duas ressalvas devem ser feitas antes de analisarmos o islamismo. A primeira delas diz respeito à diversidade de costumes dos diversos povos árabes que viviam na região onde se originou o Islã. A nova religião foi portadora de uma unificação pouco afeita à unanimidade na aceitação de novos preceitos sem conflito. A segunda, aponta para uma divergência entre os historiadores dedicados ao Islamismo com relação à condição da mulher no período pré-Islã.¹⁷¹ Jansen argumenta que, enquanto as

¹⁷⁰ O cristianismo inseriu, já no final do Império, a noção de proteção e auxílio à viúva e ao órfão como veremos adiante.

¹⁷¹ A discussão quanto ao islamismo ser um fator emancipador ou não para as mulheres está em JANSEN, Willy. Widows in Islam. In: BREMMER, Jan N. and VAN DEN BOSCH, Lourens P. *Between poverty and the pyre: moments in the history of widowhood*. London: Routledge, 1995, p. 206-210. Ver também DOUMATO, Eleanor A. Hearing other voices: Christian women and the coming of Islam. **International Journal of Middle East Studies**, v. 32, n. 2, May 1991, p. 177-1991;

mulheres de um modo geral perdem benefícios com os mandamentos do Corão, as viúvas ganham vantagens – tais como o direito à herança do marido.¹⁷² Outros acreditam que, como L. Ahmed, o islamismo, desde sua aparição no século VII d. C., provocou uma mudança de atitude diante da mulher. Segundo Ahmed, as mulheres que tinham poder derivado de uma tradição matrilinear deixam de ter influência e poder social para, com o tempo, tornarem-se submissas às determinações ditadas pelo lado masculino da linhagem.¹⁷³ As mudanças de *status* de mulheres nos primeiros tempos do Islã abrem espaço para que muitas viúvas se destacassem como mulheres fortes e independentes.

Uma dessas mulheres foi Khadîja, primeira esposa do Profeta. Poderosa viúva de um comerciante, Khadîja escolheu Maomé como seu segundo esposo, não se importando com a diferença de idade entre eles nem com a oposição de sua família ao casamento.¹⁷⁴ Ela o ajudou, durante sua vida, a propagar o islamismo e foi sua única esposa. Após sua morte, Maomé se casou com Sawda, uma viúva convertida ao islamismo, e com ‘Aisha. O casamento com ‘Aisha durou 13 anos até a morte de Maomé.¹⁷⁵ Depois da morte de seu marido, ‘Aisha se tornou uma mulher influente no Islã, lutando ao lado dos combatentes islâmicos contra os infiéis e muitas vezes foi convidada para falar sobre sua fé e sobre os ensinamentos do Profeta. As disputas constantes por poder na nova religião obrigou-a a abandonar seu postulado. A vida de ‘Aisha, entretanto, contrariamente à de Khadîja, antecipa as restrições pelas quais as mulheres muçulmanas passariam: *ela nasceu de pais muçulmanos, casou-se com Maomé quando tinha nove para dez anos e, em pouco tempo, juntamente com as outras esposas, começou a seguir os novos costumes de uso do véu e de reclusão.*¹⁷⁶

HUZAYYIN, S. A. Marriage and remarriage in Islam. In: DUPÂQUIER, J. et al. *Marriage and Remarriage in Populations of the Past*. London/New York: Academic Press Inc., 1981, p. 95-109.

¹⁷² JANSEN, op. cit., p. 209.

¹⁷³ Leila Ahmed aponta que a mulher no Oriente Médio começa a perder poder a partir do momento em que sociedades urbanas complexas e baseadas em guerras se desenvolvem, dando lugar a classes sociais dominadas pelo homem proprietário. O patriarcalismo surge enquanto poder predominante sobre a família e a sexualidade da mulher, o que garantia a transmissão de propriedade aos herdeiros legítimos. AHMED, Leila. *Women and gender in Islam: historical roots of a modern debate*. New Haven/London: Yale University Press, 1992.

¹⁷⁴ Khadîja tinha 40 anos quando desposou Maomé, com 25.

¹⁷⁵ Jansen atribui à ‘Aisha 6 anos ao casar enquanto o profeta teria por volta de 50. O casamento teria se consumado quando ela tinha 9 anos. JANSEN, op. cit., p. 216. Ahmed aponta que ‘Aisha tinha 9 anos quando se casou com o Profeta. AHMED, op. cit., p. 51.

¹⁷⁶ AHMED, op. cit., p. 43. Tradução livre da autora.

Segundo Ahmed, ela participou de um momento de transição do Islã e, portanto, sua vida seria um bom exemplo tanto da Jahilia¹⁷⁷ como de algumas práticas islâmicas.

De tal monta deveria ser o número de órfãos e viúvas nos primeiros dias do Islã - uma vez que a Guerra Santa e os conflitos internos eram uma constante - que a prática de casamento com viúvas passou a ser incentivada pelo Profeta. Maomé ainda desposaria outras viúvas cujos maridos teriam morrido lutando pelo Islã. Em um dos versos revelados do Corão, Ele estimulava a prática da poliginia: (...) *marry such women as seem good to you, two and three and four* (...).¹⁷⁸ Entretanto, se o marido não fosse capaz de manter com dignidade várias mulheres - como determinava o Corão - ele deveria permanecer com apenas uma.

O divórcio e as segundas núpcias eram práticas comuns anteriores aos ensinamentos de Maomé. O Corão, no entanto, institucionalizou e delimitou essas práticas para seguidores da nova religião. O recasamento proporcionava algumas vantagens para o homem que casasse com uma viúva: o dote e a herança que vinham do casamento anterior da mulher. De acordo com a nova religião, a mulher deveria receber metade dos bens do marido falecido, caso este tivesse apenas uma esposa.¹⁷⁹ O direito aos bens do marido daria certo grau de autonomia e poder às viúvas, apesar de o montante herdado muitas vezes não ser suficiente para a manutenção dessas mulheres, como argumenta Ahmed. Segundo esta autora, a prática da meação ocorreu, principalmente, no momento de transição das antigas tradições para o Islamismo e, sobretudo, entre as classes mais altas. Essas viúvas, portanto, dariam pouca importância à presença de um guardião, decidindo, segundo seu desejo, o que fazer e com quem casar.¹⁸⁰

Essa realidade mudaria com o tempo, restringindo cada vez mais o poder de decisão das mulheres. Ahmed destaca que, em comunidades do Egito, Síria e Turquia, entre os séculos XV e XIX (período medieval do islamismo), as mulheres desfrutavam de certa autonomia, porém durante o século XIX houve o completo aniquilamento do poder decisório da mulher. Nos séculos XVI e XVII, mulheres da

¹⁷⁷ Costumes e práticas das famílias e das tribos árabes.

¹⁷⁸ Sura 4, 3. **The Koran**. Disponível em: <http://quod.lib.umich.edu/cgi/k/koran/koran-idx?type=DIV0&byte=114839>. Acesso em: 2 de janeiro de 2015.

¹⁷⁹ *The male shall have the equal of the portion of two females; then if they are more than two females, they shall have two-thirds of what the deceased has left, and if there is one, she shall have the half* (...). Sura 4,11. **The Koran**. Disponível em: <http://quod.lib.umich.edu/cgi/k/koran/koran-idx?type=DIV0&byte=114839>. Acesso em: 2 de janeiro de 2015.

¹⁸⁰ O período ao qual ela se refere é a segunda metade do século VII. AHMED, op. cit., p. 77.

classe média turca podiam ser vistas administrando casas comerciais, comprando e vendendo propriedades, alugando lojas e emprestando dinheiro.¹⁸¹ Elas também podiam processar e serem processadas. As viúvas e as divorciadas deveriam ser mantidas sob a guarda de um homem, na maioria das vezes um membro da família, que deveria cuidar de sua segurança e sua manutenção. Caso elas não tivessem um guardião (filho ou tio), poderiam ser internadas em um convento (*ribat*).¹⁸² As mulheres das classes mais desprovidas que viviam sem o apoio da parentela – assim como os órfãos – estariam em situação mais vulnerável e deveriam contar com a proteção e a caridade alheias. Ahmed argumenta, entretanto, que

*(...) Muslim women were not, after all, the passive creatures, wholly without material resources or legal rights, that the western world once imagined to them. But women were active, let me emphasize, within the very limited parameters permitted by their society. For example, they were limited to acquiring property essentially through gift or inheritance (...). The number of women owning property substantial enough to render them financially independent of male relatives must always have been minute.*¹⁸³

A última sociedade que procuramos examinar neste capítulo foi a Índia. Nessa região, marcada pela sobreposição de culturas de várias origens – indo-europeia, islâmica, cristã e, por fim, predominantemente hinduísta –, observa-se o fenômeno mais controverso na história da viuvez, a *satī*. Ofuscada por essa presença determinante, a viúva parece ficar em segundo plano entre os temas estudados pelos historiadores que se dedicam às questões de gênero no subcontinente indiano.¹⁸⁴ Optamos aqui por analisar tanto a condição de *satī* quanto de viúva,¹⁸⁵ uma vez que ambas são complementares.¹⁸⁶

¹⁸¹ AHMED, op. cit., p. 110.

¹⁸² Estes *ribats* estavam disponíveis sobretudo para as mulheres mais abastadas, que ficariam ali até que conseguissem um novo casamento. AHMED, op. cit., p. 110.

¹⁸³ Ibid., p. 112.

¹⁸⁴ W. Menski descreve como a historiografia vem tratando sobretudo a presença da *satī* na sociedade indiana. MENSKI, Werner. *Sati: a review article*. **Bulletin of the School of Oriental and African Studies**, London, v. 61, n. 1, p. 74-81, 1998. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3107292>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2015.

¹⁸⁵ Como forma de diferenciar a viúva e a *satī*, usaremos aqui os termos viúva para designar a mulher viúva que permanece viva e *satī*, a viúva que decide pela imolação.

¹⁸⁶ A prática da cremação da viúva não é, entretanto, um fenômeno praticado indiscriminadamente. Existem determinadas castas que optam pela prática sendo que há ainda a opção das viúvas de permanecerem vivas. Ver também ADHYA, Sarmishtha. *Incense on holy altar: a study of widowhood in ancient India*. Kolkata: Progressive Publishers, 2006.

Deve-se diferenciar entre a *satî* e a prática de sua cremação. A *satî* é a viúva que optou por morrer ao lado do esposo morto, juntando-se ao corpo do marido no momento da cremação. Originalmente, a palavra *satî*, em sânscrito, significava mulher fiel, pronta para seguir seu marido na passagem para o outro mundo. A prática de “queimar viúvas” recebeu o nome de *sutti’ism*, em inglês, ou *suttisme*, em francês, forjado pela necessidade que os colonizadores ingleses tiveram para definir o ato.¹⁸⁷ Não se sabe a origem de tal prática. Duas principais hipóteses são aventadas: a primeira delas aceita a ideia de alguns autores que acreditam ser este um costume exterior ao hinduísmo e que tenha sido trazido para a região por outros povos.¹⁸⁸ Não há referência a isso nos Vedas, por isso outros estudiosos aceitam a hipótese de que a prática da cremação de viúvas tenha se expandido durante uma fase pré-ariana, e os brâmanes tenham tentado acabar com ela, porém o rito poderia ter permanecido no costume da população. Os textos mais antigos, que ditam a matéria sobre religião, condenam o suicídio e determinam para a viúva uma vida ascética, dedicada à oração e ao jejum, ou a contratação de um novo matrimônio com o irmão do finado marido (levirato) se ela não tivesse filhos.¹⁸⁹

A história da prática da cremação das viúvas passou por momentos de expansão e restrições na Índia.¹⁹⁰ Observando estelas funerárias antigas, autores como Reiniche e Sontheimer¹⁹¹ destacam a existência de fortes indícios da conexão entre o culto dos guerreiros heroificados – pertencentes às castas reais e marciais dos chatrias nas regiões de fronteira (*vîra*) - com a imolação de suas esposas como forma de proteção para os rebanhos e para as terras. No segundo milênio da era cristã, no entanto, o rito passou por um momento de crise, acompanhado por mudanças sociais que resultaram na perda de prestígio do papel da mulher na sociedade indiana,

¹⁸⁷ WEINBERGER-THOMAS, Catherine. Cendres d’immortalité: la cremation des vueves en Inde. **Archives de Sciences Sociales des Religions**, Paris, n. 67/1, p. 9-10, 1989. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/assr_0335-5985_1989_num_67_1_1369. Acesso em: 2 de fevereiro de 2015; VAN DEN BOSCH, Lourens P. The ultimate journey: Satî and widowhood in India. In: BREMMER, Jan N. and VAN DEN BOSCH, Lourens P. *Between poverty and the pyre: moments in the history of widowhood*. London: Routledge, 1995, p. 171-172.

¹⁸⁸ VAN DEN BOSCH, op. cit., p. 173-172; WEINBERGER-THOMAS, op. cit., p. 10-12.

¹⁸⁹ WEINBERGER-THOMAS, op. cit., p. 11.

¹⁹⁰ Existe a confirmação desta prática em outras sociedades como a chinesa e a japonesa. Ver FISCH, Jörg. Dying for the Dead: Sati in Universal Context. **Journal of World History**, Hawaii, v. 16, n. 3, Sep. 2005, p. 293-325. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20079331>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2015.

¹⁹¹ REINICHE, M. L. *Les Erections de pierres dans les rites funéraires et les cultes “ancestraux” de l’Inde du Sud*. Paris: l’Auteur, 1971; SONTHEIMER, G. D. *Some Memorial Monuments of Western India. German Scholars on India*. Bombay: Nachiketa Publications, 1876). Apud WEINBERGER-THOMAS, op. cit., p. 12.

sobretudo pelo fato de que tal prática pouco agradava aos muçulmanos. Durante os séculos XVII e XVIII, viajantes notaram que os governantes mongóis tentaram restringir o ato, entretanto, não se sabe quão eficientes foram os dispositivos governamentais. Os séculos XIX e XX testemunharam uma verdadeira efervescência na cremação de mulheres. O colonialismo britânico foi incapaz de contê-la, e alguns acreditam que essa foi uma forma de afirmação das tradições hindus.¹⁹²

Para entendermos melhor a ocorrência da *satī*, é importante olharmos mais detidamente para a condição feminina na tradição bramânica. A mulher indiana deve ser vista em função da presença masculina, seja do pai, do marido ou do filho. Dessa forma, a prática da cremação das viúvas encontra sustentação apenas quando se tem em mente que tal fenômeno se restringe a determinadas castas sob determinadas circunstâncias. São principalmente as mulheres pertencentes à casta dos brâmanes que se submetem à cremação e sempre por vontade própria, nunca obrigadas. Tal decisão pode ser explicada com base em dois fatores: em primeiro lugar, às crenças indianas de vida após a morte e, em segundo, em função do *karma*. Para o hinduísmo, a vida não acaba com a morte, o que garante à viúva o privilégio de acompanhar o marido no outro mundo. Essa escolha demonstra um sinal de força e prestígio. O pronunciamento de seu desejo de estar com o marido na pira funerária lhe confere uma aura divina; os ancestrais de seu marido e os de sua própria família são santificados, e ela também ganha poderes sobrenaturais, tais como o da premonição.¹⁹³ As leis do *karma* seriam anuladas uma vez que se acreditava ser a morte do marido, anterior à da mulher, culpa da esposa, ou seja, uma consequência de suas ações de vidas anteriores.¹⁹⁴

Uma vez dito pela viúva que ela se tornaria uma *satī* não havia como voltar atrás, apesar de os textos canônicos aventarem a possibilidade da desistência. Nesse momento, começam os preparativos para a cerimônia os quais devem ser públicos.

¹⁹² As autoridades britânicas proibiram a prática em 1829. Para um melhor esclarecimento sobre estes períodos ver, WEINBERGER-THOMAS, op. cit., p. 12-13.

¹⁹³ *A Satī was regarded as a saint and a mediatrix; for this reason her grace and intercession were often requested.* VAN DEN BOSCH, op. cit., p. 184. Ver também as páginas 180 e 183.

¹⁹⁴ Gayatri C. Spivak propõe uma diferente interpretação para o fenômeno *satī* no período colonial. Ela argumenta que o suicídio da viúva - Spivak utiliza esse termo deliberadamente -, ou seja, o ato de a viúva ser queimada junto ao marido no momento da cremação, tinha outras razões que eram exteriores à tradição hindu. Para a autora, a prática, que era mais comum em determinadas castas de Bengala, ligava-se à necessidade de controle populacional, às práticas misóginas locais e ao fato de que nessa região as mulheres podiam herdar propriedades. SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010, p. 100-101. Ver também MANI, Lata. *Contentious Traditions: the debate on Sati in colonial India*. Berkeley: University of California Press, 1998.

Percebe-se, então, que a prática vai além do ato de cremação em vida das viúvas apenas: há uma espécie de renovação dos votos de casamento. A viúva se veste com as roupas do dia do matrimônio, usa as mesmas joias, pinta pés e mãos com hena e ornamenta seu cabelo com flores. Então começam as festas e a música.¹⁹⁵ No dia em que o fogo da pira é aceso, a viúva se junta ao marido e ganha a honra de acompanhá-lo na outra vida.¹⁹⁶ Nesse momento, confirmam-se, novamente, pelo fogo os votos de união entre o homem e a mulher.

Em meio à forte presença da *satī*, estavam as viúvas que optaram por sobreviver ao marido. Essa escolha não era das mais fáceis uma vez que a viuvez reduzia em muito o poder que a mulher tinha enquanto esposa. A viúva era considerada como um ser impuro e desprezível. As mulheres das castas mais altas que desejassem contrair novas núpcias eram consideradas, entre os hindus ortodoxos, imorais. O recasamento era considerado adultério e infidelidade ao esposo falecido e uma vergonha para a família. Segundo a tradição hindu, a mulher que morresse antes do marido seria a mais feliz, pois não passaria pelas humilhações, pelas mortificações e pelos insultos durante sua viuvez.¹⁹⁷ O levirato era praticado pelas castas mais baixas, sendo uma alternativa para as mais pobres que não tivessem o privilégio de poderem ser mantidas pelos filhos.

Era necessário, às viúvas, seguir uma ordem ritual após a morte do marido. Assim que soubessem do falecimento, elas deveriam proferir uma série de palavras de lamentação diante do corpo e da família do marido para demonstrar seu desespero as quais precisariam ser ditas até a exaustão da viúva.¹⁹⁸ Ao contrário da *satī*, a viúva não tinha nenhuma função especial durante a cremação do marido. Após a cerimônia, não retornava à sua condição anterior na sociedade, pelo contrário, passaria o resto de sua existência em uma área liminar, da qual nunca mais sairia. Depois do décimo ou décimo segundo dia, a família do esposo falecido pertencente à casta dos brâmanes passava por ritos de purificação que encerravam o período de luto. Esses ritos consistiam em banhos e no corte do cabelo. A viúva se submetia a um ritual semelhante, porém ela deveria abrir mão do presente de casamento dado por seu

¹⁹⁵ Para uma descrição mais detalhada ver, WEINBERGER-THOMAS, op. cit., p. 16-17; VAN DEN BOSCH, op. cit., p. 180-181.

¹⁹⁶ Caso haja mais de uma mulher, alguns elementos são levados em conta na aprovação para ser uma *satī*: a presença de filhos menores, a gravidez, a idade elevada, entre outros.

¹⁹⁷ VAN DEN BOSCH, op. cit., p. 185.

¹⁹⁸ Para mais informações ver VAN DEN BOSCH, op. cit., p. 185.

marido (*tali*) e não mais poderia se ornar com joias. Ela não abandonaria mais o luto e deveria, a partir de então, vestir-se de branco.

Entre as viúvas das castas não-brâmanes, a cerimônia de fim do luto dava-se no interior da sua casa, após alguns dias da morte do marido, com a presença de amigos e parentes. Era oferecida uma refeição quando todos choravam pelo defunto, e, em seguida, cada um deles, jogava a viúva ao chão depois de abraçá-la. Sua parente mais próxima cortava o cordão de seu *tali* e raspava sua cabeça, primeiro sinal de viuvez para toda a vida. Van den Bosch realça que, desde há muito tempo, autores destacam não ser, a vida das viúvas na Índia – e nos parece que em qualquer outra cultura –, um mar de rosas:

She had to remain in mourning until her death and various symbols were employed to express this state. Until the beginning of this century¹⁹⁹ an orthodox Hindu widow of a high caste was shaven once a month. She was usually dressed in a simple white cotton cloth, since coloured garments were prohibited. She was not allowed to look in a mirror or to adorn herself with jewellery. The application of make-up such as, for instance, collyrium, vermilion and saffron, was fundamentally wrong. The chewing of betel nut was forbidden. Furthermore, the widow was excluded from any form of amusement or family festivities such as initiation (upanayana), marriage ceremonies and the like. Except for her children, her very presence was regarded as an evil omen in orthodox Hindu circles (...). She was often humiliated and the subject of hate and contempt. She had to sleep on the ground and restrict herself one meal a day. She was always controlled by the family of her deceased husband in order to ensure that she might not harm or disgrace him, because his spiritual well-being was supposed to be closely with her behaviour. Only by a life of ascetic discipline combined with prayer and other forms of worship in pious memory of her lord, might she hope to become connected with him again in the next life.²⁰⁰

No Ocidente, somente após a expansão do pensamento judaico-cristão se observou uma mudança de postura diante da viuvez e introduziu-se um elemento novo, a caridade. Desenvolveu-se a preocupação com a proteção da viúva - assim como o auxílio ao órfão - como sendo um dever tanto da Igreja quanto da família. No período de decadência do Império romano e da expansão do cristianismo, os

¹⁹⁹ O autor refere-se ao século XX.

²⁰⁰ VAN DEN BOSCH, op. cit., p. 188.

imperadores passaram a estimular atitudes mais solidárias, estimulando ações de respeito e proteção, apesar de mais coercitivas.

2.2 Sob a proteção de Iahweh

Uma mudança sensível é notada diante da figura feminina nos primeiros ensinamentos judaicos. Em nenhum momento no Pentateuco ou nos outros livros se procede a uma descrição tão específica e prescritiva da viúva.²⁰¹ Entretanto dois tipos principais de viúvas emergem aqui: a viúva pobre e sem auxílio e a viúva rica. O que se observa é que, em vários momentos, Iahweh procura salvaguardar a sobrevivência dos mais fracos, especialmente das viúvas e dos órfãos do povo prometido.²⁰² Já no Êxodo, enquanto conduzia o povo de Israel, Deus adverte: *Não afligireis a nenhuma viúva ou órfão. Se o afligires e ele clamar a mim escutarei o seu clamor; minha ira se ascenderá e vos farei perecer pela espada: vossas mulheres ficarão viúvas e seus filhos, órfãos* (Êxodo 22, 21-23).²⁰³ Em Jó, condenam-se as atitudes de improbidade contra estes protegidos de Deus promovidas pelo descrente.

*Os ímpios mudam as fronteiras,
roubam rebanho e pastor.
Apoderam-se do jumento dos órfãos.
e tomam como penhor o boi da viúva.*²⁰⁴

A mesma preocupação com a manutenção da viúva aparece em Deuteronômio, quando se condena que se penhore algum bem da viúva em caso de dívida desta (Deuteronômio 24, 17). Mais adiante, Deus determina que se deve prover à viúva, deixando que ela, assim como os órfãos e o estrangeiro, recolhessem o que sobrasse da colheita diária (Deuteronômio 24, 20). Cabia a eles, também, o dízimo trienal que lhes assegurava uma parte do que fosse produzido (Deuteronômio 14, 28-29). Ambos

²⁰¹ Todas as referências retiradas do Antigo e Novo Testamentos se referem à Bíblia de Jerusalém. Doravante virão referenciadas apenas com o nome do livro, capítulos e versículos. BÍBLIA DE JERUSALÉM. 2 ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

²⁰² VAN DER TOORN, Karel. The widow in Ancient Israel. In: BREMMER, Jan N. and VAN DEN BOSCH, Lourens P. *Between poverty and the pyre: moments in the history of widowhood*. London: Routledge, 1995, p. 23. Um bom exemplo é o de Eliseu quando ele ajuda uma viúva endividada. Ela era mulher de um profeta que estava prestes a perder os filhos por não ter como mantê-los. Eliseu, então, multiplicou o pouco de óleo que ela tinha em casa para que fosse vendido e pagasse as dívidas (2 Reis 4, 1-7).

²⁰³ VAN DER TOORN, op. cit., p. 25.

²⁰⁴ Jó 24, 2-3.

os preceitos nos chamam a atenção como sendo uma alternativa encontrada para que fosse assegurado algum auxílio a esse grupo sem outros recursos que não a boa vontade de seus irmãos, um embrião do que se desenvolverá depois com a prática da caridade.²⁰⁵ Era aconselhável, também, que, como principal mecanismo de proteção da viúva, uma série de procedimentos fossem seguidos. Iahweh emerge como único regulador da justiça. Em Isaías, Ele estabeleceu que se devia aplicar a justiça sobretudo em defesa da viúva e do órfão (Isaías 1, 17). Mas Deus indica que seu povo devia também proteger e prover as viúvas e órfãos; cabia aos eleitos o dever de cuidar de seus desamparados. Em várias passagens do Antigo Testamento, Ele adverte os hebreus a fim de atentarem para esse grupo: em Jeremias 22, 3; em Ezequiel 22, 7; em Malaquias 3, 5.

Porém não são descritas apenas viúvas desamparadas no Antigo Testamento. Uma delas se destaca por sua riqueza, como é o caso de Judite. Esta era uma mulher excepcional do ponto de vista do que vimos até agora. Vejamos o que nos diz o livro de Judite:

*Judite vivia em sua casa, desde que se tornara viúva havia três anos e quatro meses. Fizera para si um quarto no terraço da casa. Vestia um pano de saco nos rins e cobria-se com o manto de sua viuvez. Jejuava todos os dias de sua viuvez, exceto nas vigílias de sábado, nos sábados, nas vigílias de lua nova, nas luas novas, e nos dias de festa e de regozijo da casa de Israel. Era muito bela e de aspecto encantador. Manassés, seu marido, lhe deixara ouro, prata, servos, servas, rebanhos e campos, e ela administrava tudo isso. Não havia quem lhe recriminasse uma palavra má, pois era muito temente a Deus.*²⁰⁶

Judite é o exemplo de como deveria se comportar uma viúva, especialmente uma viúva de elite. Vivia reclusa, cuidando dos filhos e dos bens deixados pelo marido, vestia-se com o “manto da viuvez”, jejuava, guardava dias santos, orava. Foi ela quem salvou seu povo quando do cerco de Helofernes à Betúlia. Usando de uma artimanha puramente feminina, a sedução, ela assassinou o general assírio que pensou tê-la para si. Ela foi descrita como uma grande heroína que não deixou o povo de Israel cair nas mãos do inimigo nem manchou sua reputação e honra, pois o general foi degolado após se embriagar sem sequer se aproximar de Judite. Ela encarna o

²⁰⁵ McGINN, op. cit., p. 37.

²⁰⁶ Judite 8, 4-8.

ideal de viúva: reclusa, honrou a memória de seu marido até sua morte carregando o luto e abdicando de qualquer regozijo ou quaisquer adornos de beleza. Viveu para criar os filhos e encaminhar-lhes na direção de Iahweh. Rica e bela, porém devota e honrada: essa é imagem de Judite para os hebreus.²⁰⁷

Chama a nossa atenção algumas recomendações de Iahweh a seu povo. Uma delas é uma interdição feita aos sacerdotes levitas: a proibição de se casarem com qualquer viúva.

*A viúva, a mulher repudiada ou desonrada pela prostituição, não as tomará por esposa (...) pois assim não profanará sua descendência, pois sou eu, Iahweh, que a santifico.*²⁰⁸

A recomendação expressa é que ele se case com uma virgem. Mais à frente, novamente se reforça essa advertência. Elementos impuros deveriam ser afastados daqueles que eram responsáveis pelo Templo e pela manutenção da religião de Israel.

*Nenhum sacerdote beberá vinho nas ocasiões em que penetrar no átrio interior. Não se casarão com viúva ou repudiada, mas somente com uma virgem da linhagem de Israel. Poderão, contudo, casar-se com a viúva de um sacerdote.*²⁰⁹

Emerge aqui um fato novo e que foi observado quando falamos sobre as viúvas na Índia. Essa interdição sugere que as viúvas poderiam ser vistas como seres portadores de elementos impuros externos à sacralidade e, como tal, seriam impedidas de fazer parte da família dos sacerdotes levitas. Tal posicionamento diante das viúvas será observado em vários momentos na História. Um dos desdobramentos desta tendência em isolar as viúvas que podemos destacar está nas passagens de Paulo condenando as segundas núpcias e a exclusão das viúvas de algumas famílias francesas do século XVIII.²¹⁰

2.3 As mulheres e o Evangelho

²⁰⁷ VAN DER TOORN, op. cit., p. 22.

²⁰⁸ Levítico 21, 13-15.

²⁰⁹ Ezequiel 44, 21-22.

²¹⁰ É importante sublinhar, entretanto, que aqui o fator econômico assume importância determinante diante da necessidade de se assegurar a posse dos bens pelo herdeiro para dar continuidade à propriedade. COLLOMP, Alain. Famílias. Habitações e coabitações. In: ARIÈS, P. e DUBY, G. *História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 523 e 531.

Os Evangelhos falam poucas vezes sobre as mulheres na vida de Cristo, apesar da presença marcante como suas seguidoras no início do Cristianismo, e ainda menos sobre as viúvas e de como elas deveriam ser tratadas. Nos Evangelhos de Mateus e João, não há qualquer referência a elas. Lucas é quem mais descreve a presença do elemento feminino na pregação de Cristo. Em Marcos, por duas vezes Jesus se referiu às viúvas. Em uma passagem do Evangelho, cita o episódio em que o Messias descreve o óbolo da viúva:

*E, sentado frente ao Tesouro do Templo, observava como a multidão lançava pequenas moedas no Tesouro, e muitos ricos lançavam muitas moedas. Vindo uma pobre viúva, lançou duas moedinhas, isto é, um quadrante. E chamando a si os discípulos, disse-lhes: “Em verdade eu vos digo que esta viúva que é pobre lançou mais do que todos os outros ofereceram moedas ao Tesouro. Pois todos os outros deram do que lhes sobrava. Ela, porém, na sua penúria, ofereceu tudo o que tinha, tudo o que possuía para viver”.*²¹¹

Esse momento é significativo, pois é quando a viúva pobre dá sua última moeda ao Templo, ou seja, tudo o que ela tinha enquanto os demais dão apenas algumas moedas. Jesus demonstra seu apreço por sua devoção e encontra uma forma de felicitá-la pelo seu desprendimento.²¹² Exaltando uma figura tão desprovida, ele demonstra quanto ela era apreciada por Deus e como as viúvas deveriam ser respeitadas.

No Evangelho de Lucas é onde mais aparece a presença feminina.²¹³ A figura de Ana, uma profetisa que vivera casada por sete anos e permanecera em estado de viuvez até os oitenta e quatro anos, é a primeira que surge. Ela não saía do Templo, orava e jejuava, agradecia a Deus e falava do menino messias que ia nascer (Lucas 2, 36-38). Lucas também se refere ao episódio em que Elias ressuscita o filho da viúva (1 Reis 17-24, Lucas 4, 25-26) durante o ministério de Jesus na Galileia. Mais à frente, o Evangelista cita a parábola do juiz iníquo e da viúva inoportuna, na qual salientava a necessidade da oração (Lucas 18, 1-5). Por fim, Lucas descreve o episódio da esmola da viúva (Lucas 21, 1-4).

²¹¹ Marcos 12, 41-44.

²¹² BREMMER, Jan N. Pauper or patroness: early Christian church. In: BREMMER, Jan N. and VAN DEN BOSCH, Lourens P. *Between poverty and the pyre: moments in the history of widowhood*. London: Routledge, 1995, p. 32.

²¹³ Idem.

Em Atos dos Apóstolos, foi retomada a necessidade da proteção às viúvas presente nos livros do Antigo Testamento. Aqui se descreve o momento em que Pedro ressuscitou uma mulher que ajudava a vestir e alimentar muitas viúvas em Jope. Suas súplicas levaram-no a dar vida novamente a Tabita por suas boas ações dirigidas às viúvas (Atos 9, 36-43).

No Antigo Testamento, as viúvas aparecem como alvo principal da proteção de Deus ao lado dos órfãos. No Novo Testamento, elas continuam a necessitar de proteção, mas passam a ter uma existência ambivalente. Sob Paulo, elas tornam-se um elemento perigoso. Tal traço ameaçador vai ser desenvolvido pelos teólogos primitivos do cristianismo, bem como pelos autores dos livros de devoção e manuais de conduta.

2.4 A verdadeira viúva

Duas passagens das epístolas de Paulo guiaram a doutrina cristã até o século XIX com relação às viúvas, ao casamento e à castidade. Na primeira epístola aos Coríntios, a partir do capítulo 7, o Apóstolo prega a superioridade da virgindade sobre o estado de casado (1 Coríntios 7, 8-9), o casamento indissolúvel (1 Coríntios 7, 10), o divórcio permitido apenas em caso de casamento do fiel com não cristão (1 Coríntios 7, 12-16)²¹⁴ e aconselha a viúva a não mais casar. Caso não consiga viver sozinha, especialmente as mais jovens, propõe-lhe um novo casamento (1 Coríntios 7, 8-9; 1 Coríntios 7, 39-40).

²¹⁴ Para maiores informações sobre divórcio, consultar COSTA, Raquel Rumblesperguer Lopes D. da. *Divórcio e anulação do matrimônio em São Paulo colonial*. 1986. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986; KINGDON, Robert M. *Adultery and Divorce in Calvin's Geneva*. Cambridge/London: Harvard University Press, 1995; LOPES, Cristiane F. *Quod Deus Conjuxit Homo Non Separet: Um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de Divórcio e Desquite no Tribunal de Justiça de Campinas (1890-1934)*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002; PERKIN, Joan. *Women and Marriage in Nineteenth century England*. Chicago: Lyceum, 1989; PHILLIPS, Roderick. *Putting asunder: a History of Divorce in Western society*. New York: Cambridge University Press, 1988; SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984; SOARES, Ubirathan Rogério. *Os processos de divórcio perpétuo nos séculos XVIII e XIX: entre o sistema de aliança e o regime da sexualidade*. 2006. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006; STONE, Lawrence, *Road to Divorce: England 1535-1987*. Oxford: Oxford University Press, 1990; ZANATTA, Aline Antunes. *Justiça e representações femininas: o divórcio entre a elite paulista (1765-1822)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

Na segunda vez, na qual Paulo se preocupa em sistematizar seus pensamentos sobre as mulheres sós, ele desenvolve um pouco mais o que ele acreditava ser o comportamento adequado de uma viúva e como ela deveria proceder. Na Primeira Epístola de São Paulo a Timóteo, ele procedeu à elaboração de um modelo de viúva que se deveria seguir e respeitar. Nela, Paulo define o que ele chama de verdadeiras viúvas cristãs e como elas deviam ser amparadas e tratadas.²¹⁵

*Uma mulher só será inscrita no grupo das viúvas com não menos de sessenta anos, se tiver sido esposa de um só marido, se tiver em seu favor o testemunho de suas boas obras, criado filhos, sido hospitaleira, lavado os pés dos santos, socorrido os atribulados, aplicada a toda boa obra. Rejeita as viúvas mais jovens, quando os seus desejos se afastam do Cristo, querem casar-se, tornando-se censuráveis por terem rompido o seu primeiro compromisso. Além disso, aprendem a viver ociosas, correndo de casa em casa; não somente elas são desocupadas, mas também bisbilhoteiras, indiscretas, falando o que não devem. Desejo, pois, que as jovens viúvas se casem, criem filhos, dirijam a sua casa, e não deem ao adversário nenhuma ocasião de maledicência. Porque já existem algumas que se desviaram, seguindo a Satanás. Se uma fiel tem viúvas em sua família, socorra-as; não se onere a Igreja, a fim de que ela possa ajudar aquelas que são verdadeiramente viúvas.*²¹⁶

Aqui são descritos dois tipos de viúvas: a verdadeira viúva e a jovem viúva.²¹⁷ A primeira delas deveria ter mais de sessenta anos, ter-se casado apenas uma vez,²¹⁸ ter dado à luz e criado seus filhos, ter sido boa cristã, ter orado e servido às obras da Igreja. Essas estariam aptas a ser auxiliadas pela Igreja em caso de necessidade econômica ou moral. A outra, a mulher que havia perdido o marido ainda jovem, não se adequava ao estereótipo da viúva paulina. Porque era nova, talvez com filhos pequenos, tivesse interesses outros que não apenas a oração, estaria disposta ao convívio com outras mulheres, além de possuir um apetite sexual ainda vigoroso. Tudo isso transformava a jovem viúva em uma ameaça ao que mais o Apóstolo

²¹⁵ Para uma análise entre a viúva ideal/verdadeira e as viúvas reais ver, FERNANDES, Maria de Lourdes Correia. Viúvas ideais, viúvas reais. Modelos comportamentais e solidão feminina (séculos XVI-XVII). **Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher**, n. 1-2, 1999, p. 51-86.

²¹⁶ 1 Timóteo 5, 9-16.

²¹⁷ McGINN, op. cit. p. 38-39.

²¹⁸ BREMMER, op. cit., p. 38. Ver também nota 16.

presava, a castidade. Sem outra solução, Paulo se resignava a aconselhar um novo casamento para essas mulheres perigosas.

Esses estereótipos iriam determinar toda a pregação posterior de Santo Agostinho, São Jerônimo e Santo Ambrósio, bem como os livros de devoção e os manuais de conduta sobre como deveriam ser e se comportar as viúvas cristãs.

2.4.1 Paulo e os Pais da Igreja

Santo Agostinho²¹⁹ e Santo Ambrósio, durante o século IV, propõem que os ensinamentos de São Paulo sejam seguidos por todos os cristãos.²²⁰ Em *De Bono Viduitatis*, Santo Agostinho, endereçando-se a Juliana, aconselha a viúva a não se casar novamente, mas não a condena se o fizer. Porém salienta que ela deve unir-se a um cristão:

*6. Wherefore this in the first place you ought to know, that by the good, which you have chosen, second marriages are not condemned, but are set in lower honor. (...) And marriage chastity is a good, but widowed continence is a better good. Therefore this better good is honored by the submission of that other, not that other condemned by the praise of this that is better.*²²¹

Santo Agostinho diz, também, que não se devia importar com o número de casamentos em que uma mulher pudesse ingressar depois de viúva, pois as Sagradas Escrituras não se referiam à frequência de novos matrimônios permitidos. No entanto, salienta o fato de que se ela permanecesse na condição de viúva seria melhor.²²²

Santo Ambrósio, em *De Viduis*, acrescenta, contudo, que ingressar em vários casamentos era uma atitude condenável para uma cristã:

²¹⁹ Santa Mônica, a mãe de Santo Agostinho, foi uma cristã devota que se casou apenas uma vez. SAINT AUGUSTIN. *Les Confessions*. Paris: GF Flammarion, 1964, p. 200.

²²⁰ BREMMER, op. cit., p. 45 e segs.

²²¹ SAINT AUGUSTIN, *De Bono Viduitatis (Of the Good of Widowhood)*. In SCHAFF, Philip. *Nicene and Post-Nicene Fathers*. Edinburgh: T & T Clark/ Michigan: WM. B. Eerdmans, 1887, Series 1, V. III, p. 441-454. Disponível em: http://www.ccel.org/ccel/schaff/npnf103/Page_441.html. Acesso em: 6 de fevereiro de 2015.

²²² 15. *Men are wont to move a question concerning a third or fourth marriage, and even more numerous marriages than this. On which to make answer strictly, I dare neither to condemn any marriage, nor to take from these the shame of their great number (...). Wherefore neither dare I, contrary to the feeling of natural shame, say, that, when her husbands are dead, a woman marry as often as she will; nor dare I, out of my own heart, beside the authority of holy Scripture, condemn any number of marriages whatever. But, what I say to a widow, who has had one husband, this I say to every widow; you will be more blessed, if you shall have so continued.* SAINT AUGUSTIN, op. cit., p. 446-7.

68. *This, however, I say as a counsel, we do not order it as a precept, stirring up the wills of widows rather than binding them. For I do not forbid second marriages, only I do not advise them. The consideration of human weakness is one thing, the grace of chastity is another. I say more, I do not forbid second, but do not approve of often repeated marriages (...).*²²³

Ele critica o desejo da mulher contrair um novo casamento na esperança de ter filhos. Para aquelas que já os tinha ele diz não haver motivo para novas núpcias; para aquelas que não os tinha, ele aceita o argumento de que outro matrimônio ajudaria a abasardar o ardor destas mulheres e ainda lhes daria a possibilidade de filhos. No entanto, novas núpcias trariam consequências indesejadas. Segundo Santo Ambrósio, um novo matrimônio inseriria um elemento perigoso no seio da família, gerador de discórdia: uma nova descendência. Ele atribui, ainda, o nascimento de filhos de um segundo casamento como fator gerador de conflitos entre mãe e filhos de uniões anteriores.²²⁴ Como forma de evitar tais problemas, é sempre evocado o exemplo de Ana. Santo Agostinho e Santo Ambrósio retomam o arquétipo de viúva representado por Ana, já referido por Lucas nos Evangelhos,²²⁵ como modelo a ser seguido:

[H]e [São Paulo] *shows sufficiently that a faithful woman is blessed in the Lord, even when she marries a second time after the death of her husband, but that a widow is more blessed in the same Lord; that is, to speak not only in the words, but by instances also, of the Scriptures, that Ruth is blessed, but that Anna is more blessed.*²²⁶

²²³ SAINT AMBROSE, *De Viduis* [Concerning Widows]. In SCHAFF, Philip. *Nicene and Post-Nicene Fathers*. Edinburgh: T & T Clark/ Michigan: WM. B. Eerdmans, Series 1, V. X, 1887, p. 402. Disponível em: <http://www.ccel.org/ccel/schaff/npnf210.i.html>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2015.

²²⁴ 88. (...) *Duty to a husband is burdensome, so that you are afraid to love your children and blush to look at them; and a cause of disagreement arises from that which ordinarily causes mutual love to increase the tender affections of parents. You wish to give birth to offspring who will be not the brothers but the adversaries of your children. For what is to bring forth other children other than to rob the children which you have, who are deprived alike of the offices of affection and of the profit of their possessions.* SAINT AMBROSE, op. cit., p. 406-7.

²²⁵ Lucas 2, 36-38.

²²⁶ Rute abandonou sua fortuna para se converter ao judaísmo. Ela se casou com um dos filhos de Noemi e Elimelec que haviam fugido dos tempos difíceis em Belém de Judá. Após ficar viúva, ela migra para Belém com sua sogra também viúva, onde se casa novamente com Booz, com quem ganha fortuna e prestígio. Rute, 1 e 2. SAINT AUGUSTIN, *De Bono Viduitatis...*, op. cit., p. 443.

Os Pais da Igreja fazem referência à Ana e Rute como forma de demonstrar como as viúvas deveriam ser: castas, dedicadas aos trabalhos do templo e aos filhos, devotas; ou seja, mulheres que honravam a memória do marido e a sua fé.²²⁷ Santo Ambrósio não condena o casamento, mas adverte que o estado de viúva, aquela que dedica especial atenção à oração e à castidade, é superior ao casamento. Todavia destaca que o de virgem é ainda mais importante. Ele salienta que

*22. You see what sort of person a widow is said to be, the wife of one man, tested also by the progress of age, vigorous in religion, and worn out in body, whose resting-place is the temple, whose conversation is prayer, whose life is fasting, who in the times of day and night by a service of unwearied devotion, though the body acknowledge old age, yet knows no age in her piety. Thus is a widow trained from her youth, thus is she spoken of in her age, who has kept her widowhood not through the chance of time, nor through weakness of body, but by large-heartedness in virtue.*²²⁸

Mais à frente em suas recomendações, Santo Ambrósio retoma o exemplo de Rute que cuidou da sogra e foi recompensada por Deus por sua atitude: Ele colocou em seu caminho um homem rico para que não precisasse mais pegar o que sobrara da colheita para manter a si e à sua sogra. Ela serve como modelo para que as mulheres cuidem bem de suas famílias, criando seus filhos e sendo tementes a Iahweh, pois seriam eles que as ajudariam no futuro. Seguindo a recomendação de São Paulo, segundo o qual a família deveria cuidar de suas viúvas, Ambrósio recomenda que o sustento das viúvas deveria ficar a cargo de parentes. A Igreja não poderia se responsabilizar por todas, uma vez que ela deveria priorizar o auxílio às verdadeiras viúvas.²²⁹

Santo Ambrósio adverte sobre os perigos das viúvas jovens, pois, uma vez incapazes de manter este estado, deveriam casar-se novamente. Segundo ele, a juventude traria consigo um vigor que a castidade não estaria apta a conter. Ele destaca ainda que elas deveriam ser evitadas:

12. (...) the younger should be avoided, [1 Timóteo 5, 11-13] because they are not able to fulfil the requirements of so high

²²⁷ SAINT AMBROSE, op. cit., p. 394.

²²⁸ SAINT AMBROSE, op. cit., p. 395.

²²⁹ 1 Timóteo 5, 14-16.

*a degree of virtue. For youth is prone to fall because the heat of various desires is inflamed by the warmth of glowing youth, and it is the part of a good doctor to keep off the materials of sin (...). It is better to marry than to burn [1 Coríntios 7, 9]. For certainly he recommended marriage as a remedy, that she who would else perish might be saved; he [São Paulo] did not prescribe the choice that one who could contain should not follow chastity, for it is one thing to succour one who is falling, another to persuade to virtue.*²³⁰

O Bispo de Milão cita ainda a figura de Débora como sendo de relevância para se entender a posição da mulher viúva.²³¹ Assim como Judite, Débora foi capaz de salvar seu povo e lutar por ele usando os recursos que estavam à sua disposição. Profetisa, Débora julgava no tempo em que os Juízes governavam Israel.²³² Ela não apenas disse o que deveria ser feito para que Barac ganhasse a batalha, mas foi com ele. O destaque que Santo Ambrósio deu a estas passagens bíblicas enaltece a bravura das mulheres, apesar de considerá-las o sexo fraco. O que importaria não seria o sexo, mas a virtude da bravura, para ele presente em homens e mulheres:

44. (...) *And I think that her judgeship has been narrated, and her deeds described, that women should not be restrained from deeds of valour by the weakness of their sex. A widow, she governs the people; a widow, she leads armies; a widow, she chooses generals; a widow, she determines wars and orders triumphs. So, then, it is not nature which is answerable for the fault or which is liable to weakness. It is not sex, but valour which makes strong.*²³³

Ele continua:

45. (...) *And to show that the needs of the household were not dependent on the public resources, but rather that public duties were guided by the discipline of home life, she brings forth from her home her son as leader of the army, that we may acknowledge that a widow can train a warrior; whom, as a mother, she taught, and, as judge, placed in command, as,*

²³⁰ SAINT AMBROSE, op. cit., p. 393.

²³¹ Juízes 4, 4-10.

²³² Em Santo Agostinho também aparece o exemplo de Judite e São Jerônimo retoma a figura de Débora quando escreve uma carta à Fúria (n. 54). Letter to Furia, n. 54. SAINT JEROME. *Jerome letters and select works*. In: SCHAFF, Philip. *Nicene and Post-Nicene Fathers*. Edinburgh: T & T Clark/ Michigan: WM. B. Eerdmans, 1887, Series II, V. VI, p. 102 e segs. Disponível em: <http://www.ccel.org/ccel/schaff/npnf206>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.

²³³ SAINT AMBROSE, op. cit., p. 398-9.

*being herself brave, she trained him, and, as a prophetess, sent to certain victory.*²³⁴

São Jerônimo é o mais conservador com relação aos preceitos que São Paulo propõe quando comparado a Santo Agostinho e Santo Ambrósio.²³⁵ Contemporâneo a estes últimos, ele condenava um segundo casamento, seja por qual motivo fosse. Como orientador espiritual de mulheres romanas, aconselhava, em suas cartas, a abstinência de qualquer luxo e exaltava as viúvas que oravam. Para ele, havia uma gradação de importância nos três estados por que uma mulher passava: em primeiro lugar vinha a virgindade; em segundo, a viuvez, e em terceiro o casamento. Utilizando-se de uma parábola do Evangelho, assim ele se referiu a seu pensamento:

*9. (...) In the gospel parable the seed sown in the good ground brings forth fruit, some an hundredfold, some sixtyfold, some thirtyfold. The hundredfold which comes first betokens the crown of virginity; the sixtyfold which comes next refers to the work of widows; while the thirtyfold—indicated by joining together the points of the thumb and forefinger—denotes the marriage-tie. What room is left for double marriages? None. They are not counted.*²³⁶

Apesar de dizer que não era contra um segundo matrimônio, nesse momento ele revela toda a sua aversão a ele, várias vezes referida em suas cartas anteriores endereçadas à Marcela, Fúria e Salvina.²³⁷ Nelas, São Jerônimo conclama estas recém viúvas, membros do Império Romano, a permanecerem em estado de viuvez e adverte-as sobre as constantes ameaças que elas sofreriam diariamente para permanecer nesse estado, sobretudo porque elas perderam os seus maridos ainda jovens e ficaram com filhos pequenos para cuidar. Para Salvina, São Jerônimo assim fala:

7. You have, therefore, Salvina, those to nurse who may well represent to you your absent husband (...). In the place of one husband you have received two children, and thus your affection has more objects than before. All that was due to

²³⁴ SAINT AMBROSE, op. cit., p. 399.

²³⁵ MCGINN, op. cit., p. 41-48.

²³⁶ SAINT JEROME, Letter to Ageruchia, n. 123 (409 d. C.). SAINT JEROME. *Jerome: The principal works of St. Jerome*. In SCHAFF, Philip. *Nicene and Post-Nicene Fathers*. Edinburgh: T & T Clark/Michigan: WM. B. Eerdmans, Series II, V. VI, 1887, p. 233. Disponível em: <http://www.ccel.org/ccel/schaff/npnf206>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.

²³⁷ Letter to Marcella, n. 38 (385 d. C.), Letter to Furia, 54 (399 d.C.) e Letter to Salvina, n. 79 (400 d. C.). SAINT JEROME, op. cit.

*him you can give to them. Temper grief with love, for if he is gone they are still with you. It is no small merit in God's eyes to bring up children well (...). Here you learn the roll of the virtues which God requires of you [ter sido casada uma única vez, ter exercido boas obras, criar filhos, socorrer os atribulados, ajudar os estrangeiros] what is due to the name of widow which you bear, and by what good deeds you can attain to that second degree of chastity which is still open to you (...).*²³⁸

A juventude e a presença de filhos pequenos não eram, entretanto, para esse defensor da castidade, um motivo para se entregar ao luxo e à luxúria,²³⁹ mas para viver de acordo com o que dizem as Sagradas Escrituras, sem excessos, dedicada à sua família e abdicando dos prazeres da carne.²⁴⁰

São Tomás de Aquino e o Concílio de Trento acrescentaram pouco aos discursos propostos pelos autores que vimos até agora. Tomás de Aquino recupera constantemente o que os Pais da Igreja e Paulo propunham: as viúvas deviam preservar a castidade após a morte dos maridos e repúdiar os prazeres da carne;²⁴¹ honrar as viúvas que eram “verdadeiramente” viúvas;²⁴² salientava a necessidade dos filhos cuidarem das mães viúvas para, assim, isentar a Igreja dos encargos com elas para que esta última se concentrasse na ajuda aos pobres,²⁴³ e aconselhava que as

²³⁸ Letter to Salvina, n. 79. SAINT JEROME, op. cit., p. 166.

²³⁹ 15. Young widows, of whom some “are already turned aside after Satan, when they have begun to wax wanton against Christ” and wish to marry, generally make such excuses as these. “My little patrimony is daily decreasing, the property which I have inherited is being squandered, a servant has spoken insultingly to me, a maid has neglected my orders. Who will appear for me before the authorities? Who will be responsible for the rents of my estates? Who will see to the education of my children, and to the bringing up of my slaves?”. Letter to Furia, n. 54. SAINT JEROME, op. cit., p. 107.

²⁴⁰ 3. A widow who is “loosed from the law of her husband” has, for her one duty, to continue a widow. But, you will say, a sombre dress vexes the world (...). Is the world displeased because a widow's food is coarse? (...) The women who ought to scandalize Christians are those who paint their eyes and lips with rouge and cosmetics; whose chalked faces, unnaturally white, are like those of idols; upon whose cheeks every chance tear leaves a furrow; who fail to realize that years make them old; who heap their heads with hair not their own; who smooth their faces, and rub out the wrinkles of age; and who, in the presence of their grandsons, behave like trembling school-girls. A Christian woman should blush to do violence to nature, or to stimulate desire by bestowing care upon the flesh. Letter to Marcella n. 38. SAINT JEROME, op. cit., p. 48.

²⁴¹ AQUINAS, St. Thomas. *The “Summa Theologica”*. London: Burns Oates & Washbourne Ltda, Third Part (Supplement), Q. 96, art. 5, 1912, p. 143-6. Disponível em: <https://archive.org/details/summatheologica37thom>. Acesso em: 6 de outubro de 2017.

²⁴² AQUINAS, St. Thomas. *The “Summa Theologica”*. London: Burns Oates & Washbourne Ltda, Part II, Second Part, v. 12, Q. 103, art. 1, 1912, p. 18. Disponível em: <https://archive.org/details/summatheologic12thom>. Acesso em: 6 de outubro de 2017.

²⁴³ AQUINAS, St. Thomas. *The “Summa Theologica”*. London: Burns Oates & Washbourne Ltda, Second Part of the Second Part, v. 2, Q. 185, art. 7, 1912, p. 199. Disponível em: <https://archive.org/details/summatheologica226thom>. Acesso em: 6 de outubro de 2017.

viúvas não se casassem novamente, mas se o fizessem, não condenava o segundo matrimônio e também destacava que ele não deixava de ser um sacramento.²⁴⁴

A maior contribuição de São Tomás de Aquino foi quanto a questão das bênçãos a matrimônios posteriores à primeira união interrompida pela morte de um dos cônjuges. Havia dúvidas se as bênçãos do sacramento do matrimônio deveriam ser dadas ou não aos contraentes em uma segunda ou terceira uniões.²⁴⁵ Nesse sentido, ele estabelece que se viúvo e viúva contraíssem novas núpcias, as bênçãos deveriam ser dadas apenas ao homem, pois o matrimônio carecia do seu significado, ou seja, um único homem casando-se com uma única mulher. Para sustentar seu argumento, ele deu o exemplo do casamento de Cristo com a Igreja. Tomás de Aquino comparava Cristo com o viúvo que casando-se com uma virgem ou uma viúva seria abençoado em seu matrimônio, pois Cristo casa-se com a Igreja que é composta por várias pessoas. Entretanto a viúva não pode se casar com vários Cristos, pois ele é único.²⁴⁶ Assim, o significado do matrimônio não se mantinha quando uma viúva contraía nova união.

Nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, Sebastião Monteiro da Vide também sustentava que, tanto as viúvas quanto os viúvos, que ingressassem em novas núpcias não receberiam as bênçãos do matrimônio: *As bênçãos se podem, e devem dar a todos os noivos; salvo sendo ambos viuvos, ou a mulher somente viuva; porque então se lhes não devem dar as bênçãos, se ambos, ou a mulher as recebeu já, quando outra vez casou.*²⁴⁷ O princípio de que as bênçãos de alguns dos sacramentos

²⁴⁴ Ibid., Q. 186, art. 9, p. 229.

²⁴⁵ Note-se, entretanto, que Tomás de Aquino reafirma o segundo casamento como sacramento e, portanto, reforça sua indissolubilidade.

²⁴⁶ *Although the second marriage, considered in itself, is a perfect sacrament, yet if we consider it in relation to the first marriage, it is somewhat a defective sacrament, because it has not its full signification, since there is not a union of only one woman with only one man as in the marriage of Christ with the Church. And on account of this defect the blessing is omitted in a second marriage. This, however, refers to the case when it is a second marriage on the part of both man and woman, or on the part of the woman only. For if a virgin marry a man who has had another wife, the marriage is blessed nevertheless. Because the signification is preserved to a certain extent even in relation to the former marriage, since though Christ has but one Church for His spouse, there are many persons espoused to Him in the one Church. But the soul cannot be espoused to another besides Christ, else it commits fornication with the devil. Nor is there a spiritual marriage. For this reason when a woman marries a second time the marriage is not blessed on account of the defect in the sacrament.* AQUINAS, St. Thomas. The “Summa Theologica”. London: Burns Oates & Washbourne Ltda, Part II, Second Part, v. 19, Q. 63 art. 2, 1912, p. 310. Disponível em: <https://archive.org/stream/summatheologi19thom#page/310/mode/2up>. Acesso em: 6 de outubro de 2017.

²⁴⁷ VIDE, Sebastião Monteiro da Vide. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília-DF: Edições do Senado Federal, V. 79, 2007, p. 121. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/reader?id=S5AwAQAAMAAJ&hl=pt-BR&printsec=frontcover&output=reader&pg=GBS.PP8#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 5 de outubro de 2017.

– como o Batismo e o Matrimônio - só podem ser dadas uma vez, amparava a determinação do Arcebispo. Ao mesmo tempo, uma vez casado, não haveria a possibilidade da quebra do vínculo matrimonial.²⁴⁸

O Concílio de Trento determinava a indissolubilidade do casamento, mas não se preocupou com aspectos relativos às bênçãos do matrimônio nos casos de viúvas e viúvos. No que se refere às viúvas, quase nada existe sobre elas nas determinações católicas advindas com a Contra Reforma. As autoridades, reunidas no Concílio, determinaram a excomunhão daqueles que obrigassem donzelas e viúvas a entrar em ordens religiosas ou as impediam de tomar os votos por vontade própria.²⁴⁹ Todavia, se os participantes do Concílio não dedicaram muita importância às viúvas, vários pensadores cristãos o fizeram.

2.4.2 Uma vida apropriada: os manuais de conduta e os livros de devoção

São essas recomendações de Santo Agostinho, Santo Ambrósio e São Jerônimo, baseadas nas passagens bíblicas citadas, que representaram o eixo principal pelo qual se orientaram autores de manuais de conduta e livros de devoção cristãos posteriores. Inspirados pela vida das santas, mulheres devotas e beatas, estes últimos aconselharam várias gerações de cristãs, descrevendo modelos a serem seguidos. Para aqueles que se dedicaram ao estudo destas obras, tais como Maria de Lurdes Correia Fernandes, é importante ressaltar que seus autores distinguiram modelos e condutas específicos. Correia Fernandes, ao tratar das viúvas em Portugal,²⁵⁰ adverte-nos de que havia padrões comportamentais específicos para viúvas nobres e não nobres, cada qual com suas prerrogativas e suas condições determinadas pela idade, pelos estatutos social e econômico, pela presença ou não de filhos.²⁵¹

Os manuais de conduta e livros de devoção, apesar de se proporem a atingir todas as viúvas sem determinação de classe, parecem se endereçar, sobretudo, à normatização do comportamento de viúvas nobres. Os modelos de viúvas são

²⁴⁸ LÓPEZ DE AYALA, Ignacio. *El Sacrosanto y Ecuménico Concilio de Trento*. Barcelona: Imprenta de Ramón Martín Indar, 1847, p. 272 e segs. Disponível em: <https://archive.org/details/BRes111445>. Acesso em: 5 de outubro de 2017.

²⁴⁹ Ibid., p. 349.

²⁵⁰ FERNANDES, Maria de Lourdes Correia. *Viúvas ideais, viúvas reais. Modelos comportamentais e solidão feminina (séculos XVI-XVII)*. **Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher**, n. 1-2, p. 51-86, 1999.

²⁵¹ *As diferentes idades e estatutos sociais correspondiam diferentes exigências, diferentes direitos, diferentes imagens e, do ponto de vista doutrinal, diferentes comportamentos*. FERNANDES, op. cit, p. 52.

majoritariamente de mulheres nobres que atingiram esse estado após seguirem os preceitos paulinos difundidos por esses manuais e livros. Acrescente-se a isso o fato de que poucas tinham acesso a tais edições impressas, e apenas as aristocratas seriam capazes de lê-los ou desfrutar da pregação de confessores em missas ou em conversas particulares. Erasmo, em *La viuda cristiana* foi um dos autores que advertiu para a necessidade de se matizar tão rigorosos princípios.²⁵²

Apesar desses limites, os manuais de conduta e os livros de devoção foram importantes instrumentos de difusão dos ensinamentos católicos na era moderna. O moralista Juan Luis Vives, tratadista e nome influente nos séculos XVI e XVII, segue fielmente os ensinamentos de São Paulo em sua obra *De institutione feminae christianae*.²⁵³ Vives adverte para o perigo que representava para essas mulheres o convívio social:

Lo más seguro será salir poco a la calle y hacerlo siempre acompañada de una mujer respetable y honrada, y por el camino más corto al lugar donde te dirijas; no busques templos donde haya afluencia y concurso de varones, sino donde no haya más que soledad y no exista posibilidad alguna de pecar, pero sí la más amplia y segura ocasión para orar (...).

*Tampoco hay ninguna necesidad de tener un excesivo trato con los sacerdotes y frailes, pues el diablo es astuto y por su dilatada experiencia ha aprendido la manea de poder arruinar a cada uno; logra fácilmente lo que se propone una vez encontrado el momento oportuno, ya que no tiene otra cosa en que pensar. Si la viuda quiere consultar a alguien sobre un tema piadoso, diríjase a un anciano cuya actividad carnal haya desaparecido (...).*²⁵⁴

Recomendava que as viúvas se dedicassem aos filhos, à oração e abandonassem adornos ou objetos que chamassem a atenção. Ele criticava as viúvas que andavam sem pudor pelas ruas e frequentavam casas de vizinhas. O moralista aconselhava-as para que seguissem os ensinamentos do Apóstolo e permanecessem castas. Àquelas que desejavam um novo casamento, ele dizia que melhor seria permanecerem no estado de viuvez uma vez que um novo matrimônio poderia trazer desgostos para ela

²⁵² Erasmo de Rotterdam. *La viuda cristiana*. In: *Obras Escogidas*, Madrid: Aguilar, 1964.

²⁵³ VIVES, Juan Luis. “Las viudas”. In *La formación de la mujer cristiana [De institutione feminae christianae]*. Valência, Ajuntament de València, Libro Tercero, 1994. Disponível em: <http://bivaldi.gva.es/corpus/unidad.cmd?idCorpus=1&idUnidad=10101&posicion=1>. Acesso em: 4 de janeiro de 2015.

²⁵⁴ Idem.

e para sua família anterior.²⁵⁵ Para aquelas que desejavam o estado de viúva para se dedicar aos prazeres mundanos, ele advertia que lhes aguardavam a escravidão e o desprezo dos pecadores.²⁵⁶

Durante os séculos XVI e XVII, houve uma rápida divulgação de manuais de conduta e os livros de devoção. Assim, Frei Miguel de Valencia,²⁵⁷ François de Sales,²⁵⁸ Paul de Barry,²⁵⁹ François Senault,²⁶⁰ Jean Girard de Villethierry,²⁶¹ entre muitos outros, publicaram tratados que viriam a ser lembrados durante os séculos posteriores. Como propagadores do paradigma da verdadeira viúva, foram aceitos e seguidos por muitos no mundo católico. É interessante notar que esses moralistas seguem a mesma linha de aconselhamento, com pequenas variações próprias a alguns deles.²⁶²

O *Tratado* de Frei Miguel de Valencia, a *Introduction à l'a vie devote* de François de Sales e *La vie des veuves* de Jean Girard de Villethierry fazem parte de uma literatura espiritual preocupada em estabelecer diretrizes de conduta. Frei Miguel dirige sua obra à infanta D. Isabel, viúva do Infante D. Duarte. O monge dividiu seu

²⁵⁵ VIVES, op. cit.

²⁵⁶ Ibid.

²⁵⁷ Para informações sobre Frei Miguel de Valencia e seu *Tratado do que ha de ter e guardar a viuda noble y virtuosa*, ver SANTOS, Candido A. Dias dos. *Os Jerônimos em Portugal: das origens aos fins do século XVII*. 1977. Tese (Doutorado) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1977.

²⁵⁸ SALES, François de. *Introduction à la vie devote*. Annecy, s/e, 1893. Disponível em: http://www.philothea.de/philothea_FR.pdf. Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

²⁵⁹ BARRY, Paul de. *Les cents illustres de la maison de Dieu en toute sorte de Profession : avec les réflexions qui contiennent quelques instructions, et maximes de la vie spirituelle nécessaires pour réussir saintement en semblables emplois par le R. P. Paul de Barry, de la Compagnie de Jesus*. Lyon, Philippe Borde, Lavrent Arnaud & Claude Rigaud, 1660. Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=Vn87AAAACAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PP1. Acesso em : 2 de fevereiro 2015.

²⁶⁰ SENAULT, François. *La vie de Mme. Catherine de Montholon veuve de Monsieur de Sanzelles Maître de Requeste et fondatrice des Ursulines de Dijon par le P. I. François Senault, Prêtre de l'Oratoire des Jesus*. Paris : Pierre Le Petit, 1653. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5675269m/f1.zoom>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2015.

²⁶¹ GIRARD DE VILLETHIERRY, Jean. *La vie des veuves, ou les devoirs et les obligations des veuves chrétiennes*. Paris: Savoye, 1785. Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=GMdFAAAACAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PR3. Acesso em: 2 de março de 2015.

²⁶² Existem vários outros tratados preocupados em guiar a conduta das viúvas, os quais foram publicados entre os séculos XVI e XVIII, como DECRET, Claude. *La vraye veuve, ou l'idée de perfection en l'estat de viduité: avec les éloges des quarante veuves éminentes en sainteté*. Paris: Gaspard Meturas, 1650; EIXIMENIS, Francesc, O.F.M. *Carro de las donas: Trata de la vida y muerte del hombre christiano*. Valladolid: Juan de Villaquiran, 1542; FONSECA, João. *Alívio de queixosos na morte dos que amarão em vida, e como se hão de consolar, e haverem seu estado, os que enviuarão*. Lisboa: Manoel Lopes Ferreira, 1689; MAILLARD, Claude. *Le Bon Mariage ou le moyen d'estre heureux et faire son salut en estat de mariage*. Douai: J. Serrurier, 1643. Para mais informações ver FERNANDES, op. cit.

tratado em dez capítulos,²⁶³ que recuperam as predileções dos Pais da Igreja e de Paulo. Advertia sobre os perigos aos quais as viúvas estavam sujeitas, sobretudo as jovens, e recomendava que elas se mantivessem longe dos homens em geral, até mesmo de seus parentes e sacerdotes.²⁶⁴

As mulheres, em geral, revelavam-se um perigo àquelas viúvas que queriam atingir a honra e a glória de Deus. Estas deviam evitar as viúvas novas e as mulheres que não tinham ocupação, bem como as “mulheres espirituais”, que tinham o dom da palavra, pois o demônio fazia uso delas para recrutar viúvas devotas.²⁶⁵ Recomendava prudência na alimentação, principalmente com a carne, uma vez que se deleitar com os prazeres da gula afastava a viúva de sua procura por Deus. Os dias de jejum – tanto alimentares quanto espirituais – deveriam ser respeitados. A temperança se mostrava uma virtude das mais valorizadas para Frei Miguel.²⁶⁶

O jerônimo dividiu as viúvas em algumas categorias explicativas. Segundo ele, nem todas as viúvas que não voltaram a casar eram verdadeiras viúvas. Existem aquelas que, embora permanecendo viúvas, não perderam a vontade de contrair novo matrimônio. De acordo com sua predileção, um novo matrimônio poderia ser benéfico para as mulheres que não tinham parentes que as amparassem ou para as muito jovens sem vocação religiosa. Havia outras que não pretendiam se casar, mas por motivos diversos daqueles que nobilitavam a viúva honrada: 1. Viúvas que não desejavam novas núpcias por terem tido má experiência durante o primeiro casamento; 2. Viúvas que não tinham dote ou que não desejavam ser julgadas; 3. Viúvas castas que se subdividiam em viúvas que não desejavam expor seus filhos à autoridade de um padrasto que por ventura ainda viesse a dilapidar os bens herdados, e as viúvas que assim permaneciam como forma de servir a Deus e honrar a memória do falecido marido.²⁶⁷

²⁶³ 1. *Da soledade santa e apartamento*; 2. *Da conversação com os parentes*; 3. *Da conversação com mulheres estranhas*; 4. *Da conversação com eclesiásticos e religiosos*; 5. *Da maneira como a viúva deve ser solitária mesmo acerca do seu próprio confessor*; 6. *Do jejum da viúva, como se deve haver em mortificação*; 7. *Do jejum espiritual que deve usar qualquer viúva que é a dieta da abstinência dos deleites dos sentidos corporais*; 8. *Que coisa é verdadeira viúva e como nem todas aquelas que não casam se podem chamar verdadeiras viúvas*; 9. *Da intenção e mente e propósito da verdadeira viúva para ser idônea e servir a Deus*; 10. *De certos sinais com que a viúva pode conjecturar que está com Deus*. SANTOS, op. cit., p. 251.

²⁶⁴ Ibid., p. 253, 255-256.

²⁶⁵ Ibid., p. 254.

²⁶⁶ Ibid., p. 258.

²⁶⁷ SANTOS, op. cit., p. 259-260.

Da mesma maneira, preocupava-se François de Sales em proporcionar um modelo de conduta para as viúvas. O moralista organizou sua *Introduction* em cinco partes, nas quais ele dá conselhos sobre como conduzir uma vida devota. Na primeira parte, constam maneiras de como identificar os primeiros desejos de se dedicar à vida devota e os meios para atingi-la: a descoberta da vocação, a necessidade de um conselheiro, a purgação dos pecados, a meditação e a confissão. Na segunda parte, o Bispo de Genebra indicava como elevar a alma a Deus por meio da oração e dos sacramentos. Em seguida, o teólogo procurava incentivar seus fiéis pelo exercício das virtudes: paciência, humildade, castidade, pobreza, amizade, razão e justiça. É nessa parte da *Introduction à la vie devote* que Sales dedica um capítulo aos casados, um às viúvas e um às virgens. Na quarta parte, estão conselhos para se prevenir das tentações. Na quinta e última parte, Sales propõe exercícios e conselhos para renovar a alma e confirmar a devoção.²⁶⁸

No capítulo XL (“Avis pour les veuves”), François de Sales assim resume como deveria ser uma viúva cristã devota:

*L'exercice des vertus propres à la sainte veuve sont la parfaite modestie, le renoncement aux honneurs, aux rangs, aux assemblées, aux titres et à telles sortes de vanités; le service des pauvres et des malades, la consolation des affligés, l'introduction des filles à la vie dévote, et de se rendre un parfait exemplaire de toutes vertus aux jeunes femmes. La netteté et la simplicité sont les deux ornements de leurs habits; l'humilité et la charité, les deux ornements de leurs actions; l'honnêteté et débonnairété, les deux ornements de leur langage; la modestie et la pudicité, l'ornement de leurs yeux; et Jésus-Christ crucifié, l'unique amour de leur coeur.*²⁶⁹

Como defensor do princípio paulino para guiar a conduta das viúvas cristãs, o Doutor da Igreja foi muito influente nos meios aristocráticos. Como Bispo, Sales foi confessor de muitas senhoras nobres e com uma delas, Jeanne de Chantal, fundou a Ordem da Visitação de Santa Maria (1610). Madame de Chantal, antes de entrar para o claustro, foi um exemplo de “santa viúva”.

²⁶⁸ SALES, op. cit.

²⁶⁹ Ibid., p. 124.

Jeanne Françoise de Fremiot, Baronesa de Chantal, nasceu em uma família nobre, de fê convicta e teve uma infância piedosa.²⁷⁰ O matrimônio com o Barão de Rabutin-Chantal é descrito como um matrimônio ideal, uma união de espírito e de corpos.²⁷¹ Sua vida matrimonial era a de uma esposa exemplar, boa administradora do lar e boa mãe. Com a morte do marido, oito anos após o casamento, Jeanne de Chantal abandonou os adornos, isolou-se em sua casa cuidando apenas de sua administração e de sua filha. Com o tempo, tornou-se cada vez mais voltada para a oração, para os deveres com Deus, para o cuidado com os necessitados e doava cada vez mais esmolas aos pobres.

Foi durante uma viagem de François de Sales à Dijon que Jeanne de Chantal e o Bispo se encontraram pela primeira vez. Desde logo, aquele que se tornaria seu conselheiro e confessor iniciou uma constante troca de correspondências e visitas à Mme. de Chantal. A partir de então, a baronesa abandonou qualquer luxo e passou a se dedicar apenas a Deus. Em 1610, ela fundou com seu confessor a Ordem da Visitação. Sua morte, em Paris, em 1641, pode ser descrita como um exemplo das “*belles morts*”.²⁷² Depois de cair doente, Jeanne de Chantal se preparava diariamente para se encontrar com Deus, seguindo os passos necessários: lia os relatos de mortes de santos, confessava-se, orava, agradecia aos médicos, recebia o santo viático, os sacramentos, a extrema unção e fazia recomendações às internas. Todos esses eventos se passaram publicamente no Monastério de Moulins e demoraram alguns dias.²⁷³

A vida de Jeanne de Chantal também foi mencionada na obra *Les cents illustres de la maison de Dieu* de Paul de Barry. Nesse livro o jesuíta cita modelos de vidas devotas de homens e mulheres que dedicaram sua existência à propagação dos preceitos cristãos. Esses personagens ilustres incluem a descrição da vida da Imperatriz Maria da Áustria e de uma simples viúva, Marie de Valence. Todas elas servem como testemunhos de como deveria se comportar uma viúva verdadeira. Esse

²⁷⁰ BEAUVALET-BOUTOUYRIE, Scarlett. Jeanne de Chantal: ‘l’idée des parfaites veuves’. In: PELLEGRIN, Nicole et WINN, Colette H. *Veufs, veuves et veuvage dans la France d’Ancien Régime: Actes du colloque de Poitiers, 11-12 juin, 1998*. Paris: Honoré Champion, 2003, p. 199-205. BARRY, op. cit.

²⁷¹ Sobre o ideal de vida conjugal católica ver WALCH, Agnès. Le choix du conjoint idéal dans les manuels catholiques de vie conjugale en France à l’époque moderne. **Annales de Démographie Historique**, Paris, v. 1998, n. 1, p. 7-24, 1998. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/adh_0066-2062_1998_num_1998_1_2154. Acesso em: 2 de fevereiro 2015.

²⁷² BEAUVALET-BOUTOUYRIE, op. cit., p. 210; HANART, P. Jean. *Les belles morts des fondateurs des religions*. Douay: Baltazar Bellere, 1672. Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=NmfqRqnTG0AC&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PP5. Acesso em: 6 de março de 2015.

²⁷³ BEAUVALET-BOUTOUYRIE, op. cit., p. 210; HANART, op. cit., p. 97-115.

é um dos raros livros em que podemos encontrar mulheres e homens comuns – membros de ordens religiosas, solteiros, casados ou viúvos - aparecendo ao lado de nomes da nobreza e da monarquia europeia como exemplos de vida devota. No que diz respeito às mulheres, Barry dedicou um capítulo às mulheres nobres, um àquelas de ocupações diversas e, por último, às religiosas.

Daremos destaque aqui a três viúvas que são citadas pelo jesuíta por serem o estereótipo de viúva, com exceção de Jeanne de Chantal, pois já discorremos sobre sua trajetória anteriormente.²⁷⁴

A Imperatriz Maria da Áustria foi descrita por Barry como uma figura singular: filha de Carlos V da Espanha e esposa de Maximiliano, Imperador do Sacro Império Romano Germânico. Ela teria protagonizado uma vida piedosa, teve um matrimônio feliz e uma viuvez santa.²⁷⁵ Durante os anos em que esteve ao lado de Maximiliano, ela se dedicou a visitar hospitais e a ajudar os pobres com esmolas e assistência. Após ficar viúva, ela voltou para a Espanha, para perto de sua família. Lá a Imperatriz se internou em um convento em Madri *des religieuses d'échauffées de S. François, où elle mena une vie Angélique, et où elle eut une mort de sainte âgée de soixante et quinze ans (...).*²⁷⁶

Outro exemplo citado pelo jesuíta foi o da Viscondessa Madelene de Montaigu. As restrições de uma Inglaterra anglicana não a impediram de professar a fé católica tampouco de abrigar aqueles que seguiam a mesma religião em sua casa. A perseguição que a coroa britânica impôs aos católicos não afetou a sua determinação em proporcionar a assistência da Missa em sua residência. Sua vida e seu casamento foram momentos de obediência; ela não contestava as vontades daqueles que estavam a sua volta nem de seu marido. Com a morte deste, ela passou a seguir aquilo que seus confessores e seus médicos recomendavam.²⁷⁷ Sua dedicação aos mais carentes e à Igreja Católica lhe rendeu essa homenagem de Barry.

²⁷⁴ BARRY, op. cit., p. 466-473.

²⁷⁵ Ibid., p. 432-437.

²⁷⁶ Ibid., p. 435-6.

²⁷⁷ *Ses victoires furent bien plus grandes & plus héroïques quand elle fut mariée, elle fut si obéissante à son mari qu'il semblait qu'elle n'eut point de volonté que celle du vicomte de Montaigu aussi avait elle coutume de dire que le jour de ses noces elle avait rencontré à ses volontés. Mais elle ne fut pas seulement obéissante avec cette perfection à son mari, mais aussi après qu'il fut décédé à ses confesseurs qui gouvernaient son âme; et aux médecins qui prenaient le soin de son corps, et tout cela si parfaitement qu'elles ne faisait jamais sa volonté, vivant comme si elle n'en avait point.* BARRY, op. cit., p. 462.

A viúva Marie de Valence, nascida Marie Tessonnière, viveu até os quinze anos em uma comunidade huguenote quando se converteu ao catolicismo. Sua família, e depois seu marido, não aceitaram sua conversão, o que os levou a maltratá-la. A morte do marido e, em consequência, a chegada da penúria, no entanto, fizeram com que “*Dieu redoubla ses grâces*”. Sua alimentação foi fornecida sem que trabalhasse, o dinheiro para suas obras de caridade e para as missas que ela encomendava passaram a vir de pessoas que não conhecia. Durante os cinquenta anos que viveu após a morte de seu único marido, fazia jejuns, penitências e curava os doentes com remédios que ela mesma fornecia. Vestia-se como as mulheres pobres. Suas virtudes vinham da oração e da dedicação a Deus. Foi assim que viveu essa ilustre viúva com a qual encerramos a análise da obra de Paul Barry.

Por fim, cabe aqui destacar a presença de Mme. Catherine de Montholon, viúva de M. de Sanzelles, Maître de Requête, e fundadora das Ursulinas de Dijon.²⁷⁸ Pertencente a uma das mais importantes famílias da Borgonha, Catarina nasceu em 1568, em Paris. Com a morte dos pais foi viver com sua irmã, Geneviève. O matrimônio com M. de Sanzelles foi feliz, pois havia sido feito mais com razão do que com paixão.²⁷⁹ Viúvo e com duas filhas pequenas de dois casamentos desfeitos pela morte das esposas, M. de Sanzelles teria escolhido Catarina de Montholon por suas virtudes, não por sua riqueza e influência de sua família.²⁸⁰ Desse casamento, veio-lhe um casal de filhos, do qual apenas a menina sobreviveu. Mme. de Sanzelles ensinou a ela os princípios da religião e do desprendimento material. Esposa dedicada, sua vida se dividia entre o marido, a casa, a filha e as enteadas:

(...) *Après avoir réglés la maison elle assistait son prochain, secourait les pauvres honteux, visitait toutes les semaines les prisonniers, et outre les aumônes qu'elle distribuait par elle-même aux uns et aux autres, elle leur en faisait encore distribuer par des personnes assidées (sic), afin qu'ayant le mérite de la miséricorde elle n'en eut pas l'éclat ni la pompe.*²⁸¹

²⁷⁸ SENAULT, op. cit.

²⁷⁹ Ibid, p. 8.

²⁸⁰ Jean de Montholon Seigneur du Vivier et d'Aubervilliers, Conseiller au Chatelet, et depuis Conseiller d'État, épousa Dame Loiuse Collin fille de Messier Remond Collin Conseiller au Parlement de Paris, il mourut l'an 1632 et laissa plusieurs enfants (...). Ibid., p. 3.

²⁸¹ Ibid., p. 10.

Depois de uma convivência de respeito mútuo por pouco mais de quinze anos, ela perdeu seu marido (Chartres, 1611). A partir de então, Mme. de Sanzelles passou a se dedicar inteiramente às obras de caridade, às visitas aos hospitais e às prisões, aumentando suas esmolas e suas orações e afastando-se de tudo o que fosse supérfluo – roupas e alimentação.²⁸² Porém não deixou de educar sua filha. Transformando-se em pai e mãe, encaminhou-a na direção do cristianismo piedoso. Casou-a com o descendente da Maison des Baillets, Jacques Baillets Senhor de Vaugrenant, cujos ancestrais foram conselheiros do rei: (...) *ayant la naissance, la vertu et le bien, était une partie sortable pour une fille unique*.²⁸³ Durante as horas que não estava na Igreja – assistia a todas as missas e rezava mais de quatro horas por dia de joelhos –, Catherine de Montholon lia livros de devoção.

Em uma viagem à Dijon para o casamento de sua filha, Mme. de Sanzelles conheceu a congregação das Ursulinas e mostrou interesse pela obra dessas religiosas. Por mais de um ano, ela negociou com as irmãs sobre a viabilidade ou não de a ordem se transformar em recolhimento – o que era de seu interesse. Por fim, em 1616, ela se recolheu à clausura no convento das Ursulinas, de onde só saiu em 1650 quando morreu. Como nas mortes santas e belas, Mme. de Sanzelles morreu no dia em que desejara e da maneira como quisera: no convento, cercada por suas irmãs de claustro após receber os sacramentos.²⁸⁴

Várias outras viúvas decidiram se recolher a um convento após a morte do marido, como pensionistas ou como religiosas que fizeram os votos. Algumas delas até fundaram ordens religiosas que tradicionalmente acolheram muitas outras viúvas dentro de seus muros, como foi o caso das Filhas de Notre Dame de Poitiers, cuja fundadora foi Jeanne de Lestonnac (1606), viúva e mãe. Outras viúvas dirigiram por muitos anos ordens religiosas. As irmãs hospitalares de Châtellerault tiveram como superiores três viúvas entre 1730 e 1762. Assim como as Filhas de Saint-Thomas d'Argenton-Château, as irmãs de Saint-Joseph de Chauvigny e de Niort, as Filhas da Sabedoria de Poitiers, as irmãs de Sainte-Marthe de Lusignan elegeram pelo menos uma viúva como superiora de suas congregações durante o século XVIII.²⁸⁵

²⁸² SENAULT, op. cit., p. 11-15.

²⁸³ Ibid., p. 13.

²⁸⁴ Ibid., p. 140. Sobre as *Belles Morts* ver HANART, op. cit. e ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, V. II, 1990, p. 329-337.

²⁸⁵ MURPHY, Gwénaél. Le deuil et le voile. In: PELLEGRIN, Nicole et WINN, Colette H. *Veufs, veuves et veuvage dans la France d'Ancien Régime : Actes du colloque de Poitiers, 11-12 juin, 1998*.

Foi com base na tradição judaico-cristã da “verdadeira viúva” que se moldou o papel da viúva nas sociedades ocidentais. Pelos princípios da “verdadeira viúva”, determinou-se como uma mulher deveria agir após perder o marido e qual seria a viúva que estaria sob a guarda e proteção das nações em formação na Europa e nas conquistas de além-mar. Apesar da norma regular o comportamento feminino, nem sempre esses papéis foram fáceis de serem desempenhados no cotidiano dessas mulheres.

Paris: Honoré Champion, 2003, p. 299-323. Para o Brasil ver ALGRANTI, Leila M. *Honradas e devotas: mulheres da colônia*. 2^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

Capítulo 3

O Império e a Lei

*Não faleça à esposa o marido é seu,
Se no seu desamparo experimente
Da avareza o flagelo.
Pela viúva, pelo órfão, pelo pupilo, e pelo
próximo - 1797
Livro de Meus Cânticos, Hino 14*

A viúva e o órfão, muitas vezes, foram alvo de intervenções do Estado português, não apenas para protegê-los das ameaças cotidianas, mas também para salvaguardar o patrimônio de ambos. A coroa se posicionava, ainda, como guardiã de seus negócios, protetora dos interesses econômicos e mediadora de conflitos. Nesse sentido, a promulgação de leis serviu ao Estado Absolutista como instrumento regulador das práticas familiares cotidianas. A família era, portanto, um dos instrumentos pelos quais os monarcas exerciam sua autoridade nos mais diferentes espaços e era por ela que se mantinha a estabilidade do Antigo Regime.²⁸⁶ Logo, regular sobre sua existência e a de seus membros era parte importante das atribuições do rei em seus domínios.²⁸⁷

Neste capítulo examinaremos a atuação da coroa sobre a viuvez por meio dos mecanismos legais e das instituições a ela subordinadas. Nesse sentido, o poder central lançava mão dos mais diversos instrumentos que estavam ao seu alcance no

²⁸⁶ Utilizamos o termo Antigo Regime para nos referirmos ao período de formação dos Estados Nacionais europeus cujos limites estão entre o século XVI e a Revolução Francesa. Uma série de elementos políticos, sociais e econômicos determinaram as mudanças por que passou a sociedade ocidental de então, sendo um deles o regime monárquico absolutista, sustentado por uma sociedade de privilégios assentada em ordens ou estamentos. Do ponto de vista econômico, observa-se o desenvolvimento do mercantilismo que, com o advento das grandes navegações, associa-se à economia agrícola, promovendo o acúmulo de capitais necessário para a industrialização em algumas nações já em finais do século XVIII. Alexis de Tocqueville foi um dos primeiros a utilizar o termo, associando-o, sobretudo, ao regime anterior à Revolução Francesa. TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Lisboa: Fragmentos, 1989. Sobre o Antigo Regime em Portugal, ver HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

²⁸⁷ Flandrin explica que a autoridade do rei sobre seus súditos no Antigo Regime, assim como a de um pai sobre seus filhos, tinha uma natureza comum: eram consideradas naturais e não contratuais. Por essa razão, a instituição familiar caracterizava-se como uma instituição pública, pela qual se pautavam as relações sociais e políticas. Nas sociedades monarquistas, portanto, as questões de família eram consideradas como questão de Estado. FLANDRIN, Jean-Louis. *Familles: Parenté, Maison, sexualité, dans l'ancienne société*. Paris: Éditions du Seuil. 1995.

sentido de regular e proteger as mulheres que perdiam seus maridos. Dividimos nossa análise em três partes. Na primeira delas, observaremos como leis e decretos ajudaram a moldar a ação tanto dos governantes quanto das viúvas em suas demandas endereçadas à coroa e a seus representantes. A Pragmática de 1749 e as Leis Novíssimas propostas durante o governo pombalino serviram como diretrizes durante o período em estudo para determinar o que era autorizado ou não às viúvas. Em seguida, analisaremos como, com base nessa legislação e nas Ordenações do Reino, as viúvas solicitavam à coroa direitos que lhes eram assegurados pelas leis ou pelos costumes. O Conselho Ultramarino era o principal órgão ao qual essas mulheres recorriam para ter esses direitos garantidos. Por fim, examinaremos de que maneira as viúvas faziam uso dos mais variados expedientes para garantir-lhes proteção, fosse por meio de petição ao Conselho Ultramarino requerendo o ofício do marido ou parte da remuneração desse ofício; fosse através das diversas irmandades e seus instrumentos de proteção estatutários das mesmas, fosse abrigando-se em conventos ou recolhimentos.

3.1 A Pragmática de 1749 e a legislação pombalina

A situação econômica do reino precisava de ajustes. Várias medidas foram tomadas para adequar as contas do Estado português e equipará-lo às outras monarquias europeias. Já em finais da primeira metade do setecentos começam a ser empreendidas ações nesse sentido, mas foi com a chegada ao poder do Conde de Oeiras que a racionalização da administração visando modificar esta situação se tornaram uma política de Estado. Foi sob este esforço de recuperação da economia que se propuseram a Pragmática de 1749 e as Leis Novíssimas com Pombal. Colocou-se em execução uma série de medidas legislativas propondo ajustar o regime patrimonial ao momento por que passava o Império português. As Leis Novíssimas atendiam às demandas da política regalista do novo ministro josefino em regular as sucessões, limitar disposições testamentárias e doações.²⁸⁸ Por elas, a monarquia lusa pretendia, ainda, proteger as viúvas e seus bens tanto de maridos interessados em dilapidar o patrimônio herdado do primeiro casamento, quanto de abusos da família.

²⁸⁸ RODRIGUES, Claudia. Intervindo sobre a morte para melhor regular a vida: significados da legislação testamentária no governo pombalino. In FALCON, Francisco e RODRIGUES, Claudia (org.). *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 307-345.

As leis anti-suntuárias ordenadas por D. João V, em maio de 1749, conhecidas como Pragmática, tinham dois objetivos básicos: restringir os gastos dos vassalos e proteger as manufaturas e indústrias nacionais. A prática dos reis de Portugal em promulgar esse tipo de lei remontava ao medievo luso²⁸⁹ e visava regular as despesas dos súditos, sobretudo aqueles de excessivo luxo:

*(...) Faço saber aos que esta Lei, e Pragmática virem, que pela obrigação que tenho de atalhar os prejuízos de meus Vassalos, não pude deixar de advertir com desprazer quanto lhes tem sido pernicioso o luxo, que entre eles se tem introduzido de algum tempo a esta parte. Este foi sempre um dos males, que todo o sábio Governo procurou impedir, como origem de ruína não só da fazenda, mas dos bons costumes (...).*²⁹⁰

Diante de uma conjuntura de dificuldades econômicas e endividamento o Estado português se viu obrigado a sancionar uma lei que limitasse o consumo excessivo de supérfluos, o que incluía também os gastos com o luto e o enterramento.²⁹¹ Entretanto, alguns autores, argumentam que a pragmática se mostrou de pouca efetividade quanto à sua execução tanto no reino quanto no ultramar.²⁹² Comerciantes da metrópole, através da Mesa do Bem Comum, colocaram-se contra o código que, segundo eles, feria princípios mercantilistas, pedindo sua revogação à coroa – no que logo foram atendidos.²⁹³ Apesar da oposição de muitos e da ineficácia

²⁸⁹ SERRÃO, Joel (org.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2002.

²⁹⁰ *Collecção das leys, decretos e alvarás, que compreende o feliz reinado del Rey fidelíssimo D. Jozé o I, nosso Senhor: Desde o anno de 1750 até o de 1760, e a Pragmatica do Senhor Rey D. João o V do anno de 1749*. Tomo I, Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1771, p. XXVII.

²⁹¹ De acordo com Luís Fernando de Carvalho Dias, a Pragmática se insere em um contexto de crise em Portugal. O ouro do Brasil escasseava, e a renda do Estado estava comprometida. As suas disposições são significativas para se identificar como a Coroa, proibindo os gastos dos vassalos, pretendia manter no reino as riquezas e evitar gastos. Para uma discussão sobre as Pragmáticas, ver DIAS, Luís Fernando de Carvalho. Luxo e Pragmáticas no pensamento económico do séc. XVIII. **Boletim de Ciências Económicas**, Coimbra, v. IV, n. 2-3, p.112, maio-dez 1955. Sobre a crise de meados do século XVIII, consultar SAMPAIO. Antonio Carlos Jucá de. *A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII*. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA. Maria de Fátima. *O Brasil Colonial, 1720-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2014, p. 307-338.

²⁹² Para uma análise sobre a execução da Pragmática no Império luso permeado pela presença escrava, ver KANTOR, Íris. Os Ramires de outras eras em outros espaços: breves comentários sobre as formas de apropriação do ethos nobiliárquico na América portuguesa... **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 2, p. 35-41, nov. 2002; LARA, Sílvia Hunold Lara. *Fragmentos setecentistas escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²⁹³ DIAS, op. cit., p. 128-129. A Pragmática, porém, não perdeu de todo a sua influência. Anos mais tarde, a lei continuou determinando o que deveria ser admitido no luto das viúvas e nos gastos com o enterramento do morto.

da lei quanto a determinados assuntos, ela serviu para que Pombal delimitasse, em finais do século XVIII, o que convinha nas atitudes diante da morte da civilidade portuguesa.²⁹⁴

É nesse ambiente que Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, assumiu a Secretaria de Estado da Guerra e dos Negócios Estrangeiros: momento de ajustes econômicos em Portugal, em que se fazia necessário arrecadar recursos para o erário régio e modernizar o reino.²⁹⁵ Vários acontecimentos exigiam que Pombal tomasse providências para reorganizar o Estado português e garantir seus domínios na América portuguesa. Um deles foi o terremoto de Lisboa. Cinco anos depois do Conde de Oeiras ter assumido o cargo de principal ministro de D. José, Lisboa foi devastada por um terremoto e exigia soluções rápidas para sua reconstrução. Ao mesmo tempo, a constante ameaça espanhola nos domínios de ultramar demandava recursos cada vez maiores para operações militares a fim de manter os territórios do Atlântico luso.

Decidido a organizar as finanças e retirar o reino da situação de atraso em que se encontrava,²⁹⁶ adotou princípios caros à Ilustração e ao Mercantilismo para atingir seu principal objetivo: igualar Portugal às nações mais modernas e industrializadas da Europa da época. Segundo Kenneth Maxwell, a política industrialista pombalina deveria ser associada a um esforço de modernização fundado na *racionalização administrativa, em busca da eficiência da ação governamental e consolidação imperial*.²⁹⁷ Ao longo de seu governo, Pombal passou a intervir nas mais diversas áreas, ultrapassando muitas vezes os limites entre o público e o privado, em nome da “razão de Estado” e do bem comum dos súditos da coroa.

Os esforços empreendidos por Pombal tinham como principal finalidade reorganizar e reforçar o aparelho do Estado, recuperar os réditos coloniais e melhorar

²⁹⁴ SIQUEIRA, D. João de Nossa Senhora da Porta. *Escola de Política ou tratado prático de civilidade portuguesa*. Pernambuco: Typografia de Santos e Companhia, 1845. A penetração dos princípios da Pragmática pode ser vista na documentação consultada.

²⁹⁵ Antonio Carlos Jucá de Sampaio contesta o argumento de que havia uma grave crise em curso nesse período. Sua proposição funda-se, sobretudo, na ideia de que não houve queda na produção de ouro em Minas. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. A economia do império português no período pombalino. In: FALCON, F. C. e RODRIGUES, C. (org.). *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 37.

²⁹⁶ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial. (1777-1808)*. 6ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 131-2.

²⁹⁷ MAXWELL, K. Pombal and the nationalization of the luso-brazilian economy. **Hispanic American Historical Review**, Durham, v. 48, n. 4, p. 608-631, nov. 1968. Apud NOVAIS, op. cit., p. 132.

a arrecadação fiscal.²⁹⁸ Nesse sentido, desde sua nomeação, Carvalho e Melo passou a concentrar suas ações visando centralizar a tomada de decisões, modernizar a estrutura administrativa²⁹⁹ e eliminar a oposição ao poder do Estado Absolutista.³⁰⁰ Para tanto, Pombal procurou combater três setores importantes que se sustentavam no poder e dominavam as diversas instâncias de poder político da monarquia lusa até então: o setor antimonopolista, representado pela burguesia mercantil; o setor antiabsolutista, dominado pela aristocracia nobiliária e o setor hegemônico da aristocracia eclesiástica, sendo a Companhia de Jesus seu maior expoente.³⁰¹

Assim, as reformas de Pombal promoveram, já nos primeiros dez anos do governo ilustrado,³⁰² o fortalecimento do mercantilismo com a ascensão dos grandes comerciantes e contratadores através da criação das Companhias de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) e de Pernambuco e Paraíba (1759). Os conflitos de interesses entre comerciantes com a Companhia do Grão-Pará, jesuítas e colonizadores levaram à extinção da Mesa do Bem Comum e à criação da Junta de Comércio, órgão dominado por Pombal.³⁰³ Foi também dessa época a organização da Mesa de Inspeção do Açúcar e do Tabaco (1751) que pretendia controlar a produção, o comércio e a qualidade dos produtos coloniais.³⁰⁴

As mudanças de Carvalho e Melo buscavam, sobretudo, enfraquecer a alta nobreza e as ordens religiosas. Ambos haviam ampliado de tal forma seu poder nos diversos ramos da monarquia lusa, que suas presenças eram sérios obstáculos à centralização do poder régio e à secularização administrativa. A atuação do ministro

²⁹⁸ FALCON, Francisco C. *A época pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982, p. 374.

²⁹⁹ De acordo com Kenneth Maxwell, a modernização proposta por Pombal objetivava ainda libertar Portugal da submissão econômica da Inglaterra. MAXWELL, Kenneth. *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal (1750-1808)*. London: Cambridge University Press, 1973, p. 4.

³⁰⁰ Adotamos aqui a terminologia de Estado Absolutista como sinônimo de um governo monárquico baseado na concentração de poderes nas mãos do rei, que era associado a uma figura divina – sendo Luis XIV seu maior representante –, cujas principais características são: sociedade organizada em estamentos ou ordens (clero, nobreza e terceiro estado); funcionamento do aparelho de Estado sobre bases feudais, apoiado na nobreza fundiária, sustentado por uma burguesia mercantil e uma aristocracia nobre e clerical que dominava a burocracia estatal. Em Portugal, porém, o absolutismo ganhou cores próprias, tais como uma economia fundada na agricultura, uma burguesia incipiente, o poder central enfraquecido pela atuação da nobreza hereditária e por um clero influente sustentado pelo padroado régio. Sobre o Estado Absolutista consultar ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto: Afrontamento, 1984.

³⁰¹ FALCON, op. cit., p. 374 e segs.

³⁰² Adotamos a terminologia “governo ilustrado” de Francisco Falcon para nos referirmos às práticas político-jurídicas e ideológicas que tiveram lugar no interior do espaço-tempo da Ilustração europeia. *Ibid.*, p. 370.

³⁰³ MAXWELL, op. cit., p. 24.

³⁰⁴ NOVAIS, Idelma A. Ferreira. *A Mesa de Inspeção do Açúcar e do Tabaco da Bahia, 1751-1808*. 2016. Tese (Doutorado), Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

objetivava, mormente, a racionalização da burocracia e a regulação dos ofícios.³⁰⁵ No que diz respeito ao clero, o principal alvo do governo eram os jesuítas, cujo espectro de atuação se difundia desde a educação das crianças até a produção de açúcar e seu comércio. Entre outros resultados obtidos por Pombal estão a expulsão dos jesuítas, acusados de conspiração contra o rei; a criação das aulas régias; a fundação do Colégio dos Nobres e a reforma da Universidade de Coimbra.

Entretanto não se deve associar as atitudes de Pombal como anticlericais ou contra a nobreza. Pombal pretendia, principalmente, diminuir a dependência de Portugal da Inglaterra e impor uma administração com bases racionais e ilustradas, mantendo muitos dos privilégios dessas ordens.

É com base nesses princípios que se deve observar a prática político-jurídica pombalina, que culminou com a promulgação de uma série de leis e alvarás regulando a sucessão. Segundo Falcon, *a prática política do pombalismo não pode ser isolada de sua face jurídica que, além de completá-la, configura um campo específico de práticas legais (...).*³⁰⁶ Dessa forma, os princípios da ilustração introduziram, ao lado da orientação, até então seguida nas Ordenações Filipinas - fundamentada pelo Direito Romano -, o direito nacional e o direito das gentes. Pretendia-se adequar o sistema jurídico lusitano, essencialmente românico, *ao direito nacional, fruto da história de cada povo, e o direito que regula relações entre os povos e as nações ou direito das gentes, também repousando em boa parte na razão natural.*³⁰⁷ Segundo Francisco Falcon, a Lei de 18 de agosto de 1769 foi o exemplo máximo da aplicação dos princípios ilustrados à ação jurídica de Pombal.³⁰⁸

A Lei da Boa Razão, como ficou conhecida a Lei de 18 de agosto de 1769, associava, e elegia como fundamentais para a compreensão e aplicação do direito, o Direito Romano, o Direito das Gentes e o Direito Nacional. Assim, os litígios deveriam ser analisados pelas diversas instâncias da justiça lusa à luz da boa razão que governava as nações mais polidas da Europa, combatendo as interpretações conflituosas com essa diretriz e as tentativas dos advogados de confundir as autoridades com mentiras e subterfúgios escusos. Por ela se reforçava o princípio proposto no Livro 3, título 63, das Ordenações, pelo qual se determinava a aplicação

³⁰⁵ FALCON, op. cit., p. 377-391.

³⁰⁶ FALCON, op. cit., p. 393.

³⁰⁷ Ibid., p. 394.

³⁰⁸ Ibid., p. 395.

do Direito Romano nos casos não previstos no código filipino pela *boa razão em que são fundadas*³⁰⁹ as Leis Imperiais romanas.³¹⁰

Vejamos como as leis pombalinas anteriores e posteriores à Lei da Boa Razão informam-nos a respeito da penetração do pensamento ilustrado nas questões relativas às viúvas e à sucessão.

Nas Ordenações Filipinas observamos a preocupação das monarquias ibéricas com a situação da mulher durante a viuvez. Entretanto a participação da coroa como instrumento regulador da viuvez ganhou novos contornos com a chegada, ao poder, do Marquês de Pombal e a promulgação de um série de leis e alvarás para a regulação da herança e proteção à mulher só. Por um lado, as diversas leis do período procuravam proteger viúvas e órfãos de abusos, limitar as verbas testamentárias e controlar a transmissão dos legados através da regulamentação das doações. Por outro, baseadas no racionalismo ilustrado, pretendiam, além de continuar as orientações do código filipino, adequá-las ao direito das gentes nas nações mais modernas e, em alguns casos, movimentar a economia do período com bens que antes estariam imobilizados pela criação de morgadios ou capelas.³¹¹

Além da já citada tendência econômica aliada ao racionalismo ilustrado, havia por parte da coroa, a preocupação nessa legislação de salvaguardar seus súditos, especialmente, em nosso caso, as viúvas. O rei destacava em vários momentos, que eram constantes os abusos das famílias em relação a elas. Em 1761, D. José publicou um alvará proibindo que as viúvas fossem isoladas do convívio social.³¹² Por ele, o rei

³⁰⁹ Lei de 18 de Agosto de 1769. *Ordenações*, Aditamentos, Livro 3, op. cit, p. 728.

³¹⁰ Para Gustavo Cabral, a Lei da Boa Razão *tinha o objetivo de reformular as matérias concernentes às fontes do direito em Portugal, bem como fornecer um critério seguro e objetivo sobre o que seria a boa razão sobre a qual se referiam as Ordenações Filipinas quando a estabeleceu como critério à aplicação do direito romano*. CABRAL, Gustavo César Machado. A Lei da Boa Razão e as fontes do direito: investigações sobre as mudanças no direito português no final do Antigo Regime. In: Encontro Nacional do CONPEDI, Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI, Fortaleza, 2010, p. 6117. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/conpedi2/anteriores/XIX+Encontro+Nacional+-+UFC-Fortaleza+\(09%2C+10%2C+11+e+12+de+junho+de+2010\).pdf](https://s3.amazonaws.com/conpedi2/anteriores/XIX+Encontro+Nacional+-+UFC-Fortaleza+(09%2C+10%2C+11+e+12+de+junho+de+2010).pdf). Acesso em: 11 de maio de 2017.

³¹¹ WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. Racionalismo Ilustrado e Prática Jurídica Colonial - o Direito das sucessões no Brasil (1750-1808). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 401, p. 1607, out./dez. 1998.

³¹² Collomp relata que era comum, nas famílias estendidas alsacianas do século XVIII, que a mulher fosse desalojada do quarto principal em que dormia quando da morte do chefe de domicílio. Deste dia em diante, “a mãe deve deixar o seu leito para a nora e o filho e instalar-se em outro quarto, sozinha, com as filhas solteiras (...) ou com as netas”. COLLOMP, Alain. Famílias, habitações e coabitações. In: ARIÈS, P. e CHARTIER, R. (org.). *História da Vida Privada: da Renascença ao século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 523. Michelle Perrot aponta que, em estudos sobre o *oustal* francês durante o século XIX, verifica-se a prática do isolamento das viúvas do convívio com os familiares. PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, M. (org.). *História da Vida Privada: da Revolução francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 139.

impedia, entre outras coisas, o isolamento e a reclusão das viúvas por um ano depois da morte do marido:

*(...) proíbo que as Viúvas da publicação deste dia em diante, sejam encerradas em câmaras escuras, e privadas do uso decente dos seus leitos, ou reclusas ainda em todas as casas suas respectivas habitações por tanto tempo como até agora se tem praticado. Ordenando que logo no mesmo dia do falecimento de seus Maridos, se retirem para qualquer outra casa da Corte, ou do Campo, tendo para isso comodidade. E que no caso de não a terem, e de ficarem por isso na mesma casa de sua residência, se não possam nela fechar as janelas, nem estender-se a nojo a mais de oito dias; nem encerro (sic) em casa a mais de um mês; nem se possam servir de luzes, e camas aos cantos das casas, ou no chão (...).*³¹³

Essa proibição deve ser entendida à luz do momento por que passava a legislação portuguesa na segunda metade do setecentos, pela qual se procurava regular e controlar a nobreza. Portanto, pretendia-se combater os excessos da nobreza, fosse no luxo ou na liberdade com que tomava decisões sobre assuntos privados, muitas vezes em conflito com o bem dos vassallos. Em nosso, caso dizia respeito à situação precária com que muitas viúvas se deparavam quando da morte de seu marido. O alvará de 1761 foi uma das formas encontradas pelo monarca para, além de evitar que se cometessem excessos contra a viúva - por muitos considerada um peso morto na família e elemento impuro - , tentar coibir a disposição dos bens do morto sem o conhecimento da viúva.

Quatro anos mais tarde, D. José viu-se na necessidade de publicar um novo alvará, estipulando como deveriam ser mantidas as viúvas dos filhos-família. Para garantir-lhes a decência no estado vidual, determinou-se que elas recebessem uma determinada quantia nos casos em que o marido morresse antes de suceder o pai e quando estas tivessem filhos. As mesadas deveriam ser estipuladas nas Escrituras Dotais para seus alfinetes³¹⁴ e se extinguiriam se as viúvas contraíssem um novo casamento. Os sogros eram os responsáveis por essa manutenção, cabendo-lhes prover a esposa com um décimo dos bens do casal para os alimentos. A necessidade de D. José

³¹³ Alvará de 17 de Agosto de 1761. *Ordenações*, Aditamentos, Livro 4, op. cit., p. 1033.

³¹⁴ A promessa de alfinetes era uma espécie de compromisso assumido pelo marido, no momento do matrimônio, com a manutenção e a alimentação da esposa. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984, p. 99.

legislar a respeito da condição da mulher viúva demonstra a situação precária a que muitas delas teriam sido submetidas, mesmo as mais distintas damas da corte.³¹⁵

Outras leis se seguiram, uma em 1766 e outra em 1769, procurando adequar o direito sucessório em vigor. A lei testamentária de 25 de junho de 1766 regulava os testamentos e as últimas vontades. Ela teve como um dos principais objetivos colocar à disposição dos herdeiros bens que estavam condenados à imobilidade ou com o morgadio, ou a virar fumaça por meio da instituição de capelas, ou estavam perdidos pela doação do testador a parentes ou instituições religiosas.³¹⁶

D. José procurou, ainda, controlar *o excesso, a que tem chegado sucessivos, e frequentes abusos de últimas vontades* de pessoas que, nos momentos derradeiros da vida de um moribundo, intentavam, através de atitudes enganosas, obter vantagens ou negociações espúrias no testamento.³¹⁷ O teor da lei claramente privilegiava a sucessão baseada no direito natural, pelo qual a herança deveria ser transmitida em linha direta de descendência, contrariando a liberdade de testar do testador a favor de quem lhe conviesse. Ficava claro o conflito entre duas orientações jurídicas: uma baseada no Direito Romano que permitia ao testador dispor como lhe conviesse de seus bens; e outra que se desenvolvia na Europa do período, pela qual se privilegiava a transferência do patrimônio via parentesco.³¹⁸

A lei de 1766 mostrou-se de difícil execução, pois estava sujeita a diferentes interpretações, obrigando o rei, três anos depois, a sancionar uma nova norma, em 9 de setembro,³¹⁹ já sob a influência da Lei da Boa Razão. Nesse sentido, essa lei é o reflexo daquilo que estava sendo proposto nas leis coevas. Ela vinha acompanhar o

³¹⁵ Alvará de 4 de fevereiro de 1765. *Ordenações*, Aditamentos, Livro 4, op. cit., p. 1034-1036.

³¹⁶ Ao analisar as estratégias de reprodução da “nobreza da terra” no Rio de Janeiro do Antigo Regime, João Fragoso aponta como o patrimônio deste grupo era consumido em capelas com missas pelas almas do defunto e de sua família. FRAGOSO, João. E as plantations viraram fumaça: nobreza principal da terra, Antigo Regime e escravidão mercantil. **História**, São Paulo, v. 34, n.2, jul./dez. 2015, p. 58-107.

³¹⁷ Lei de 25 de junho de 1766. *Ordenações*, Aditamentos, Livro 4, op. cit., p. 1054. As Ordenações do Reino puniam aquele que tentasse impedir, enganar ou dificultar a confecção do testamento ou impusesse ao testador alguma vontade sua na hora da composição do instrumento de últimas vontades. *Ordenações*, Livro 4, Título 84, op. cit, p. 917-8.

³¹⁸ *Reagindo, porém, contra a influência do direito romano, que ameaçava fazer soçobrar a tradição nacional e contra as desarrazoadas pretensões do clero, o marquês de Pombal publicou: 1º, a lei de 25 de junho de 1766, declarando nulos todos os testamento em favor de quem os escrevesse ou sugestionasse, dos seus parentes ou das corporações, a quem pertencessem, e invalidando, igualmente, aqueles que fossem feitos por enfermos em estado grave de moléstia; 2º, a lei de 9 de setembro de 1769, favorecendo, contra a doutrina romana, a sucessão legítima, que é conforme a ordem da natureza e à caridade cristã.* BEVILAQUA, Clovis. *Direito das Sucessões*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos & Cia., 1932, p. 183.

³¹⁹ Lei de 9 de setembro de 1769. *Ordenações*, Aditamentos, Livro 4, op. cit, p. 1057.

pensamento das *Nações civilizadas*, para coibir a liberdade de testar que, muitas vezes, entrava em conflito com a *razão natural*, a *caridade cristã* e a *boa ordem das famílias*.³²⁰

Pela Carta de Lei de 1769, a coroa determinava que a terça fosse disposta de acordo com a vontade do testador, porém *na parte que é admissível*, ou seja, os bens adquiridos durante o matrimônio.³²¹ Os bens não transmissíveis, aqueles que eram herdados dos pais, deveriam permanecer como patrimônio da família, pois os abusos cometidos até então eram *prejudiciais à utilidade, e tranquilidade pública*.³²²

Essa lei também proibia que religiosos e religiosas pudessem herdar, ou seja, não podiam ser incluídos na divisão das legítimas,³²³ pois *não podia caber na boa razão, que os filhos, ou filhas, que pela profissão religiosa morrem para o mundo, tornem aparecer no mesmo mundo incompativelmente*.³²⁴ Tal decisão seguia a orientação daquilo que estava acontecendo, segundo o legislador, nos reinos da Europa.

Estabelecia-se, no parágrafo 29, que, nos casos de segundo e terceiro casamentos da mulher viúva ainda em idade de ter sucessão, esta perderia a posse da legítima dos filhos do primeiro matrimônio, sendo indicado um administrador para os bens, porém ela ficaria com a terça para alimentos.³²⁵ O governante, com o auxílio de seus desembargadores, também decidiu que cessava a comunicabilidade de bens de homens que se casassem com mulheres viúvas com mais de 50 anos, que deveria fazer inventário antes de contrair novas núpcias, proibia a alheação de bens da viúva e as doações desta para o novo consorte,³²⁶ bem como vedava a contração de dívidas em nome dela *como ordinariamente costuma suceder*.³²⁷

³²⁰ Idem.

³²¹ As Ordenações Filipinas garantiam que os dois terços dos herdeiros legítimos fossem resguardados. *Ordenações*, Livro 4, Títulos 80 a 82, op. cit. p. 900-914.

³²² *Ordenações*, Aditamentos, Livro 4, op. cit., p. 1058. Para uma análise das leis de 1766 e 1769, ver WEHLING e WEHLING, op. cit.

³²³ No Livro 2, Título 18, das Ordenações permitia-se que ordens e membros delas herdassem bens. *Ordenações*, Livro 2, Título 18, op. cit. p. 435.

³²⁴ Lei de 9 de setembro de 1769. *Ordenações*, Aditamentos, Livro 4, op. cit., p. 1058.

³²⁵ De acordo com as Ordenações do Reino a mãe que se casasse novamente perdia a tutela dos filhos e deveria entregar as legítimas dos órfãos ao novo tutor nomeado pelo Juiz de Órfãos. *Ordenações*, Livro 4, Título 102, op. cit. p. 1000.

³²⁶ O Título 105, do Livro 4, do código filipino, estabelecia que a mulher com mais de cinquenta anos, com filhos, que casasse novamente não poderia alhear durante a vida ou em testamento dois terços dos bens que ela possuísse antes de contrair novo matrimônio ou que ela tivesse herdado de ascendentes ou descendentes ao tempo em que já estava casada, podendo utilizar, apenas, um terço desses bens como lhe aprouvesse. Não era permitido à viúva, também, nomear o marido proprietário de seus bens. *Ordenações*, Livro 4, Título 105, op. cit. p. 1011-4.

³²⁷ Lei de 9 de setembro de 1769. *Ordenações*, Aditamentos, Livro 4, op. cit., p. 1040-1.

Com o tempo, novas dúvidas foram surgindo e fez-se necessária a promulgação de novas normas. O alvará de 23 de novembro de 1770 pretendia esclarecer o parágrafo 27 da lei de 9 de setembro de 1769, no qual se dispunha sobre a legítima dos filhos em caso de segundo ou terceiro casamentos lesivos dos viúvos. Por esse alvará, procurava-se proteger os filhos da primeira união, determinando que não era preciso que o cônjuge sobrevivente ingressasse em novo matrimônio para se proceder ao inventário do cônjuge falecido, mas bastava *somente se prove que eles, ou elas os tem ajustado, para que os filhos, ou quaisquer outro parentes, possam requerer à Mesa do Desembargo do Paço, ou aos Magistrados (...)*.³²⁸ Mantinha, porém, a disponibilidade da terça para alimentos da viúva bem como o fim da tutoria para as mães novamente casadas.

Tanto esse conjunto de leis, alvarás e decretos, quanto as próprias Ordenações Filipinas objetivavam salvaguardar o patrimônio da família, sobretudo, a herança dos filhos e a segurança da viúva contra eventuais danos que os reduzissem à penúria. As Ordenações - assim como a lei de 1769 no parágrafo 29 - protegiam as viúvas que não fossem capazes de cuidar de seu patrimônio ou viessem a ser enganadas por sedutores interessados em sua riqueza, única garantia de uma vida tranquila depois da morte do marido.³²⁹ O código filipino, no Livro 4, Título 102, parágrafo 3, preocupava-se, sobretudo, com o dano à legítima dos filhos, enquanto a lei de 1769 protegia a viúva do perigo da sedução. Já o Título 107 buscava garantir a herança dos filhos, controlando as viúvas que

desbaratam o que tem, e ficam pobres e necessitadas, e querendo outrossim prover como seus sucessores não fiquem danificados; mandamos que se for provado, que elas maliciosamente ou sem razão desbaratam, ou alheiam seus bens, as Justiças dos lugares, onde os bens estiverem, os tomem todos, e os entreguem a quem deles tenha carrego, até verem nosso mandado, e a elas façam dar mantimento (...).³³⁰

Com a morte de D. José I, em um primeiro momento, pretendeu-se interromper a ruptura proposta pelo ministro josefino, revogando várias leis e

³²⁸ Alvará de 23 de novembro de 1770. *Ordenações*, Aditamentos, Livro 4, op. cit., p. 1062.

³²⁹ *Ordenações*, Livro 4, Título 102 e 107, op. cit., p. 995-1000, 1015-6; *Ordenações*, Livro 5, Título 16, op. cit., p. 1165.

³³⁰ *Ordenações*, Livro 4, Título 107, op. cit., p. 1015-6.

alvarás.³³¹ Entretanto, no final do século XVIII, foi vitoriosa a visão “modernizante” de correntes ligadas às ideias pombalinas, prevalecendo a necessidade de se regular o direito sucessório nos moldes propostos pelo ex-ministro de D. José.

A chegada ao poder de D. Maria, trazendo consigo o que se convencionou chamar a “Viradeira”, levou à suspensão de vários parágrafos da legislação de 1769, até que se promulgasse um novo código – que não sobreveio. Pelo decreto de 17 de julho de 1778, ficavam suspensos os parágrafos 1 ao 9, que dispunham, entre outros assuntos, sobre a terça e a instituição de marido e mulher como parentes, bem como os parágrafos 18, 19 e 21 pelos quais se regulavam as capelas e o parágrafo 29, que dispunha a respeito do segundo casamento das viúvas. Entretanto, em 1796, a Rainha proclama a validade dos parágrafos 18, 19 e 21 que ela havia suspenso anteriormente.³³²

Apesar do esforço empreendido pelos novos agentes do poder em interromper as mudanças iniciadas com Pombal, não era mais possível conter os avanços implementados pelo governo ilustrado. Maria Odila Leite da Silva Dias destaca a mentalidade pragmática, baseada na comprovação empírica dos fenômenos naturais, que guiaram as ações da administração lusa depois de Carvalho e Melo. Segundo ela, concretizaram-se, sobretudo, após 1796, com D. Rodrigo de Souza Coutinho, que deu prosseguimento ao pensamento ilustrado de Pombal tanto no que diz respeito às políticas econômicas quanto jurídicas.³³³ Para Fernando Novais, *o fomento posto em andamento pelo ministro de D. José, ao contrário das tentativas anteriores, teve persistência e desdobramentos para além da administração do marquês de Pombal, prosseguindo em atuação até a crise final do Antigo Regime.*³³⁴

Vemos, portanto, que o processo de modernização de Portugal, posto em curso durante a segunda metade do XVIII, prosseguiu até o fim do sistema colonial, em 1808. O esforço de introduzir princípios caros ao emprego do racionalismo ilustrado atingiu vários setores da metrópole e seus domínios, apesar do grande atraso que ainda havia em setores como o industrial e das idas e vindas na legislação do período. Essas oscilações, mais do que vacilações, são o reflexo de uma sociedade em que valores e conceitos vinham se modificando e demandavam tempo para serem aceitas.

³³¹ WEHLING e WEHLING, op. cit.

³³² Alvará de 20 de maio de 1796. *Ordenações*, Aditamentos, Livro 4, , op. cit., p. 1066.

³³³ DIAS, Maria Odila da Silva. *Aspectos da ilustração no Brasil*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 278, 1968, p. 105-170.

³³⁴ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial. (1777-1808)*. 6ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 132.

Tratava-se, ainda, da própria essência do Estado Absolutista pelo qual se procurava ver, na família, seu principal instrumento de atuação sobre seus vassalos, fundado sobre os estamentos e seus privilégios.

Nos domínios lusos do Atlântico, o alcance das Leis Novíssimas e das Ordenações Filipinas pode ser percebido por meio das cartas e requerimentos endereçados ao Conselho Ultramarino. O cotidiano da colônia reservava desafios constantes àqueles que se dispunham a desbravá-la e nela viver. Os habitantes do Império ultramarino português, no entanto, contavam com a possibilidade de recorrer à coroa sempre que precisavam de auxílio ou se sentiam lesados, de alguma forma, pelos representantes do poder metropolitano. Esse é o caso de muitas viúvas que recorreram ao Conselho Ultramarino durante o século XVIII até o início do seguinte.

3.2 Tutoras, “servas” e senhoras

Vários requerimentos feitos ao Conselho Ultramarino demonstram a intensa participação das viúvas nos assuntos tratados pelos desembargadores. As demandas endereçadas ao Conselho iam desde simples solicitações de provisão de tutela, por parte de mães que haviam ficado viúvas, até pedidos para a intervenção do monarca em algum litígio envolvendo heranças. Havia aquelas que pediam tenças em seu favor, ou que solicitavam a nomeação de pessoas para assumir os ofícios de seus maridos, que ficaram vagos por morte destes, até que o filho tivesse idade para ocupá-los. Outras informavam como estavam administrando contratos reais arrematados por seus falecidos maridos, ou mesmo pediam para continuar a receber os emolumentos que couberam aos falecidos esposos em vida.

Esses pedidos refletem não apenas o conhecimento de que o recurso às instâncias superiores da metrópole estava acessível aos vassalos, geralmente aqueles que, de alguma forma, já participavam da administração do Império, mas também como os súditos interpretavam a figura do monarca enquanto protetor e mediador no Estado Moderno. Nesses requerimentos também é possível observar como as mudanças na legislação, entre as quais estavam as leis propostas durante o período pombalino, atingiam as mais diferentes camadas e regiões no Império.

Por todo o período estudado, encontramos diversas mães viúvas solicitando provisão para serem tutoras de seus filhos menores, uma vez que a tutoria não era imediatamente passada para as mãos das viúvas. A tutela dos menores podia ser

testamentária, legítima ou dativa.³³⁵ Tanto mães quanto avós, dizia o Título 102 das Ordenações, podiam ser tutoras desde que não se casassem novamente e renunciasses à Lei de Velleano.³³⁶ No que se refere aos herdeiros, os dispositivos relacionados à tutela especificavam restrições de proteção às suas legítimas. Dessa forma, a viúva inventariante, quando passava a tutora dos menores, instituída legalmente, assumia a autoridade do marido e pai sobre a riqueza e criação dos filhos.

A viúva deveria fundamentar suas demandas com documentos comprobatórios de sua capacidade para reger as legítimas dos herdeiros, mas, sobretudo, permanecer viúva até que seus filhos se emancipassem ou tomassem estado. Um dos principais documentos a ser apresentado era a Justificação. Por meio dele, três testemunhas depunham sobre capacidade da viúva para educar e administrar os bens dos filhos. Também era exigida uma fiança³³⁷ que, geralmente, era dada por um homem com patrimônio como garantia de que qualquer conduta irregular, ou mesmo falta de sorte da viúva na gestão das legítimas, não causaria dano às heranças.

Em 1768, Rosa Maria requisitava ao rei provisão para ser tutora de sua filha. Sua petição seguiu as exigências processuais que observamos durante os quase 50 anos que analisamos aqui. Na petição inicial, a viúva apresentava a sua intenção de ser tutora, argumentando ser capaz de administrar a herança da filha e dar-lhe educação, provavelmente religiosa e leiga:

Diz Rosa Maria viúva de Manoel Ribeiro de Faria da cidade do Rio de Janeiro que por falecimento do dito seu marido lhe ficou uma menina de idade de treze anos e porque pelo instrumento junto consta fazer a suplicante certo e ser capaz de reger e doutrinar em cujos termos, recorre a suplicante a V. Mag^{de} lhe faça a graça de lhe conceder provisão para ser tutora da dita sua filha para administrar sua pessoa e legítima.

³³⁵ Ordenações, Livro 1, Título 89, parágrafo 4, op. cit., p. 221. A tutela testamentária era conferida por pai, mãe, ou o avô do órfão em testamento; a tutoria legítima era exercida por determinação da lei e cabia a tios, irmãos ou avós e a dativa competia ao Juiz de Órfãos indicar o tutor. SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789, p. 818.

³³⁶ O benefício da Lei de Velleano determinava que as mulheres eram incapazes de responder por suas atitudes e, por isso, não poderiam fazer negócios em seu nome ou de outrem. *Do benefício do Senatus consulto Velleano, introduzido em favor das mulheres que ficam por fiadoras de outrem. Por Direito é ordenado, havendo respeito à fraqueza do entender das mulheres, que não pudessem fiar, nem obrigar-se por outra pessoa alguma, e em caso que o fizessem, fossem relevadas da tal obrigação por um remédio chamado em Direito Velleano (...)*. Ordenações, Livro 4, Título 61, op. cit., p. 858.

³³⁷ Alguns maridos isentavam as esposas dessa fiança no testamento.

*P. a V. Mag^{de} lhe faça mercê mandar se lhe passe provisão para a suplicante ser tutora da dita sua filha na forma do estilo.*³³⁸

Nesse caso, não há o instrumento de Justificação, portanto, não se deu prosseguimento ao pleito, uma vez que a documentação exigida não foi apresentada. Não sabemos por que, mas, excetuando-se a possibilidade de extravio da documentação do restante do processo, algumas hipóteses podem ser sugeridas, tais como: falta de dinheiro para continuar com a demanda; um novo casamento, que inviabilizava a petição; morte da filha ou simples desistência. Porém, muitas outras viúvas o fizeram, e nos demonstram como as mães procuravam se cercar de garantias para que seu pedido não fosse indeferido.

Catarina Rosa, viúva de Manoel dos Reis Lisboa, pediu ao rei a tutela de seu filho João, em 1769. Ela apresentou uma justificação em que as três testemunhas arroladas confirmavam sua capacidade para a tarefa e a presença de muitos bens envolvidos na demanda. A primeira testemunha trazida pela justificante foi Manoel dos Santos Souza, de 45 anos, “pouco mais ou menos”, morador na Rua do Rosário que tinha um armazém de molhados e negócios:

*disse que conhece a esta há muitos anos e sabe pelo ver é moradora nesta cidade (...) de seu Matrimônio lhe ficou um filho chamado João que a Justificante tem em seu poder e lhe dá boa Educação tratando-o com todo amor e caridade sendo certo que a mesma suplicante Caterina é de bom procedimento e se conserva no estado de viúva com boa capacidade para bem se reger e governar os bens que pertencerem ao dito seu filho (...).*³³⁹

Outra testemunha arrolada no processo, João de Medeiros Gomes, mestre tanoeiro, morador na Rua do Rosário, com 56 anos, “pouco mais ou menos”, acrescenta uma informação importante em seu depoimento:

³³⁸ Requerimento de Rosa Maria ao rei [D. José] solicitando provisão para ser tutora de sua filha menor, como viúva de Manoel Ribeiro de Faria. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1768, cx. 87, doc. 7.625, 1768, AHU-RJ.

³³⁹ Requerimento de Catarina Rosa, viúva de Manoel dos Reis Lisboa, ao Rei [D. José], solicitando a tutela de seu filho menor chamado João. Rio de Janeiro, 10 julho de 1769, cx. 88, doc. 7.715, 1769, AHU-RJ.

(...) [diz que] *conhece a esta desde menina, (...) de seu matrimônio tiveram um filho chamado João o qual tem a mesma justificante em seu poder e lhe dá boa Educação, tratando com amor e caridade e tem a mesma justificante boa capacidade e Juízo para bem se governar e reger os bens da herança do dito seu filho ainda que muitos sejam [pois] a mesma justificante sempre aumentou o seu casal e se trata com modéstia e bom procedimento no estado de Viúva (...).*³⁴⁰

O fato de que o tanoeiro tenha dito que a viúva “sempre aumentou o seu casal” informa-nos mais do que sua capacidade de criar o filho e administrar os bens dele. Pelo depoimento, somos levados a pensar que a viúva, mesmo antes da morte do esposo, já contribuía com seu trabalho para aumentar o patrimônio do casal, pois a palavra “sempre” nos indica que tal fato era anterior à viuvez.

Domingos Correa Peixoto, morador na rua do Rocio, com seu negócio, de 40 anos, “pouco mais ou menos”, confirma as informações anteriores e acrescenta que sabia pelo ver que a justificante se casou em face da Igreja e seria capaz de educar o menor e administrar seus bens *por mais que sejam tem a mesma justificante boa capacidade e Juízo de sorte que sempre aumentou o seu casal e não é capaz de o dissipar.*³⁴¹

Os depoimentos explicitam algumas condições importantes para que o pedido de tutela fosse aceito pela coroa. A primeira delas diz respeito à necessidade de se ter tido as bênçãos da Igreja para a validação do casamento. Em segundo lugar, a mãe deveria provar, por meio de testemunhas, que seria capaz de bem governar os bens dos herdeiros, sem perda para as legítimas, se possível aumentá-las, e educá-los nos bons costumes. Por último, a mãe deveria permanecer viúva e ter bom comportamento. A soma dessas condições garantiria sucesso com o requerimento.

Algumas ressalvas devem ser feitas antes de continuarmos. A primeira delas diz respeito às testemunhas: devemos salientar que aquelas que foram arroladas eram conhecidas da justificante e parecem ter sido escolhidas de tal forma que confirmassem os fatos. Todavia, o juramento aos Santos Evangelhos, a que todas eram submetidas, visava a evitar fraudes, sugerindo às testemunhas que, se

³⁴⁰ Ibid., grifo nosso.

³⁴¹ Idem, grifo nosso.

mentissem, estavam cometendo falta grave em uma sociedade permeada pela força da palavra e do cristianismo católico.³⁴²

Nos casos de disputas por patrimônios, muitas viúvas se envolviam nelas e recorriam ao auxílio do monarca ou de seus representantes para que estes intervissem em seu favor. Foi o que fez D. Maria Teresa de Jesus Gouveia, viúva do tenente-general Martim Correia de Sá.³⁴³ Em uma carta ao secretário de estado de Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ela pedia que ele a ajudasse a resolver um litígio entre suas filhas e a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo. Por ela, a suplicante explica que a querela dizia respeito ao total da herança das herdeiras e havia quinze anos que se esperava por uma solução. Não sabemos como terminou a demanda, mas a viúva concluiu a carta se colocando como “fiel veneradora e menor criada” do secretário de estado.

Em 1765, D. Helena de Andrade de Souto Maior Coutinho,³⁴⁴ outra representante de nossa nobreza da terra, pedia autorização ao rei para citar o Conselho de Mariana a pagar uma dívida com a herança do falecido marido, capitão-mor do Rio de Janeiro, Manoel Pereira Ramos de Lemos de Faria:

Diz D. Helena de Andrade de Souto Maior, viúva do Capitão mor do Rio de Janeiro Manoel Pereira Ramos de Lemos de Faria da cidade do Rio de Janeiro, e por falecimento dele possuidora e cabeça do seu casal que para satisfazer as obrigações que pelas referidas circunstâncias lhe assistirem, lhe é necessário fazer citar o Concelho da Cidade de Mariana, para responder a um Libelo em que pretende demanda-lo, por oito ou nove mil cruzados ou o que for na verdade de que lhe é devedor ao seu casal, procedidos das

³⁴² Sobre a importância da palavra e da honra ver SANTOS, Raphael Freitas. “Devo que pagarei”: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas – 1713-1773. 2005. Dissertação (Mestrado) - História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005, p. 54; FARGE, Arlette. Famílias. A honra e o sigilo. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (org.). *História da Vida Privada: da Renascença ao século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 580-617.

³⁴³ Carta de Maria Teresa de Jesus Gouveia, viúva do tenente-general Martim Correia de Sá ao [secretário de estado de Marinha e Ultramar], Francisco Xavier Mendonça Furtado, solicitando apoio para o andamento de uma contenda entre suas filhas e a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo envolvendo a herança de seu falecido marido, cujo requerimento ainda estava em poder do desembargador Pedro Viegas Vaz, e sobre o qual poderia informar o escrivão do cível de Lisboa, Antônio Ferreira Feital. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1764, cx. 71, doc. 6.548, 1764, AHU-RJ.

³⁴⁴ D. Helena de Andrade de Souto Maior Coutinho era filha do capitão-mor Clemente Pereira de Azeredo Coutinho, casado com D. Helena de Andrade Souto Maior, irmã de Carlos de Azeredo Coutinho. Pai e irmão falecidos em 1739 no engenho Itaúna. RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (sécs. XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965, p. 146-7.

*casas em que se acha estabelecido; e porque não pode fazê-lo sem a Licença de Vossa Majestade.*³⁴⁵

Alguns dias mais tarde, D. Helena faz novo requerimento, pedindo que fosse dada provisão para que ela procedesse à medição, demarcação e ao tombamento de terras que possuía seu casal na capitania do Rio de Janeiro, nas freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu - que não haviam sido demarcadas judicialmente - , e de São Gonçalo - que se perderam durante a invasão francesa, mas pertenceram à sua família “desde sempre”. Ela começa dizendo que morava em sua casa de Marapicu, recôncavo do Rio de Janeiro, e que

*(...) entre os bens que a suplicante possui, e administra, como possuidora e cabeça do dito seu marido, possui também e administra os Engenhos de Marapicu e Cabuçu com os currais e fazendas anexas dos pantanais do Guandu sitos na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu termo da mesma cidade os quais Engenhos estão fundados em uma sesmaria de duas léguas de terra em quadra (...).*³⁴⁶

Os limites da sesmaria da freguesia de Marapicu eram dados pela Fazenda de Santa Cruz, a serra de Gericinó e do Tinguá e a fazenda da Pedra dos religiosos carmelitas.³⁴⁷ Em São Gonçalo, a fazenda Itaúna tinha 750 braças³⁴⁸ de testada por meia légua de sertão. Nela havia um porto de mar com navegação pelo Rio Itaúna e lá nasceu e foi batizada a suplicante. Nesse processo, que envolvia membros da elite da capitania, notamos como D. Helena assume o papel de cabeça de casal e senhora,

³⁴⁵ Requerimento de Helena de Andrade de Souto Maior Coutinho, viúva do capitão-mor do Rio de Janeiro, Manoel Pereira Ramos de Lemos de Faria, ao rei [D. José], solicitando provisão autorizando-a a citar judicialmente o Conselho da cidade de Mariana, na capitania de Minas Gerais, em virtude de uma dívida do referido Conselho para com o seu falecido marido. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1765, cx. 73, doc. 6.681, 1765, AHU-RJ.

³⁴⁶ Requerimento de Helena de Andrade de Souto Maior Coutinho, viúva do capitão-mor da cidade do Rio de Janeiro, Manoel Pereira Ramos de Lemos de Faria, ao rei [d. José] solicitando provisão ordenando a medição, demarcação e tombamento das terras de sua propriedade.... Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1765, cx. 73, doc. 6.685, 1765, AHU-RJ.

³⁴⁷ Para uma discussão sobre a propriedade de terra no Rio de Janeiro e a presença dos religiosos regulares, consultar FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

³⁴⁸ 1 braça corresponde a 2,2 metros. RODRIGUES, F. Contreiras. *Traços da Economia Social e Política do Brasil Colonial*. Ariel Editora: RJ. 1935.

responsável pela condução dos engenhos, cujos negócios se estendiam às terras de Minas Gerais.³⁴⁹

Nos casos em que a falta de patrimônio poderia levá-las a dificuldades, as viúvas não hesitaram em recorrer ao arbítrio real em seu favor. Em 1785, Quitéria Flora de Jesus pedia que a rainha lhe concedesse a mercê de receber os rendimentos do ofício de escrivão da ouvidoria do cível da Relação do Rio de Janeiro, que foi colocado em arrematação pela Real Junta. Com medo da negativa, a viúva pede para receber pelo menos a terça parte dos rendimentos *enquanto esta viva for, cuja mercê própria de tão Augusta Soberana tem já sido concedida a outras viúvas*. Ela começa apelando para a bondade da rainha e se colocando sob sua proteção.

Com humildade profunda procura os pés do Real Trono de Vossa Majestade D. Quitéria Flora de Jesus [ilegível] a uma extrema necessidade, e refúgio na Régia e incomparável clemência com que Vossa Majestade piedosamente protege, e favorece aos seus fiéis vassalos, fazendo-se mais que todos a suplicante é digna do amparo de tão Augusta e Beneficente Soberana. Foi senhora casada a Suplicante legitimamente com Antônio Machado Freire, Escrivão proprietário do ofício da ouvidoria Geral do Cível da Relação da Cidade do Rio de Janeiro (...). O marido da suplicante organizou e tirou do próprio bolso recursos para dar cabo ao processo do Colégio dos Jesuítas e perdeu parte de seus rendimentos quando o Marquês de Lavradio distribuiu o trabalho do falecido entre outros três tabeliães da cidade. Assim a suplicante argumenta que ele perdeu muito dinheiro e se endividou. (...) [P]oucos dias depois de ser restituído o ofício de que era proprietário o marido da Suplicante faleceu aquele em 28 do mês de setembro de 1779, ficando seu casal tão endividado, pobre, e consternado pelos credores que a suplicante oprimida na sua viuvez com duas Irmãs donzelas, sua Mãe e mais família desamparadas de todo socorro só lhe fica o re[curso] de implorar a Vossa Majestade o seu pronto remédio, que com ânimo Real, cheio de incomparável piedade como dote, e atributo principal do ser Real, não consente sair a Suplicante dos Pés de Vossa Majestade da mesma sorte desamparada sem aquele socorro, que humildemente procura a Suplicante para o alívio das suas penalidades, e pobreza, mais por

³⁴⁹ Sabemos, pelos autos, que os desembargadores concordaram em permitir que fosse aceito o pedido da requerente, porém em outros requerimentos não fomos capazes de identificar o resultado da demanda.

*Grandeza, e Beneficência de Vossa Majestade que em prêmio dos serviços do marido da suplicante.*³⁵⁰

O pedido da viúva, acima referido, revela-nos alguns elementos comuns na documentação consultada. O primeiro deles diz respeito à ênfase dada pela requerente ao bom cumprimento dos serviços prestados à coroa pelo marido falecido. Outro elemento é a constante referência à necessidade de proteção da viúva, que, sem o auxílio do monarca, via-se sob a ameaça de cair na miséria. Por último, a requerente coloca-se em posição subalterna, mais como um vassalo, que necessita da proteção e socorro de seu senhor do que de recompensa pecuniária pelos serviços prestados.

O parecer do Conselho sobre o requerimento citado acima confirma que o benefício ao qual a suplicante reclamava já era uma prática, pois a *Mesma Senhora tem algumas vezes concedido*.³⁵¹ Encontramos registro dessa possibilidade também nos primeiros anos do reinado de D. José, o que nos indica ter sido uma prática no período.³⁵² O caráter de propriedade que os ofícios ocupados por funcionários reais tinham em todo o Império luso – e poderiam ser transmitidos por herança –, permitia a essas mulheres, sem outros recursos, apelarem para a coroa em busca de auxílio.³⁵³ Nos casos de mães viúvas, havia a possibilidade de se alugar o ofício que pertenceu ao marido até que o filho menor tivesse idade para ocupá-lo. Foi o que requereu Teodora Francisca Evangelista, em 1767:

³⁵⁰ Requerimento de Quiteria Flora de Jesus à rainha [D. Maria], solicitando provisão para receber todo o rendimento do ofício de escrivão da Ouvidoria do Cível da Relação da cidade do Rio de Janeiro em que havia servido o seu falecido marido Antonio Machado Freire, ou pelo menos a terça parte dele enquanto for viva. Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1785, cx. 125, doc. 10.010, 1785, AHU-RJ.

³⁵¹ Idem.

³⁵² *Diz Teresa de Moura e Aguiar Viúva de Jacinto Pereira de Castro proprietário que foi do ofício de escrivão dos órfãos da cidade do Rio de Janeiro no qual se encartou em o ano de 1716, ele foi julgado no juízo das justificações do Reino por se achar casado com a suplicante e haver tido o dito ofício de seu pai Manoel da Costa Moura, que por lhe não haverem ficado filhos do dito marido que pudessem substituir na propriedade do mesmo ofício se entrou a conferir a serventia dele por donativo, e por que pela isenção e limpeza de mãos com que se portou sempre o marido da suplicante ficou esta em grande pobreza e recorre à incomparável piedade de V. Majestade para que lhe faça a esmola de ordenar se contribuir à suplicante com a terceira parte do rendimento do dito ofício para com este pequeno produto possa melhor passar o resto da vida que será pouco suposta a idade avançada com que se acha (...).* Requerimento de Teresa de Moura ao rei [D. José], solicitando a terça parte do rendimento do ofício de escrivão dos Órfãos do Rio de Janeiro, que pertencera a seu falecido marido, Jacinto Pereira de Castro, para sua subsistência. Rio de Janeiro, 17 março 1753, cx. 45, doc. 4.645, 1753, AHU-RJ.

³⁵³ Para mais informações sobre os ofícios e seus provimentos ver HESPAÑHA, António Manuel. *História das Instituições: Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982, p. 385-398.

*Diz Teodora Francisca Evangelista viúva de Francisco Lopes Carneiro como tutora que mostra ser de seu filho menor Joaquim Lopes Carneiro, moradora na cidade do Rio de Janeiro que V.^a Magd.^e houve por bem fazer-lhe mercê pelo Alvará junto, de lhe conceder faculdade para nomear serventuário no ofício de Escrivão da descarga da Alfândega da mesma cidade durante a menoridade do dito seu filho; cuja graça tem tido efeito até o presente; e porque ele se acha com a idade de 13 anos; como consta da certidão inclusa; é preciso a ela suplicante recolher-se a esta corte com o sobredito seu filho para o aplicar-se as artes e ciências, e deixando serventuário no mencionado ofício certamente, o não há de desfrutar, na sua ausência, com aquela fidelidade, com que o desfrutara, tendo a faculdade para o arrendar a pessoa que tenha a mesma aptidão que devia ter o serventuário.*³⁵⁴

Antes de prosseguirmos, cabem aqui algumas considerações no que concerne à construção do papel da mulher viúva na sociedade do Antigo Regime. Enquanto casada, o marido, como cabeça de casal, ficava responsável pela segurança material e física dos membros da família: a lei portuguesa amparava esse arranjo familiar e determinava a maneira como ele deveria acontecer.³⁵⁵ A morte do marido colocava a esposa na posição de cabeça de casal. De “ser incapaz” para tomar decisões ou se responsabilizar por seus atos, a viúva assume funções que, em solteira ou quando casada, eram-lhe vetadas.³⁵⁶ Sua condição de viúva alçava-a à cabeça de casal, responsável pela manutenção e pelo funcionamento da casa, de si e da prole.

De *feme covert*, a viúva passava a *feme sole*, situação que legalmente a igualava às mulheres solteiras e liberava-as da tutela de alguma figura masculina. Dessa forma, ela tornava-se competente para impetrar ação nos tribunais, comprar e vender propriedades e até mesmo casar-se novamente com quem ela desejasse. Entretanto,

³⁵⁴ Requerimento de Teodora Francisca Evangelista ao rei [D. José], solicitando faculdade para nomear serventuário para o ofício de escrivão da descarga da Alfândega do Rio de Janeiro, que pertenceu a seu falecido marido, Francisco Lopes Carneiro, durante a menoridade de seu filho, Joaquim Lopes Carneiro, e alegando que necessitava viajar com o mesmo para Lisboa, para cuidar de sua educação formal. Rio de Janeiro, 6 de julho de 1767, cx. 81, doc. 7.260, 1767, AHU-RJ.

³⁵⁵ Na sociedade colonial, eram comuns os concubinatos, famílias lideradas por mulheres com filhos e outros arranjos familiares. Em nossa documentação, no entanto, os casais presentes nos inventários formaram-se com base neste padrão regido pela legislação em vigor, mas conviviam com organizações familiares complexas. Para uma discussão a respeito dos padrões familiares no Brasil, ver SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o Poder e a Família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura, 1989; SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

³⁵⁶ A possibilidade de a mulher fazer uso da Lei de Velleano é um exemplo claro dessa incapacidade jurídica inerente à sua condição.

essa mesma lei impunha limites a essa liberdade e protegia as viúvas de possíveis tropeços.

É preciso também ressaltar que o andamento das demandas demonstra que essas mulheres, apesar da constante insistência em se tentar mantê-las como figuras de segundo plano, emergem constantemente como protagonistas, cientes de seus direitos e possibilidades de ação. Os recursos levados até o Conselho Ultramarino são exemplos de atuação e de conhecimento dos mecanismos que lhes seriam úteis para atingir os resultados almejados.

Por fim, essas mulheres, em geral, mostraram-se bem informadas em relação ao patrimônio do casal. Se não o conheciam durante a vigência do matrimônio, ao menos com a morte do marido foram obrigadas a conhecê-lo, pois enquanto viúvas e inventariantes, deveriam conduzir o inventário como meeiras – nos casos de casamento por carta de *ametade*.³⁵⁷ Durante a condução do inventário, elas eram as responsáveis por organizar e manter os bens que houvesse para serem divididos entre os herdeiros. Portanto, não eram poucas as suas responsabilidades e como tal elas procuravam agir em defesa de seus direitos e cumprir seus deveres.

Foi o que fez Josefa Caetana de Souza Barreto quando pediu que lhe fossem fornecidos os dados do ajuste de contas de seu sogro, Francisco Luis Saião, contratador da dízima do Rio de Janeiro entre os anos de 1729 e 1731, para que, assim, desse prosseguimento à partilha da herança de seu falecido marido, João Luis de Sousa Saião.³⁵⁸ Caetana Alberta, viúva do comerciante de grosso trato da praça do Rio de Janeiro, capitão José Vieira Souto,³⁵⁹ também procurava acertar suas contas com a fazenda real e os credores em 1765. A diferença entre ambas estava no fato de que, como tutora dos filhos e testamenteira do marido, Caetana Alberta não havia

³⁵⁷ O casamento por “carta de ametade” era o casamento “por costume do Reino”. Por esse tipo de matrimônio, os cônjuges se tornavam meeiros dos bens, ou seja, cada um tinha direito a metade dos bens que um e outro possuíam durante o casamento. *Ordenações*, Livro 4, Título 46, op. cit. p. 832. Havia a possibilidade de se contrair núpcias por carta de arras ou contrato dotal. *Ordenações*, Livro 4, Título 47, op. cit., p. 835.

³⁵⁸ Requerimento de Josefa Caetana de Souza Barreto, viúva de João Luis de Sousa Saião, ao rei [D. José], solicitando certidão na qual constasse o ajuste que o seu sogro, o contratador da dízima do Rio de Janeiro, Francisco Luis Saião, fizera com o desembargador e procurador fiscal do Conselho Ultramarino, relativo ao pagamento do dito contrato. Rio de Janeiro, 8 janeiro 1776, cx. 98, doc. 8.498, 1776, AHU-RJ.

³⁵⁹ José Vieira Souto faleceu em 1761, deixando três filhos, entre eles Lourenço José Vieira Souto, que mais tarde seria nomeado Juiz de Fora do Rio de Janeiro. Foi arrematador do contrato da pesca de baleias e possuía negócios em diversas partes do Império. MELLO, Isabele de Matos Pereira de. *Magistrados a Serviço do Rei: a administração da justiça e os ouvidores gerais na comarca do Rio de Janeiro (1710-1790)*. 2013. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013, p. 210.

conseguido ajustar as pendências do marido para dar partilha e pagar credores no prazo estipulado. Diante da impossibilidade de executar as verbas do testamento, a viúva, então, pediu mais cinco anos para acertar as contas da testamentária de seu marido:

*Diz Caetana Alberta viúva que ficou do Capitão José Vieira Souto moradora na cidade do Rio de Janeiro que de seu legítimo matrimônio lhe ficaram três filhos todos menores de quem a Suplicante é Tutora e testamenteira do defunto seu marido, o qual deixou em seu testamento que a Suplicante não fosse obrigada a dar contas da dita testamentária se não passado cinco anos por reconhecer o mesmo trabalho que era preciso para se ajustar as contas do negócio são da sua casa que foi de muito grande cabedal com com (sic) [cor]respondências para todas as partes donde costumam negociar os bons negociantes portugueses; e como as ditas contas se não puderam ajustar e calcular dentro dos ditos cinco anos para se saber o quanto fica líquido pertencente à mesma casa, e deste se tirar a parte do Testador para se dar o cumprimento às suas disposições (...).*³⁶⁰

Não são raras as vezes que os maridos no momento da confecção do testamento procuraram salvaguardar meios para que as suas esposas pudessem manter-se e aos filhos quando eles não estivessem mais ao seu lado. Foi o que vimos com o exemplo de Caetana Alberta quando o marido estipulou em testamento os cinco anos para o acerto de contas e é o que observamos no requerimento do capitão Jorge de Azevedo e Souza, em 1796, morador na Vila de Angra dos Reis. Assim ele explica sua demanda:

Diz o Capitão Jorge de Azevedo e Sousa, morador na Vila de Angra dos Reis da Ilha Grande em o Brasil, que ele se acha legitimamente casado com D. Josefa Maria de Souza, a quem o Suplicante tem nomeado em testamento solene Tutora de seus filhos ainda menores, havidos do mesmo matrimônio, assim por ser a dita sua mulher muito hábil, diligente, e cuidadosa dos interesses do seu casal e capaz de bem reger, e governar a pessoa dos mesmos menores; como por que consistindo os seus bens em uma fábrica de açúcar, que, sem grande prejuízo, ou ruína total, não pode ser dividida, ao mesmo passo que pelos seus rendimentos anuais se poderá facilmente preencher a legítima de cada um dos menores, ficando ainda subsistindo a fábrica para a segunda partilha do

³⁶⁰ Requerimento de Caetana Alberta, viúva do capitão José Vieira Souto, ao rei [D. José] solicitando prorrogação por mais 5 anos do prazo para apuração das contas pendentes do inventário referentes à casa de negócio pertencente ao falecido marido, com vistas ao pagamento dos credores, sendo a suplicante testamenteira e tutora de seus três filhos menores. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1765, cx. 76, doc. 6.919, 1765, AHU-RJ.

*cônjuge supervivente (sic). E porque no Juízo de Órfãos se não atende ordinariamente as sobreditas razões, e em dano dos mesmos órfãos são destroçadas as casas; requer o suplicante a V. Mag. Se digne mandar-lhe passar Provisão para que em confirmação da nomeação testamentária que o Suplicante tem feito seja a dita sua mulher confirmada na posse dos bens dos Órfãos sem obrigação de dar fiança por estar abonada com a mesma fazenda contanto que assine termo de a não vender, e isto enquanto se conservar no estado de viúva.*³⁶¹

Com o objetivo de manter o engenho de açúcar indiviso, assegurando-se de que essa seria a única maneira de se conservar o patrimônio familiar, bem como o bem-estar dos filhos, o testamenteiro pedia à rainha que confirmasse sua última vontade de que o engenho ficasse em poder da esposa, que saberia como administrá-lo. Em seu pedido, o requerente justifica sua intenção, dizendo que a esposa era muito capaz de cuidar do que ele pretendia deixar para ela, pois era *muito hábil, diligente, e cuidadosa dos interesses do seu casal*. Essas palavras indicam, portanto, que a esposa já conhecia o funcionamento da fábrica, caso contrário, ela teria bastante dificuldade para administrá-la e cuidar dos filhos.

Um último fato deve ser ressaltado aqui. Na petição acima, o requerente faz uma ressalva quanto à esposa: ela, quando viúva, não poderia casar-se novamente, pois isso invalidaria o que o capitão Jorge de Azevedo e Sousa havia disposto nas verbas do testamento. O segundo casamento transformava em cabeça de casal o segundo marido da viúva, portanto qualquer bem que lhe pertencesse passaria para a administração dele, o que poderia prejudicar a descendência do primeiro casamento e, em casos extremos, levar à perda do bem por má administração do novo esposo.

Contrair segundo matrimônio significava, para a mulher, retornar à condição de tutelada de outrem. De acordo com as leis do reino, a mulher que se casasse novamente perdia sua autonomia jurídica para o segundo marido, passando, esse último a gerir seu patrimônio.³⁶² Portanto, a mulher viúva, que herdasse bens do

³⁶¹ Requerimento do capitão Jorge de Azevedo e Sousa à rainha [D. Maria], solicitando provisão de confirmação testamentária que fez na pessoa de sua mulher Josefa Maria de Sousa, a fim de que seja conservada na posse dos bens dos órfãos, de quem ela será tutora, sem obrigação de dar fiança ao juízo dos Órfãos, por estar abonada com a fábrica de açúcar que possuem, assinando termo para não poder vendê-la, enquanto se conservar viúva. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1796, cx. 160, doc. 12.016, 1796, AHU-RJ.

³⁶² O marido, porém, não podia vender qualquer bem de raiz da esposa sem sua autorização. *Ordenações*, Livro 4, Título 48, op. cit., p. 837.

primeiro marido, era alijada da posse destes últimos, e ambos tornavam-se meeiros no patrimônio que traziam para o consórcio.

Com relação aos filhos de matrimônios anteriores, entretanto, as Ordenações Filipinas e a legislação pombalina procuravam resguardar a sua segurança material por meio da imposição da lei em se fazer inventário logo após a morte do marido ou antes de um novo matrimônio,³⁶³ e a indicação de tutor para os filhos menores. Dessa forma, tentava-se garantir aos herdeiros que a sua legítima paterna estivesse segura. Nos casos em que a mãe fosse tutora dos filhos, com o novo matrimônio, ela perderia a tutela, sendo indicado um novo tutor.³⁶⁴ O não cumprimento das disposições da lei acarretava o sequestro dos bens que estivessem nas mãos da mãe viúva.

Em 1772, Nicolau da Costa Guimarães pedia ao rei, D. José, uma porcentagem de pelo menos 5% de tudo o que ele cobrasse das dívidas e dos bens administrados da herança que estavam sob sua responsabilidade e foram sequestrados à viúva:

*Diz Nicolau da Costa Guimarães homem de negócio da Praça do Rio de Janeiro, que falecendo nela Manoel da Costa e Freitas, passou a segundas núpcias a viúva dele fazendo-lhe por este motivo sequestro nos bens em conformidade da nova Lei de 9 de setembro de 1769 pelo Juízo dos Órfãos, e na mesa que naquela Relação onde se despacham os negócios, pertencentes ao Desembargo do Paço, foi ao suplicante nomeado administrador dos referidos bens porém não se lhe assinou salário que por todos os direitos lhe é devido, e porque aos tutores se dá vintenas do que cobram dos bens do pupilo aos testamenteiros (...).*³⁶⁵

Também em 1772, o tutor e os herdeiros de Manoel da Costa pediam ao rei D. José que se fizesse o sequestro dos bens que ficaram com a viúva Quitéria Maria de Jesus depois que esta havia se casado novamente. Eles reclamavam que a terça, que ficara em posse da viúva por acórdão da Relação do Rio de Janeiro,³⁶⁶ e que deveria

³⁶³ No Livro 1, Título 88, estabelecia-se o prazo para abertura do inventário de 30 dias após a morte do cônjuge que devia se encerrar dentro de 60 dias. O cumprimento dos prazos legais nem sempre era respeitado. *Ordenações*, Livro 1, Título 88, op. cit., p. 207.

³⁶⁴ *Ordenações*, Livro 4, Título 102, § 3, op. cit., p. 998.

³⁶⁵ Requerimento do negociante da praça do Rio de Janeiro, Nicolau da Costa Guimarães ao rei [D. José], solicitando provisão para que lhe seja pago um salário, por ser tutor dos bens do falecido Manoel da Costa Freitas, que foram sequestrados à viúva quando esta casou pela segunda vez. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1772, cx. 94, doc. 8.147, 1772, AHU-RJ.

³⁶⁶ Requerimento de João de Castro Viana, Felipe da Costa Freitas e mais herdeiros do falecido Manoel da Costa ao rei [D. José], solicitando provisão para que se procedesse ao sequestro dos bens que, sua mãe Quitéria Maria de Jesus, ao casar-se, em segundas núpcias, com Dionísio de Sousa, lhes negar a

ser restituída aos filhos por morte desta, estava sendo dilapidada por ela e pelo segundo marido, e, assim, prejudicava-se a legítima dos herdeiros do primeiro matrimônio.

*Dizem João de Crasto Viana e Felipe da Costa Freitas e mais irmãos deste todos do Rio de Janeiro e os referidos suplicantes Netos do próprio seu Avô e Tutor, Sogro, e filhos que ficaram de Manoel da Costa Freitas do mesmo Rio, que falecendo este a viúva sua mulher Quitéria Maria de Jesus Filha e mãe dos suplicantes se deixou aliciar por força [?] dos cobiçosos afagos de [capitão] Dionizo de Souza Araújo, homem pobríssimo que pouco tempo passado depois do óbito do próprio seu marido com ele passou a segundas núpcias rompendo pelo escândalo que com o dito procedimento causava do que resultou em observância da lei de V[ossa] Ma[jestade] na Partilha que se fez dos bens do casal do primeiro seu marido adjudicar-se logo a seus filhos a legítima Materna e a viúva unicamente a Terça de seus bens para a desfrutar a cujo capital foi determinado por Acordão do Tribunal da Relação respectiva que a suplicada prestasse fiança idônea para evitar o consumo do mesmo capital que por sua morte devia ficar salvo em benefício dos filhos do primeiro matrimônio (...).*³⁶⁷

A viúva e seu marido haviam feito apenas uma caução juratória.³⁶⁸ Os Suplicantes, no entanto, alegavam que a caução juratória só foi aceita porque o Ministro da Relação que cuidava do caso era padrinho do segundo matrimônio da suplicada. Segundo os autores do requerimento, o patrimônio vinha sendo dilapidado pelos suplicados, visto que era majoritariamente em dinheiro, apesar de haver uma parte em escravos e bens de raiz. Eles informavam que o valor da terça superava os 20 mil cruzados, dos quais, 3 mil cruzados estavam dispostos em bens de raiz e o restante em dinheiro e escravos – “capital de fácil dilapidação”. Para os suplicantes, havia a necessidade de que os bens da terça fossem sequestrados até que a fiança idônea fosse feita. Por outro lado, os suplicados justificavam o seu procedimento por não ter sido possível encontrar quem quisesse ser seu fiador.

posse devida, interpondo caução juratória. Rio de Janeiro, 30 outubro de 1772, cx. 95, doc. 8.193, 1772, AHU-RJ.

³⁶⁷ Em 12 de outubro de 1771, a Relação do Rio de Janeiro determinou que fosse dada fiança idônea no termo de três dias por parte da viúva e do seu segundo marido do que lhes competiu o usufruto da terça como forma de garantir os alimentos, caso contrário seria feito o sequestro destes bens. Ibid.

³⁶⁸ A caução juratória era um juramento no qual uma das partes se prontificava a cuidar dos bens com zelo, enquanto a fiança idônea garantia que, se houvesse algum dano ao espólio, os herdeiros seriam reembolsados.

O caso de Quitéria Maria de Jesus é significativo para avaliarmos a preocupação que causava o segundo casamento para a manutenção do patrimônio a ser herdado por viúvas e filhos. Se admitirmos que o pensamento coevo via as mulheres como elementos vulneráveis, *que se deixam aliciar* pelos encantos masculinos,³⁶⁹ sem dúvida os legisladores deviam impor mecanismos de controle para proteger tanto a viúva quanto os filhos de interesses duvidosos de pretendentes a esposo *vadios e cobiçosos*.³⁷⁰ O Livro 5 das Ordenações, nos Títulos 16 e 23, procurava proteger as virgens e viúvas “honestas” de homens que entrassem em suas casas e dormissem com elas com ou contra sua vontade. A pena aplicada eram os açoites ou o degredo, dependendo da qualidade do infrator. O violador também podia ser condenado a indenizar a vítima, pagando pelas despesas de seu casamento, ou seria obrigado a casar com a seduzida, se ela assim o desejasse e se a condição de ambos o permitisse.³⁷¹

No caso de Quitéria Maria de Jesus, é importante ressaltarmos, também, que as viúvas eram constantemente observadas quanto ao comportamento adequado à mulher em seu estado vidual. Era preciso guardar uma série de preceitos a serem seguidos após a morte do marido, tais como viver honestamente e respeitar o tempo de luto. De acordo com o que podemos depreender do relato feito nos autos, é muito provável que a viúva não tenha aguardado o período de luto que ela deveria esperar para entrar em um novo matrimônio, pois, *pouco tempo passado do óbito*, contraiu segundas núpcias. Fica claro, portanto, que essa fala procurava enfatizar certo desconforto dos requerentes com essa atitude da viúva.³⁷²

Observamos até aqui como muitas viúvas, que dispunham de determinados recursos, dirigiram-se à coroa para resolver litígios. Vejamos, por ora, o que restava àquelas viúvas que tinham pouco ou nenhum patrimônio e precisavam da ajuda de instituições estabelecidas durante o Antigo Regime para lhes garantir amparo na falta de seus maridos. Havia, ainda, outras que, podendo ter uma vida sem sobressaltos, preferiam abrigar-se em um convento ou recolhimento em busca de proteção e conforto.

3.3 Proteção e caridade

³⁶⁹ Lei de 29 de setembro de 1769, § 29. *Ordenações*, Aditamentos, Livro 4, op. cit., p. 1040.

³⁷⁰ *Idem*.

³⁷¹ *Ordenações*, Livro 5, Títulos 16 e 23, op. cit., p. 1165 e segs., 1172-4.

³⁷² *Ordenações*, Livro 4, Título 106, op. cit., p. 1014-15.

Desde a última década do século XVII, as autoridades tentavam minimizar os rigores da condição de viúva na cidade do Rio de Janeiro. Em 1693, a vereança da cidade do Rio de Janeiro preocupava-se em prover algum sustento às viúvas pobres e miseráveis. O governador do Rio de Janeiro, Antônio Pais de Sande, preocupado com o número de crianças órfãs na cidade, pedia que a propina que estava sendo arrecadada com uma obra pia fosse destinada para a criação e o sustento dessas crianças. Entretanto, os membros do concelho da Câmara alegaram que a renda já vinha sendo empregada na alimentação de *viúvas pobres e miseráveis e muitas outras pessoas desamparadas*.³⁷³

Além da ajuda governamental, havia várias instituições às quais as viúvas podiam recorrer para serem amparadas na falta de seus maridos: irmandades leigas e religiosas, conventos e recolhimentos. Essas instituições, apoiadas por seus estatutos e regulamentos, procuravam ajudar as viúvas de seus membros sempre que fosse necessário.

A Mesa do Bem Comum do Comércio foi uma dessas instituições que procuraram assegurar aos seus membros e familiares apoio em momentos delicados de suas vidas, o que incluía viúvas e órfãos.³⁷⁴ Idealizada pelos homens de negócio do Rio de Janeiro³⁷⁵ que comerciavam “de mar em fora”, a associação foi criada com o intuito de *se conferir e procurar o que fosse útil ao mesmo comércio, pelo muito que se acha deteriorado na dita Praça*.³⁷⁶ A Mesa era dedicada ao Divino Espírito Santo, e os trabalhos da irmandade teriam lugar na Igreja do Bom Jesus do Calvário até que fosse construída uma igreja para as reuniões da Mesa.

Em seu compromisso ficou estabelecido que os rendimentos obtidos com o que fosse arrecadado pelas taxas cobradas pela Mesa sobre os produtos da Alfândega seriam divididos em quatro partes: 1. para o ornato da igreja que fosse construir para os trabalhos da irmandade e culto divino; 2. para as missas pelas almas dos irmãos

³⁷³ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre a carta do governador do Rio de Janeiro, Antônio Pais de Sande, acerca das crianças expostas propondo aplicar a propina das obras pias para a criação e sustento dessas crianças pela Casa da Misericórdia ou pela Câmara desta cidade. Lisboa, 26 de setembro de 1693, cx. 6, doc. 566, 1693, AHU-RJ.

³⁷⁴ Compromisso da Mesa do Bem Comum do Comércio da Praça do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1753 (Cópia). Rio de Janeiro, 20 de maio de 1755, cx. 79, doc. 18.331, 1755, AHU-RJ (cx. 79 anexo ao documento número 18.327).

³⁷⁵ A Mesa do Bem Comum não aceitava, entretanto, entre seus membros diretores homens de negócio que administrassem contratos da Coroa, *por ter feito ver a experiência, que estes só andam cuidando no melhor meio para os seus interesses sem atenderem ao bem comum*. Ibid., capítulo 8.

³⁷⁶ Idem.

que concorreram para o aumento do seu rendimento; 3. para ajudar os homens de negócio que fossem irmãos e que estivessem reduzidos à miséria, bem como *suas mulheres sendo viúvas, e que a Mesa atenda para a regularidade às obrigações de casa de cada um*; 4. a última parte ficava reservada para fornecer dotes de 400\$000 às filhas de homens de negócio sem recursos que eram irmãos.³⁷⁷

A Mesa do Bem Comum, assim como as outras irmandades, auxiliavam seus membros nos momentos derradeiros da vida. No que tange às mulheres dos irmãos mortos, enquanto fossem viúvas deles e não ingressassem em um novo matrimônio com um homem que não fosse membro da associação, permaneciam desfrutando do seu auxílio. A irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Praia da Bahia, por exemplo, permitia que as viúvas dos irmãos fossem enterradas com os ritos funerários comuns à confraria.³⁷⁸

Assim também ocorria com os membros da irmandade das Santas Casas de Misericórdia por todo o Império luso. As diversas Misericórdias, nas mais diversas localidades por onde se estendia o domínio português, tomavam como base o compromisso da Santa Casa de Lisboa, no qual estava estabelecido que se estendia às viúvas e seus filhos os privilégios dos funerais dos irmãos, desde que as viúvas não se casassem novamente.³⁷⁹

Além do amparo aos irmãos em tempos de dificuldades econômicas ou nos momentos derradeiros do confrade, a Santa Casa cumpria uma função importante nos domínios lusos: a assistência aos pobres e necessitados. Nessas categorias, incluíam-se: presos, mulheres e crianças órfãs. Apesar de terem desaparecido dos textos seguintes, no compromisso de 1516 da Misericórdia de Lisboa, as obras às quais deveriam se dedicar os irmãos se dividiam em dois grupos: as obras espirituais e as obras corporais. Cada uma delas se subdividia em sete itens. Nas obras espirituais cabia ensinar os simples; dar bom conselho a quem o pede; castigar com caridade os que erram; consolar os tristes desconsolados; perdoar a quem nos errou; sofrer as injúrias com paciência e rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos. Entre as obras corporais, os irmãos deveriam remir os cativos e visitar os presos; curar os enfermos;

³⁷⁷ Compromisso ... , op. cit., capítulo 40.

³⁷⁸ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos and Philanthropists: the Santa Casa da Misericórdia da Bahia*. Berkeley: University of California Press, 1968, p. 204.

³⁷⁹ RUSSELL-WOOD, op. cit., p. 205; SÁ, Isabela dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 95.

cobrir os nus; dar de comer aos famintos; dar de beber a quem tem sede; dar pousada aos peregrinos e pobres e enterrar os mortos.³⁸⁰

A assistência às viúvas, bem como aos órfãos e miseráveis, enquadrava-se em várias das obras da Misericórdia, sobretudo as corporais. Destinava-se a esses grupos da sociedade a maioria das esmolas administradas pela confraria. Na Misericórdia da Ribeira Grande (Açores), por exemplo, grande parte das esmolas cabia a domicílios chefiados por mulheres com ausência de homens ou com membros masculinos inválidos. Porém era preciso que a mulher tivesse comportamento adequado, ou seja, vivesse *recolhida de portas adentro*.³⁸¹

A ação da Misericórdia de Goa destinava-se, sobretudo, ao socorro de *órfãos e viúvas, filhas e mulheres de fidalgos e cavaleiros que morreram ao serviço de Sua Alteza*.³⁸² A confraria atuava em duas frentes: ajudando as viúvas de portugueses e mulheres que podiam ser enquadradas na categoria de “pobres envergonhados”,³⁸³ e na administração de recolhimentos na cidade. No que diz respeito à ajuda dada por meio de esmolas, observa-se que havia uma hierarquia a ser obedecida para a sua concessão. As indianas viúvas de portugueses eram separadas pelos funcionários do vice-rei no momento de se entregarem as esmolas e recebiam quantias superiores às entregues aos outros pobres. As mulheres que chegavam encobertas por seus palanquins deveriam fazer um pedido por escrito. Por último, todas as outras mulheres eram atendidas.

Para as portuguesas que desejassem se refugiar em Goa, havia dois recolhimentos e um convento femininos sob a tutela da Misericórdia: Nossa Senhora da Serra, Santa Maria Madalena e o convento de Santa Mônica.³⁸⁴ Essas instituições procuravam acolher as mulheres que estivessem sujeitas a algum perigo ou significassem uma ameaça ao andamento da boa ordem nos domínios lusos. O recolhimento de Santa Maria Madalena, por sua invocação, pretendia recolher aquelas

³⁸⁰ SÁ, *op. cit.*, p. 105.

³⁸¹ Ibid., p. 133 e 137.

³⁸² Ibid., p. 176.

³⁸³ Ibid., p. 156. Pobres envergonhados eram indivíduos que haviam descido na escala social. Idem, p. 26.

³⁸⁴ Estas instituições foram fundadas entre os anos de 1598 e 1610. Para maiores informações ver COATES, Thimoty J. *Exiles and orphans forced and state-sponsored colonizers in the Portuguese Empire, 1550-1720*. 1993. Ph. D. Thesis, Minnesota, University of Minnesota, 1993; OLIVEIRA, Rozely Menezes Vagas, O convento de Santa Mônica e a educação feminina na Goa dos seiscentos. In: XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas, 2014, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400550484_ARQUIVO_Apresentacao-ANPUH2014.pdf. Acesso em: 27 de janeiro de 2017.

mulheres de vida duvidosa. Já o recolhimento da Serra aceitava a entrada de donzelas do reino, órfãs, viúvas e mulheres abandonadas, cuja honra não havia sido maculada. O convento das mônicas destinava-se ao acolhimento das viúvas e donzelas ricas. Em 1727, foi fundado, em Macau, um orfanato administrado pela Misericórdia. Além das órfãs, eram aceitas viúvas como pensionistas. Devido a dificuldades financeiras, a confraria foi obrigada a encerrar suas atividades.³⁸⁵

Na Bahia, os *mordomos das visitadas* da Santa Casa costumavam prover com esmolas, roupas e remédios viúvas e seus dependentes em dificuldades.³⁸⁶ Mas, foi principalmente, o Recolhimento do Santo Nome de Jesus que atuou na salvaguarda das mulheres baianas na colônia, sobretudo aquelas que podiam pagar por suas despesas. Declarado aberto em 1716, o Recolhimento tinha, como principal objetivo abrigar jovens das camadas intermediárias baianas em idade de casar que estivessem em perigo e fossem órfãs de pai ou de mãe. Além de abrigo e educação, elas recebiam um dote que as habilitava para o casamento. Entretanto, sob a insistência do rei, logo foram aceitos outros grupos de mulheres como porcionistas: mulheres viúvas e solteiras, bem como esposas de homens ausentes a serviço ou negócios.³⁸⁷

Além da Bahia, outras instituições na América lusa procuravam proteger as mulheres viúvas. Conventos e recolhimentos foram sendo fundados em várias partes do ultramar com o objetivo de salvaguardar as mulheres em conflito com seus maridos, viúvas e educandas na colônia.³⁸⁸ Na prática cotidiana, não havia diferença clara entre os objetivos e as finalidades dessas instituições.³⁸⁹ No Rio de Janeiro, o Recolhimento para Órfãs da Santa Casa de Misericórdia,³⁹⁰ fundado em 1739,

³⁸⁵ RUSSELL-WOOD, op. cit., p. 34.

³⁸⁶ Ibid., p. 322.

³⁸⁷ Ibid., p. 328.

³⁸⁸ Sobre a presença de viúvas nessas instituições na América Latina colonial, ver SOCOLOW, Susa M. *The women of colonial Latin America*. 7th ed. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 90-110. No Brasil, ver JESUS, Carmen Lucia Santos de. Adultério e divórcio feminino: mulheres de natureza “ardilosa e temerária” na Bahia setecentista. In: V Encontro Internacional de História Colonial, 2014, Maceió. Anais, Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2014, p. 311-321. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/239558318/Anais-Eletronicos-EIHC-2014>. Acesso em: 2 de março de 2017, p. 342-354.

³⁸⁹ De acordo com Leila Algranti, [u]tilizava-se, portanto, o termo recolhimento para identificar todas as instituições femininas de reclusão que não tivessem sido fundadas com o apoio do papa, mas erguidas com fins devocionistas, caritativos ou devocionais. Mais do que isso, a análise dos estatutos dos conventos e recolhimentos estudados revela que, com exceção do aspecto legal e dos votos solenes, não havia diferenças entre eles. ALGRANTI, Leila M. *Honradas e Devotas: mulheres da colônia*. 2ª ed., Rio de Janeiro: José Olímpio, 1999, p. 78.

³⁹⁰ Sobre as Santas Casas de Misericórdia, ver FRANCO, Renato. *Pobreza e caridade leiga: as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa*. 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

permitia que, além das quinze órfãs, fossem *admitidas no recolhimento outras pessoas, como viúvas, mulheres casadas que estão sem a companhia de seus maridos, e moças donzelas, as quais entrarão com o título de porcionistas*.³⁹¹ A admissão no recolhimento ficava condicionada ao pagamento de 50\$000 em dinheiro de contado em duas parcelas: uma antes da entrada e outra seis meses depois.³⁹²

Em Minas Gerais, na freguesia de Roça Grande, distrito de Sabará, agruparam-se as irmãs do beato Félix da Costa, sem votos conventuais, em busca de uma vida dedicada a Deus. No Recolhimento das Macaúbas, desde a sua fundação, em 1716, acolheram-se esposas em litígio com os maridos e viúvas, apesar de ter tido como principal objetivo abrigar moças para serem educadas.³⁹³ Entretanto, deixar a vida mundana para se refugiar em um convento ou recolhimento exigia mais do que a simples vontade das mulheres: alguns procedimentos deveriam ser seguidos por elas antes de se dedicar a uma vida recolhida.

Em 1771, D. Antônia Viana de Castro, moradora no Rio de Janeiro e viúva do desembargador dos agravos da Relação do Rio de Janeiro, Matias Pinheiro da Silveira Botelho,³⁹⁴ pedia ao rei D. José que fosse provida de uma permissão para dispor como quisesse de seus bens para se recolher em um convento na mesma cidade.

Diz D. Antônia Viana de Castro Viúva que ficou do Desembargador Matias Pinheiro da Silva e moradora na cidade do Rio de Janeiro, que em razão da suplicante não ter filhos nem descendentes alguns legítimos e achar-se já muito avançada em anos deseja recolher-se a um dos Conventos de Religiosas daquela cidade, onde com maior sossego, e quietação possa reclusa passar o resto da sua vida, e como os bens todos que possui não são hereditários que de seus pais ou parentes lhe ficarem mas sim adquiridos por sua indústria, e negociações e deles antes de recolher-se ao dito Convento intenta dispor livremente em benefício de algumas pessoas a quem vive

³⁹¹ Das mulheres que podem ser admitidas no recolhimento. Estatuto primeiro. In: ALGRANTI, Leila M. Estatutos do Recolhimento das Órfãs da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. **Cadernos Pagu**, n. 8/9, p. 384, 1997.

³⁹² Ibid., p. 395.

³⁹³ ALGRANTI, op. cit., p. 23-24.

³⁹⁴ O desembargador Matias Pinheiro da Silveira Botelho serviu como ouvidor-geral do Piauí, Juiz de Fora, provedor da Fazenda Real e dos Defuntos. Requerimento dos menores, Tomás Pinheiro da Silveira Botelho, e sua irmã, Luísa Germana da Silveira Aguiar, ao rei [D. José], solicitando que se nomeie um ministro da Relação para ser juiz do inventário dos bens que ficaram do seu falecido pai, o desembargador Matias Pinheiro da Silveira Botelho. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1761, cx. 62, doc. 5.962, 1761, AHU-RJ.

*obrigada, como também em algumas obras pias que sejam do agrado de Deus (...).*³⁹⁵

O casamento de D. Antonia e o desembargador Matias realizou-se em 1755, segundo nos relata João Fragoso,³⁹⁶ mas ambos já haviam se casado anteriormente: ela com Paulo Pinto de Faria³⁹⁷ e ele com D. Madalena Luiza Barreiros de Aguiar Coutinho.³⁹⁸ O desembargador tivera dois filhos que, ao tempo de seu falecimento, eram menores e moravam em Portugal. Segundo nos informam seus filhos, em 1756, Matias Pinheiro da Silveira Botelho já havia falecido, e D. Antonia iniciava o processo para partilha dos bens sem que o inventário da primeira mulher do desembargador tivesse sido concluído em Portugal.³⁹⁹

No Brasil, entretanto, o casal de D. Antonia não teve descendentes. Em 1778, o capitão José da Costa Barros pedia que fossem confirmadas as doações feitas por D. Antonia a ele e a D. Ana Joaquina do Amaral, sua mulher, afilhada e sobrinha da doadora. Os bens incluíam uma chácara no Valongo com seus pertences, casas de aluguel, móveis, uma fazenda em Magé e mais vinte escravos. A doação havia sido feita antes do casamento do capitão José da Costa Barros com D. Ana Joaquina para servir como dote do sobrinho.⁴⁰⁰

³⁹⁵ Requerimento de Antônia Vieira (sic) de Castro, viúva do desembargador Matias Pinheiro da Silveira, ao rei [D. José], solicitando provisão para dispor livremente dos seus bens, a fim de distribuí-los antes de se recolher a um convento de religiosas. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1771, cx. 92, doc. 8.051, 1771, AHU-RJ.

³⁹⁶ FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 58, dez. 2002.

³⁹⁷ Paulo Pinto de Faria era descendente dos Amaral Jordão, importante família de homens de negócio do Rio de Janeiro, homem nobre da governança da cidade e cavaleiro professo na Ordem de Cristo. Ver SAMPAIO, Antonio Carlos J. de. A família Almeida Jordão na formação da comunidade mercantil carioca (c.1690- c.1750). Disponível em: <http://raceadmv3.nuca.ie.ufrj.br/buscarace/docs/acjsampaio2.pdf>. Acesso em: 28 de janeiro de 2017; Requerimento do desembargador dos agravos da Relação do Rio de Janeiro, Matias Pinheiro da Silveira Botelho, ao rei [D. José] solicitando licença para casar com Antônia Viana de Castro, viúva de Paulo Pinto de Faria. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1754, cx. 47, doc. 4.744, 1754, AHU-RJ.

³⁹⁸ Requerimento dos menores, Tomas Pinheiro da Silveira Botelho e sua irmã Luíza Germana da Silveira Aguiar, ao rei [D. José], solicitando que se nomeie um ministro da relação para ser juiz do inventário dos bens que ficaram do seu falecido pai, o desembargador Matias Pinheiro da Silveira Botelho. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1761, cx. 62, doc. 5.962, 1761, AHU-RJ.

³⁹⁹ Requerimento de Tomás Pinheiro da Silveira Botelho e sua irmã, Luísa Germana da Silveira, ao rei [D. José] solicitando provisão de comissão dos bens deixados no Rio de Janeiro e em Lisboa, por seus pais o desembargador da Relação do Rio de Janeiro, Matias Pinheiro da Silveira Botelho, e sua esposa, Madalena Barreiros de Aguiar Coutinho, ressaltando que o referido desembargador havia contraído um Segundo matrimônio no Brasil, deixando lá filhos menores, também postulantes à dita herança. Rio de Janeiro, 14 de junho de 1756, cx. 50, doc. 5.051, 1756, AHU-RJ.

⁴⁰⁰ Não sabemos se D. Antônia conseguiu permissão para dispor de seus bens como ela pretendia, em 1771, para entrar para convento, pois em 1778, Manoel de Lima Rodrigues, homem que vivia de sua fazenda, uma das testemunha arroladas na justificação do sobrinho para confirmar a doação, dizia ser

O requerimento de D. Antônia nos chama a atenção para uma série de circunstâncias às quais estavam sujeitas as mulheres viúvas no Antigo Regime. Já no início de sua petição, D. Antônia destaca o fato de que ela não teve filhos, o que para ela, assim como para muitas outras viúvas, significaria a ausência de auxílio de um membro da família em sua velhice. Depois, ela ressalta que, diante dessa constatação, seria mais adequado se retirar em um convento onde teria proteção e sossego. Por último, D. Antônia ressalta que, como os bens que queria dispor foram fruto de sua “indústria”, ou seja, foram adquiridos e não herdados de seus pais ou parentes, ela poderia deixá-los para quem mais lhe agradasse, fossem pessoas ou instituições pias.

Como vimos, vários foram os expedientes aos quais as viúvas recorreram para defender sua condição. Por meio da documentação do Conselho Ultramarino, observamos como elas não hesitaram em recorrer à coroa para obter o que consideravam ser seu direito. Uma demonstração de que elas conheciam parte do funcionamento das engrenagens do Império luso do qual eram tributárias. Entretanto algumas não tinham recursos nem direito a tais privilégios e, portanto, precisavam recorrer a outros meios que pudessem socorrê-las na ausência do marido. Nesse momento, elas viam-se amparadas por uma série de instituições que tentavam minimizar as consequências da viuvez. As Santas Casas, as irmandades, os recolhimentos e conventos, muitas vezes, assumiam a posição de guardiões dessa população ameaçada.

Por fim, a legislação que tratava de assuntos relativos às viúvas durante o século XVIII procurava protegê-las sempre que sua condição estava sendo ameaçada por familiares ou homens interessados em prejudicá-las. Faz-se necessário salientar, entretanto, que essas mulheres deveriam cumprir um modelo de comportamento, desempenhar papéis normatizados para elas. Frequentemente, sua proteção estava condicionada a atos que se adequassem a um padrão estabelecido, no entanto a realidade colonial nem sempre permitia que elas seguissem inteiramente tais padrões. Havia todo um aparato em funcionamento na sociedade do Antigo Regime que

morador na casa da viúva doadora. Requerimento do capitão José da Costa Barros à rainha [D. Maria I], solicitando carta de confirmação da doação de bens feita por sua tia Antônia Viana de Castro, viúva do desembargador Matias Pinheiro da Silveira. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1778, cx. 106, doc. 8.929, 1778, AHU-RJ. Para uma discussão sobre a prática do dote, ver NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

pretendia amparar essas mulheres transformadas, pela viuvez, em cabeça de casal, o que portanto, elevava-a à categoria outra que não apenas a de esposa e mãe.

Capítulo 4

Gênero e propriedade

(...) *la différence sexuelle (qui est assujettissement des unes et domination des autres) est toujours construite par les discours qui la fondent et la légitiment.*

Roger Chartier,
Différences entre les sexes et domination symbolique

As viúvas eram um grupo bem definido na sociedade do Antigo Regime. Havia normas e leis que regulavam sua participação social, contudo, com a viuvez, as mulheres moviam-se entre mundos antagônicos: o lar e o negócio; a casa e a rua; a igreja e o cais; a casa-grande e a senzala. O que pretendemos examinar neste capítulo, são as transformações por que passaram as viúvas após perderem seus maridos, baseadas na documentação estudada.

A análise dos inventários *post-mortem* levantou algumas questões importantes para nossa pesquisa, tais como: o que acontecia com as mulheres quando enviuvavam? Elas perdiam riqueza após a divisão dos bens? De que maneira era feita essa divisão? Depois de algum tempo, elas recuperavam seu patrimônio? O que faziam com esse patrimônio? Como a posse de escravos permitia a essas mulheres sobreviver e continuar desfrutando da posição social que tinham anteriormente? Como um novo matrimônio poderia ajudar ou prejudicar essas mulheres viúvas?

Optamos por avaliar o patrimônio dos casais e das viúvas, antes e depois da partilha, por meio dos montes-mores, dividindo-os por faixas de riqueza. Em seguida, observamos quantas mulheres viúvas sabiam ler e escrever, o que poderia melhorar suas chances de sobreviver sem marido. Estudamos também a posse de cativos e como a condição de senhora de escravos poderia proporcionar-lhe alguma vantagem frente a outras mulheres ou a outros homens. Outro fator importante é a tutela dos filhos. Ao se tornar tutora dos menores, cabia à viúva a administração dos bens do casal, além da legítima dos menores. Por fim, tentaremos entender quem eram as viúvas que ingressaram em um segundo casamento, o que lhes alijava da

administração dos bens do matrimônio anterior e dos filhos menores e retirava de suas mãos a capacidade jurídica que haviam adquirido com a viuvez.

4.1 O jogo das cadeiras

Para entendermos melhor quem eram essas mulheres e como viviam, dividimos os inventários por faixas de riqueza.⁴⁰¹ Assim, com base no monte-mor e no monte líquido indicado no auto de partilha, determinamos seis faixas de riqueza, quais sejam: 1) até 100\$000; 2) 100\$001 a 500\$000; 3) 500\$001 a 1:000\$000; 4) 1:000\$001 a 10:000\$000; 5) 10:000\$001 a 100:000\$000; 6) mais de 100:000\$000.⁴⁰² Não foram utilizados os inventários sem partilha (72), pois não continham o auto de partilha com o monte-mor, as dívidas e despesas e o monte líquido partível.

Tomando essas faixas como parâmetro, observamos que 75 dos 160 inventários pertenciam à quarta faixa de riqueza, ou seja, tinham um monte-mor entre 1:000\$001 e 10:000\$000. Em seguida, o grupo com maior número de representantes estava nas segunda e terceira faixas conjuntamente, somando 57% dos autos. As fortunas com mais de 10:000\$000 representavam 25 dos 160 processos,⁴⁰³ dois inventários tinham monte menor de 100\$000 e apenas um deles tinha um patrimônio de mais de 100:000\$000. Esses números representam o total do que foi acumulado durante a vida do casal e daquilo que cada cônjuge trouxe para o matrimônio.⁴⁰⁴ (Tabela 4.1)

⁴⁰¹ As faixas de riqueza foram pensadas com base no que as pessoas envolvidas nos autos descreviam sobre sua condição social e no que a historiografia vem discutindo a respeito do tema. Duas delas são mais comuns e muitas vezes, eram referidas pelas mulheres diretamente, tais como pobres e “de qualidade”, essa última mais relacionada às camadas médias e de elite. Ao longo do texto, tentaremos definir melhor estas e outras categorias.

⁴⁰² Para uma análise da concentração de riqueza em inventários *post-mortem*, consultar VALENTIN, A.; MOTTA, J. F. e COSTA, I. del Nero da. Distribuição e concentração da riqueza com base em inventários *post-mortem* na presença de casos de riqueza líquida negativa. **História**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 139-162, jul./dez. 2013, p. 139-162. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v32n2/a08v32n2.pdf>. Acesso em: 27 de abril de 2014.

⁴⁰³ Não incluímos aqui uma Apelação Cível que consta como inventário, mas que se trata de um litígio de terras entre herdeiros.

⁴⁰⁴ Nos casos de contrato de arras, valia o que havia sido estipulado no momento de sua assinatura e, portanto, deveriam ser obedecidas estas cláusulas na divisão dos bens.

Tabela 4.1: Faixas de Riqueza (excluídos os inventários sem partilha) - Rio de Janeiro (1763-1808)

FR	Monte-mor		Monte líquido	
	N	%	N	%
até 100\$000	2	1%	3	2%
100\$001 a 500\$000	29	18%	33	21%
500\$001 a 1:000\$000	28	18%	30	19%
1:000\$001 a 10:000\$000	75	47%	74	46%
10:000\$001 a 100:000\$000	25	16%	19	12%
+ 100:000\$000	1	1%	1	1%
Total	160	100%	160	100%

Fonte: Inventários no Juízo de Órfãos e Ausentes, Juízo de Órfãos e Ausentes da 1ª Vara, Casa da Suplicação e Juízo de Fora, AN/RJ.

Após a partilha, observamos algumas mudanças nesses números. Descontadas as dívidas com credores e despesas variadas, o montante líquido era dividido entre os herdeiros e a viúva. De acordo com nossa análise, há um aumento das faixas de riqueza com menos de 1:000\$000 e uma diminuição no número de representantes das faixas entre 10:000\$001 e 100:000\$000. Os valores que obtivemos demonstram que em média, o montante líquido final passou a representar 86% do monte-mor. Isso demonstra uma perda do patrimônio que foi acumulado, consequência sobretudo, de gastos com o pagamento de dívidas com credores e despesas após o falecimento do marido. (Tabela 4.2)

Tabela 4.2: Monte-mor, dívidas e despesas e monte líquido - Rio de Janeiro (1763-1808)

FR	Antes da Partilha			Após a Partilha	
	N	Monte-mor	Dívidas e despesas	N	Líquido
até 100\$00	2	64\$420	48\$220	3	97\$231
100\$001 a 500\$000	29	10:557\$506	1:680\$821	33	10:806\$540
500\$001 a 1:000\$000	28	21:240\$486	2:366\$023	30	23:062\$662
1:000\$001 a 10:000\$000	75	256:384\$000	29:083\$782	74	265:662\$773
10:000\$001 a 100:000\$000	25	812:183\$478	143:281\$368	19	632:832\$824
+ 100:000\$000	1	122:924\$198	3:235\$779	1	119:688\$419
Total	160	1.223:354\$088	179:695\$993	160	1.052:150\$449

Fonte: Inventários no Juízo de Órfãos e Ausentes, Juízo de Órfãos e Ausentes da 1ª Vara, Casa da Suplicação e Juízo de Fora, AN/RJ.

De acordo com o que podemos ver na Tabela 4.2, houve um deslocamento de mulheres que pertenciam às faixas com montes-mores maiores para faixas com montes líquidos menores. Os custos com o pagamento de dívidas e despesas variaram segundo as faixas de riqueza. As parselhas pertencentes à segunda e à quinta faixas de riqueza eram as que mais tinham as heranças comprometidas na partilha. Para analisarmos esses dados, agrupamos as seis faixas de riqueza em três grupos: os três primeiros formam o que convencionamos chamar de camadas pobres; e o quarto compõe uma camada intermediária de pequenos lavradores, proprietários de negócios de varejo e outras atividades ligadas a serviços;⁴⁰⁵ o quinto e o último denominamos de elite.⁴⁰⁶

No primeiro grupo, nosso parâmetro baseia-se na existência de um patrimônio limitado, entre os quais podemos incluir uma casa de pau a pique coberta de palha, uma pequena roça e presença de poucos ou nenhum escravo.⁴⁰⁷ No meio urbano, esses bens se resumiriam a algumas roupas e um mínimo de móveis.⁴⁰⁸ Entendemos como pertencentes à elite os casais cujos membros preenchiam algum destes requisitos: 1) tiveram suas origens ligadas às primeiras famílias colonizadoras;⁴⁰⁹ 2) eram parte da

⁴⁰⁵ Para uma sistematização das ocupações no período colonial, consultar COSTA, Iraci del Nero da e NOZOE, Nelson H. Economia Colonial Brasileira: Classificação das Ocupações Segundo Ramos e Setores. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 1, jan./abr. 1987, p. 68-87.

⁴⁰⁶ Optamos por usar essa denominação, mas sabemos que esses conceitos devem ser entendidos dentro de sua historicidade e, portanto, podem variar de acordo com o período e o local em que está sendo estudado. Uma das definições que escolhemos utilizar aqui é a de Michel Mollat, em que ele classifica o pobre como aquele *que, de façon permanente ou temporaire, se trouve dans une situation de faiblesse, de dépendance, d'humiliation, caractérisée par la privation des moyens, variables selon les époques et les sociétés, de puissance et de considération sociale: argent, relations, influence, pouvoir, science, qualification technique, honorabilité de la naissance, vigueur physique, capacité intellectuelle, liberté et dignité personnelles. Vivant au jour le jour, il n'a aucune chance de se relever sans l'aide d'autrui (...). Relative, la pauvreté comporte des degrés. Elle varie sur le plan sociale, selon les époques, les niveaux de culture et de développement économique.* MOLLAT, Michel. *Les Pauvres au Moyen Âge*. Bruxelles: Éd. Complexe, 2006, p. 14.

⁴⁰⁷ Walter Fraga Filho estudou as manifestações da pobreza e da miséria na Bahia. Para ele, as moradias dos pobres da periferia de Salvador constituíam-se de casas *de parede de taipa, piso de barro batido e sob teto de palha*, onde a falta de mobiliário e a escassez de roupa determinavam a vida dessas pessoas. Muitas delas precisavam pedir esmolas para sobreviver. FILHO, Walter Fraga. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XVIII*. São Paulo: Hucitec/ Bahia: Edufba, 1996, p. 27-29.

⁴⁰⁸ Sobre a pobreza em Minas Gerais, consultar SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 e _____. *Opulência e miséria das Minas Gerais*. 6ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Ver também BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1987. Nas sociedades escravistas do século XIX, Lapa ressalta que a viuvez era uma das formas pelas quais parte da população poderia ser reduzida ao estado de pobreza. LAPA, José Roberto do Amaral. *Os excluídos: contribuição à História da Pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008, p. 38.

⁴⁰⁹ RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (sécs. XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

“nobreza da terra”;⁴¹⁰ 3) desfrutavam de privilégios concedidos pela Coroa, tais como tenças e mercês;⁴¹¹ 4) possuíam cargos de alta patente nas companhias de ordenança;⁴¹² 5) eram comerciantes de grosso trato, envolvidos no comércio atlântico.⁴¹³ A existência de apenas uma dessas características nos levou a incluir um casal no grupo ao qual chamamos de elite colonial.⁴¹⁴ Entre a população mais desprovida e os possuidores de grande cabedal, multiplicavam-se os proprietários de vendas e lojas de fazendas secas, pescadores, pequenos e médios lavradores, correeiros, carpinteiros e proprietários de escravos de ganho.

A morte de um dos cônjuges tinha consequências diferentes para homens e mulheres na sociedade colonial. Entre os casais que faziam parte da elite fluminense, observamos que a viuvez afetava as mulheres de forma menos prejudicial que entre as viúvas com menos recursos, cuja situação se agravava na medida em que desciam na escala social, e a ausência de meios para satisfazer as necessidades mínimas de manutenção tornava-se mais aguda. A principal causa dessa instabilidade eram as dívidas contraídas com credores durante a vida do casal.

Francisca Rosa Gouveia e Vasco Francisco Coutinho eram moradores em Pendotiba, freguesia de São João de Icarai. Francisca – que não sabia ler nem escrever – dependia do trabalho de quatro escravos na roça de café e mandioca. Ela e os três filhos menores de seis anos moravam em uma casa de pau a pique coberta de sapé. Tudo o que tinham somava 436\$960. Diante de tal falta de recursos, a viúva obteve um hábito do Convento de Santo Antônio por preço menor do que o comumente

⁴¹⁰ Para Fragoso, a “nobreza da terra” era formada pelas primeiras famílias fluminenses que possuíam um engenho em algum momento de sua trajetória. Essa nobreza estava ligada também ao mando local e a cargos de governança da república. FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 45-122, jan.-dez. 2000. _____. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 41-70, dez. 2002.

⁴¹¹ RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial: Brasil c. 1530-c. 1630*. São Paulo: Alameda, 2009.

⁴¹² SILVA, Maria Beatriz N. da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Unesp, 2005, p. 149 e segs.

⁴¹³ FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

⁴¹⁴ Entre os casais que pertenciam a essa elite e que foram consultados em nossa pesquisa, podemos citar D. Ana Maria de Jesus e o capitão João Pereira Lemos, proprietários dos engenhos Sapopemba (Sapocema) e Capoeiras, membros de tradicional família proprietária de engenhos em Irajá e Campo Grande. O casal de D. Antônia Maria da Conceição e o capitão Antônio Ribeiro de Avelar, donos do engenho Pau Grande, em sociedade com D. Francisca Maria da Conceição, irmã de D. Antônia, e o capitão Antônio dos Santos, que além dessa propriedade tinham muitas casas alugadas, ambos os maridos, eram comerciantes de grosso trato na capital do vice-reino. D. Ana Agostinha Luíza Xavier Silva e o capitão Sebastião Gil Vaz Lobo também faziam parte da elite colonial. Ele era um grande comerciante de escravos, com negócios que se estendiam até os domínios espanhóis. Já o casal de D. Joaquina Maria da Assunção e o capitão Vicente Carvalho de Oliveira, proprietários de engenhos em Irajá e Bacaxá, eram descendentes dos primeiros colonizadores.

praticado, *em atenção à pobreza do falecido*.⁴¹⁵ Oito anos depois do início do processo, com a mãe casada uma segunda vez, o tutor pôs todo o legado dos órfãos em arrematação: dois escravos, Manoel Congo e Maria Angola.

Para as mulheres que classificamos como pertencentes às camadas médias, qualquer revés poderia lançar-lhes em uma situação vulnerável e arremessá-las na pobreza. Foi o que aconteceu com D. Ana Josefa Freire, que teve todos os bens penhorados para pagar dívidas que o casal tinha mesmo enquanto o marido, o alferes José Carlos Cabral, ainda estava vivo.⁴¹⁶ Sem lugar onde ficar com os filhos, ela foi morar com a mãe e o irmão, tutor de suas filhas.

Ela havia se habilitado para ser curadora do marido “demente” e cuidava dos quatro filhos do casal quando ele faleceu em 1776. Antes da morte do marido, a esposa já havia aberto o inventário dos bens do casal para assumir a curadoria do esposo.⁴¹⁷ Para os avaliadores, o patrimônio de Ana e José Carlos somava mais de 1:600\$000.⁴¹⁸ Segundo o Alferes Francisco Antunes Sião Figueiredo, irmão da inventariante, não se podia proceder à partilha dos bens, *em razão de que todos foram rematados* (sic) *nesse mesmo Juízo por dívidas que devia o mesmo casal por se acharem todos penhorados anteriormente ao falecimento do dito falecido*.⁴¹⁹

Com o comprometimento dos bens, a viúva não tinha como pagar os avaliadores: *Diz a suplicante que é pobre, como é notório e não tem [ilegível] para satisfazer aos avaliadores*.⁴²⁰ Nem mesmo o dote da inventariante existia mais. A soma dessas circunstâncias levou o tutor das menores a assinar termo de abstenção de herança para evitar que, no futuro, as sobrinhas tivessem que se responsabilizar por dívidas de seu pai.⁴²¹ O título de “Dona” e a assinatura da inventariante no auto de

⁴¹⁵ Francisca Rosa Gouveia e Vasco Francisco Coutinho, proc. 18, cx. 3639, 1802, JOA AN/RJ.

⁴¹⁶ Ana Josefa Freire (Cabral) e José Carlos Cabral, proc. 9061, mç. 473, 1793, JOA AN/RJ.

⁴¹⁷ De acordo com as Ordenações Filipinas, nos casos em que havia o perigo de um sandeu pôr em perigo seus bens, o Juiz de Órfãos deveria nomear um curador, cuja responsabilidade caberia, em primeiro lugar, ao pai. Se o progenitor não estivesse mais vivo, a esposa podia ser indicada curadora *se viver honestamente, e tiver entendimento e discrição, ser-lhe-ão entregues todos os bens, sem ser obrigada a fazer inventário*. O Juiz de Órfãos, no entanto, pediu que D. Ana Josefa Freire procedesse ao inventário. ALMEIDA, Cândido Mendes de (ed.). *Ordenações Filipinas*. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870, Livro 4, Título 103, p. 1004-1006.

⁴¹⁸ Entre os bens, estavam uma data de terras na freguesia de Inhaúma, arvoredos e benfeitorias, uma casa coberta de telhas, três senzalas cobertas de palhas em bom uso, doze escravos, 19 vacas, pertences de um pequeno engenho de mandioca, cana plantada, um cavalo e roupas.

⁴¹⁹ Ana Josefa Freire (Cabral) e José Carlos Cabral, op. cit.

⁴²⁰ Idem.

⁴²¹ (...) *não é justo que para o futuro se tiverem algumas esmolas sejam obrigadas a responder por ela para pagamento das dívidas de seu pai de quem nada querem herdar, porque mesmo [o] dote que sua mãe levou de casa de sua avó em dinheiro líquido de contado, todo se consumiu em dívidas e desperdícios como é notório, em prejuízo das suplicadas suas sobrinhas menores* (...). Idem.

inventário sinalizam-nos que ela talvez não tenha tido suas origens nas camadas mais pobres da população, mas passou a pertencer a elas em algum momento de sua vida, provavelmente quando seu marido ficou doente, e as dívidas começaram a se avolumar.

Nos casos que vimos acima, a principal causa de dificuldades para as viúvas eram as dívidas contraídas durante a existência do matrimônio. Vejamos como o crédito afetou os casais e, principalmente, determinou a existências das viúvas na sociedade colonial após o falecimento de seus maridos.

4.1.1 Dívidas e despesas

O comprometimento das heranças nas diferentes camadas da sociedade obedecia a lógicas diferentes. Entre os mais pobres, a escassez de recursos explicaria o endividamento, que era o expediente mais comum entre a população. Nas camadas com mais recursos, as dívidas relacionavam-se, mais provavelmente, ao fato de que havia a necessidade de os membros das classes intermediárias e mais elevadas da população manterem uma vida apropriada à sua “qualidade”. A ausência de dinheiro de contado, por outro lado, atingia igualmente todos os grupos sociais, uma vez que o pagamento de bens adquiridos em moeda raramente era possível. A carência de moeda circulante na América lusa ajuda a justificar o endividamento, entretanto havia outros fatores que nos permitem compreender por que o momento do falecimento do chefe do domicílio era crucial para essas pessoas.

O inventário do marido, ou da viúva, era especialmente significativo para o acerto de contas entre o casal e seus credores. A falta de liquidez na sociedade colonial⁴²² obrigava a população a adquirir os produtos necessários para o dia a dia ou para as mais diversas despesas e acertar mais tarde essas dívidas. A compra “fiada”⁴²³ resolvia grande parte das necessidades cotidianas na colônia, porém, os valores que envolviam somas maiores obedeciam a regras mais complexas de obtenção de

⁴²² Muriel Nazzari aponta como a ausência de moeda levou os habitantes de São Paulo a utilizar alguns produtos, tais como os tecidos de algodão, para pagar dívidas. NAZZARI, Muriel, *O Desaparecimento do Dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 92. Durante o século XVII e XVIII foi comum o pagamento de despesas em açúcar.

⁴²³ SANTOS, Raphael Freitas. “Devo que pagarei”: sociedade, mercado e práticas creditícias na Comarca do Rio das Velhas – 1713-1773. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005, p. 41.

crédito.⁴²⁴ É o que nos explica Santos ao analisar as práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas entre 1713 e 1773.⁴²⁵

De acordo com o que o autor relata, e também com o que observamos nos inventários consultados, durante o período em questão, a obtenção de créditos dependia de uma série de fatores de cunho social que iam além da simples concessão de empréstimos. Tais fatores envolviam questões de honra, confiança e pertencimento a redes clientelares que habilitavam os devedores a obter recursos entre aqueles que podiam concedê-lo.

Além das redes de clientela, que se configuram como instrumento fundamental para a reprodução dessa sociedade, observamos que as ligações familiares foram essenciais para a manutenção do mando local e para a obtenção do crédito. Assim, os arranjos matrimoniais foram outro artifício, algumas vezes bem sucedidos outras não, para se dar continuidade ao domínio local e, portanto, ao crédito.⁴²⁶ Foi o que aconteceu com a família de D. Francisca Maria da Conceição, como veremos adiante.

Dessa forma, constituía-se uma rede de dívidas e dependência que interligava o pequeno consumidor, os comerciantes locais e grandes comerciantes da praça mercantil do Rio de Janeiro,⁴²⁷ todos subordinados à confiança na palavra empenhada. Assim, a comprovação do devedor de que realmente tomara emprestado algum montante por meio do testemunho nos inventários, ou em processos simples, como as ações de Alma nas Minas, constituíam uma importante prova e

Apesar da aparente fragilidade desse aparato de cobrança [ações de Alma], é preciso salientar que se tratava de uma sociedade permeada pelo imaginário do Antigo Regime, no

⁴²⁴ Sobre o mercado de crédito e suas transformações no Rio de Janeiro setecentista, ver SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 185-206.

⁴²⁵ SANTOS, op. cit.

⁴²⁶ Para maiores informações a respeito das práticas matrimoniais e estratégias de poder ver FRAGOSO, João. *Afogando em nomes ...*, op. cit.; _____. E as plantations viraram fumaça: nobreza principal da terra, Antigo Regime e escravidão mercantil. *História*, São Paulo, v. 34, n.2, jul./dez. 2015, p. 58-107.

⁴²⁷ Cavazzani nota que, na região de Paranaguá, assim como no Rio Grande do Sul, estudado por Maximiliano Menz, *os comerciantes das praças menores ficavam sujeitos a uma cadeia de crédito e endividamento, alimentada pela fraca monetarização das regiões onde atuavam, formando-se uma hierarquia em que o Rio de Janeiro ocupava, sem dúvida, o topo no contexto colonial*. CAVAZZANI, André Luiz M. *Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c.1790-1850)*. 2013. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 70.

*qual a palavra e a honra adquiriam significados que se perderam ao longo do tempo.*⁴²⁸

O casal de Ana Inácia de Jesus e Manoel Rodrigues dos Santos é significativo para entendermos como funcionavam as práticas creditícias no Antigo Regime. O inventário de Manoel Rodrigues foi aberto em dezembro de 1794 pela inventariante e viúva Ana Inácia de Jesus, moradora em Cordovil.⁴²⁹ Por ele, temos a informação de que o defunto tinha uma loja de fazendas secas e uma clientela bastante diversificada. Em suas declarações, Ana Inácia descreveu uma conta corrente em que havia dívidas já cobradas, outras que venceram a juros, muitas por cobrar e várias tantas incobráveis.

Estavam, entre os devedores que já haviam quitado seus débitos com a casa, o mestre de campo José Pedro Paes Leme e Manoel Gago. O capitão José Gago Paes Leme contraiu um crédito a juros que, ao tempo da partilha, não existia mais. Vários devedores, detentores de patentes de capitão, alferes, tenente, sargento-mor e capitão-mor, apareceram na lista da inventariante. Mas é na relação das dívidas “incobráveis” que percebemos o alcance da freguesia do falecido Manoel Rodrigues. Aqui desponta, ao lado de pretos, crioulos e pardos, o nome do “excelentíssimo” Marquês de Lavradio.

São as dívidas “mal paradas” que nos descortinam o universo das relações de trocas simbólicas que se estabeleciam entre os habitantes da colônia no período. Esses créditos geralmente apareciam como de difícil retorno, uma vez que muitos dos devedores não podiam ser encontrados, estavam mortos ou em partes longínquas do Império luso. Os extremos da sociedade estão representados aqui e nos revelam que a venda a crédito representava uma estratégia de pertencimento e de dependência importante nos negócios coloniais. Ser credor de autoridades, provavelmente, conferia respeito ao negociante, mas a conexão com negros e pardos estendia sua influência sobre um grupo que poderia ser útil ao comerciante em algum momento.

Por ora, deter-nos-emos em três inventários para entendermos como as dívidas, sejam elas ativas ou passivas, determinavam o futuro das mulheres viúvas que estudamos. Dois deles pertencem às camadas mais baixas da população, com os

⁴²⁸ As ações de Alma eram processos cíveis sumários em que as questões financeiras e outras pendências eram resolvidas por meio do juramento do réu enquanto este colocava as mãos sobre os livros do Evangelho. SANTOS, op. cit., p. 50.

⁴²⁹ Ana Inácia de Jesus e Manoel Rodrigues dos Santos, proc. 9, cx. 3636, gal. A, 1794, JOA AN/RJ.

menores montes-mores de nossa documentação, e um que tem o maior monte-mor a que tivemos acesso. Todos os três são inventários de mulheres viúvas e não de viúvas que eram inventariantes. D. Ana Joaquina de Albuquerque e Maria Rosa viviam com extrema dificuldade; o cotidiano impunha-lhes uma série de limitações e desafios. Já D. Francisca Maria da Conceição, apesar de algum revés, teve uma vida tranquila depois da morte do marido.

D. Ana Joaquina de Albuquerque, viúva de José de Souza Santos, deixara muito pouco para ser dividido entre suas duas filhas: D. Rosa Francisca de Albuquerque e D. Francisca Joaquina de Albuquerque, que também era sua inventariante.⁴³⁰ O valor líquido dos bens da inventariada era de apenas 16\$200, e as despesas somavam 1\$200, a serem pagas ao Ministro da Partilha e aos Partidores do juízo. O patrimônio, com algum valor arrolado, era basicamente formado por móveis de casa: uma cômoda de madeira branca guarnecida de jacarandá, uma caixa grande de madeira branca chapeada de latão, um oratório de três faces pintado de dourado e um canapé pintado de encarnado. A defunta vivia em uma morada de casas térreas, na rua de trás da rua do Hospício,⁴³¹ legado do casamento, que havia sido penhorada e leiloadada para sanar as dívidas. Não foi avaliado nenhum escravo. D. Francisca Joaquina pagava as despesas da mãe, pois esta não tinha como se sustentar. Em seu testamento, D. Ana Joaquina assim descrevia sua condição:

*Declaro que devo à dita minha filha e testamenteira vinte doblas e quatorze patacas e meia que tem por vezes despendido em consertos de casa em que vivo e suprido nas minhas moléstias, e mais despesas necessárias da minha casa com enterros de filhos, curativos de escravos, e enterros dos mesmos, e suprimentos que me fez e está presentemente suprindo com toda a despesa da minha moléstia e casa que tudo quero se pague, aliás quero que se pague até onde chegarem os meus bens, pois não a quero prejudicar de modo algum e as ditas despesas que presentemente está fazendo na minha moléstia não se acham ainda incluídas nas referidas vinte doblas e quatorze patacas e meia (...).*⁴³²

⁴³⁰ Francisca Joaquina de Albuquerque e Ana Joaquina de Albuquerque, proc. 2098, mc. 107, 1797, JOA AN/RJ. O processo tem início em 11 de setembro de 1797, mas na lista do Arquivo Nacional aparece como sendo de 1798.

⁴³¹ Parte da atual rua Buenos Aires. GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, p. 53.

⁴³² Havia dois filhos ausentes, João e Joaquim, que não foram listados no rol de herdeiros, mas apenas apreciam mencionados no testamento de Ana Joaquina. Francisca Joaquina de Albuquerque e Ana Joaquina de Albuquerque, op. cit.

Diante de tão exíguo patrimônio, o capitão Francisco de Paula Lopes, assistente na cidade de São Paulo da Assunção do Reino de Angola, por cabeça de sua mulher, D. Rosa Francisca de Albuquerque, abdicou da herança. Apesar de as duas filhas e ela própria serem descritas como “Donas”,⁴³³ D. Ana Joaquina vivia no limiar da pobreza, dependente da ajuda da filha mais velha, sem recursos, sem bens. Provavelmente de certa idade, D. Ana Joaquina rumava para a miséria.⁴³⁴

Já a viúva Maria Rosa tinha poucas coisas para dividir e muito o que pagar ao inventariante Ricardo José Francisco Galvão,⁴³⁵ seu genro. A única herdeira de Maria Rosa era a neta, Maria Clara do Espírito Santo, filha do inventariante. Os bens da inventariada somavam 47\$020 entre arvoredos, trastes de madeira e roupas. As dívidas e despesas, no entanto, chegavam a 318\$380. Grande parte delas deviam ser pagas ao inventariante por empréstimo, foros da chácara do genro em que a viúva vivia e do arrendamento de moradas de casas na mesma chácara que ela arrendava a outras pessoas. Havia ainda a anuidade da irmandade de Santa Rita, da qual a espólio era devedor, os gastos com funeral da falecida e as custas do inventário, que incluíam avaliações, declarações e “salário” do Juiz, dos Partidores e do Curador.

Diante de tal cenário, o Juiz e os Partidores decidiram que todos os bens deveriam ser entregues a Ricardo José Francisco Galvão para solucionar os débitos.⁴³⁶ Além disso, o Curador aconselhou o inventariante, como os bens não foram

⁴³³ (...) *honorific term of prestige usually associated with wealth, respect, and, presumably, white skin.* SCHWARTZ, Stuart. B. Patterns of Slaveholding in the Americas: New evidence from Brazil. **The American Historical Review**, Indiana, v. 87, n. 2, p. 62, April 1982. “Dom ... é um título de honra. Eis aqui o que as leis dizem sobre este Tratamento. Defendemos, que nenhum homem, nem mulher se possa chamar, nem chame de Dom, se lhe não pertencer de direito, por via de seu Pai, e Avô da parte de seu Pai, ou por nossa mercê, ou que nos livros das nossas moradias com o dito Dom andarem. E as mulheres o poderão tomar de seus Pais, Mães, ou Sogras, que o dito diretamente tiverem, como sempre neste Reino se costumou”. SIQUEIRA, D. João de Nossa Senhora da Porta. *Escola de Política ou tratado prático de civilidade portuguesa*. Pernambuco: Typografia de Santos e Companhia, 1845, p. 191. Ver também *Ordenações*, Livro 5, Título 92, §7, op. cit., p. 1243.

⁴³⁴ Pela documentação que consultamos, assim como por outros estudos a respeito da presença das mulheres com título de “Dona” na América Portuguesa, sabemos que essas mulheres nem sempre pertenciam às camadas de elite da população. Ver FREITAS, D. T. L. e SILVA, J. F. da. Donas, viúvas e pobres: uma contribuição para os estudos das mulheres coloniais no extremo sul (freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, 1772-1822) In: COSTA, H.; HAMEISTER, M. D. e MARQUES, R. dos S. (org.). *Tecendo as suas vidas: as mulheres na América portuguesa*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017, p. 95-122.

⁴³⁵ Maria Rosa e Ricardo José Francisco Galvão, proc. 9352, mç. 485, 1789, JOA AN/RJ. O nome do inventariante aparece como Ricardo José Francisco Gonçalves na listagem do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

⁴³⁶ *Ibid.*, f. 14.

suficientes para quitar as dívidas, *por cabeça de sua filha fazer termo de abstenção da herança dela por cautela para o futuro*.⁴³⁷

No outro extremo da escala social, estava D. Francisca Maria da Conceição, irmã de D. Antônia Maria da Conceição, casada com o capitão Antônio Ribeiro de Avelar. Ambas pertenciam à elite colonial, sabiam ler e escrever e foram tutoras dos filhos menores por indicação, em testamento, dos maridos. Durante os quase vinte anos em que foi inventariante do falecido marido, o capitão Antônio dos Santos, D. Francisca supervisionou as contas do casal.

A demora para concluir o inventário foi consequência da incapacidade em se acertar as contas de uma sociedade que o defunto tinha em Portugal. O resultado desse imbróglio foi o sequestro, por um período, do patrimônio do casal para que fossem acertadas as contas do falecido. O capitão Antônio dos Santos havia sido caixa em um contrato de arrematação de dízimos da capital e sócio do cunhado, capitão Antônio Ribeiro de Avelar no engenho Pau Grande.⁴³⁸ Quando a partilha dos bens de D. Francisca foi feita, em 1824, seis anos após sua morte, o monte-mor somava 122:924\$198. As dívidas e despesas haviam sido de 3:235\$779, o que correspondia a apenas 3% do monte.

D. Francisca, entretanto, não administrou sozinha o patrimônio do casal durante os anos em que foi inventariante do falecido marido. Ela teve a ajuda do genro, Maximiano José Coelho, caixeiro da casa de negócios Antônio dos Santos e Companhia, que também foi casado com duas de suas filhas, D. Ana Silveira Matildes dos Santos e, após a morte desta, com D. Maria Angélica Maurícia das Dores. Segundo Maximiano, no momento da morte do marido, o espólio do casal incluía a participação no navio Nossa Senhora da Lampadosa, metade do bergantim São Joaquim e uma sumaca. Além disso, uma sociedade em Lisboa com José Rodrigues Pereira de Almeida, uma chácara no Rio Vermelho e várias casas alugadas.⁴³⁹

As dívidas ativas do casal incluíam vários créditos, entre eles uma terça parte no engenho Pau Grande e uma conta do capitão João de Souza Lobo. A parte que o finado tinha no engenho foi vendida para Luis Gomes Ribeiro, sobrinho do capitão

⁴³⁷ Ibid., f. 16v.

⁴³⁸ Francisca Maria da Conceição e Manoel dos Santos Portugal (filho), proc. 9054, cx. 4124, 1799, JOA1 AN/RJ.

⁴³⁹ D. Francisca Maria da Conceição estava entre os grandes proprietários de imóveis urbanos da cidade do Rio de Janeiro entre 1808 e 1810 com 52 imóveis locados tendo uma renda média de 48\$110 por imóvel. CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. E-book Kindle, posição 11552.

Antonio Ribeiro de Avelar, em 1797.⁴⁴⁰ Todavia, até 13 de junho de 1820, o comprador não havia pagado o que devia, ou seja, 29:381\$690, o que estava sendo reclamado pelo filho e inventariante de D. Francisca, o Coronel Manoel dos Santos Portugal. Na conta de João de Souza Lobo, constava uma quantia de dinheiro emprestada “para o necessário”, peças de tecido, mantimentos, garfos, colheres, etc. Isso somava mais de vinte contos de réis.

Durante o tempo em que foi inventariante, D. Francisca foi testamenteira e tutora dos herdeiros menores, fez doações de casas e legítimas aos filhos e foi sócia, com Damião Pereira da Costa, seu sobrinho e genro. O que observamos, pela documentação, é que a ajuda dos genros foi importante, mas a sua supervisão constante dos negócios parece ter sido decisiva para que ela pudesse manter o patrimônio. Em seu testamento, a viúva declarava

*(...) haver tido contas com meu sobrinho e genro Damião Pereira da Costa o qual tem recebido o que consta de meu livro e assim mais outras parcelas para encontros [?] dos quais tenho recebido o que o mesmo tem pago por minha ordem e conta da casa e sociedade.*⁴⁴¹

Pouco abaixo na escala social estava D. Joana Rosa Matildes Trindade, viúva do reinol e capitão do Terço de Ordenanças da Ilha do Governador,⁴⁴² Manoel Francisco Peixoto.⁴⁴³ O casal estava na faixa de riqueza, entre 10:000\$001 a 100:000\$000, cujos membros comprometiam, em média, 18% do acumulado durante a vida. No caso de D. Joana, que havia assinado o auto de inventário, o negócio de fazendas do falecido marido havia ficado nas mãos dela desde a morte do marido até a data da partilha. Apesar de parecer ter administrado bem a loja com a ajuda de um dos

⁴⁴⁰ Antônia Maria da Conceição e Antônio Ribeiro de Avelar, proc. 9606, cx. 1135, gal. A, 1794, JOA AN/RJ.

⁴⁴¹ Francisca Maria da Conceição e Manoel dos Santos Portugal, proc. 9054, cx. 4124, 1799, JOA1 AN/RJ.

⁴⁴² Joana Rosa Matildes da Trindade e Manoel Francisco Peixoto, JOA, proc. 8601, mç. 450, gal. A, 1805, JOA AN/RJ. No Arquivo Nacional, está registrado 1806, porém, no auto de inventário, a data de abertura do inventário consta ser de 1805.

⁴⁴³ Requerimento de Manoel Francisco Peixoto ao príncipe regente [D. João], solicitando a confirmação da carta patente no posto de capitão da 2a. Companhia da Ilha do Governador do Terço das Ordenanças da cidade do Rio de Janeiro, [do qual é capitão-mor Domingos Viana de Castro]. Rio de Janeiro, 17 de março de 1800, cx. 180, doc. 13.171, 1800, AHU- RJ.

filhos naturais do marido,⁴⁴⁴ pouco mais da metade do monte-mor de 20:259\$567 deveria ser reservada para o pagamento de dívidas e despesas (10:296\$697).

A maioria das dívidas ativas e passivas do casal foi contraída como consequência do comércio de fazendas secas que o falecido tinha com negociantes de Lisboa e do Porto. Apenas com o credor João Oliveira Guimarães, de Lisboa, os débitos chegavam a 7:811\$415. As dívidas *perdidas ou* [que] *pouco se podem cobrar* eram de 6:386\$365. Porém o que mais nos chamou a atenção nesse inventário foram os gastos da inventariante com o luto e o funeral, que chegaram a 297\$840, e com o sustento de sua família que, segundo ela, era de “qualidade nobre” e seus membros deveriam ter o tratamento adequado a tal posição:

*Diz D. Joana Rosa Matildes da Trindade, Viúva do Capitão Manoel Francisco Peixoto, que falecendo proximamente seu marido a suplicante deu princípio a inventário dos bens do seu casal para dar partilhas aos menores filhos da suplicante, que são seis, e um natural de seu falecido marido, todos os quais residem em companhia da Suplicante, e por que a mesma precisa despender com eles tanto no luto, e vestuário de que carecem, como no sustento, o que não pode fazer sem licença de V.M. para haver-se respeito [?] nas declarações, que a suplicante fizer no dito Inventário afim de exigir toda a despesa dos bens que a cada um deles tocar em legítima, por quanto os sobreditos filhos da suplicante menores são de qualidade nobre que se não sujeitão a ofícios mecânicos com os quais deve haver contemplação nas despesas (...).*⁴⁴⁵

De acordo com o que a inventariante declarava, os gastos com o sustento da família, apresentados para a partilha em 1809, deveriam ser compatíveis com sua posição. Para ela, não havia nenhum problema em despender quase um conto e trezentos mil réis com roupas e sustento dela e dos filhos durante o luto e depois dele. Mais do que isso, sua qualidade deveria ser exposta publicamente. Como nos mostra Santos, para Minas Gerais, *não bastava ser, era preciso parecer*.⁴⁴⁶

Como vimos, várias viúvas assinaram os autos de inventário de seus falecidos maridos. Tal fato nos chamou atenção em um período em que saber ler e escrever não

⁴⁴⁴ Em suas declarações, a inventariante disse que *vendeu as fazendas que estavam na loja e que chegaram de Portugal com lucro de 5 por cento (...) que nesta venda fez interesse grande ao casal por se desonerar dos alcaides*. Joana Rosa Matildes da Trindade e Manoel Francisco Peixoto, op. cit., f. 23.

⁴⁴⁵ Joana Rosa Matildes da Trindade e Manoel Francisco Peixoto, op. cit. s/f. Grifo nosso.

⁴⁴⁶ SANTOS, op. cit., p. 60.

era comum. Assim procuramos conhecer quem eram as viúvas que aparecem nos inventários assinando seus nomes.

4.2 Por saber ler e escrever

Nossa documentação permite-nos tecer algumas observações a respeito de um aspecto pouco estudado sobre as mulheres do período: o conhecimento da leitura e da escrita. Nos inventários, essa informação, geralmente, consta do auto de inventário, após a petição inicial, e resume-se à declaração da inventariante se ela “sabia ler e escrever” ou se alguém assinava a seu rogo.

Em 174 dos 233 inventários pesquisados, estava registrado se a inventariante sabia ler e escrever. Dentre elas, 78 sabiam ler e escrever (45%) e 96 (55%) não, ou seja, alguém assinava a seu rogo. (Tabela 4.3) Observando-se as viúvas alfabetizadas por faixa de riqueza, temos que $\frac{3}{4}$ dessas viúvas pertenciam aos grupos com montes-mores maiores de 1:000\$000, e uma viúva tinha monte superior a 100:000\$000. Já pouco mais da metade das viúvas não alfabetizadas possuía montes-mores maiores de 1:000\$000 e nenhuma delas tinha mais de 100:000\$000. (Gráficos 4.1 e 4.2)

Fonte: Inventários no Juízo de Órfãos e Ausentes, Juízo de Órfãos e Ausentes da 1ª Vara, Casa da Suplicação e Juízo de Fora, AN/RJ.

Tabela 4.3: Alfabetização das viúvas - Rio de Janeiro (1763-1808)

FR	Não alfabetizadas	Alfabetizadas
até 100\$000	0	1
100\$001 a 500\$000	16	3
500\$001 a 1:000\$000	14	8
1:000\$001 e 10:000\$000	38	21
10:000\$001 a 100:000\$000	2	18
+ 100:000\$000	0	1
Sem partilha	26	26
Total	96	78

Fonte: Inventários no Juízo de Órfãos e Ausentes, Juízo de Órfãos e Ausentes da 1ª Vara, Casa da Suplicação e Juízo de Fora, AN/RJ.

Fonte: Inventários no Juízo de Órfãos e Ausentes, Juízo de Órfãos e Ausentes da 1ª Vara, Casa da Suplicação e Juízo de Fora, AN/RJ (1763-1808).

Não há nenhuma novidade no fato de que a maioria das viúvas eram analfabetas,⁴⁴⁷ mas é importante notar aqui que a diferença, entre alfabetizadas e não

⁴⁴⁷ Gonzalbo Aizpuru, em seu livro sobre a educação feminina na Nova Espanha, reconhece o elevado grau de analfabetismo na América espanhola. AIZPURU, Pilar Gonzalbo. *Las mujeres en Nueva Espanha: educación y vida cotidiana*. Cidade do México: El Colegio de México, 1987, p. 35.

alfabetizadas,⁴⁴⁸ não é grande em nossa documentação.⁴⁴⁹ Os índices de alfabetização das viúvas de nossa amostra devem ser vistos à luz de um momento singular na história da educação no período colonial. Ao assumir a Secretaria de Estado da Guerra e Negócios Estrangeiros, o Conde de Oeiras implementou uma série de medidas visando a tirar Portugal do atraso político e econômico que muitos atribuíam ao Reino. Por conta disso, Sebastião José de Carvalho e Melo propôs uma série de mudanças na educação, que procuravam atingir desde a nobreza até os comerciantes.⁴⁵⁰ Entre as principais medidas de Pombal estão: a reforma dos estudos menores⁴⁵¹ com a criação da Direção-Geral dos Estudos (1759); a expulsão dos Jesuítas (1759); a fundação do Colégio dos Nobres (1761) e a reforma da Universidade de Coimbra (1770/1772).

As mulheres não eram o principal público ao qual se destinavam essas mudanças.⁴⁵² Autores como Luís Antônio Verney, com seu *O Verdadeiro Método de Estudar* (1746), e Antônio Ribeiro Sanches, nas *Cartas sobre a educação da Mocidade* (1759/60) chegaram a dedicar alguns parágrafos de suas obras à educação das mulheres. Contudo, segundo eles, ela estaria circunscrita a habilitá-las ao bom governo do lar e à educação dos filhos.⁴⁵³ Foi Mary Wollstonecraft, com seu livro em defesa dos direitos das mulheres, que reivindicou, na última década do século XVIII,

⁴⁴⁸ Entendemos aqui alfabetização como a capacidade de ler e escrever. Não nos ativemos à discussão recente sobre a diferença entre alfabetização e letramento, na qual se diferencia a alfabetização como o conjunto de competências cognitivas de leitura e escrita de um indivíduo, e letramento como a capacidade de leitura e escrita associada à habilidade de interpretação e produção de textos que servem a uma função sociocultural. Em nossas fontes, não podemos fazer essa diferenciação, apenas constatamos, pela declaração da inventariante ou pela sua assinatura na documentação, o conhecimento da escrita. Para se entender essa discussão, consultar SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999; UNESCO. *Alphabétisation et alphabétisme, quelques définitions*. In: *Rapport mondial de suivi sur l'éducation pour tous*. UNESCO, 2006. Disponível em: http://www.unesco.org/education/GMR2006/full/chap6_fr.pdf. Acesso em: 3 de março 2017.

⁴⁴⁹ Esses números são superiores, proporcionalmente, aos que encontrou Alcântara Machado em São Paulo, em período anterior ao nosso. Segundo o autor, apenas duas mulheres viúvas assinaram seu nome em um universo de aproximadamente 450 inventários da vila de São Paulo. MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1980, p. 103

⁴⁵⁰ VILLALTA, L. C.; MORAIS, C.C. e MARTINS, J. P. As reformas pombalinas e a instrução (1759-1777). In: FALCON, F. C. e RODRIGUES, C. (org.). *A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 451-498.

⁴⁵¹ Os estudos menores eram aulas ministradas posteriormente ao aprendizado das primeiras letras e anteriores à entrada na universidade. Ver ANDRADE, Antonio Alberto B. de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva/Edusp, 1978.

⁴⁵² O século das luzes, com a valorização da razão, não foi capaz de levar, a muitos homens e muitas mulheres, o desafio da escrita e da leitura. As elevadas taxas de analfabetismo em toda a Europa e nas colônias só passaram a ser combatidas ao longo do século seguinte e, nas antigas possessões coloniais, muito mais tarde.

⁴⁵³ Para maiores informações, consultar RIBEIRO, Arilda I. M. *Vestígios da educação feminina no século XVIII em Portugal*. São Paulo: Arte e Ciência Ed., 2002, p. 36-51.

a necessidade da educação feminina como subsídio importante para a melhoria da condição feminina.⁴⁵⁴

O conhecimento das primeiras letras ficava a cargo da família, tanto entre os meninos quanto entre as meninas.⁴⁵⁵ Todavia o prosseguimento da escolarização dependia do sexo e das possibilidades de cada família. As ordens religiosas, mas, sobretudo, a Companhia de Jesus, eram os grandes responsáveis pela educação dos meninos. Os recolhimentos e conventos, por outro lado, encarregavam-se de educar meninas e moças da colônia.⁴⁵⁶ A saída dos inacianos, em 1759, provocou, de imediato, a desestruturação da instrução no Império atlântico.⁴⁵⁷

Com a reforma da educação, Pombal criou as Aulas Régias, pelas quais seriam ministradas lições de latim, grego, filosofia e retórica para os meninos. Os professores responsáveis por essas aulas estariam sob a responsabilidade do Diretor-Geral dos Estudos, o qual deveria avaliá-los antes de ministrar as aulas. Era preciso, no entanto, pagar esse corpo docente que, até a implantação do subsídio literário, em 1772,⁴⁵⁸ seria mantido pelos pais dos próprios alunos.

Foi somente na última década do século XVIII que se observou o início da estruturação da educação feminina em Portugal.⁴⁵⁹ Na colônia, o cenário ainda era dominado pelas instituições religiosas. Tanto na metrópole quanto do outro lado do Atlântico, começa-se a pensar que a falta de educação das mulheres seria um *gravíssimo prejuízo à República, tanto nas coisas públicas, como nas domésticas*.⁴⁶⁰ Contudo, como já dissemos, não era qualquer educação feminina, mas apenas aquela que satisfazia as necessidades para a mulher desempenhar, com aptidão, o papel de

⁴⁵⁴ WOLLSTONECRAFT, Mary. *Défense des droits de la femme*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 1976.

⁴⁵⁵ RIBEIRO, op. cit., p. 47.

⁴⁵⁶ ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999, p. 239-241.

⁴⁵⁷ ANDRADE, op. cit.; RIBEIRO, Maria Luisa S. *História da educação brasileira*. 8a. ed., São Paulo: Cortez, 1987, p. 19-36.

⁴⁵⁸ Sobre as consequências da Reforma Pombalina e a implantação do subsídio literário no Rio de Janeiro, ver SILVA, Maria Beatriz N. da. Professores régios e aulas. In: *Cultura Letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2013, p. 167-193.

⁴⁵⁹ No final do século XVIII, aparecem, com mais frequência, a figura da mulher conhecedora das letras em Portugal. Em 1790, a Real Mesa Censória emitiu parecer favorável para a criação do lugar de mestras na Corte. RIBEIRO, op. cit., p. 35-6. Uma nova sociabilidade exigia aptidões diferentes para as mulheres que surgiam no final do setecentos em Portugal; a Reforma Pombalina pouco fez a favor das meninas e moças que desejassem estudar. ALGRANTI, op. cit., p. 244-5.

⁴⁶⁰ VERNEY, Luis A. *O verdadeiro método de estudar*. Lisboa: Sá da Costa, 1952. Apud RIBEIRO, 2002, op. cit., p. 38.

mãe e esposa.⁴⁶¹ Com base nos estatutos do Recolhimento de Olinda, de 1798, proposto pelo bispo Azeredo Coutinho, observa-se que as disciplinas oferecidas deveriam habilitar as mulheres a *aprenderem a ler e escrever corretamente e serem ágeis nas contas. Dispensa o aprendizado do latim e da música, e coloca toda a atenção na instrução da economia doméstica e na arte de cozer e bordar.*⁴⁶²

Muriel Nazzari, em sua pesquisa sobre o dote em São Paulo, notou também uma mudança de comportamento da elite paulista com relação à alfabetização de suas representantes. Segundo a autora, houve o crescimento da alfabetização feminina em São Paulo nos anos finais do século XVIII. Nazzari, entretanto, relaciona esse fato ao crescimento do individualismo e à diminuição do controle patriarcal sobre as filhas que iam para longe da família. Para ela, saber ler e escrever diminuía as chances das filhas da elite serem enganadas por seus maridos. O aumento da alfabetização seria, portanto, uma forma de proteção das fortunas.⁴⁶³

O que observamos em nossos dados é uma diferença pequena entre as mulheres que não sabiam ler nem escrever e as alfabetizadas. Não conseguimos identificar qual tipo de educação essas viúvas receberam; sabemos apenas que elas sabiam assinar o nome, pois o fizeram em algum momento nos autos.

O resultado da análise quantitativa das fontes esclarece que 45% das viúvas que pudemos identificar nos autos de inventários assinam o nome e, portanto, “sabiam ler e escrever”. Esses números são significativos, pois dizem respeito, sobretudo, à última década do século XVIII e aos oito primeiros anos do século seguinte. O resultado obtido pode ser relacionado à tendência da elite, como apontada por Muriel Nazzari, em alfabetizar as mulheres pertencentes a seu grupo, uma vez que a maioria das que assinavam o nome estavam nos inventários com mais recursos.

Por último, podemos sugerir que o movimento de alfabetização feminina tenha vindo a reboque das mudanças propostas por Pombal, porém não temos como relacionar essas reformas à difusão da educação feminina. O que observamos foi que as mulheres com montes-mores maiores são as mais alfabetizadas, e uma das

⁴⁶¹ Autores como Feliciano de Souza Nunes, em Portugal, e Feijóo, na Espanha, distanciavam-se dos modelos de Verney e Ribeiro Sanches, inspiradores da Reforma Pombalina. Feliciano José de Souza Nunes, em seus *Discursos político-morais* de 1758, advogava a igualdade de educação entre os sexos na América portuguesa. NUNES, José Feliciano de Sousa. *Discursos político-morais* (1758). Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 1931. Apud ALGRANTI, op. cit., p. 258. O padre Benito Feijóo, em sua *Defensa de las mujeres*, reconhecia a capacidade intelectual da mulher, mas salientava a sua dificuldade para transpor os obstáculos impostos contra ela na Espanha. AIZPURU, op. cit. p. 35.

⁴⁶² ALGRANTI, op. cit., p. 258.

⁴⁶³ NAZZARI, op. cit., p. 90-1.

explicações para isso está na maior possibilidade de acesso a mestras pagas por essas famílias.

O conhecimento das letras era também uma vantagem, aumentando suas chances de melhor administrar os bens deixados para elas e para os filhos sob sua tutela, um patrimônio que podia incluir negócios com a metrópole, casas de aluguel ou a administração de engenhos. Além da habilidade de saber ler e escrever, a posse de escravos podia colocar as viúvas em posição mais tranquila para seu futuro e conferir-lhes poder e independência.

4.3 Senhoras de escravos

A mão de obra escrava era a mais empregada nas mais diversas ocupações tanto na cidade quanto no campo. Possuir escravos, na sociedade colonial, assegurava ao senhor uma fonte de rendimentos que o isentava de trabalhar, era um componente importante para a manutenção de um negócio ou uma propriedade agrícola e ainda conferia *status* a quem os tivesse. Para as viúvas poderia significar uma importante fonte de manutenção e de independência. Desta forma, buscamos analisar o tamanho das escravarias de casais escravistas no momento da partilha, com quantos escravos ficaram as viúvas depois da divisão dos bens e também como eram as escravarias de viúvas que já viviam sós há algum tempo.

Dividimos as escravarias em 5 faixas de tamanho de plantel: 1) 1 a 4 escravos; 2) 5 a 9 cativos; 3) 10 a 19 escravos; 4) de 20 a 39 e 5) 40 e mais cativos. Além dessas faixas, havia ainda inventariados sem nenhum escravo. Para nossa avaliação, utilizamos apenas os inventários com partilha, pelos quais pudemos examinar a escravaria do casal no momento da partilha e a quantidade de cativos que couberam às viúvas na meação feita pelos Partidores do Juízo.⁴⁶⁴ De um total de 233 autos de

⁴⁶⁴ Nosso critério para avaliar a posse de escravos baseia-se na partilha feita pelos Partidores do Juízo de Órfãos, homologada pelo Juiz de Órfãos e aprovada pelo Curador de Órfãos. Com essa condição, foi possível examinar o tamanho do plantel por meio de uma metodologia uniforme. Também optamos por analisar a posse de cativos das viúvas pelo que foi estipulado na meação pelos Partidores, o que mostrou um padrão e uma lógica para a divisão dos bens. Algumas ressalvas devem ser feitas a partir da escolha desse critério. A primeira delas é que nem sempre a partilha retratava a prática, pois era possível que os herdeiros e a viúva não cumprissem as cláusulas da partilha ou não estivessem satisfeitos com ela, o que poderia gerar litígios. Nesses casos, percebemos que as partes recorriam para solicitar que a partilha fosse cumprida ou revista. Outras vezes, os descontentes aguardavam a morte da viúva para quitar as legítimas. Outra questão diz respeito ao fato de que, sempre que possível, os escravos foram divididos na meação. Entretanto, nos casos em que havia um único escravo, os

inventário, três processos estavam em mal estado de conservação e sem informações completas, outros três diziam respeito a ações litigiosas envolvendo inventários que foram relacionados no grupo “não informado/não identificado” por não haver especificação quanto ao número de cativos.⁴⁶⁵

Essa divisão por faixas de tamanho de plantel (FTP) levou em conta estudos anteriores feitos por historiadores sobre o tamanho dos plantéis de escravos em diferentes regiões durante os séculos XVIII e XIX, contudo foi adaptada para o local e período estudados aqui.⁴⁶⁶ Os casos foram divididos dessa forma, também, porque os plantéis das viúvas, depois da partilha, diminuía e precisavam ser estudados em grupos que comportassem sua análise.⁴⁶⁷

A fim de compreender a estrutura de posse de cativos por casal escravista e pelas viúvas, classificamos os plantéis em três categorias: pequenos (1-4 escravos),

Partidores decidiam por reparti-lo entre os herdeiros ou entre estes e a viúva. Dessa forma, legalmente, o cativo cabia a várias legítimas, mas ficava sob a guarda de uma única pessoa.

⁴⁶⁵ Os tipos de ações classificadas como Inventário na listagem do Arquivo Nacional, mas que foram pesquisadas e agrupadas em “não informado/não identificado” na tabela são: uma apelação cível que continha o valor do monte, indicava haver escravos sem especificar a quantidade e dizia respeito a um litígio de terras; uma escritura de venda de meação do marido para a esposa em vida e, por último, um litígio entre herdeiros do primeiro e segundo matrimônios do falecido sem informação do plantel. Também analisamos um edital de venda de uma chácara, que coube na meação a uma viúva inventariada.

⁴⁶⁶ Optamos por agrupar escravistas com poucos cativos, que eram analisados separadamente por Luna e Marcondes, em uma única faixa de tamanho de plantel de 1 a 4 escravos e desmembrar a faixa que Motta examina entre 5 e 19 escravos em duas: uma de 5 a 9 e outra com 10 a 19 escravos. Para o Vale do Paraíba cafeeiro, ver MARCONDES, Renato. *A arte de acumular na economia cafeeira (Vale do Paraíba, século XIX)*. Lorena: Stiliano, 1998; SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Sobre Minas Gerais consultar LUNA, Francisco Vidal da. *Minas Gerais, escravos e senhores: análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. 1980. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980. Sobre a vila de Bananal, MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e famílias escravas em Bananal (1801-1829)*. São Paulo/FAPESP: Anablume, 1999; MORENO, Breno Aparecido Servidone. *Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

⁴⁶⁷ Tais escolhas justificam-se, também, por entendermos que o momento que examinamos, no presente estudo, faz parte de período anterior ao que alguns pesquisadores chamam de “segunda escravidão”, o qual guarda características próprias, tais como elevado acúmulo de riqueza demonstrado, principalmente, pela posse de grandes escravarias. Diferentemente do que observamos no século XIX com o açúcar e o café, em finais do século XVIII o preço do escravo e o tamanho dos plantéis não chegam ao vulto observado durante a *plantation* de cana-de-açúcar no Oeste Paulista ou no auge da produção cafeeira do Vale do Paraíba, nem tão pouco ao volume de escravos importado até a extinção do tráfico transatlântico. Apesar de a economia açucareira precisar de grande cabedal para funcionar durante o setecentos, são raros os plantéis com muitos escravos. TOMICH, Dale. The “Second Slavery”. In: _____. *Through the prism of Slavery: labor, capital, and World economy*. Maryland: Lanham Rowman & Littlefield, 2004, p. 56-71; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tamis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 97-117, jul.-dez. 2011; MARQUESE, Rafael de B. Estados Unidos, Segunda Escravidão e a Economia Cafeeira no Império do Brasil. **Almanack**, Guarulhos, n. 5, p. 51-60, 1º sem. 2013.

médios (5-19 cativos) e grandes (20 indivíduos e mais).⁴⁶⁸ Apenas em dois casos constatamos a existência de escravarias com mais de 100 indivíduos, as quais Salles classifica por megaproprietários de escravos em Vassouras,⁴⁶⁹ e decidimos colocá-los entre os grandes proprietários.

De acordo com os 233 processos de inventário selecionados para a capitania do Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional,⁴⁷⁰ observamos que 72 deles (33%) não tiveram partilha. Excetuando-se esses inventários,⁴⁷¹ temos que, entre os casais estudados, apenas dois não tinham escravos. Já a faixa entre 1 a 4 cativos correspondia a 26% do total de processos. Nos plantéis médios estão a maioria dos proprietários de escravos (51%) e os grandes proprietários somam 26. (Tabela 4.4)

Tabela 4.4: Número de casais escravistas e viúvas escravistas por faixa de tamanho de plantel - Rio de Janeiro (1763-1808)

FTP	Casais escravistas	Viúvas escravistas	Viúvas escravistas falecidas	Viúvas escravistas+Viúvas escravistas falecidas
	N	N	N	N
0	2	6	5	11
1-4	33	58	9	67
5-9	37	22	5	27
10-19	28	22	9	31
20-39	18	7	0	7
40 e +	8	3	1	4
S/P	64	64	8	72
N/I	3	4	3	7
Morre	-	6	-	6
Abdica	-	1	-	1
Total	193	193	40	233

Fonte: Inventários no Juízo de Órfãos e Ausentes, Juízo de Órfãos e Ausentes da 1ª Vara, Casa da Suplicação e Juízo de Fora, AN/RJ.

S/P: Sem partilha

N/I: Não identificado ou não informado

⁴⁶⁸ Ver MARCONDES, op. cit., capítulo 3.

⁴⁶⁹ SALLES, op. cit., p. 156-7.

⁴⁷⁰ Os inventários que pesquisamos não incluem a região de Campos dos Goytacazes. Sobre Campos dos Goytacazes, consultar FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁴⁷¹ Optamos por excluir os inventários sem partilha de nossa análise da posse de escravos pois não havia como identificar o plantel existente nem tão pouco o que coube à viúva ou aos herdeiros. Entretanto, esses inventários foram utilizados em outras análises.

Quando observamos o número de escravos distribuídos por proprietários, notamos que houve uma tendência à concentração de cativos nas mãos de alguns proprietários, sobretudo aqueles com grandes plantéis. Os casais com escravarias entre 1 a 4 cativos detinham apenas 6% de toda a escravaria (101). Aos médios proprietários cabia 33% dos cativos (612), enquanto os grandes proprietários concentravam 61% de todos os indivíduos escravizados (1093). (Tabela 4.5)

Tabela 4.5: Distribuição dos proprietários por número de escravos possuídos (excluídos os casos sem partilha) - Rio de Janeiro (1763-1808)

FTP	Casais escravistas		Viúvas escravistas		Viúvas escravistas falecidas		Viúvas escravistas+viúvas escravistas falecidas	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1-4	101	6%	149	13%	23	6%	172	11%
5-9	243	13%	136	12%	34	8%	170	11%
10-19	369	20%	298	26%	126	31%	424	27%
20-39	450	25%	201	17%	0	0%	201	13%
40 e +	643	36%	367	32%	227	55%	594	38%
Total	1806	100%	1151	100%	410	100%	1561	100%

Fonte: Inventários no Juízo de Órfãos e Ausentes, Juízo de Órfãos e Ausentes da 1ª Vara, Casa da Suplicação e Juízo de Fora, AN/RJ.

Após a partilha, esse quadro ganha novos contornos, e o que vemos é o encolhimento do número de viúvas proprietárias com plantéis maiores. (Tabela 4.4) Nota-se o crescimento de viúvas escravistas na faixa de 1 a 4 cativos: enquanto havia 33 casais (26%) nessa faixa de tamanho de plantel, com a morte do marido, 42% das viúvas escravistas (67) passaram a fazer parte desse grupo. Também aumentou o número de viúvas que ficaram sem nenhum escravo com a partilha (7%), uma delas abdicou da meação e 6 morreram antes da conclusão dos processos. Assistimos a várias mudanças em todas as faixas de tamanho de plantel. As faixas de 5 a 9 e 10 a 19 cativos perderam representantes, que passaram a 17% e 19% respectivamente. Entre os grandes proprietários, também acontecem mudanças: de 20% de casais com escravarias de mais de 20 cativos, passamos a ter apenas 6% de viúvas com escravarias desse tamanho. (Tabela 4.4, Gráficos 4.3 e 4.4)

Gráfico 4.3: Casais escravistas por faixa de tamanho de plantel - Rio de Janeiro (1763-1808)

Fonte: Inventários no Juízo de Órfãos e Ausentes, Juízo de Órfãos e Ausentes da 1ª Vara, Casa da Suplicação e Juízo de Fora, AN/RJ.

Gráfico 4.4: Viúvas escravistas e viúvas escravistas falecidas por faixa de tamanho de plantel - Rio de Janeiro (1763-1808)

Fonte: Inventários no Juízo de Órfãos e Ausentes, Juízo de Órfãos e Ausentes da 1ª Vara, Casa da Suplicação e Juízo de Fora, AN/RJ (1763-1808).

Notamos, portanto, uma “migração” tanto de viúvas escravistas quanto de cativos para faixas de menor plantel, porém mantém-se a concentração de escravos nas mãos de grandes viúvas proprietárias. Com a morte do marido, observa-se o encolhimento das escravarias com 5 a 9, com 10 a 19 e com 20 a 39 cativos; ao

mesmo tempo, cresceram 16 pontos percentuais os plantéis com 1 a 4 escravos. Essas flutuações podem ser explicadas, principalmente, pela natureza de nossas fontes, os inventários *post-mortem*.⁴⁷²

Nesse tipo de processo, havia quatro etapas principais que deveriam ser cumpridas antes de se proceder à partilha dos bens. Na petição inicial, a inventariante pedia ao Juiz de Órfãos que fossem indicados avaliadores para os bens do casal e tutores para cuidar dos interesses dos órfãos. Se o inventário fosse de uma viúva, o inventariante fazia o mesmo pedido ao Juiz. Após a avaliação dos bens, nas declarações da inventariante, descrevia-se qualquer fato relevante para o processo, como a existência de dívidas. O termo de encerramento concluía a primeira fase do processo e indicava que o juiz podia proceder à partilha.

No auto de partilha, os Partidores calculavam o monte-mor, retiravam dele as dívidas e dividiam o monte líquido. O que restasse no monte líquido devia ser dividido pela metade, entre herdeiros e viúva. Caso houvesse testamento, seria retirada a terça da parte correspondente aos herdeiros, e a outra metade pertencia à viúva. Durante a partilha dos bens, os escravos, como parte do patrimônio do casal, eram usados para pagar as dívidas contraídas ao longo do matrimônio. Dessa forma, os que restassem iam sendo alocados de acordo com o valor que cada uma das partes deveria receber, ou seja, havia redução do patrimônio do casal como um todo, o que incluía também os cativos.⁴⁷³

Podemos encontrar algumas razões que expliquem a diminuição de escravos nas faixas de tamanho de plantel nos inventários *post-mortem*: a morte ou fuga do cativo, a divisão dos bens entre os herdeiros e a venda ou entrega de cativos como forma de pagamento aos credores. Estas duas últimas razões nos interessam como fatores indicativos para as mudanças na posse de cativos após o falecimento do chefe do domicílio, uma vez que fugas e mortes não aparecem nos documentos como decisivos para determinar a diminuição dos plantéis.

⁴⁷² O inventário é essencialmente uma ação pela qual são arrolados todos os bens do casal desfeito com a morte do chefe do domicílio. Através dele se mostra a situação financeira do inventariado, onde se decreve seu passivo e ativo, segundo o qual será feita a partilha e dividido o espólio. Portanto, toda a riqueza acumulada pelo casal durante a constância do matrimônio estava sujeita à divisão entre os herdeiros e a viúva. Para maiores informações, consultar DE PLÁCIDO E SILVA. *Vocabulário Jurídico*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense. 1999, p. 450.

⁴⁷³ Durante a partilha, os Partidores alocavam os escravos, preferencialmente, na meação da viúva e na terça. Isso se dava, em grande parte, em função dos valores mais altos que ela geralmente recebia e porque a ela cabia, de um modo geral, a unidade de produção ou o negócio. Dessa forma, costumamos ver a maioria dos cativos, e melhores, na meação ou na terça da viúva.

A divisão do patrimônio e a disposição de ativos, tais como os cativos, para pagar créditos anteriores, contribuíram para a perda de riqueza entre as viúvas. A principal consequência foi a predominância de plantéis menores com a partilha. Em média, os casais escravistas possuíam 9,5 escravos; com a distribuição dos bens, a média de escravos por viúva cai para 6,3 cativos para cada uma delas. Entretanto, examinando as viúvas escravistas falecidas, observamos que a média de escravos sobe para 10,25. Tais números indicam que, imediatamente após a partilha, há uma queda no número de cativos por viúva, porém, com o passar do tempo, as mulheres viúvas tendiam a recuperar seus plantéis.

As escravistas com plantéis com mais de 100 escravos eram as menos prejudicadas com a partilha, uma vez que ficavam com as unidades de produção. Coube às viúvas que herdaram os engenhos a maioria dos escravos pertencentes ao espólio e que eram parte da força de trabalho da fábrica. Muitas vezes, os herdeiros receberam o equivalente à sua legítima em dinheiro ou outros bens de raiz. Foi o que ocorreu com D. Antônia Maria da Conceição, viúva do capitão Antônio Ribeiro de Avelar,⁴⁷⁴ um dos proprietários do engenho Pau Grande, e com Teresa Machado de Jesus, viúva de Antônio de Meneses, donos do engenho do Portela.⁴⁷⁵ Em ambos os casos, são destinados às viúvas os engenhos e os escravos das fábricas.

Esses números são semelhantes aos que a historiografia sobre a escravidão tem descrito para o período: os plantéis com poucos cativos eram maioria entre os proprietários de escravos no Brasil, mas não agrupavam a maioria da escravaria. Havia a tendência de plantéis pequenos durante o Império luso, mesmo depois da Independência. A exceção estava nas grandes propriedades de produção para o mercado externo; incapazes de funcionar com poucos braços, concentravam a maioria da mão de obra utilizada na lavoura.⁴⁷⁶ Esse era o caso de regiões como o recôncavo

⁴⁷⁴ Antônia Maria da Conceição e Antônio Ribeiro de Avelar, proc. 9606, cx. 1135, gal. A, 1794, JOA AN/RJ.

⁴⁷⁵ Teresa Machado de Jesus e Antônio de Menezes, proc. 9064, mç. 474, 1793, JOA AN/RJ.

⁴⁷⁶ Entre as mulheres da capitania do Rio de Janeiro, produtoras de açúcar e aguardente ou apenas açúcar, 58% delas tinham plantéis entre 21 e 50 escravos, o que correspondia a 52% do total de cativos. Por outro lado, as senhoras de engenho de Campos dos Goytacazes tinham a seu dispor 334 cativos. Entre estas, 46% detinham plantéis de 11 a 20 cativos. No distrito, 44% dos escravos estavam em plantéis de 21 a 50 cativos. Apenas as produtoras de aguardente tinha escravarias de no máximo 10 escravos. VEIGA, Cristiane F. L. Gênero e poder na capital do vice-reinado: mulheres e viúvas proprietárias segundo a Relação do Marquês de Lavradio. In: V Encontro Internacional de História Colonial, 2014, Maceió. Anais, Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2014, p. 311-321. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/239558318/Anais-Eletronicos-EIHC-2014>. Acesso em: 2 de março de 2017.

do Rio de Janeiro, Bananal, em São Paulo, e Campos dos Goitacazes, no norte fluminense.

Em áreas de economia de abastecimento interno e em núcleos urbanos, como, em Minas Gerais ou São Cristóvão, no Rio de Janeiro, pesquisadores como Luna e Motta apontam que a maioria dos proprietários possuía entre 1 a 4 escravos.⁴⁷⁷ Entretanto, no topo da economia colonial, a grande plantação exigia mais escravos. Em Bananal, área de penetração cafeeira de São Paulo, Motta demonstra que os pequenos plantéis são maioria, porém a população escrava se concentrava em grandes plantéis entre os anos de 1801 e 1829.⁴⁷⁸ Em Campos dos Goytacazes, importante região produtora de açúcar, as escravarias entre 21 e 100 indivíduos eram numerosas em 1785, segundo as informações de Couto Reis.⁴⁷⁹ Nesse grupo, estavam 36% dos homens e mulheres senhores de engenho e metade dos escravos empregados na cultura de cana do distrito.

Porém o mais importante a se ressaltar é que as viúvas ficaram com a maioria dos escravos do espólio do casal. De um total de 1.806 escravos que faziam parte do patrimônio acumulado pelos casais considerados, 1.151 foram adjudicados na meação ou na terça das viúvas. Isso significa que 63% dos escravos permaneceram com as viúvas após a morte do marido, ou seja, essas viúvas tornaram-se proprietárias de escravos. Apesar de não podermos afirmar que todos os escravos estavam em idade de trabalhar e produzir para sustentar essas viúvas, sem dúvida eles eram um capital que podia ser disponibilizado em caso de necessidade. Dessa forma, conferiam poder e independência a essas mulheres.

Não apenas os escravos eram um importante elemento diferenciador dessas mulheres. Observamos que os Partidores do Juízo tinham a tendência de adjudicar à viúva algum bem de raiz disponível no espólio do casal. Depois da partilha, 56% das viúvas (90) tornaram-se proprietárias de algum bem de raiz, que podia ser desde uma pequena data de terras, uma morada de casas de pau a pique coberta com sapé até uma fábrica de engenho de açúcar. Mas, se somarmos a esse número os bens de raiz que

⁴⁷⁷ LUNA, op. cit., p. 57 e segs.; MOTTA, José Flávio; NOZOE, Nelson & COSTA, Iraci del Nero da. Às vésperas da abolição um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão (RJ), 1870. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.34, n.1, 2004, p. 157-213.

⁴⁷⁸ MOTTA, José Flávio. A família escrava e a penetração do café em Bananal, 1801-1829. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 5, n.1, jan./jun. 1988, p. 87.

⁴⁷⁹ COUTO REYS, Manoel Martinz do. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reis, 1785 [Descrição Geographica, Pulitica e Cronographica do Districto dos Campos Goitacaz]*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

ficaram na posse das viúvas até morrerem (10, 6%) e que estiveram sob sua administração enquanto os filhos eram menores (5, 3%), chegamos a um total de 105 viúvas que tiveram em suas mãos um patrimônio importante durante boa parte de sua vida. Devemos salientar que essa atitude dos Partidores deve-se ao fato de que estamos analisando inventários do Juízo de Órfãos, em que havia menores herdeiros envolvidos e muitos ficavam em companhia da mãe, mesmo tendo tutores que não elas. Essa era uma maneira de garantir que viúvas e órfãos não ficassem desamparados, e esses imóveis ainda pudessem servir como fonte de renda para a família.

A posse de escravos, somada ao patrimônio que foi destinado à viúva depois da partilha, era um cabedal importante para a sua manutenção, pois permitia a ela mais liberdade para tomar suas próprias decisões. Nos casos em que as viúvas tornaram-se tutoras dos filhos menores, herdeiros do marido falecido, coube a elas também a administração dos bens que pertenciam a eles. Ter a tutela dos legatários muitas vezes significava ter sob seus cuidados quase a totalidade dos bens do casal. Vejamos como isso ocorria.

4.4 Pela muita capacidade que ela tem...

O Juiz de Órfãos era a autoridade responsável pelos inventários que envolvessem algum herdeiro órfão menor de vinte e cinco anos, fossem filhos, netos ou qualquer outro menor indicado como herdeiro do inventariado. Para cuidar dos interesses desses órfãos, era nomeado um tutor, indicado pelo testamenteiro ou pelo Escrivão dos Órfãos e aprovado pelo Juiz de Órfãos. Cabia ao tutor administrar com zelo os bens das crianças, e ele ficava obrigado a prestar contas do que fazia com a herança quando solicitado. Era função do Curador Geral dos Órfãos fiscalizar a boa administração do legado. Em caso de má gestão, a legislação previa que o tutor fosse responsabilizado e mandava que se restituísse o prejuízo à legítima do menor. Qualquer ameaça aos bens dos herdeiros sob encargo do tutor ou o abandono do inventário pela viúva inventariante permitiam o sequestro dos bens.

Na documentação consultada encontramos, entre os 113 tutores indicados para cuidar dos interesses dos filhos menores de inventariados: 37 mães, 19 sem parentesco informado, 13 tios, nove avôs, oito irmãos, oito cunhados, sete padrastos, quatro testamenteiros, em três não foi possível identificar ou não foi informado, dois

parentes, dois menores se emanciparam e não precisaram de tutor, um padrinho e um pelas condições dos autos não pudemos obter a informação (Gráfico 4.5).⁴⁸⁰

Fonte: Inventários no Juízo de Órfãos e Ausentes, Juízo de Órfãos e Ausentes da 1ª Vara, Casa da Suplicação e Juízo de Fora, AN/RJ.

Nos casos em que as mães eram tutoras, 22 delas foram indicadas em testamento pelos maridos, oito identificaram-se como “tutora e testamenteira” - não sabemos qual a origem da tutoria -, cinco conseguiram a função por petição ao Conselho Ultramarino e dois não foi possível identificar como obtiveram a tutela (Tabela 4.6). Essas mulheres administrariam, majoritariamente, heranças com mais de 1:000\$000 e menos de 100:000\$000 e escravarias com 5 a 9 escravos e 20 a 39 cativos. Comparando-se com os outros tutores, temos que a maioria daqueles que não a mãe, foram indicados para cuidar de patrimônios maiores de 500\$000 e menores de 10:0000\$000. (Gráficos 4.6 e 4.7)

⁴⁸⁰ Na França do século XVII, sobretudo na região parisiense, a tutela era concedida ao parente sobrevivente. Quando a mãe se casava novamente, o sogro da viúva passava a tutor dos menores. Os curadores deveriam ser escolhidos entre os parentes do cônjuge falecido. BAULANT, Micheline. La famille en miettes: sur un aspect de la démographie du XVIIe siècle. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, 27e année, n. 4-5, p. 962, 1972.

Tabela 4.6: Mãe Tutora - Rio de Janeiro (1763-1808)

Tipo	N
Petição ao CU	5
Indicação em testamento	22
Tutora e testamenteira	8
N/I	2
Total	37

Fonte: Inventários no Juízo de Órfãos e Ausentes, Juízo de Órfãos e Ausentes da 1ª Vara, Casa da Suplicação e Juízo de Fora, AN/RJ.

Gráfico 4.6: Mães tutoras por faixa de riqueza - Rio de Janeiro (1763-1808)

Fonte: Inventários no Juízo de Órfãos e Ausentes, Juízo de Órfãos e Ausentes da 1ª Vara, Casa da Suplicação e Juízo de Fora, AN/RJ.

Gráfico 4.7: Tutores por faixa de riqueza - Rio de Janeiro (1763-1808)

Fonte: Inventários no Juízo de Órfãos e Ausentes, Juízo de Órfãos e Ausentes da 1ª Vara, Casa da Suplicação e Juízo de Fora, AN/RJ.

Havia três maneiras pelas quais a viúva poderia vir a tornar-se tutora dos herdeiros: por desejo da mãe, má gestão dos tutores escolhidos pelo Juízo de Órfãos ou indicação paterna em testamento.⁴⁸¹ A obtenção da tutoria estava condicionada ao cumprimento de algumas exigências legais, entre elas: não ter se casado novamente,⁴⁸² viver honestamente e ter capacidade para gerir os bens.⁴⁸³ Como já vimos anteriormente, além de satisfazer essas condições, as mães deveriam apresentar um instrumento de Justificação e prover uma fiança por meio de uma Provisão de Tutoria concedida pelo monarca.⁴⁸⁴

A Provisão deveria ser dirigida ao titular do trono – rei, rainha ou príncipe regente – e seria analisada pelos ministros do Desembargo do Paço. No Juízo de Órfãos da cidade do Rio de Janeiro, a anuência real deveria ser requisitada quando as legítimas excedessem o valor de 60\$000. D. Joana Inácia da Luz Ferreira, em 1796, a fim de obter a tutela da filha, seguiu a exigência processual:

*Diz D. Joana Inacia da Luz Ferreira da cidade do Rio de Janeiro que no testamento com que faleceu seu marido Mateus de Souza Lopes, nomeou a Suplicante para Tutora de sua filha D. Laureana de idade de quatro anos; porém como no Juízo de Órfãos daquela cidade todas as vezes que as legítimas excedem de 60\$000, como a da Filha da mesma Suplicante, não se concede a administração delas ainda as Tutoras testamentárias sem Provisão de V. Mag., e pelo Documento junto tem a Suplicante justificação que se conserva no estado de Viúva honesta, e que tem toda a capacidade e bom discernimento para administrar a pessoa e bens de sua filha, que nenhuma outra pessoa educaria melhor que a Suplicante sua própria Mãe (...).*⁴⁸⁵

⁴⁸¹ Sobre a tutela de menores, ver também DE BACKER, Stephanie Fink. *Widowhood in Early Modern Spain. Protectors, Proprietors, and Patrons*. Leiden: Brill, 2010; WALKER, Katharina A. *Seventeenth century Northern noble widows: a comparative study*. 2004. Ph. D. Thesis, University of Huddersfield, Huddersfield, 2004.

⁴⁸² No Direito Romano, as mães podiam ser indicadas como tutoras desde que não se casassem novamente. KUEFLER, Mathew. The marriage revolution in late Antiquity: the Theodosian Code and later Roman marriage law. **Journal of Family History**, Cambridge, v. 32, n. 4, p. 358, October 2007.

⁴⁸³ *Ordenações*, Livro 4, Título 102, , op. cit., §3, p. 998 .

⁴⁸⁴ Na França rural do século XVIII, a tutoria também podia ser entregue às mães, porém sua conduta deveria ser irrepreensível e elas deveriam abdicar da tutela caso se casassem novamente. A tutela cessava quando os filhos completavam os 18 anos e as filhas 14. Segundo Brigitte Maillard, esse privilégio baseava-se na ideia de que o amor que a mãe devotava ao filho a colocava em posição favorável perante outros candidatos ao cargo, tais como outros parentes. MAILLARD, Brigitte. Les veuves dans la société rurale au XVIIIe siècle. **Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest**, Rennes, t. 106, n. 1, p. 217, 1999.

⁴⁸⁵ Requerimento de Joana Inácia da Luz Ferreira, viúva de Mateus de Sousa Lopes, à rainha [D. Maria], solicitando provisão para ser tutora da sua filha de quatro anos, chamada Laureana. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1796, cx. 160, doc. 12.017, 1796, AHU-RJ. O inventário de Mateus de

D. Tereza Maria de Jesus ficou viúva de Antônio José Vieira Leitão, seu segundo marido, aos 24 de dezembro de 1803.⁴⁸⁶ Era moradora na rua da Candelária Nova e estava muito doente quando remeteu a petição inicial ao Juízo de Órfãos. Do casamento, ficaram os filhos Joaquim, de 18 meses, e Francisco, de dois meses. Em 26 de janeiro de 1804, José Pereira Duarte, avô materno, assinava o termo de tutor. Entretanto os filhos de D. Tereza Maria de Jesus viviam em companhia da mãe. Quando, em 1805 a viúva retomou o inventário que havia ficado parado, ela deu início ao processo para a tutoria dos menores no Juízo de Órfãos do Rio de Janeiro, apresentando uma Justificação pela qual ela pedia para ser tutora e, assim, administrar o principal de suas legítimas, dando o pai como fiador:

(...) ficando a suplicante [Teresa Maria de Jesus] dos bens e inventariante deles como cabeça do seu casal (sic) para poder na sua divisão e dar partilha aos Herdeiros e como aos ditos Menores filhos da Suplicante por esquecimento de seu marido não nomeara tutor testamentário e a Suplicante os está alimentando e criando na sua companhia e tem capacidade Juízo e sizo e discricção para bem reger e administrar as pessoas e bens dos ditos seus filhos como tutora destes e serem os menores mais bem tratados e educados obrigando-se a pô-los no ensino muito melhor que outro qualquer pelo amor materno como se mostra do instrumento de Justificação junto.⁴⁸⁷

Todas as testemunhas confirmam as argumentações da justificante para requerer a tutoria. Uma delas era Alexandre José Bento, de 33 anos “pouco mais ou menos”, que também era credor do casal. Na justificação, ele relatou que vivia de seu negócios e morava na travessa da Candelária. Pelo seu depoimento, sabemos que ele conhecia a justificante e confirma suas alegações:

Souza Lopes foi aberto em 11 de fevereiro de 1795. Ver também o inventário Joana Inacia da Luz e Mateus de Souza Lopes, proc. 9095, mç 474, 1795, JOA AN/RJ.

⁴⁸⁶ Quando casou com o inventariado ela já era viúva de Antônio de Ávila da Fonseca. Teresa Maria de Jesus e Antônio José Vieira Leitão, 1804, proc. 2946, mç. 151, JOA AN/RJ. Na listagem do Arquivo Nacional a data do processo está registrada como 1800, porém o auto de inventário vem registrado como 26 de janeiro de 1804. Não existe folha de capa dos autos.

⁴⁸⁷ Requerimento de Teresa Maria de Jesus, por seu procurador Francisco Correia Fonseca, ao príncipe Regente [D. João], solicitando provisão para ser tutora e administradora dos bens e de seus filhos menores, conforme a vontade de seu falecido marido Antônio José Vieira Leitão. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1806, cx. 234, doc. 15.984, 1806, AHU-RJ.

*(...) disse que pelo pleno conhecimento que tem da Justificante, sabe pelo ver, que ela é viúva de dois Maridos, sendo o segundo Antonio José Vieira Leitão, que se conserva no Estado de Viuvez, com todo o crédito, honra e honestidade, que tem em sua companhia dois filhos menores a quem presta alimentos, e necessária educação e que é dotada de toda a capacidade e entendimento (...).*⁴⁸⁸

D. Teresa Maria relata que o casal devia a credores do Porto e da Bahia; fazia negócios com comerciantes da cidade de Pernambuco;⁴⁸⁹ possuía oito moradas de casas térreas na rua do Senhor dos Passos e um sobrado na rua de São Joaquim.⁴⁹⁰ Havia várias dívidas ativas e passivas que deveriam ser levadas ao monte,⁴⁹¹ terras na freguesia de Inhomirim e quatro escravos. O monte-mor chegou a 10:439\$404. descontadas as dívidas e despesas, ficou para ser partilhado entre os herdeiros o valor de 4:950\$749.

A inventariante deu destaque, em sua petição, a um ponto importante: havia ficado com os filhos e cuidava deles não só por sua competência para a tarefa, mas por seu “amor materno”.⁴⁹² Apenas em três outros inventários aparece a referência ao amor da mãe para com os filhos como um fator que pudesse aboná-las como a pessoa mais indicada para serem suas tutoras.⁴⁹³ Rosa Maria do Nascimento, Rosaura Maria da Conceição e Clara de Souza Paixão eram as outras mães que se tornaram tutoras dos menores e em que há a menção ao amor que tinham por seus filhos em algum momento dos processos. Nesses casos, o valor da herança variava entre 954\$950 e 8:572\$852, e em apenas um deles foi o próprio marido falecido quem fez referência ao fato em seu testamento.

⁴⁸⁸ Idem.

⁴⁸⁹ O inventariado tinha negócios com José Joaquim Jorge, da cidade de Pernambuco. Teresa Maria de Jesus e Antônio José Vieira Leitão, proc. 2946, mç. 151, 1800, JOA AN/RJ, f. 18.

⁴⁹⁰ Hoje avenida Marechal Floriano. COARACY, op. cit., p. 525.

⁴⁹¹ Entre as quais estava a quantia de 200\$000 ao capitão Sebastião Gil Vaz Lobo. Teresa Maria de Jesus e Antônio José Vieira Leitão, op. cit., f. 20v.

⁴⁹² Para uma discussão sobre a construção da figura materna ao longo da História, ver BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986; ARIÈS, Philippe. *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. 2^{ème} éd, Paris: Éditions du Seuil, 1975.

⁴⁹³ Em 1801, Isabel Maria Vilela, em sua justificativa para o pedido de tutela, dizia que *ela se conserva[va] no estado de viúva, honesta e que tem toda a capacidade e bom juízo para administrar as pessoas deles e seus bens na certeza de que nenhuma outra pessoa os educará melhor por ser Mãe extremosa (...)*. Requerimento de Isabel Maria Vilela, viúva de Manoel José Gonçalves Vilela, por seu procurador José Batista Branco, ao príncipe regente [D. João], solicitando provisão para ser tutora de seus filhos. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1801, cx. 197, doc. 13.997, 1801, AHU – RJ. Grifo nosso.

João Caetano da Cunha, natural e batizado na freguesia de Ilha Graciosa, Bispado de Angra, em seu testamento, indicava, para tutores, em primeiro lugar, o Capitão Antônio Luis Fernandes, que também era seu testamenteiro; e, se esse não pudesse, indicava sua esposa, Rosa Maria do Nascimento, reconhecendo nela a competência e o amor materno necessários para criar as menores:

*nomeia para tutora das suas mesmas filhas a referida sua companheira Rosa Maria do Nascimento por conhecer da sua capacidade e maternal amor zelará os bens das mesmas nossas filhas, se é que isso possa ter lugar em direito.*⁴⁹⁴

Rosa Maria do Nascimento não foi nomeada, pois o testamenteiro assumiu a tutoria. Logo depois, a filha mais nova foi emancipada e a outra estava casada. Porém, tanto no caso de Rosaura Maria da Conceição quanto no de Clara de Souza Paixão, as viúvas tornaram-se tutoras dos filhos menores.

Francisco de Medeiros morreu em 28 de maio de 1808, deixando viúva Rosaura Maria da Conceição, com duas filhas casadas, um filho maior de idade e Marcelino, de 7 anos.⁴⁹⁵ O monte somava 954\$950; entre os bens, estavam um sítio em Perteninga, na freguesia de Itaipu, com laranjeiras; uma morada de casas muito danificada; mais de 200 pés de café; um bananal; cana plantada; cerca de espinhos, alguns animais; uma roda de ralar mandioca e forno de cobre; ferramentas e cinco escravos.

A viúva não foi indicada pelo marido em testamento para ser tutora, mas em sua petição ao príncipe regente para requerer a tutoria, ela argumentava que *n[ela] suplicante além de amor que lhe tem como mãe concorre toda a capacidade para o ser.*⁴⁹⁶ O príncipe regente, em provisão régia assinada pelos ministros do Desembargo do Paço, concedeu à viúva a tutela em agosto de 1808, e, em dezembro do mesmo ano, Rosaura Maria da Conceição assinou o termo de tutora no Juízo de Órfãos. Sete anos depois, a mãe prestava contas de sua tutoria e pedia que seu fiador anterior fosse relaxado da fiança *por estar velho e cansado*, sendo indicado um novo. Pelo auto de perguntas feito pelo Juiz de Órfãos, a viúva esclareceu que o menor, Marcelino, continuava em sua companhia desde a morte do pai. Segundo ela, o filho estava sendo

⁴⁹⁴ Rosa Maria do Nascimento e João Caetano da Cunha, proc. 8999, mç. 471, gal. B, 1806, JOA AN/RJ. Grifo nosso.

⁴⁹⁵ Rosaura Maria da Conceição e Francisco de Medeiros, proc. 11038, mç. 702, 1808, JOA AN/RJ.

⁴⁹⁶ Ibid., f. 12v.

educado *conforme suas possibilidades* e aprendia os trabalhos da lavoura. A mãe também garantiu que os bens adjudicados ao menor na partilha, em 1809 – um escravo, um relógio de algibeira, toda a prata do casal e o dinheiro que a inventariante deveria lhe dar –, continuavam em poder dela tutora.

A prestação de contas de Rosaura Maria de Conceição confirma que ela, como muitas outras viúvas, tinha a “capacidade” esperada para criar os filhos e administrar os bens. Foi o que assegurou o capitão Manoel Francisco Peixoto em seu testamento, em 1800. Pelo documento, ele também relata que morava na rua da Lapa do Desterro e havia se casado com D. Joana Rosa Matilde da Trindade por carta de arras.⁴⁹⁷ O marido tinha negócios em Lisboa, com João de Oliveira Guimarães, e no Porto, com Gabriel da Costa Carvalho, que forneciam mercadorias para a loja de fazendas secas do casal.⁴⁹⁸

Quando Manoel Francisco Peixoto morreu, em 23 de julho de 1805, o testamento foi aberto e, por ele, o falecido nomeava sua esposa como tutora dos filhos legítimos: Maria Tereza de Jesus, de 10 anos; Joaquina Teodora do Carmo, de 9 anos; Francisca Rosa de Jesus, com 6 anos; Justina Tereza do Amor Divino, de 4 anos; Albino Francisco Peixoto, com 18 meses; Manoel, póstumo, de 5 meses, bem como do filho natural, Anacleto Francisco Peixoto. O testamenteiro justificava a escolha da esposa *pela muita capacidade que ela tem para a dita tutoria e a há por abonada em qualquer quantia que seja (...)*. A tutoria foi confirmada pelo príncipe regente aos 9 de novembro de 1805, entretanto, quatro anos mais tarde, ela já não aparece mais como tutora.

É provável que, entre a data do termo de tutor assinado por D. Joana Rosa e a divisão dos bens, em abril de 1809, a viúva tivesse contraído segundas núpcias, pois ela foi destituída da tutoria, e José Francisco Martins assinou novo termo de tutor. Em 1812, D. Joana Rosa, em vários documentos, já aparecia como casada com Pedro Ursini (ou Ursim) Grimaldi. É o que vemos nos autos de sobrepartilha e em uma escritura de venda de duas moradas de casas térreas na rua do Sabão,⁴⁹⁹ que fizeram Pedro Ursini Grimaldi e D. Joana Rosa a José Antonio Vilela em 1812.⁵⁰⁰

⁴⁹⁷ Sobre os casamentos por carta de arras, ver SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984, p. 97-100.

⁴⁹⁸ Joana Rosa Matilde da Trindade e Manoel Francisco Peixoto, proc. 8601, mç. 450, gal. A, 1805, JOA AN/RJ.

⁴⁹⁹ Atual rua General Câmara. COARACY, op. cit., p. 523.

⁵⁰⁰ Escritura de venda de duas moradas de casas que fazem Pedro Ursini Grimator [Grimaldi] e sua mulher Dona Joana Rosa Matildes da Trindade, a José Antonio Vilela, que vive de negócio - térreas,

No caso de Clara de Souza Paixão, a viúva, ao prestar contas da tutela, esclarece como mãe e filha viviam. Ela menciona que *sua filha se acha[va] na sua companhia a qual trata[va] com todo o desvelo e amor de mãe e que sua idade é de quinze anos*.⁵⁰¹ O marido, natural de Lamego, instituiu a esposa como primeira testamenteira e isentou-a da fiança obrigatória por lei. O casal parecia ter uma vida tranquila; os bens que Bernardo José Alves havia deixado deveriam manter a família. As dívidas eram poucas e facilmente sanadas pelo monte de 8:572\$852.

4.4.1 Os tutores

Nos processos em que as mães não foram indicadas em testamento (tutoras testamentárias) ou não requisitavam a tutoria dos filhos, o código filipino previa que pessoas próximas aos menores fossem escolhidas, tais como familiares (tutores legítimos). Se nenhuma dessas condições pudessem ser cumpridas, fazia-se a nomeação de um pessoa idônea, de qualidade e com bens para a tutela (tutoria dativa). O Escrivão dos Órfãos indicava um nome para o Juiz de Órfãos, que aprovava ou não a sugestão.

A função de tutor não podia ser ocupada por qualquer pessoa. Nossas fontes evidenciam o cuidado que se tinha em garantir que a tutela fosse desempenhada por parente ou por alguém que garantisse a manutenção da legítima dos herdeiros. No inventário de Vasco Francisco Coutinho, o tio dos menores Vicente, de 6 anos, Francisco, de 3, e Florêncio, de 1 ano, foi indicado pelo escrivão Paulo Nogueira Lopes para tutor por *ser casado e estabelecido*.⁵⁰² Em janeiro de 1808, o Juiz de Órfãos confirmou a indicação, e o tio assinou termo de tutor. O risco de deixar os órfãos desamparados exigiu que as autoridades do período estivessem atentas às pessoas indicadas para a função.

Maria Teresa era viúva de Francisco Correia da Silva quando morreu, em 1795, deixando 4 filhos legítimos de seu falecido marido e mais três que teve “no

sitas na rua do Sabão, partindo de um lado com Dona Ana de tal e do outro com quem de direito for, livres de foro, havidas por arrematação na praça dos Ausentes. 1º ON, AN, 206, 27 de maio de 1812, f. 7. Disponível em: <http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=14084>, Banco de dados da Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara. Acesso em: 15 de março de 2017.

⁵⁰¹ Clara de Souza Paixão e Bernardo José Alves, proc. 8684, mç. 455, 1797, JOA AN/RJ. Grifo nosso. Esse documento será analisado em detalhes mais à frente quando estudarmos as viúvas que contraíram segundas núpcias.

⁵⁰² Francisca Rosa Gouveia e Vasco Francisco Coutinho, proc. 18, cx. 3639, 1802, JOA AN/RJ, f. 11.

estado de viúva”.⁵⁰³ José da Silva assumiu o inventário e a tutoria dos menores, entretanto, o filho mais velho de Maria Teresa, Isidoro, de 15 anos, em uma petição ao Juiz de Órfãos, contestava tanto a tutoria de José da Silva quanto a sua posição de inventariante. Nessa petição, Isidoro explica por que o inventariante e tutor não poderia desempenhar as funções que lhe foram dadas:

(...) nomeando-se por tutor do suplicante e mais três órfãos que ficaram irmãos legítimos do suplicante a saber Genoveva, Leocadia e Delfino a um pardo por nome José da Silva Pereira sendo que este por modo nenhum pode ser tutor do suplicante e seus Irmãos por serem brancos e não só por este motivo mas por outros que por hora não declara por serem escandalosos aos próprios suplicantes também porque o mesmo pardo José da Silva não tem bens alguns com que assegurar a tutela (...) já por este respeito da Infer[ior] qualidade de tutor [o suplicante] se acha fora da casa na de um seu Tio José Cardoso de Moura por ter casado com uma Tia, irmão de sua mãe (...) sendo que o tutor sem reparar na diferença que vai do suplicante a ele o quer levar para sua companhia contra vontade própria assim o pratica com sua irmã Genoveva violentando-a a existir na Tijuca fora da companhia de seus parentes quando o seu destino é todo dirigido a vir para a casa de seu Tio João Gomes de Gouveia casado e que vive com muita honra por isso e porque quer todo o direito e lei quando não há tutor testamentário dativo deve ser o parente mais próximo e mais grato a seus parentes órfãos por isso quer o Suplicante que VMce se sirva remover a Tutela por mão e poder do dito João Gomes por ser casado com sua Tia irmã de sua Mãe e ser homem branco com estabelecimento de armazém e escravos o qual sendo necessário reforçará a segurança com fiador de bens de raiz (...).⁵⁰⁴

O escrivão, diante de tal situação, endereçou um ofício ao Juiz de Órfãos em 8 de julho de 1795 esclarecendo sobre o parentesco do inventariante e tutor com os menores e por que ele teria assumido o inventário. Nele consta

(...) que nenhum [parentesco] tem com os órfãos e que se fizera intruso inventariante para o fim de estar no sítio que pertence aos ditos órfãos, cujo sítio era pertencente ao Excelentíssimo Visconde de Asseca, e como o dito

⁵⁰³ Filhos legítimos: Isidoro, 15 anos; Delfino, 13 anos; Genoveva, 10 anos e Leocádia, 8 anos. Filhos naturais que teve "no estado de viúva": Cândida 6 anos; José, 1 ano e meio, e Maria, 9 meses. Maria Teresa e José da Silva, proc. 9147, mç. 475, gal. B, 1795, JOA AN/RJ.

⁵⁰⁴ Ibid., fls. 6 e 6v. Os grifos duplos são nossos e os grifos simples são do original.

*Inventariante não seja ou (sic) de boa conduta foi expulso do dito sítio pela administração (...).*⁵⁰⁵

Quatro dias depois, o Curador de Órfãos deu parecer favorável à petição de Isidoro, removendo a tutela *visto que ao suplicado* [José da Silva] *faltam todas as qualidades para ser tutor e não tem alguma; é pessoa muito pobre e deve ser removido da tutela (...).*⁵⁰⁶ Uma das qualidades a que o Curador se refere, além de o tutor ser pobre, pode ser o fato de que ele era pardo, e os tutelados brancos, como ressalta o menor Isidoro em sua petição supracitada, o que parecia ser muito grave para o rapaz por insistir em destacar a “inferior qualidade” do tutor.

Nesse caso, o suplicado não preenchia nenhuma condição para assumir o cargo que pretendia. Usando de artifícios escusos, José da Silva pretendia, por meio da tutela e da condução do inventário da falecida, voltar ao local onde viveu e de onde foi expulso. Ele tinha visto ali uma oportunidade de garantir a administração do sítio dos menores na Tijuca que, apesar de não ser dos mais valiosos, tinha uma casa de palha, dois escravos, benfeitorias que incluíam mais de seiscentos pés de café e arvoredos.

Encontrar um tutor para a filha do alferes Maurício Pacheco Maciel exigiu certo cuidado.⁵⁰⁷ O inventariado, exposto na casa do médico José Pacheco de Vasconcelos e de D. Rosa Maria Maciel, na freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, deixou D. Bárbara de Araújo Barcelos viúva em fevereiro de 1798 carregando uma filha no ventre. Um ano e três meses depois da abertura do inventário, a viúva já estava casada com seu segundo marido, Manoel de Souza Dias, quando o Escrivão dos Órfãos procurava um tutor adequado para a menor. De acordo com o que relatou a autoridade do juízo, o avô era *desconcertado na capacidade* e o tio um perdulário que *tem estragado os seus teres*.⁵⁰⁸ A saída encontrada foi nomear o padraсто, que assinou termo de tutor aos 20 de julho de 1799.

Algumas vezes, as mães reclamavam dos tutores instituídos aos filhos e pediam a tutela para si. Ana Luíza dos Serafins argumenta, em um requerimento ao Conselho Ultramarino de 1770, que o tio tutor de seu filho não estava cumprindo com sua função adequadamente. Ela disse ser

⁵⁰⁵ Maria Teresa e José da Silva, proc. 9147, mç. 475, gal. B, 1795, JOA AN/RJ, f. 7v.

⁵⁰⁶ Ibid., f. 8.

⁵⁰⁷ Bárbara de Araújo Barcelos e Maurício Pacheco Maciel, 1798, proc. 8503, mç. 440, JOA AN/RJ.

⁵⁰⁸ Bárbara de Araújo Barcelos e Maurício Pacheco Maciel, 1798, proc. 8503, mç. 440, JOA AN/RJ, f. 9v.

*viúva do Tenente Coronel Francisco Xavier Barreiros, e moradora na cidade do Rio de Janeiro, que por seu falecimento lhe ficou um filho de idade de cinco para seis anos chamado José Xavier Barreiros, a quem se nomeou por tutor um tio clérigo, que por lhe causar incômodo grave em tratar da boa educação do seu filho, estando em poder do dito tutor, e em separar-se a administração dos bens do casal, ficando sujeita a legítima respectiva à administração do tutor, pretende ser tutora do sobredito filho por concorrerem n[a] suplicante todos os requisitos necessários para tratar da boa educação e administração da legítima do dito seu filho (...).*⁵⁰⁹

Pelos exemplos acima, vimos que havia a preocupação tanto do Juízo de Órfãos em garantir a manutenção das legítimas dos órfãos quanto das mães viúvas em não permitir que os herdeiros ficassem desamparados. Em relação às viúvas tutoras, observamos que muitas delas foram capazes de administrar riquezas, prover a si e aos filhos. Entretanto, encontramos mulheres que, apesar de terem conquistado na viuvez uma oportunidade de escolher por si o caminho a tomar, optaram por se casar novamente. Essa atitude colocava-as, no entanto, novamente em uma posição de dependência de uma figura masculina. O que as levava, então, a um segundo casamento?

4.5 A viúva experiente: as segundas núpcias

O “recasamento”⁵¹⁰ não foi uma prática adotada com frequência pelas viúvas no Antigo Regime, tanto nos reinos europeus quanto nas colônias americanas. Contudo, o segundo matrimônio de homens viúvos era mais comum e mais rápido de acontecer que entre as mulheres.⁵¹¹ Burguière afirma que, na França do Antigo

⁵⁰⁹ Requerimento de Ana Luiza dos Serafins, viúva do tenente-coronel Francisco Xavier Barreiros, ao rei [D. José], solicitando permissão para ser a tutora de seu filho menor, José Xavier Barreiros. Rio de Janeiro, 18 de Julho de 1770, cx. 90, doc. 7.909, 1770, AHU – RJ.

⁵¹⁰ Utilizamos a palavra “recasamento” no sentido de núpcias posteriores ao primeiro casamento, como muitos historiadores vêm utilizando para estudar o fenômeno de um segundo ou terceiro matrimônios para o cônjuge sobrevivente à morte do outro. LEWKOWICZ, Ida e GUTIÉRREZ, Horacio. Mulheres sós em Minas gerais: viuvez e sobrevivência nos séculos XVIII e XIX. In: SILVA, Gilvan V. da, NADER, Maria B. e FRANCO, Sebastião P. *História, Mulher e Poder*. Vitória, Edufes, 2006, p. 292.

⁵¹¹ Não trataremos dos homens viúvos em nosso trabalho, como já dissemos anteriormente, mas para uma discussão a respeito da viuvez masculina e o “recasamento”, ver CORSINI, C.A. Why is Remarriage a Male Affair? Some Evidence from Tuscan Villages during the Eighteenth Century. In: DUPÂQUIER, J. et al. *Marriage and Remarriage in populations of the past*. London: Academic Press, 1981, p. 385-395; HUFTON, Olwen. *Women without men: widows and spinsters in Britain and France in the Eighteenth Century*. In: BREMMER, Jan N. and VAN DEN BOSCH, Lourens P. *Between*

Regime, para cada dois viúvos que se casavam novamente, apenas uma viúva o fazia.⁵¹² Tal fato deve ser entendido sob o contexto da instituição da família em sociedades estamentais, nas quais a formação familiar original ou o recasamento eram condicionados por questões econômicas, pois *uma das grandes funções da família uma vez constituída, é a conservação e a transmissão do patrimônio*.⁵¹³

Contrair segundas ou terceiras núpcias era uma prática que dependia de características regionais específicas. Beauvalet-Boutouyrie aponta que algumas sociedades eram pouco favoráveis a essa prática, pois ela prejudicava a herança dos filhos de casamentos anteriores, e, com isso, foram criados mecanismos legais impedindo que os bens de família mudassem de mãos.⁵¹⁴ Foi o que se observou, no Brasil e em Portugal, com a proibição de comunicabilidade de bens das mulheres viúvas com mais de 50 anos que se casassem novamente pelo código filipino⁵¹⁵ e pela legislação promulgada durante a administração pombalina.⁵¹⁶

Algumas variáveis demográficas tendem a influenciar a maior frequência de segundas núpcias. Podemos destacar, principalmente, a idade ao casar, a duração e o número de filhos do primeiro casamento, a condição social ou a riqueza acumulada durante a constância do matrimônio anterior e o local de residência.⁵¹⁷ Em regiões de grande mortalidade e elevada mobilidade populacional, deve-se também levar em conta esses fatores que determinam a expectativa de vida e as possibilidades de migração do chefe de domicílio.⁵¹⁸

Cabourdin ressalta que, na França do Antigo Regime, vários fatores influenciaram as taxas de recasamento. Um deles foi a elevada taxa de mortalidade masculina. Os casos em que o fim da união conjugal foi provocado pela morte do

poverty and the pyre: moments in the history of widowhood. London: Routledge, 1995, p. 122-151; VAN POPPEL, Frans. Widows, Widowers and Remarriage in Nineteenth-Century Netherlands. **Population Studies**, London, v. 49, p. 421-441, 1995.

⁵¹² BURGUIÈRE, A. Réticences théoriques et intégration pratiques du remariage dans la France d'Ancien Régime – dix-septième- dix-huitième siècles. In: DUPÂQUIER, J. et al., op. cit., p. 41.

⁵¹³ LEBRUN, François. *A vida conjugal no Antigo Regime*. Lisboa: Edições Rolim, s/d, p. 75.

⁵¹⁴ BEAUVALET-BOUTOUYRIE, Scarlett. La femme seule à l'époque moderne: une histoire qui reste à écrire. **Annales de Démographie Historique**, Paris, n. 2, p. 127-141, 2000.

⁵¹⁵ Ordenações, op. cit., Livro 4, Título 105.

⁵¹⁶ Ver capítulo anterior.

⁵¹⁷ Em nossa documentação, fomos capazes de analisar o número de filhos, as condições econômicas e, algumas vezes, o local de residência. Isso se deve, em primeiro lugar, porque as fontes não nos informam quanto à data de casamento, apenas conseguimos identificar a data da morte do cônjuge. Muitas vezes, o local de residência também não é indicado nos autos.

⁵¹⁸ ARROM, Silvia Marina. *The Women of Mexico City*. Stanford: Stanford University Press, 1985, p. 98; KLAPISCH-ZUBER, Christiane. La "mère cruelle". Maternité, veuvage et dot dans la Florence de XIVE-XVe siècles. **Annales. Économie, Sociétés, Civilisations**, Paris, 38e année, n. 5, p. 1099, 1983.

marido variaram entre 56%, em Argenteuil, e o máximo de 63% em Crulai.⁵¹⁹ Entre as mulheres, a idade na viuvez, precoce ou, ainda, em tempo de produzir descendência – até os quarenta anos -, era outro. Segalen salienta que, entre os homens, entretanto, não havia limite de idade para ingressar em novas uniões,⁵²⁰ nem tempo de luto necessário. Levar em consideração o local de residência também era importante na análise de segundas núpcias, pois, em regiões com frequentes epidemias, a expectativa de vida dos cônjuges diminuía e as chances de casamentos posteriores aumentavam.

A presença de filhos, as redes de sociabilidade e interesses econômicos comuns também tendiam a influenciar novos matrimônios após a viuvez. A existência ou não de filhos interferia na frequência de recasamentos precoces ou tardios. Em Anet, durante o século XVIII, 68% dos homens e 43,5% das mulheres que casaram novamente e tinham filhos o fizeram no primeiro ano de viuvez, contra 56% dos homens e 16% das mulheres que não tinham descendência.⁵²¹

No Brasil, Maria Luíza Marcílio destaca que o intervalo médio entre viuvez e recasamento variava segundo o sexo. Em Ubatuba, entre 1770 e 1830, esse intervalo era de 2,25 anos para os homens e 3,17 para as mulheres, sem se levar em conta o número de filhos.⁵²² De acordo com a mesma autora, os homens casavam-se novamente com mais frequência de 0 e 1 ano depois da morte da esposa (59 dos 105 casos estudados), enquanto as mulheres o faziam, na sua maioria, um ano após a perda do marido (12 dos 30 casos pesquisados).⁵²³ Na cidade de São Paulo, no período de 1771 a 1809, a mesma autora apontou que 14% dos homens ingressavam em um novo casamento, contra 7% das mulheres.⁵²⁴

Fatores econômicos também devem ser levados em conta na análise das chances de novas uniões. Os casamentos de viúvas com homens da mesma profissão do falecido aconteciam com certa frequência. Cabourdin demonstra que 16% das

⁵¹⁹ CABOURDIN, G. Le remariage en France sous l'Ancien Régime (seizième - dix-huitième siècles). In: DUPÂQUIER, J. et al. *Marriage and Remarriage in populations of the past*. London: Academic Press, 1981, p. 274.

⁵²⁰ Cabourdin, op. cit., p. 278. Segalen ressalta que os homens viúvos se casavam mais em qualquer idade. SEGALIN, Martine. Mentalité populaire et remariage en Europe occidentale. In: DUPÂQUIER, J. et al., op. cit., p. 68.

⁵²¹ CABOURDIN, op. cit., p. 275 e 281.

⁵²² MARCÍLIO, Maria Luíza. Mariage et remariage dans le Brésil traditionnel: Lois, intensité, calendrier. In: DUPÂQUIER, J. et al., op. cit., p. 369.

⁵²³ Idem. Consultar também MARCÍLIO, Maria Luíza. *Caiçara, terra e população*. São Paulo: Edusp, 2006, p. 174-178.

⁵²⁴ MARCÍLIO, Maria Luíza. *La Ville de São Paulo: Peuplement et Population (1750-1850)*. Rouen: Université de Rouen, 1972, p. 191.

viúvas em Villedieu-les-Poêles (1711-1790) casaram-se com homens que tinham a mesma profissão do marido morto. Procurava-se, portanto, garantir a manutenção do negócio e de relações clientelares já estabelecidas anteriormente entre os cônjuges e seus pares.

Na América colonial, Susan Socolow aponta que os recasamentos entre as viúvas eram raros, porque elas deveriam ser jovens o suficiente para ter filhos e ricas o bastante para atrair pretendentes. De acordo com a autora, apenas 10% delas casavam novamente durante século XVIII.⁵²⁵ As áreas rurais pareciam mais propícias às uniões depois da viuvez, pois havia menos mulheres chefes de domicílio nessas regiões.⁵²⁶ A autora destaca que, entre 1765 e 1802, nos distritos rurais próximos à cidade de São Paulo, dos 27% de domicílios chefiados por mulheres, entre 17% a 20% desses chefes eram viúvas.⁵²⁷ Já para a cidade de São Paulo, Samara encontrou, em 1836, 36,8% dos domicílios chefiados por mulheres sós, entre solteiras, viúvas e de marido ausente.⁵²⁸

Na cidade do Rio de Janeiro, em 1779, nas freguesias intramuros,⁵²⁹ havia 773 mulheres brancas viúvas chefes de família (3,94%), 193 chefes de família viúvas pardas libertas (4,5%) e 195 chefes de família viúvas pretas libertas (4,25%). Entre os homens brancos, 268 eram viúvos (1,36%), 140 pardos livres (3,31%) e 183 pretos libertos (3,99%).⁵³⁰

Estudos para Minas Gerais revelam-nos que 45% dos domicílios eram chefiados por mulheres. Depois das solteiras (84%), as mulheres viúvas eram as que mais apareciam como chefes de domicílios (14,2%), ficando em último lugar as casadas (2,7%).⁵³¹ Segundo Lewkowicz e Gutiérrez, havia quatro principais causas para o elevado número de viúvas: 1) a diferença de idade dos cônjuges, ou seja, a

⁵²⁵ SOCOLOW, Susan M. *The women of colonial Latin America*. 7th ed. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 88.

⁵²⁶ SOCOLOW, op. cit., p. 128.

⁵²⁷ Ibid., p. 75.

⁵²⁸ SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o Poder e a Família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura, 1989, p. 10.

⁵²⁹ O núcleo urbano da cidade compreendia as freguesias da Sé Catedral, Candelária, São José e Santa Rita.

⁵³⁰ O total da população branca era de 19.578 pessoas, de pardos libertos de 4.227 e de pretos libertos era de 4.585 de acordo com o resumo de população de 1779. Resumo Total da População que existia no ano de 1779, compreendidas as quatro Freguezias desta Cidade do Rio de Janeiro, até o ultimo de Dezembro do dito anno. Também dos que nascerão e falecerão no mesmo anno de 1779. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo 21, 1930, p. 216-7.

⁵³¹ LEWKOWICZ, Ida e GUTIÉRREZ, Horacio. As viúvas em Minas Gerais nos século XVIII e XIX. **Estudos de História**, Franca, v. 4, n. 1, p. 140-1, 1997.

união entre mulheres mais jovens do que os homens; 2) o número de mulheres em idade de casar e da mesma condição social era sempre superior ao de homens; 3) a elevada taxa de mortalidade masculina em faixas de idade avançadas; 4) maiores oportunidades de recasamento entre os viúvos do que entre as viúvas.⁵³²

Existe ainda um fator que pode ter influenciado a frequência de recasamentos entre homens e mulheres: a ausência das bênçãos do matrimônio para aqueles que ingressassem em novas uniões após a morte de um dos cônjuges. Conforme vimos no Capítulo 2,⁵³³ estava estabelecido no pensamento de São Tomás de Aquino e descrito nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia que a mulher que casasse novamente não poderia receber as bênçãos do matrimônio. O pároco celebraria o sacramento do matrimônio, mas as bênçãos não seriam dadas. Tal fato pode atuar negativamente na decisão das viúvas se casarem novamente. É possível que a ausência dessas bênçãos em uma sociedade permeada pelo imaginário católico desestimulasse as mulheres a contrair novas núpcias.

De acordo com o que observamos, apenas 34 das mulheres viúvas cujos inventários estão no Juízo de Órfão, haviam contraído novas núpcias na capitania do Rio de Janeiro. Em média, elas tinham 2,23 filhos enquanto as viúvas que não se casaram novamente, 3,87. Mais de 2/3 das viúvas que se casaram novamente eram mães de pelo menos um filho menor de 10 anos, 5 delas não tinham nenhum filho e 3 não tinham nenhum filho com menos de 10 anos. (Gráfico 4.8)

⁵³² Ibid., p. 132.

⁵³³ Ver p. 81-83.

Gráfico 4.8: Viúvas com filhos de 10 anos ou menos que contraíram segundo matrimônio

Fonte: Inventários no Juízo de Órfãos e Ausentes, Juízo de Órfãos e Ausentes da 1ª Vara, Casa da Suplicação e Juízo de Fora, AN/RJ.

No que concerne ao grupo social a que pertenciam, observamos que pouco mais da metade das viúvas que casaram novamente e concluíram os inventários dos maridos mortos (16) pertenciam às faixas de riqueza de até 1:000\$000. Nenhuma delas tinha monte-mor maior que 100:000\$000, e 13 delas estavam entre as faixas com mais de 1:000\$000 e menos de 100:000\$000. (Tabela 4.7) As viúvas com título de Dona eram em número de 13; destas quatro tinham monte-mor menor de 1:000\$000, seis pertenciam às faixas de riqueza com mais de 1:000\$000 e menos de 100:000\$000 e três não concluíram o inventário dos falecidos maridos.

Tabela 4.7: Número de viúvas que casaram novamente por faixa de riqueza, Rio de Janeiro (1763-1808)

FR	Monte-mor
	N
Até 100\$00	1
100\$001 a 500\$000	8
500\$001 a 1:000\$000	7
1:000\$001 a 10:000\$000	7
10:000\$001 a 100:000\$000	6
+ 100:000\$000	0
Sem partilha	5
Total	34

Fonte: Inventários no Juízo de Órfãos e Ausentes, Juízo de Órfãos e Ausentes da 1ª Vara Casa da Suplicação e Juízo de Fora, AN/RJ.

Observamos que, com relação ao lugar de moradia identificado nos autos, das 34 viúvas que se casaram novamente, 14 moravam nas freguesias intramuros e cinco não foi possível determinar o local. As outras viúvas, 15 no total, residiam ou tinham propriedade, como chácaras e sítios, na fazenda da Lagoa de Rodrigo de Freitas, Catete e Andaraí, Paraibuna, Pendotiba e nas freguesias rurais de Nossa Senhora do Mundo de Guaratiba, de Nossa Senhora da Conceição do Alferes, Nossa Senhora do Pilar de Iguaçu, Santo Antônio de Jacutinga e São Gonçalo.

Com relação à posse de escravos, observamos que a maioria das viúvas que se casaram novamente tinha plantéis pequenos e médios, 12 e nove respectivamente. Entretanto as viúvas com grandes plantéis (2) tinham, sob sua autoridade, grande parte dos cativos, ou seja, possuíam escravarias com mais de 20 indivíduos. Logo, notamos que esse grupo também reproduz uma tendência de concentração de escravos em grandes plantéis. (Tabela 4.8)

Tabela 4.8: Número de viúvas que casaram novamente por faixa de tamanho de plantel, Rio de Janeiro (1763-1808)*

FTP	Escravos	Viúvas
	N	N
0	0	0
1-4	35	12
5-9	60	9
10-19	21	2
20-39	46	2
40 e +	99	2
Sem partilha	-	5
Arrematados	-	1
N/I	-	1
Total	261	34

*No momento da partilha do primeiro marido.
 Fonte: Inventários no Juízo de Órfãos e Ausentes, Juízo de Órfãos e Ausentes da 1ª Vara Casa da Suplicação e Juízo de Fora, AN/RJ.

Quatro viúvas que se casaram novamente possuíam escravarias com mais de vinte cativos. Eram elas: D. Ana Agostinha Xavier da Silva, viúva do Capitão

Sebastião Gil Vaz Lobo (21 escravos); Josefa Inácia, viúva de João Dias Machado (25 cativos); D. Maria de Sá Freitas, viúva do Capitão Joaquim da Silva Lisboa (40 escravos); Teresa Machado de Jesus, viúva de Antônio de Meneses (59 escravos).⁵³⁴

Em 14 de janeiro de 1807, falecia o Capitão Sebastião Gil Vaz Lobo, deixando viúva D. Ana Agostinha Luíza Xavier da Silva, com um filho de 5 anos e uma menina de dois.⁵³⁵ Além de negócios em Benguela,⁵³⁶ Sebastião Gil Vaz Lobo possuía muitos escravos, uma chácara na Gamboa e vários barcos na cidade do Rio de Janeiro. Em seu testamento, ele instituiu a esposa como tutora dos filhos e sua testamenteira. Natural de Paredes do Rio, termo da Vila de Monte Alegre, Arcebispado de Braga, Sebastião Gil Vaz Lobo declarava *ter uma sociedade na corveta Belém, ou Bela Africana, com Lourenço Joaquim de Souza em Benguela*,⁵³⁷ possuir o bergantim São Francisco de Paula Mato Grosso, ser proprietário da corveta Pérola do Norte e sócio no bergantim Vênus com José Coimbra e José Antônio de Sá.

Não sabemos ao certo a data do recasamento de D. Ana Agostinha, mas, em 1810, existem recibos assinados por seu segundo marido, Manoel Simões Batista. Em um recibo de 1815, ele já aparece descrito como responsável por ela, *por cabeça de sua mulher D. Agostinha Luíza Xavier da Silva*.

Em 1793, Ana Pais da Silva, *preta forra moradora nesta cidade na rua dos Latoeiros*⁵³⁸ *requerendo pela petição retro queria fazer inventário dos bens de seu casal que lhe haviam ficado por falecimento de seu finado marido, o Capitão Manoel Martins (...)*.⁵³⁹ O esposo havia morrido há três anos, e ela não deu prosseguimento ao inventário. A inventariante não soube precisar o dia nem o ano do falecimento, mas, depois do acontecido, ela já havia se casado mais duas vezes. O último marido, também capitão, Manoel Mendes da Conceição, foi quem deu continuação ao inventário depois que ela morreu, em 1796. Na partilha, feita em 14 de dezembro

⁵³⁴ Em 1779, Teresa Machado aparece descrita como viúva proprietária do Engenho do Portela na Relação do Marquês do Lavradio com 35 escravos e uma produção de 50 caixas de açúcar e 30 pipas de aguardente. Ver Relações parciais apresentadas ao Marquês do Lavradio. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Tomo LXXVI, Parte I, p. 319, 1915.

⁵³⁵ Ana Agostinha Luíza Xavier da Silva e Sebastião Gil Vaz Lobo, proc. 6980, cx. 611, gal. A, 1807, JOA AN/RJ, f. 3.

⁵³⁶ FERREIRA, Roquinaldo, *Cross-cultural exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of Slave Trade*. New York: Cambridge University Press, 2012. E-book Kindle, posição 2715.

⁵³⁷ Ana Agostinha Luíza Xavier da Silva e Sebastião Gil Vaz Lobo, proc. 6980, cx. 611, gal. A, 1807, JOA AN/RJ.

⁵³⁸ Atual rua Gonçalves Dias. COARACY, op. cit., p. 500.

⁵³⁹ Ana Pais da Silva e Manoel Martins, proc. 20, cx. 3633, 1793, JOA AN/RJ, f.5.

deste ano, constavam escravos, trastes de madeira⁵⁴⁰ e roupas, que somaram 388\$120. O único herdeiro era um filho natural do primeiro marido falecido, Desiderio, de 12 anos, cativo ao tempo da morte do pai. Segundo o tutor, o menino estava sendo prejudicado pela interrupção do inventário e por isso ele pediu o sequestro dos bens da viúva, o que a levou a reabrir o processo.

Clara de Souza Paixão não teve sorte com o segundo marido.⁵⁴¹ Em outubro de 1797, ela abriu inventário de Bernardo José Alves, seu primeiro cônjuge e pai de sua filha. Um mês antes, ele havia falecido, deixado Josefa com 7 anos e um testamento instituindo a esposa como sua testamenteira e tutora da menina. Por meio do documento, ficamos sabendo que Clara e Bernardo tiveram a filha quando ainda não eram casados, mas, logo depois, oficializaram a união, tornando-a legítima. Por ele, é informado a nós, também, que Bernardo era um reinol e irmão da Ordem Terceira de São Francisco. O testamenteiro confiava em sua mulher, pois abonava Clara de qualquer fiança que lhe fosse imposta para a tutoria.

Na avaliação dos bens, constavam várias moradas de casas, cinco escravos, móveis, roupas, peças de latão e cobre, prata, animais e miudezas da loja – que incluíam fitas de veludo, ligas para meias, botões, retrós de linhas, etc. O monte líquido ficou em 7:946\$379, retiradas as despesas com funeral e outros custos. A partilha foi feita em 1800, entretanto, um ano antes, o padraсто já aparecia como tutor da menor. No intervalo de dois anos, Clara de Souza Paixão já havia se casado pela segunda vez com José Joaquim Martins Seixas.

Com uma filha pequena, um segundo casamento ajudaria a viúva a prosseguir com sua vida. Clara tinha uma vantagem: um patrimônio considerável. Um novo matrimônio não apenas garantiria proteção para ela e para a filha, como também lhe proporcionaria ajuda na condução do negócio e na administração das casas. Contudo, ela não esperava ser abandonada pelo marido. Ela dizia que

se acha[va] com seus bens embargados pelo mesmo Seixas estando ele [o marido] ausente e andando fugitivo há mais de um ano, sem se saber por onde fosse despachado (...) [causando] prejuízos grandes ao casal, roubando-lhe os seus

⁵⁴⁰ Esses móveis de madeira de uso do casal eram duas mesas velhas quebradas sem valor, uma caixa velha da Bahia, um oratório pintado com 2 portas, uma imagem de Nossa Senhora do Rosário, uma caixa pequena velha, um pilão velho quebrado sem valor, seis tamboretes de pau, uma tábua que servia de cama e um catre de madeira branca.

⁵⁴¹ Clara de Souza Paixão e Bernardo José Alves, proc. 8684, mç. 455, 1797, JOA AN/RJ.

*bens, por causa razão (sic) se acha a suplicante passando as maiores misérias (...).*⁵⁴²

Com medo de que o segundo marido causasse mais danos à legítima da filha, ela fez um requerimento ao Juiz de Órfãos. Nele pedia o sequestro dos bens da menor, que estavam sob a tutela do padrasto, e prestava contas da mesma.⁵⁴³ Ambas moravam em uma casa na rua do Alecrim,⁵⁴⁴ que coubera na partilha à menina, e a inventariante recebia os aluguéis das casas que estavam locadas, pois, desde que o marido se ausentou, ela passou a administrá-las.

D. Joana Teresa da Silva teve mais sorte que Clara de Souza Paixão com seu segundo marido, José Pereira dos Santos Crasto, negociante da praça do Rio de Janeiro.⁵⁴⁵ Em 1795, quando a inventariante começou o inventário deste último, ainda não havia conseguido terminar o do primeiro, Pedro José Seabra, pois faltava acertar as contas de uma sociedade que este tinha de fazendas secas. O primeiro marido também havia sido homem de negócios, no Rio de Janeiro, e deixou um filho menor à época de seu falecimento, Antônio José Seabra. No dia 17 de janeiro de 1780, José Pereira dos Santos Crasto fez um requerimento ao Conselho Ultramarino, no qual pedia que fossem nomeados ministros para arbitrar a questão relativa aos negócios pendentes do primeiro esposo de D. Joana, questão esta que não se resolvera e da qual D. Joana dependia para dar partilha ao único herdeiro do casal:

Diz José Pereira dos Santos Crasto homem de negócio na cidade do Rio de Janeiro que casando com Joana Teresa da Silva, Viúva de Pedro José Seabra, também homem de negócio que foi na mesma Cidade, entrou o suplicante na administração do seu casal, e achou ter havido nele uma sociedade de várias fazendas remetidas desta Corte, sendo interessados nelas o dito Seabra, Luiz Gaspar de Almeida, e Manoel Pinheiro de Carvalho, assistentes na dita Cidade do Rio de Janeiro, e Antônio Lopes da Silva, falecido na dita Corte desta Cidade, e como um Filho herdeiro deste José Lopes da Silva passasse a Minas Gerais onde patrocinado de poder superior, violentamente fez que se lhe entregassem muitos créditos, e clarezas não só pertencentes à dita

⁵⁴² Clara de Souza Paixão e Bernardo José Alves, proc. 8684, mç. 455, 1797, JOA AN/RJ, f. 58.

⁵⁴³ Ibid., fls. 56-60.

⁵⁴⁴ A rua do Alecrim corresponde à parte superior da atual rua Buenos Aires. COARACY, op. cit. 488.

⁵⁴⁵ Joana Tereza da Silva e José Pereira dos Santos Castro, proc. 9093, mç 474, 1795, JOA AN/RJ. No interior do processo, há uma alternância do nome do inventariado entre a grafia “Castro” e “Crasto”.

*sociedade como a outras pessoas, que tudo parava em poder de Domingos Carvalho da Costa (...).*⁵⁴⁶

Não houve partilha aprovada pelo Juiz de Órfãos nem pelo Curador, apenas um acordo feito entre os cinco herdeiros do segundo matrimônio,⁵⁴⁷ provavelmente pelo fato de que as contas, sobre as quais José Pereira dos Santos Crasto pedia a intervenção do Conselho Ultramarino, não tiveram solução. O acordo estimava o monte-mor em 93:766\$049. Sabemos pelos autos que, do casamento com Crasto, ficaram, entre outros bens: metade de um engenho de açúcar em Campos dos Goytacazes (Guriri), cuja outra metade pertencia a Francisco da Rocha Teive; uma ilha também em Campos dos Goytacazes; mais de vinte escravos; uma chácara na Lagoa de Rodrigo de Freitas; moradas de casas de sobrado nas ruas Direita⁵⁴⁸ e de São Joaquim.⁵⁴⁹

D. Joana teve uma vida ativa depois da morte do segundo marido. Ela licitou⁵⁵⁰ sobre vários bens que faziam parte tanto do primeiro casamento quanto do segundo. A mais significativa delas foi a licitação que a viúva fez sobre a metade do engenho de Guriri. No requerimento feito, ao Juízo de Órfãos, ela justifica sua atitude, dizendo:

e porque semelhantes fábricas de Engenho não se devem dividir por não terem cômoda divisão, sem prejuízo dos interessados, por esta razão licita a suplicante sobre os bens constantes da mesma relação, um conto e noventa e três mil trezentos e cinquenta e sete réis, e estima e dá pela ametade

⁵⁴⁶ Requerimento do homem de negócios do Rio de Janeiro, José Pereira dos Santos Crasto, à rainha [D. Maria I], solicitando provisão que determine ao vice-rei do Rio de Janeiro, [Luís de Vasconcellos e Sousa], a nomeação de ministros idôneos para julgar as contas de uma sociedade de várias fazendas pertencentes ao falecido, Pedro José Seabra, marido de sua atual mulher, Joana Teresa da Silva, visto estar o suplicante interessado em administrar aquela sociedade, juntamente com Luís Gaspar de Almeida e Manoel Pinheiro de Carvalho, assistentes naquela cidade, e com José Lopes da Silva, residente em [Lisboa]. Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1780, cx. 112, doc. 9.260, 1780, AHU-RJ. No documento original a grafia do nome do requerente está escrita como “Crasto”.

⁵⁴⁷ D. Ana Clara do Sacramento, de 24 anos, casada com Custódio Moreira Lins; D. Maria da Graça Pereira, 14 anos, casada com Manoel Moreira Lins, irmão de Custódio; D. Tereza de Jesus Maria, com 12 anos na data de abertura do inventário; Francisco Pereira dos Santos Castro, 11 anos, e Joaquim Pereira dos Santos Castro, 8 anos. Na documentação original, o escrivão dos órfãos escreveu os nomes dos meninos menores dessa forma.

⁵⁴⁸ Atual rua Primeiro de Março. COARACY, op. cit., p. 519.

⁵⁴⁹ Existiam duas ruas que recebiam o nome de São Joaquim, uma a estreita de São Joaquim e a larga de São Joaquim, que com a reforma urbana de Pereira Passos deram origem à avenida Marechal Floriano. Não podemos precisar em qual destas se localizava a propriedade a que se faz alusão no inventário. COARACY, op. cit., p. 525.

⁵⁵⁰ A licitação era um expediente recorrente nos processos de inventário, pelo qual os herdeiros ofereciam uma quantia além do valor estipulado pelos avaliadores na avaliação de um bem pertencente ao patrimônio do casal para que este fosse adjudicado em sua parte. Veja mais informações no capítulo 6.

*dos nove Escravos fugidos trezentos mil réis tudo para efeito dos ditos bens lhe serem lançados no pagamento da sua meação (...).*⁵⁵¹

Algum tempo depois, a inventariante vendeu a metade do engenho de Campos para o sócio. Durante a tramitação do inventário, a viúva firmou sociedade “verbalmente” com o genro, Custódio Moreira Lins, casado com D. Ana Clara do Sacramento. Os negócios *tanto por mar como por terra, à exceção das consignações, que estas ficariam livres para ele dito Lins* tiveram início no mês de julho de 1796 e encerraram-se no dia 30 de novembro de 1804, abrangendo um capital de 47:209\$618. D. Joana também mandou reformar várias casas do casal

*cuja retificação e despesa por ordem de mim Inventariante a fez meu genro Custódio Moreira Lins, com os dinheiros que ia cobrando pertencente ao casal, e outra que lhe entreguei de que me passou clareza do seu recebimento (...).*⁵⁵²

Custódio Moreira Lins parece ter sido pessoa de confiança da família, especialmente da viúva. Durante oito anos (1796-1804) ele administrou os bens de D. Joana e, com o acordo firmado para sua divisão, os herdeiros e a inventariante concordaram em deixar as legítimas em poder dele pelo prazo de um ano, correndo juros, para depois tê-las de volta. Entretanto estipularam que, se algum deles precisasse da quantia, poderia resgatar os juros. Anos depois, entre os anos de 1810 e 1811, os herdeiros deram quitação das legítimas, ou seja, assinaram escrituras garantindo o recebimento delas.

Casar com homens que tinham a mesma atividade econômica do marido falecido parece ter sido também uma prática comum entre as viúvas. O inventário de D. Maria de Sá Freitas e de seu segundo marido foi aberto em 1796. Ela faleceu em 4 de janeiro de 1796, ficando o segundo marido por seu inventariante. Contudo, o capitão Joaquim da Silva Lisboa morreu dez meses depois, em outubro de 1796, deixando a filha, Joaquina Joana Rosa da Silva, como inventariante e testamenteira *com a autoridade de seu marido o Capitão Manoel Pinheiro Guimarães.*⁵⁵³

⁵⁵¹ Joana Tereza da Silva e José Pereira dos Santos Castro, proc. 9093, mç. 474, 1795, JOA AN/RJ.

⁵⁵² Idem.

⁵⁵³ Maria de Sá Freitas e Joaquim da Silva Lisboa e Joaquina Joana Rosa da Silva Lisboa, proc. 7128, mç. 1, 1796, JOA AN/RJ.

D. Maria de Sá Freitas era viúva do sargento-mor de ordenanças na Colônia do Sacramento e negociante da praça do Rio de Janeiro, João Borges de Freitas, morto em 1764. Dois anos depois, ela já aparece casada com o capitão Joaquim da Silva Lisboa, membro da nobreza da terra e vereador,⁵⁵⁴ quando fazem um requerimento ao Conselho Ultramarino para irem à corte. O objetivo do casal era ajudar a filha do primeiro matrimônio de D. Maria de Sá Freitas, que havia perdido o marido.⁵⁵⁵ No inventário da segunda união constavam bens em ouro e prata, roupas, móveis em jacarandá, objetos em cobre e latão, livros, louças, uma sege, animais, escravos e casas na cidade, uma chácara no Catete e outra no Andaraí.

Na chácara do Catete - situada em terras foreiras ao Senado da Câmara, na estrada que ia para Botafogo -, além das árvores frutíferas que incluíam um cacaeiro, havia 316 pés de café cultivados por escravos. Também existiam várias moradas de casas térreas e de sobrados alugados. No Andaraí, havia, além dos mais de 200 pés de café, 604 pés de laranjeiras, cajueiros, bananeiras, limoeiros, cabaceiras, um pé de tamarindo, animais, etc. Uma das casa de morada do Andaraí tinha um certo conforto: paredes de pedra e frontais de tijolo, varandas, cozinha, casa de banho ladrilhada, tanque com bica por onde corre água para banho, terreiro calçado na frente das casas com uma cascata no meio e muro de pedra. Na descrição dos avaliadores ainda aparece cocheira; duas senzalas; curral; estrebaria; tanque de pedra, tijolo e cal, e portão.

O monte-mor chegou a 80:100\$342, e as dívidas e as despesas a 4:754\$391, incluídos aí os funerais e os gastos com luto do casal inventariado. Não tivemos acesso ao inventário do primeiro marido de D. Maria de Sá Freitas, mas, provavelmente, uma parte do que o casal tinha, quando da morte dos cônjuges, deve ter sido herdada pela viúva do matrimônio com o sargento-mor.

Luíza Rosa do Espírito Santo casou-se com o sócio das duas vendas de seu falecido marido, Bernardo José de Andrade.⁵⁵⁶ O primeiro marido de Luíza havia morrido em abril de 1806 e já em julho de 1807, Joaquim Antônio da Costa, segundo esposo da viúva, assinava termo de tutor de Joaquim Bernardo, de 11 anos e filho de

⁵⁵⁴ CAVALCANTI, op. cit., posição 1300.

⁵⁵⁵ Requerimento do capitão Joaquim da Silva Lisboa e de sua mulher, Maria de Sá e Freitas ao rei [D. José], solicitando provisão de licença para regressar a Portugal, alegando que, por falecimento de seu genro, Manoel Antônio Pereira, o casal precisava amparar sua única filha, Maria Borges de Sá e Freitas, moradora na cidade de Lisboa. Rio de Janeiro, 10 de Julho de 1766, cx. 78, doc. 7.058, 1766, AHU-RJ.

⁵⁵⁶ Luíza Rosa do Espírito Santo e Bernardo José de Andrade, 1806, S/N, JOA AN/RJ.

Bernardo com sua primeira esposa, e de Demetildes, de dois anos, que teve com a inventariante. Além das vendas, uma na rua dos Ourives⁵⁵⁷ e outra na Praia, o casal possuía duas moradas de casas de sobrado e uma térrea; trastes de madeira; prata e ouro; oito escravos; uma mula com carroça, selas e roupas.

O monte somava 8:366\$950; descontadas as dívidas e despesas, ficava líquido 4:996\$246. No testamento, Bernardo havia deixado a esposa como tutora e testamenteira e esclarecia que todas as dívidas *minha mulher testamenteira não sabe digo testamenteira bem sabe delas pois se acham na minha gaveta todas declaradas todas por assento em um caderno (...)*. Até 1812, ano em que foi feita uma sobrepartilha, Luíza continuava casada com seu segundo marido, que declarava os rendimentos tidos pelo primeiro casal com os escravos e as casas alugadas.

De acordo com o que observamos, podemos sugerir que a presença de filhos menores de 10 anos aliada à existência de patrimônio – mesmo que fosse apenas o título honorífico de “Dona” – serviram como incentivadores na contração de segundas núpcias entre as mulheres viúvas que estudamos. Entre as que não tinham filhos menores e casaram novamente, a posse de bens parece tê-las ajudado a conseguir um segundo marido. Se, por um lado, a ausência de filhos menores de 10 anos facilitava um novo matrimônio, por outro, a existência deles, conjugada às dificuldades de criá-los, poderia impelir as mulheres a uma nova união. As alianças de mulheres de cabedal com homens do mesmo negócio do marido também não eram uma prática incomum.

O pequeno número de casos consultados não nos permitem ir muito além dessas considerações, entretanto nos sugerem que vários desses fatores conjugados incentivaram as mulheres viúvas a casarem novamente, mesmo que isso significasse a perda de independência conquistada com a viuvez.

⁵⁵⁷ A rua dos Ourives foi dividida em duas com a construção da Avenida Rio Branco (Avenida Central). O traçado original corresponde às atuais ruas Miguel Couto e Rodrigo Silva. COARACY, op. cit., p. 513-4.

Capítulo 5

Honrando o morto

*On donne à une femme un an pour pleurer
son mari, de peur qu'elle ne le pleure trop
long-temps; on n'en donne point au mari,
parce qu'il ne doit jamais pleurer.*
Sêneca,
Dictionnaire des arrêts...

Homens e mulheres devem cumprir períodos de luto diferentes. É o que nos afirma Sêneca na citação que abre o capítulo. O que o filósofo tenta nos dizer é que se faz necessário normatizar o tempo de luto para que a viúva não o tome por período insuficiente – geralmente, o ciclo de uma gestação –, nem se alongue por demasiado. Já com o homem não era preciso se preocupar, pois ele nunca deveria chorar, ou seja, guardar luto. O homem poderia contrair novo casamento rapidamente, sem o intervalo a que deveria se submeter a mulher; não havia perigo.

Mais do que apenas uma questão de gênero, o luto e o funeral eram signos de pertencimento a um grupo. Não apenas o gênero define as representações da morte, mas também a camada social da qual participava o casal.

Neste capítulo, pretendemos estudar os elementos do luto e do funeral, bem como de que maneira esses últimos eram a demonstração de uma nova participação social e a confirmação de uma posição já ocupada anteriormente.

5.1 O luto e o funeral

O falecimento do cônjuge ocasionava uma série de mudanças, que não se restringiam apenas a transformações na capacidade jurídica da viúva e dos filhos, mas estendia-se a todo um conjunto de modos de agir e portar-se em sociedade. Os principais signos dessa mudança davam-se por meio do luto e do funeral.

A morte, assim como o nascimento e o casamento, identifica-se com ritos de iniciação que envolvem uma *mudança radical de regime ontológico e estatuto social*.⁵⁵⁸ Porém, ela somente se realiza quando são cumpridas algumas etapas desses

⁵⁵⁸ ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 150.

ritos, entre os quais está o período de luto e o enterramento segundo o costume, materializados pela indumentária a ela associada e pelas cerimônias funerárias.⁵⁵⁹

O luto era um dos mais concretos sinais de mudança por que um grupo passava quando da morte de um de seus membros. Em nosso caso, o luto da viúva e dos familiares deveria simbolizar essa mudança de estatuto e diferenciar uns e outros perante a sociedade. Era sobretudo no vestir que se deveria enfatizar essa mudança. De acordo com Moraes e Silva, o luto significava o *vestido, que se traz por mostra de dor, quando morre alguma pessoa de nossa obrigação*.⁵⁶⁰ Era preciso mostrar a dor e a sua nova capacidade jurídica, o que representava também uma forma de respeito que os outros agentes sociais deveriam ter para com a viúva.⁵⁶¹

É no interior do universo cultural de valores e ideais reproduzidos por cada membro do grupo, tanto durante o luto quanto no funeral, que devem ser entendidas as manifestações dos ritos funerários.⁵⁶² Dessa forma, as práticas funerárias servem a dois propósitos. Em primeiro lugar, os funerais são representações idealizadas sobre o morto postas em prática por aqueles que ficaram, portanto é uma imagem que esses últimos faziam do morto.⁵⁶³ Em segundo, constitui-se por ser uma representação que os sobreviventes querem transmitir sobre o falecido, pela qual se procura legitimar a identidade social dos vivos⁵⁶⁴ e o pertencimento tanto do morto quanto dos vivos a um grupo. Dentro desse grupo, todos compartilham os mesmos significados dos ritos e reproduzem-nos sempre que um membro morre.⁵⁶⁵ Ocorre uma representação da estrutura social em que ele vivia, e há a necessidade da participação e da aprovação da comunidade nesse ritual.

O luto e o funeral são expressões concretas de uma nova capacidade jurídica da viúva; são, também, representações distintas e etapas a serem cumpridas pelos

⁵⁵⁹ ELIADE, op. cit., p. 151.

⁵⁶⁰ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789, p. 241.

⁵⁶¹ No Livro 5, Títulos 16 e 23 das Ordenações, especificava-se as punições para quem dormisse com mulher virgem e viúva honesta. ALMEIDA, Cândido Mendes de (ed.). *Ordenações Filipinas*. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870, p. 1165 e 1172-4.

⁵⁶² COHEN, Milton. *Death Ritual: Anthropological Perspectives*. In: PECORINO, Philip A. *Perspectives on Death and Dying*. 5th. Edition. 2002, PDF. Disponível em: http://www.qcc.cuny.edu/SocialSciences/ppecorino/DeathandDying_TEXT/table_of_contents.htm. Acesso em: 24 de maio de 2017.

⁵⁶³ PEARSON, Mike Parker. *The Archaeology of Death and Burial*. Texas: Texas A & M University Press, 1999, p. 4.

⁵⁶⁴ MENEZES, Rachel A. e GOMES, Edlaine de C. “Seu funeral, sua escolha”: rituais fúnebres na contemporaneidade. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 54, no. 1, p. 92, 2011.

⁵⁶⁵ MENEZES e GOMES, op. cit., p. 91.

familiares. As Ordenações Filipinas permitiam o luto de um ano, e havia roupas, adornos, cores – o preto e o roxo eram as mais comuns - e tecidos utilizados especificamente para aquele momento. No funeral, havia ações e objetos que deviam ser providenciados exclusivamente para o momento do enterro, imediatamente antes ou depois dele. Portanto havia códigos específicos incorporados pelos indivíduos que se aplicavam aos papéis desempenhados pelos habitantes da colônia portuguesa na América.

5.2 Os signos e os significados

De acordo com Philippe Ariès, em seu livro *O homem diante da morte*, o homem conviveu, desde a Idade Média até o século XVIII, com a morte de forma bastante próxima. O autor classificou esse tipo de comportamento como sendo o de uma “morte domesticada”,⁵⁶⁶ ou seja, *[p]arentes, amigos, irmãos de confrarias e vizinhos acompanhavam no quarto dos moribundos seus últimos momentos e, a partir do século V, os enterravam nas igrejas que frequentavam ou em cemitérios contíguos absolutamente integrados à vida da comunidade.*⁵⁶⁷

Apesar dessa proximidade, os homens tinham atitudes específicas diante das várias maneiras de se morrer: a morte domada, a morte repentina, a morte do santo e a boa morte. Essa variedade, entretanto, não excluía a necessidade do luto. Ariès descreve o luto de homens diante de seus companheiros e soldados, e o luto das senhoras da nobreza por seus marido mortos. Entre os homens, é singular o modo como estes se comportavam diante dos corpos inertes: *o luto dos sobreviventes era selvagem ou devia parecê-lo.*⁵⁶⁸ Assim:

*Quando “Rolando [La Chanson de Roland] vê que seu amigo [Oliveiros] está morto e que jaz com o rosto em terra” desmaia, “contra o seu peito ele o comprime, estreitamente abraçado”. Não pode se separar dele.*⁵⁶⁹

⁵⁶⁶ ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, v. I, 1990. Apud REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 73.

⁵⁶⁷ Idem.

⁵⁶⁸ ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, v. I, 1990, p. 153.

⁵⁶⁹ Idem.

Carlos Magno e o Rei Arthur têm a mesma reação diante dos corpos de soldados mortos no campo de batalha: gesticulam, desmaiam, esbravejam, lamentam as mortes. Em Roncesvales, Carlos Magno vê seu sobrinho morto sobre a relva verde e

“(...) Desce do cavalo e para lá corre”. Abraça o corpo, segura-o entre as duas mãos, “desfalece sobre ele, a tal ponto a angústia o oprime.” Alguns instantes depois, desmaia pela segunda vez. Voltando a si, entrega-se a grandes gesticulações de dor. Diante de todo o exército, diante de cem mil franceses (...) o imperador puxa com força as barbas brancas com as mãos, arranca os cabelos (...).⁵⁷⁰

Esse conjunto de gestos e lamentações, que podem nos parecer exagerados, era seguido pelo luto, que durava algumas horas, o tempo da vigília ou o período do enterro. Um mês seria o máximo de tempo reservado ao luto nos casos de grandes senhores e barões na Idade Média. Para Ariès, tais procedimentos parecem obedecer mais às circunstâncias que pediam a execução dessas obrigações habituais do que um rito fúnebre que deveria ser seguido. Segundo ele, esses atos procuram expressar sentimentos pessoais espontâneos que envolviam os indivíduos.⁵⁷¹ Talvez por isso a Igreja condenava a contratação de carpideiras - muito comuns na Antiguidade clássica – para chorar e lamentar o defunto.

Podemos atribuir essa mesma necessidade de se exteriorizar o sentimento de sofrimento pelos mortos aos signos de luto público, concretizados na maneira de se vestir e nos objetos a ele relacionados no período moderno. Era também uma forma de distinção social: a maneira como usar um vestido, a cor dele, os acessórios, tudo determinava a posição ocupada em uma sociedade hierarquicamente estruturada.

As mulheres que não desejavam seguir a vida religiosa, tais como Jeanne de Chantal ou Catherine de Montholon, deveriam se comportar como verdadeiras viúvas, e, como já vimos, os manuais de conduta procuravam orientá-las nesse sentido. É importante destacar aqui como os moralistas e os manuais, bem como as autoridades, tratavam o luto, elemento distintivo da viuvez. Símbolo público da viuvez, assumir o luto significava demonstrar física e materialmente o estado de viúva. Não apenas isso: entregar-se ao luto significava, sobretudo, honrar o morto e, por

⁵⁷⁰ ARIÈS, op. cit., p. 153-4.

⁵⁷¹ Ibid., p. 155.

consequinte, sua família. Havia regras específicas que determinavam como e durante quanto tempo homens e mulheres deveriam guardar o luto.⁵⁷²

Um dos símbolos característicos do luto na França do Antigo Regime era o *crêpe*.⁵⁷³ Para os homens, o *crêpe* era colocado, geralmente, no chapéu. Nas mulheres, o *crêpe* ornava o cabelo. Nicole Pellegrin, ao estudar as práticas do uso das vestimentas que representavam o luto, salienta a importância do *crêpe*:

*Inlassablement défini comme le textile dont s'orne la tête et des deuilants et des deuilantes, le crêpe devient cet ornement lui-même et, partie prise pour le tout, le symbole essentiel et autosuffisant de toute célébration funèbre. Véritable métonymie du deuil, il s'insère cependant dans un ensemble vestimentaire (...).*⁵⁷⁴

Outro tecido utilizado para simbolizar o luto era a lã. Era confeccionada para um *manteau*, combinando-se com as gravatas, que tinham em suas extremidades detalhes em cambraia branca.⁵⁷⁵ Os parentes do lado masculino, especialmente aqueles pertencentes às classes superiores da sociedade, usavam ainda uma peça

⁵⁷² Em Roma, a mulher estava impedida de contrair novas núpcias por dez meses após a morte do marido. Tal determinação explicava-se, durante o período clássico, pela necessidade de se proteger a legitimidade da prole, bem como demonstrar respeito ao marido morto. MCGINN, Thomas A. J. *Widows and patriarchy: ancient and modern*. London: Duckworth, 2008, p. 34-35. Ver também TAYLOR, Lou. *Mourning dress: a costume and social history*. London: Routledge, 1983; BEAUVALET-BOUTOUYRIE, Scarlett. *Être veuve sous l'Ancien Régime*. Paris: Belin, 2001.

⁵⁷³ O *crêpe* pode aparecer tanto enquanto tecido utilizado na confecção das roupas – geralmente em preto – quanto uma peça de vestuário usado como *écharpe* em negro. No *Dictionnaire Universel de Furetière* (1690) o verbete vem assim definido: *Crêpe. Étoffe claire, faite de soie crue et gommée, et torse sur le moulin. Le crêpe frisé se met sur les habits pour porter le grand deuil. Le crêpe lisse ou uni se porte pour témoigner un moindre deuil pour une personne plus éloignée: c'est celui dont la soie n'est pas si torse que l'autre, et qui fait l'étoffe plus douce que le crêpe crêpé. On appelle un crêpe plus spécifiquement, celui qui sert de cordon au chapeau. Le crêpe seul qu'on appelle autrement voile, est une étoffe d'une soie déliée et retorse, qui est plus claire que le crépon et la crapaidaille (...)*. Apud PELLEGRIN, Nicole. *Le sexe du crêpe*. In: PELLEGRIN, Nicole et WINN, Colette H. *Veufs, veuves et veuvage dans la France d'Ancien Régime: Actes du colloque de Poitiers, 11-12 juin, 1998*. Paris: Honoré Champion, 2003, p. 222.

⁵⁷⁴ PELLEGRIN, op. cit., p. 222.

⁵⁷⁵ Algumas rainhas se fizeram representar em seus momentos de luto vestidas de branco – o que era comum à realeza até o século XVI -, tais como Catarina de Médicis, Maria Stuart e Luísa de Lorraine. Ver François Clouet. *Catherine de Medicis en veuve*, por volta de 1560, Department of Prints and Photographs, Na 22 Rés., boîte 4, Vellum. Disponível em: <http://www.loc.gov/exhibits/bnf/bnf0004.html#obj83>. Acesso em: 17 de março de 2015; François Clouet. *Mary, Queen of Scots*, por volta de 1560-61. Disponível em: <http://www.royalcollection.org.uk/collection/403429/mary-queen-of-scots-1542-87>. Acesso em: 17 de março de 2015.

chamada *pleureuses, des retroussis de batiste blanche, bordés d'un ourlet très large*.⁵⁷⁶

Ainda havia outros signos que determinavam o estado de luto na França do Antigo Regime, como a *pointe de veuve*⁵⁷⁷ e, sob Luís XIII, o véu negro guarnecido com barbatanas de baleias, que formavam uma espécie de caixa cobrindo a cabeça. Tais elementos, para Thomas Lüttemberg, não significavam tão somente expressar o sentimento de luto, mas também o estatuto social, portanto, deveriam obedecer a determinadas regras.⁵⁷⁸ O preto e as cores escuras eram preferencialmente usadas para distinguir a viuvez. O uso da seda, no entanto, sofreu revezes com o tempo. Em 1561, um decreto real proibiu o uso de seda pelas viúvas. Determinou-se, entretanto, quem poderia vesti-la e como. Assim, passou a ser permitido aos cardeais o uso de qualquer tipo de seda, aos oficiais do reino algumas peças foram aceitas, sendo totalmente proibida aos artesãos, servidores e lacaios. O uso da seda, entretanto, foi admitido às viúvas nobres.⁵⁷⁹

Com o desenrolar da Reforma, reforçam-se atitudes muito semelhantes ao que propunha Juan Luís Vives e muitos outros moralistas católicos dos séculos XVI e XVII. Entre os protestantes, a preocupação em regular o luto pode ser traduzida pela fala de Lambert Daneau em seu *Traité de L'Estat honneste des Chrestien*, no qual o autor salienta o princípio calvinista de afastamento do luxo e aconselha as viúvas a trilharem o caminho da modéstia, o afastamento de tudo o que era supérfluo, procurando atingir uma simplicidade ainda mais restrita.⁵⁸⁰

No que diz respeito à duração do luto, as mulheres guardavam-no durante um período mais longo de tempo que os homens.⁵⁸¹ De acordo com as Ordenações Filipinas, o luto deveria durar um ano para as mulheres, mas aquelas viúvas que se casassem antes do prazo não deveriam ser punidas pelo ato: *As viúvas, que se casarem, antes de ser passado ano e dia depois da morte dos maridos, não sejam por isso infamadas, nem os que com elas casarem, nem lhes levem por isso penas*

⁵⁷⁶ LA LIBORLIÈRE, Louis-François-Marie Bellin de. *Vieux Souvenirs du Poitiers d'avant 1789 suivis de notices spéciales sur la Grande Gueule*. Poitiers: s/e, 1846, p. 57.

⁵⁷⁷ *Fichu triangulaire noir armé de laiton qui descendait très bas sur le front*. LÜTTEMBERG, Thomas. *La veuve était en soie: L'habit des veuves et la construction de l'État Moderne au XVI^e siècle*. In: PELLEGRIN et WINN, op. cit., p. 247.

⁵⁷⁸ LÜTTEMBERG, op. cit., p. 247.

⁵⁷⁹ *Ibid.*, p. 251.

⁵⁸⁰ DANEAU, Lambert. *Traité de L'Estat honneste des Chrestien en leur accoustrement*. Genève: J. de Laon, 1580. Apud LÜTTEMBERG, op. cit., p. 248.

⁵⁸¹ Pouco se sabe sobre o comportamento masculino diante do luto. São necessários estudos mais precisos a respeito do luto entre os homens.

*algumas de dinheiro.*⁵⁸² No capítulo 17 da Pragmática de 1749 se especificou quanto tempo de luto cabia a cada membro da família. Dever-se-ia guardar luto

*por Pessoas Reais, pela própria mulher, por pais, avós, e bisavós, por filhos, netos, e bisnetos se traga luto somente de seis meses; por sogro, ou sogra, genro, ou nora, e irmãos, e cunhados, quatro meses; por tios, sobrinhos, e primos coirmãos, dois meses; e não tome luto por outros parentes mais remotos, senão por quinze dias.*⁵⁸³

Na França, de modo geral, o luto da mulher durava um ano. As despesas com os aparatos de luto⁵⁸⁴ deveriam ser pagas pela herança do marido morto, assim como a mulher deveria ser mantida durante esse período pelos rendimentos do falecido. Era permitido à viúva permanecer na casa que pertenceu ao casal até o fim da divisão dos bens.⁵⁸⁵ Apesar de não negar que havia sinceras expressões de tristeza, Philippe Ariès argumenta que (...) *as despesas de luto eram consideradas necessidades sociais e não expressão pessoal de desgosto.*⁵⁸⁶ Por outro lado, as viúvas mais pobres não eram obrigadas a seguir as regras de conduta, que se destinavam, preferencialmente, às senhoras da nobreza.

Nas áreas de domínio luso, o cônego D. João de Nossa Senhora da Porta Siqueira foi um dos que se preocuparam em indicar como o indivíduo deveria se comportar durante ao luto. Em Portugal e no Brasil, várias foram as edições de seu livro, *Escola de Política ou tratado prático de civilidade portuguesa*. Já no prólogo, um típico tratado de civilidade,⁵⁸⁷ o autor pretendia instruir a mocidade nas [m]áximas da honra e probidade (...) em que se aprendam as regras da cortesia no modo

⁵⁸² *Ordenações*, Livro 4, Título 106, op. cit., p. 1015.

⁵⁸³ *Collecção das leys, decretos e alvarás, que compreende o feliz reinado del Rey fidelíssimo D. Jozé o I, nosso Senhor: Desde o anno de 1750 até o de 1760, e a Pragmatica do Senhor Rey D. João o V. do anno de 1749*. Tomo I, Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1771, p. 6.

⁵⁸⁴ Vestidos e véus. ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, v. II, 1990, p. 357.

⁵⁸⁵ AUGUSTIN, Jean-Marie. La protection juridique de la veuve sous l'Ancien Régime. In: PELLEGRIN et WINN, In: PELLEGRIN, Nicole et WINN, Colette H. *Veufs, veuves et veuvage dans la France d'Ancien Régime: Actes du colloque de Poitiers, 11-12 juin, 1998*. Paris: Honoré Champion, 2003, p. 25-45; DOLAN, Claire. L'an de deuil et remariage des veuves: loi et tradition au XVI^e en Provence. In: PELLEGRIN et WINN, op. cit., p. 47-70; POUMARÈDE, Jacques. Le droit des veuves sous l'Ancien Régime (XVII^e - XVIII^e siècles) ou comment gagner son douaire. In: HAASE-DUBOSC, Danielle et VIENNOT, Eliane. *Femmes et pouvoirs sous L'Ancien Régime*. Paris/ Marseille: Rivages, 1991, p. 64-76.

⁵⁸⁶ ARIÈS, v. II, op. cit., p. 357.

⁵⁸⁷ Sobre os tratados de civilidade ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Introdução*. In: ROQUETTE, J. I. *Código do Bom-Tom: ou Regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Português, tendo por base os tratados de autores europeus que se dedicaram ao tema. Um dos livros que mais influenciou Porta Siqueira foi a *Escola de bons costumes*, do francês Blancard que se preocupava com a educação moral dos súditos.⁵⁸⁸

A obra do cônego começa com um compêndio de doutrina cristã e as maneiras de orar nos locais públicos e privados.⁵⁸⁹ Em seguida, o autor discorre sobre a forma de se portar perante os superiores para, depois, instruir quanto aos tratamentos e as maneiras de conversar. Na sequência, descreve as partes do corpo, o modo de se fazer visitas e de se comportar ao passeio, à mesa, em reuniões, como se vestir e como usar as peças de roupa. Existem também instruções de como escrever cartas de acordo com a finalidade e a importância da pessoa a que se destinavam. O principal objetivo dessa obra mostra-se evidente pela abrangência dos temas tratados: a *Escola de Política* coloca-se em conformidade com os tratados de civilidade, muito comuns no Antigo Regime, que procuravam regular as regras de cortesia e educação religiosa, moldando o comportamento dos principais setores de uma sociedade hierarquicamente organizada.

Mais diretamente preocupado com o procedimento de homens e mulheres em sociedade, Porta Siqueira acreditava que o caminho para a civilidade passava pela obediência ao que convinha ser uma conduta herdeira da ilustração do século XVIII, sem jamais se esquecer dos preceitos cristãos. Ele indica, ainda, a maneira como se deveria agir em casos relacionados ao luto. O autor instrui o que fazer quando da visita às senhoras, os horários e os cumprimentos mais adequados a elas, tanto de felicitações quanto de pesares,⁵⁹⁰ a maneira de agir durante a visita de senhoras⁵⁹¹ e como se deveria portar a senhora que recebesse uma visita.⁵⁹² O tratado determinava

⁵⁸⁸ SIQUEIRA, D. João de Nossa Senhora da Porta. *Escola de Política ou tratado prático de civilidade portuguesa*. Pernambuco: Typografia de Santos e Companhia, 1845. Ver também FERREIRA, Antônio Gomes. Educação e Regras de convivência e de bom comportamento nos séculos XVIII e XIX. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 13, n. 29, p. 9-28, set/dez 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/28925/pdf>. Acesso em: 22 de março de 2015; para a educação das meninas ver ALGRANTI, Leila Mezan. Educação de meninas na América portuguesa: das instituições de reclusão à vida em sociedade (séculos XVIII e início do XIX). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 19, n. 2, p. 282-297, 2014. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/7190/4332>. Acesso em: 22 de março de 2015.

⁵⁸⁹ A primeira edição encontrada na Biblioteca Nacional de Portugal data de 1786, e a que tivemos acesso foi publicada em 1845. Esse exemplar, ao qual fazemos referência aqui, está disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

⁵⁹⁰ SIQUEIRA, op. cit., p. 109.

⁵⁹¹ Ibid., p. 110.

⁵⁹² Ibid., p. 111-2.

também como se comportar à mesa e o que vestir. Nos casos de o conviva estar guardando luto, Porta Siquera alertava que

*Toda pessoa, que for convidada para algum festejo, ou banquete de cerimônia, deve apresentar-se cheio de agrado, e alegria, de sorte que até o mesmo vestido o dê a conhecer. O costume dos Cortesãos é este: Se estão de luto pesado, o aliviam indo de vestido preto com fivelas, e espadim branco, e sem fumo no chapéu, se estão de luto aliviado, o vestido deve ser de seda preta, ou veludo, conforme a estação, e os cabos brancos.*⁵⁹³

O autor prossegue especificando, no capítulo XI, como um indivíduo de posição inferior deveria dar os pêsames a uma senhora de condição superior:

*Minha Senhora, a honra, que V. Excelência me tem sempre feito de me olhar como um criado particular desta casa, me anima a vir certificar a V. Excelência com todo o respeito, o pesar, que me acompanha nesta ocasião.*⁵⁹⁴

O cônego não deixou de instruir seus leitores quanto ao modo de expressar o sentimento de pesar entre iguais: *Eu tomo tanta parte na dor de V. Senhoria, que não posso deixar de vir misturar minhas lágrimas às de V. Senhoria.*⁵⁹⁵

É interessante notar como Porta Siqueira procurava verbalizar, nas palavras empregadas no texto e, sobretudo, nos pronomes de tratamento, estatutos presentes na sociedade do Antigo Regime. No primeiro caso citado acima - quando indica como prestar condolências a um superior - o vocábulo *criado* é utilizado como indicação de condição inferior e subserviência. O cônego faz uso, também, do axiônimo *Vossa Excelência* como forma cortês de expressar condolências a uma senhora. Outro fato digno de nota é a preocupação do tratadista em instruir seu público para o procedimento em relação às viúvas, mas não aos viúvos. No segundo exemplo, o cônego utiliza *Vossa Senhoria*, indicando proximidade da pessoa a quem se pretende dirigir. O emprego do verbo “misturar” e da frase “*Eu tomo tanta parte na dor de V. Senhoria*” reforçam ainda mais indícios de um sentimento de pesar entre pares. As palavras e expressões que Porta Siqueira utiliza procuram não apenas instruir quanto

⁵⁹³ SIQUEIRA, op. cit., p. 130.

⁵⁹⁴ Ibid., p. 162.

⁵⁹⁵ Idem.

às maneiras de tratar, mas manter diferenças que ele acreditava serem inerentes à sociedade em que vivia.

O uso adequado das maneiras de se vestir e de escrever cartas aos súditos de luto também foram alvo das preocupações do cônego. As regras de civilidade e cortesia deveriam, entretanto, conformar-se às leis do Reino. Na *Escola Política*, o autor reporta-se, principalmente, à Pragmática de 1749,⁵⁹⁶ segundo a qual a população era orientada a se vestir segundo seu estatuto socioeconômico e estado matrimonial. O tratadista aconselhava o recato e a simplicidade às viúvas mais do que às outras mulheres.

*As mulheres também se devem conformar às leis, e regular os vestidos e enfeites, Segundo seu estado, qualidade, condição, e principalmente segundo as máximas, e regras da modéstia. Às Senhoras ilustres, e distintas se permite maior liberdade aos vestidos, enfeites, e toucados que às pessoas plebeias, e inferiores: às donzelas mais que às casadas, e a estas muito mais que às viúvas.*⁵⁹⁷

Bastante preciso, o autor detalha como deveria se vestir o cortesão. Se o luto fosse pesado, era praxe usar casaca, calções e vestia de lemiste, ou crepe, de acordo com a estação do tempo. A seda era vedada nestes momentos. Também convinha portar espadim, fivelas pretas, e fumo nos chapéus.⁵⁹⁸ Porta Siqueira, citando o capítulo XVII da Pragmática, dispõe quanto ao período de luto adequado em caso de morte de diferentes membros da família ou da realeza:

*Sendo justo atalhar as despesas que se tem introduzido na morte dos Príncipes, e dos parentes, ordeno que em nenhum caso se dê luto aos familiares, nem ainda de escada acima; e que por Pessoas Reais, pela própria mulher, por pais, avós, e bisavós, por filhos, netos, e bisnetos se traga luto somente seis meses: por sogro, ou sogra, genro, ou nora, e irmãos, e cunhados, quatro meses: por tios, sobrinhos, e primos coirmão, dois meses: e não se tome luto por outros parentes mais remotos, senão por quinze dias.*⁵⁹⁹

⁵⁹⁶ A Pragmática de 1749 procurava regular questões de costume, nomeadamente aquelas concernentes à vestimenta, móveis, presentes de casamento e usos em geral.

⁵⁹⁷ SIQUEIRA, op. cit., p. 169.

⁵⁹⁸ Idem p. 181.

⁵⁹⁹ *Pragmatica*, op. cit., p. 6; SIQUEIRA, op. cit., p. 181.

O cônego acrescenta, porém, que tal disposição não era de todo rigorosa, podendo ser reduzido à metade o período de luto ou mesmo aliviado: *já então se podem trazer casacas de cor com forros, e abotoaduras pretas, e os cabos brancos (que vem a ser fivelas e espadim branco), e levantar o fumo mais para dentro do chapéu.*⁶⁰⁰

A Pragmática ainda delibera questões concernentes aos enterramentos e costumes do luto no interior das casas. Ficavam interditos a seda, a ornamentação de ouro ou prata nos tecidos, bem como o uso de cores, à exceção do funeral de inocentes:

*E por quanto até nos caixões dos mortos tem a vaidade achado modo de introduzir-se ordeno que não possa neles pôr-se coisa que não seja negra, nem possa usar-se de tecido algum de seda e muito menos coisas de prata, ou de ouro fino ou falso, nem gravação dourada, e só permito se cubram de nobreza, ou tafetá lizo de cor, alegre (sem contudo levarem galões de sorte alguma ou gravação dourada) os caixões em que forem a enterrar os inocentes.*⁶⁰¹

Era proibido também cobrir-se os móveis com panos negros ou mandar fazer peças de mobília negras, tão pouco carruagens coloridas ou de tecido negro.⁶⁰² A Pragmática determinava, até mesmo, como deveria ser colocado o caixão na igreja e quais eram os acessórios permitidos:⁶⁰³

*Não será lícito cobrir de luto as paredes, ou bancos das Igrejas, onde se fizer o enterro, ou Ofício, mas somente o pavimento em que se puser o féretro, o qual se assentará sobre tarima de um só degrau, e ao redor dele não arderão além dos castiçais postos a Cruz, mais que seis tochas.*⁶⁰⁴

As regras às quais se deveriam conformar os vassalos - especialmente os moços civilizados aos quais Porta Siqueira endereçava seus conselhos – estendiam-se às maneiras de tratar quando da necessidade de se compor os escritos nos enterros e as

⁶⁰⁰ SIQUEIRA, op. cit., p. 181.

⁶⁰¹ Pragmatica, op. cit., p. 6.

⁶⁰² Proíbo fazerem-se por ocasião de luto móveis de casa negros, nem carruagens forradas desta cor, ou cobertas de pano negro. Os Armadores, e outros obreiros, que fizerem alguma das cousas proibidas neste Capitulo, incorrerão nas penas acima cominadas no Capitulo XII [além do perdimento (sic) da obra, pagará pela primeira transgressão cinquenta mil reis, e será preso por seis meses; e pela segunda pagará dobrado, e ficará preso até ir em degredo por cinco anos para Angola, ou se for Estrangeiro; para fora dos meus Domínios para sempre]. Pragmatica, op. cit., p. 7.

⁶⁰³ Não se conformavam a estas determinações os funerais das dignidades.

⁶⁰⁴ Pragmatica, op. cit., p. 7.

cartas.⁶⁰⁵ Veículo de comunicação por excelência no Antigo Regime, as missivas deveriam obedecer a padrões específicos de cada momento. O tratadista preocupou-se em demonstrar como escrever cartas de congratulação, agradecimento, parabéns, solicitação de algum favor, negócios e pêsames. Trataremos aqui desta última, que nos interessa diretamente. Essas cartas pertencem ao grupo das cartas de consolação e deveriam ser escritas demonstrando-se sentimentos de tristeza e pesar. Para aqueles que receberam uma dessas, também havia uma maneira específica de confeccionar o agradecimento pela estima com que foi tratado e pela lembrança:

*As de Pêsames pertencem aqui [na categoria das Cartas de Consolação], e se tecem quase da mesma sorte. 1. Contaremos a grandeza da nossa dor, e pesar. 2. As Razões de o sentirmos, onde se pode fazer elogio ao morto. 3. Daremos algum forte motivo de consolação, deduzido das suas virtudes, da bondade de Deus, dos seus Decretos, das misérias, e doenças, que sofria, &c. 4. Finalmente pediremos se conforme a vontade do Criador. 5. Para responder a estas cartas de Pêsames, &c. Agradecemos o obséquio, e pesar, que nos seguram, e mostram. Exaltaremos o afeto, o cuidado, a estimação de quem nos escreve; e de que nos não fazemos indignos. Confessaremos, que a sua carta nos serviu de alívio pelos motivos de consolação, que nos expõe.*⁶⁰⁶

Tendo a Pragmática de 1749 e autores europeus como parâmetro, o tratadista indicava, aos moços fidalgos, regras de civilidade e transmitia determinações legais da Coroa quanto ao luto. Em função das várias edições que teve, a *Escola Política* parece ter cumprido com seu objetivo: atingir os membros da elite, tanto da corte quanto da colônia e do império brasileiros.

Assim, com o que vimos até agora, o tempo de luto demonstra ser um período a que as viúvas deveriam se submeter não apenas para honrar o morto e exteriorizar a tristeza pela ausência do marido, mas também um período de transição obrigatório para se empreenderem ajustes legais necessários à nova condição da mulher. Para Nicole Pellegrin, o luto serviu como forma de determinar e proteger a viúva que o vestia, nomeadamente em função do duplo estatuto que a mulher tinha durante o

⁶⁰⁵ *Costumam ser em meia folha de papel ao alto, dizendo v. g. Ao Ilustre Senhor N. etc. que foi Deus servido levar para si a N. que espera a honra da sua assistência. Vão abertos para a mesma terra.* SIQUEIRA, op. cit., p. 191.

⁶⁰⁶ SIQUEIRA, op. cit., p. 215-6.

Antigo Regime: impedida de agir durante o casamento ou antes dele, ela adquire liberdade jurídica depois da morte do marido. Soma-se a esse fato o perigo que essas mulheres, experientes por já conhecerem os homens, representavam para a sociedade em geral. Portanto exacerba-se a necessidade de identificá-la e controlá-la num período em que ela assume responsabilidade sobre si e sobre os herdeiros.⁶⁰⁷

O luto e o funeral devem ser entendidos como dois elementos distintos na composição da imagem da viuvez no Antigo Regime, todavia complementares e, em dado momento, sobrepostos. O luto dizia respeito a uma série de signos que viúva e familiares – aqui incluídos agregados e escravos – deveriam vestir ou portar para diferenciá-los dos demais indivíduos solteiros ou casados. Esses signos materializavam-se nas roupas e nos adereços usados, sobretudo, por meio da cor e do material empregados na sua confecção.

O luto poderia estender-se por um tempo, aquele que o costume e as leis o determinassem, mas não tinham um espaço específico. A dor e a nova capacidade jurídica da viúva deveriam ser vistos e identificados por qualquer pessoa e em qualquer lugar.

O funeral, entretanto, ocorria em um espaço e tempo delimitados sem deixar de ter seus próprios signos, que variavam segundo o grupo ao qual pertencia o morto. Havia normas a seguir, tanto no que dizia respeito ao que deveria ser usado antes quanto durante o enterramento do falecido. Quando não existia um testamento, seguia-se o que sociedade e família acreditavam ser adequado para a cerimônia.

Nos casos de defuntos que deixavam testamento, este servia para determinar como o testamenteiro gostaria que fosse seu funeral. As despesas com o funeral dependiam dos recursos do inventário e da vontade expressa pelo defunto nesse instrumento. Porém, basicamente, diziam respeito aos gastos com missas, esmolas e enterro do corpo pago à Santa Casa de Misericórdia.⁶⁰⁸ Algumas vezes, o defunto era envolto em um hábito de uma irmandade ou santo, mas, geralmente, esse desejo vinha expresso em testamento. Nos funerais mais sofisticados, uma série de outras demandas eram cumpridas, tais como: o número de missas, acompanhamento do corpo, esmolas a serem distribuídas a várias pessoas ou instituições, tipo de hábito a

⁶⁰⁷ PELLEGRIN, op. cit., p. 239 e 245.

⁶⁰⁸ O privilégio de conduzir o corpo até o local do enterro e recolher esmola para a tumba foi concedido à Santa Casa de Misericórdia de Lisboa em 1593. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos and Philanthropists: The Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1968, p. 212-3.

ser amortalhado o corpo, música, toque dos sinos, cera e objetos para a armação dos ofícios⁶⁰⁹ na casa do morto e na Igreja. Ao término do rito funerário cessavam as obrigações com o destino do corpo, mas permanecia a necessidade de honrar o morto por um determinado tempo - guardando o luto - e cumprir com as verbas testamentárias estipuladas no testamento. Nessa nova, fase poderiam estar incluídas várias capelas de missas dedicadas às almas de parentes, escravos e ao próprio morto.

Tanto o luto quanto o funeral, seus signos e significados inserem-se em um conjunto de valores sócio culturais e em uma conjuntura econômica que os delimitam e os determinam. Em uma sociedade como a colonial, em que o ter não bastava, mas aparentar ser significava muito, o luto e o funeral exerciam um papel importante de diferenciação social. Assim sendo, pelos sinais externados pelo luto e pelo funeral, seria possível identificar o pertencimento a determinados grupos sociais.

Dividimos nossa análise dos inventários no que diz respeito a questões relativas ao luto e ao funeral em três grupos. O primeiro deles comporta as pessoas com monte-mor de até 1:000\$000, os quais muitas vezes se referiam a si próprios como “pobres” ou cujas despesas excediam os bens e os rendimentos. Nesse grupo, os gastos com o luto e o funeral não superavam os 100\$000. O segundo estava em posição intermediária, entre o grupo dos “pobres” e a elite colonial. Era geralmente formado por agricultores, mestres de ofício e pequenos comerciantes. Nesse grupo, as despesas com luto e funeral geralmente ultrapassavam os 100\$000, porém raramente quantias acima de 200\$000. Por fim, observaremos o comportamento de membros da elite colonial, que se definiam como de “qualidade”, tinham monte-mor acima de 10:000\$000 e despendiam mais de 200\$000 com as últimas homenagens ao morto e o luto. No último grupo estão grandes comerciantes do varejo e do atacado, grandes proprietários de terra, profissionais especializados, músicos ou oficiais de alta patente das companhias de ordenança – “qualidades” que muitas vezes se conjugavam em uma única pessoa.

5.3 A (des)importância do defunto

Claramente se observa, nos inventários, como as práticas do luto e do funeral diferenciavam as diversas camadas sociais no interior da América lusa. Em nossa

⁶⁰⁹ A armação dos ofícios incluía a instalação de tocheiros, cavalete para suportar o caixão, tapeçarias para ornamentar portas, galerias, paredes, etc., e sua instalação cabia ao armador.

análise para a capitania do Rio de Janeiro, percebemos que os gastos com o luto e o funeral dos maridos falecidos variavam de acordo com as possibilidades econômicas de cada uma, mas, sobretudo, de acordo com o que as viúvas acreditavam ser preciso fazer para delimitar o seu pertencimento a determinado estrato social. Muitas não poupavam recursos para demonstrar a importância do defunto e se diferenciar dos demais.

Os valores consumidos com o luto e o funeral variavam entre aqueles em que não houve gasto algum, os que cobriram apenas o necessário e os mais elaborados ritos e práticas mortuárias. Nas fileiras das camadas mais desprovidas, encontramos Angélica Maria de Santo Antônio fazendo o inventário de seu marido, Manoel José Serpa, em 1797. Do monte-mor de 459\$055, constavam apenas algumas peças de prata, roupas, trastes de madeira e cinco escravos (404\$800). Na descrição dos custos com o luto que teve consigo e com os quatro filhos menores, a viúva relatou um gasto de 19\$200; já para o funeral, a despesa com hábito, missas e “pretos para levar o corpo” chegou a 16\$040.⁶¹⁰ Angélica Maria, portanto, declarou gastos que chegaram a pouco mais de 10% do monte.

Já no inventário de Vasco Francisco Coutinho, sua viúva, Francisca Rosa Gouveia, não relata gastos com o luto.⁶¹¹ O marido a deixara com 3 filhos em 1802: Vicente Ferreira, de 6 anos, Francisco, com 3, e Florêncio, de apenas 1 ano de vida. Freguesa em São João de Icarai, moradora na localidade chamada Pendotiba, Francisca apresentou bens para avaliação cujo total chegou a 436\$960.⁶¹² O funeral do marido foi simples, a viúva despendeu com sepultura (2\$000), caixão (4\$000), hábito e 10 missas de corpo presente (8\$000) 14\$000. Pelo recibo que a viúva exibiu, assinado pelo guardião do Convento de Santo Antônio, sabemos que seu casal era considerado “pobre”, pois *em atenção à pobreza do falecido* foi cobrado apenas 4\$000 pelo hábito com que foi amortilhado o corpo do defunto.

Sebastiana Rodrigues de Oliveira havia ficado viúva de Agostinho de Almeida em 1791.⁶¹³ Dois anos depois, morava na rua da Senhora da Lampadosa⁶¹⁴ quando

⁶¹⁰ Angelica Maria de Santo Antônio e Manoel José de Serpa, proc. 8985, mç. 470, 1797, JOA AN/RJ.

⁶¹¹ Francisca Rosa Gouveia e Vasco Francisco Coutinho, proc. 18, cx. 3639, 1802, JOA AN/RJ.

⁶¹² Nas avaliações originais de 1802, são descritos os seguintes bens: uma morada de casas de pau a pique coberta de sapé, alguns móveis, 5 quartéis de café, 1 quartel de mandioca e os escravos Manoel Congo, Maria Angola, Maria Crioula e Luciana Crioula. O inventário foi interrompido e retomado apenas em 1807 quando foi incluído um cavalo a ser partilhado. Nessa data, a viúva já havia se casado novamente, e o filho mais novo estava morto. Francisca Rosa Gouveia e Vasco Francisco Coutinho, op. cit.

⁶¹³ Sebastiana Rodrigues de Oliveira e Agostinho de Almeida, proc. 9050, mç. 473, 1793, JOA AN/RJ.

iniciou o inventário. Dos dez filhos que o casal teve, quatro faleceram depois do início do inventário, e uma das filhas se casou, Rosa. Nas declarações que deu, Sebastiana Rodrigues esclarece que a receita de 364\$415 excedia as despesas que teve com a manutenção dela e dos filhos, cujo valor apresentado era de 532\$015, portanto a viúva alegava que, do casal, não havia rendimentos, apenas gastos.

O patrimônio que restava se resumia a poucos bens. Um capote do falecido foi dado em pagamento a um dos credores do casal, e o filho Marcelino tinha em seu poder uma banca de lapidário, uma capa e um mocho. O único escravo do espólio era Leandro, de 35 anos, com princípios de lapidário. Valia pouco, 60\$000, pois tinha um defeito na mão e era dado a fugir para a freguesia de Jacarepaguá, onde o capitão do mato fora buscá-lo por três vezes.

As benfeitorias de um sítio em Inhaúma, uma “negrinha”, um cavalo, um tacho e um par de fivelas foram vendidos para pagar as despesas da família, bem como as despesas com o luto e o funeral. No luto, o valor de 46\$380 incluía a compra de fazendas para o luto, tais como o droguete preto,⁶¹⁵ o feitiço das roupas, assim como meias de sarja e chapéu para um dos filhos. Já com o funeral, a viúva gastou 21\$130 entre pano para mortalha, missas de corpo presente, encomendação, vela e cova. Ela e a família eram reconhecidas como pobres, pois para casar a filha Rosa, Sebastiana precisou pedir algumas esmolas. Coube ao cura Antônio Rodrigues de Miranda fornecer-lhe um atestado de pobreza, no qual ele assegurava que Sebastiana era *viúva honesta e muito pobre sem bens alguns*.⁶¹⁶

Havia ainda aqueles inventários em que a falta de recursos impediu que se cumprissem preceitos mínimos no momento da morte. D. Joaquina Rosa Xavier Lisboa, viúva do mestre de campo do Terço de Auxiliares de Infantaria da Vila de Paraty, Joaquim José Lisboa, não guardou luto após a morte do marido. Não houve gastos com o funeral também: *Quanto ao funeral com o falecido não se gastou coisa alguma pois foi enterrado o falecido; pelo Amor de Deus*.⁶¹⁷ Os bens descritos se limitavam a algumas peças de prata, roupas e um escravo por nome André Crioulo,

⁶¹⁴ Hoje rua Luís de Camões. COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1955, p. 503.

⁶¹⁵ Droguete era um *tecido ordinário de lã, seda e algodão ou somente de algodão*. COSTA, Manoela P. da. Glossário de termos têxteis e afins. **Revista da Faculdade de Letras**. Porto, I Série, v. III, p. 145, 2004. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4088.pdf>. Acesso em: 2 de agosto de 2016.

⁶¹⁶ Sebastiana Rodrigues de Oliveira e Agostinho de Almeida, proc. 9050, mç. 473, 1793, JOA AN/RJ.

⁶¹⁷ Joaquina Rosa Xavier Lisboa e Joaquim José Lisboa, proc. 2864, cx. 1693, gal. A, 1794, JOA AN/RJ.

cuja avaliação foi de 35\$000. As dívidas com os credores somavam 690\$680, o que provavelmente levou a viúva a assinar termo de abstenção de herança a benefício de inventário em 5 de junho de 1794, trinta dias após o início do inventário.⁶¹⁸

Em situação melhor estava D. Teresa de Jesus Meneses. O casal de Teresa e João do Rego Baldaia⁶¹⁹ tinha um sítio em Inhaúma com benfeitorias,⁶²⁰ e a viúva morava no Largo de São Domingos. Ela prestou as últimas homenagens a seu marido, segundo o que lhe parecia ser conveniente, cumprindo com o necessário para o luto e o funeral.

As despesas de 25\$680 com o luto incluíam: 14 côvados⁶²¹ de droguete, 14 côvados de durante, 2 e 1/2 côvados de tafetá, 2 lenços pretos, retrós de linha, 4 côvados de chita roxa, 3 côvados de fita preta, 1/2 vara⁶²² de cassa⁶²³ para forros, brincos pretos, 1 vara de ruão⁶²⁴ e feitiço das vestes. No funeral, os gastos foram com encomendação do corpo, cera, esmolos e 50 missas de corpo presente incluídos nas despesas pagas pelo inventário. Foram mandadas rezar mais 120 missas de esmolos, cujo valor foi retirado da terça, conforme estipulado em testamento. Descontados o funeral, as dívidas e as despesas (92\$390), o monte líquido a ser repartido foi de 2:026\$700.

O pagamento de algumas despesas arroladas no inventário, entretanto, não foram atendidas pelo Juiz de Órfãos. Uma delas foi com a ama de leite que cuidava da filha Maria *por ter a inventariante a obrigação de amamentar a sua filha e não mostrar impedimento que tivesse para o fazer*.⁶²⁵ Também não foi restituído à inventariante o valor que ela pagou a seu pai por uma “negrinha” que ele comprou, pois o negócio não havia sido autorizado pelo juízo.⁶²⁶ A autorização deveria ter sido pedida ao Juízo de Órfãos, pois, como o processo corria nesse Juízo e cabia ao Juiz

⁶¹⁸ Joaquina Rosa Xavier Lisboa e Joaquim José Lisboa, proc. 2864, cx. 1693, gal. A, 1794, JOA AN/RJ, f. 8v.

⁶¹⁹ Teresa de Jesus de Meneses e João do Rego Baldaia, proc. 8634, mç. 451, JOA AN/RJ, 1807.

⁶²⁰ Laranjeiras, cajueiros, café, jambo, limoeiros, mandioca e cana plantadas, roda de ralar mandioca e forno.

⁶²¹ Um côvado corresponde a 0,61 cm. RODRIGUES, F. Contreiras. *Traços da Economia Social e Política do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935.

⁶²² 1 vara corresponde a 1,1 m. RODRIGUES, op. cit.

⁶²³ Cassa era um tecido muito fino e transparente de algodão ou linho. COSTA, op. cit., p. 142.

⁶²⁴ Ruão era *um pano de linho tosado e por vezes, tingido, que servia para forrar vestidos. Tecido proveniente de Rouen*. COSTA, op. cit., p. 156.

⁶²⁵ Teresa de Jesus de Meneses e João do Rego Baldaia, op. cit., f. 15v. Pelas Ordenações Filipinas, as mães deveriam amamentar os filhos (*cria-los de leite*) até os três anos de idade e mantê-los, caso não houvesse bens da legítima, até *a idade que possa passar a soldo*. *Ordenações*, Livro 4, Título 94, op. cit., p. 989.

⁶²⁶ Teresa de Jesus de Meneses e João do Rego Baldaia, op. cit.

zelar pelos interesses dos órfãos menores, tanto ele quanto o Curador precisariam ter sido informados sobre a transação.

As viúvas inventariantes deveriam fornecer, ainda, documentos que comprovassem os gastos que tiveram. Assim, toda a despesa com a manutenção dos filhos, com o luto ou funeral precisavam ter recibos do pagamento ou da conta feita com algum comerciante. No inventário de João Fernandes, aberto em outubro de 1803,⁶²⁷ sua viúva, Teodora Francisca da Conceição, não teve os gastos com luto pagos pelo inventário, pois não apresentou documentos comprobatórios da dívida, bem como não foi restituída pelo gasto com missas durante o funeral.⁶²⁸

Nas declarações do inventariante José Pinto de Castro, segundo marido de Teodora, em novembro de 1804, ele relacionou as custas da viúva com o luto dela, dos filhos⁶²⁹ e de uma escrava: 43\$650. A viúva havia comprado peças de droguete preto para ela e para os filhos, chita roxa e ruão para ela, brincos e lenços pretos para ela e para as meninas, olanda⁶³⁰ para forro das roupas das crianças e linhas. Porém, no momento da partilha, essas despesas não foram contempladas, bem como as 20 missas de corpo presente que foram relacionadas nos custos do funeral, por não ter, o falecido, deixado testamento no qual se especificasse sua vontade nem terem sido fornecidos documentos comprovando os gastos.

O casal de Teodora e João Fernandes tinha uma loja de fazendas secas e negócios em Angola. Depois da morte do marido, Teodora, já casada pela segunda vez, havia comprado um sítio na Gávea, em terras foreiras ao Visconde de Asseca, com o que ganhara com os jornais dos escravos e de “outros miúdos.” No auto de partilha de 1807, entrou no monte os bens seguintes: peças de ouro e prata, armação da loja, fazendas secas, quatro escravos, roupas, um relógio, cobres e mais bens, dinheiro de contado (500\$000) e o sítio. Tudo somado e descontadas as dívidas e as despesas (265\$975), rendeu líquido 1:186\$665. Coube a cada um dos quatro órfãos herdeiros a legítima de 148\$333, sendo-lhes adjudicado um escravo e uma parte no sítio. Apenas a herdeira menor recebeu, além desses bens, uma parte em dinheiro para

⁶²⁷ O inventário foi iniciado em 1803, mas foi interrompido depois de 1804 e retomado em 1807, após o sequestro dos bens do casal do falecido. Teodora Francisca da Conceição e João Fernandes, proc. 17, cx. 3.640, 1803, JOA AN/RJ.

⁶²⁸ Idem.

⁶²⁹ Maria Luiza (11 anos), João Fernandes (10 anos), Cândida (6 anos) e Francisca (4 anos).

⁶³⁰ Holanda ou olanda era um tecido *de linho muito fino e fechado ou tapado, que se fabrica na Holanda. Havia holandas finas, ordinárias, grossas, frisadas, riscadas, largas e por vezes, produzidas com seda*. COSTA, op. cit., p. 149.

completar a legítima. O inventariante e a mulher, viúva de João Fernandes, ficaram com o restante do patrimônio: as fazendas secas e a armação da loja, ouro e prata, roupas, cobres, relógio e dinheiro.

Apesar do monte-mor ser modesto, o casal de Teodora Francisca e João Fernandes desfrutava de certo privilégio, o privilégio da cor, pois ambos eram de “qualidade”.⁶³¹ Sabemos disso porque um dos genros de Teodora relata, em uma justificação apresentada ao Juiz de Órfãos, não ter impedimento para o matrimônio com uma das herdeiras, porque eram iguais. Maria Luíza da Conceição, uma das filhas do defunto, casou-se sem autorização do Juiz de Órfãos, o que não poderia ter acontecido uma vez que ela era menor de idade e órfã. O marido de Maria Luíza argumentava, no entanto, que *o suplicante e sua mulher ambos são pessoas brancas e por isso iguais em qualidade* não havendo impedimento para o matrimônio.⁶³² Antônio de Souza Marques, continua sua justificação dizendo que *é senhor e possuidor de uma loja do ofício de caldeireiro que continuada (sic) muito labora com escravos próprios e por isso os seus interesses cada vez vão em mais aumento e que a dita sua mulher teve de legítima paterna no Inventário daquele falecido seu Pai a quantia de cento e quarenta e oito mil trezentos e trinta e três réis, no que se mostra ter feito a mesma sua mulher um vantajoso casamento (...)*.⁶³³

O monte líquido e o privilégio da cor/qualidade colocava o casal de Teodora e João Fernandes um degrau acima na escala social do que Angélica Maria de Santo Antônio, Francisca Rosa Gouveia e Joaquina Rosa Xavier poderiam desejar, porém ainda muito abaixo de D. Catarina Maria da Conceição Amorim, de Joana Vieira e D. Maria de Sá Freitas, por exemplo.

D. Catarina Maria da Conceição Amorim ficou viúva do Brigadeiro Antônio Joaquim de Velasco Amorim em junho de 1806.⁶³⁴ O funeral e o sepultamento do falecido marido de D. Catarina foi feito de acordo com o que era

⁶³¹ Sobre o conceito de “qualidade” ligada à cor, ver PAIVA, Eduardo França. Escravo e mestiço: do que estamos falando? In: PAIVA, Eduardo F.; CHAVES, Manuel F. Fernández; GARCÍA, Rafael M. Pérez (orgs.). *De que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos – escravidão e mestiçagem*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, p. 57- 81. Sobre a ideia de “calidad” na América espanhola consultar McCAA, Robert. Calidad, Clase, and Marriage in Colonial Mexico: The case of Parral, 1788-90. *Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 64, n. 3, p. 477-501, 1984. Sobre a discussão do conceito de qualidade e cor nas Américas portuguesa e hispânica ver RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 207-239.

⁶³² Teodora Francisca da Conceição e João Fernandes, proc. 17, cx. 3640, 1803, JOA AN/RJ.

⁶³³ Idem.

⁶³⁴ Catarina Maria da Conceição Amorim e Antônio Joaquim de Velasco Amorim, proc. 2231, cx. 1113, gal. A, 1806, JOA AN/RJ.

“indispensavelmente” necessário, pois seu marido deveria ser sepultado segundo sua graduação, que exigia o *acompanhamento militar* com a assistência das *pessoas principais*.⁶³⁵

No funeral, vemos que a inventariante não poupou recursos, pois ao fim, os recibos apresentados por ela, excederam o valor de 400\$000. Entre as despesas necessárias declaradas pela viúva estavam: fazenda para cobrir o caixão; armador do caixão em casa e na igreja, tocha e seus trabalhos; archote; vestimenta do marido, cera em casa e na Igreja; pagamentos ao vigário pela missa de sétimo dia, ao sacristão-mor da freguesia de São José por tocar o sino e ofício; urna e tocheiro; coadjutor da Sé pela encomendação na Igreja de Santa Ana onde foi sepultado; música; missas de corpo presente e missas em casa nos últimos dias de vida do defunto.⁶³⁶ Comparando-se os gastos do funeral com o monte-mor do inventário, aquele não chegava a 4% deste último, porém despesas como essa eram raras.

O funeral do boticário Manoel Rodrigues Batalha foi menos dispendioso.⁶³⁷ Sua viúva, porém, gastou mais dinheiro com seu luto e da família do que D. Catarina Maria da Conceição Amorim. Miguel Rodrigues Batalha destacou-se como boticário na cidade do Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XVIII e amealhou seu patrimônio durante pouco mais de trinta anos que serviu à Coroa portuguesa como “Boticário de Sua Majestade”.⁶³⁸

Desde 1735, relatava o governador Gomes Freire de Andrade em uma provisão, que o boticário vinha fornecendo *os medicamentos que foram precisos para os socorros da Colônia [do] Rio Grande de S. Pedro, Ilha de Santa Caterina e para todas as Fragatas que estiveram no Rio da Prata, como também para as Naus da*

⁶³⁵ Catarina Maria da Conceição Amorim e Antônio Joaquim de Velasco Amorim, proc. 2231, cx. 1113, gal. A, 1806, JOA AN/RJ, f. 19v.

⁶³⁶ Ibid., p. 18v e 19.

⁶³⁷ Joana Vieira e Miguel Rodrigues Batalha, proc. 9843, cx. 594, 1771, JOA AN/RJ. Os autos do processo estão bastante danificados por buracos e falta de pedaços nas folhas.

⁶³⁸ A profissão de boticário era regulada desde o século XVI pelo *Regimento do Físico-mor do reino* (1521). Por ele, todos os boticários deveriam ser examinados pelo Físico-mor antes de serem autorizados a exercer a profissão. Em 1744, D. João V tornou obrigatório que o Físico-mor na América portuguesa examinasse os boticários, seus diplomas, os preços dos medicamentos, os pesos e as balanças que deveriam estar de acordo com os regulamentos dos concelhos, bem como se os medicamentos estavam sendo produzidos de acordo com a arte de curar. Não sabemos qual a formação de Miguel Rodrigues Batalha, mas ele sem dúvida desfrutava de uma posição privilegiada na colônia. ABREU, Laurinda. A organização e regulação das profissões médicas no Portugal moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados. In: *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2010, p. 97-122; SERRANO, Eduardo. Évolution et histoire de la pharmacie au Portugal. *Révue d'histoire de la pharmacie*, Paris, 84e année, n. 312, p. 227-233, 1996.

*Índia que vieram arribadas a este Porto (...).*⁶³⁹ Em virtude de ser um dos melhores boticários da cidade e de sempre ter prestado os serviços com presteza, o Governador concedeu a Miguel Rodrigues Batalha, em 1742, provisão para ser Boticário de Sua Majestade com todos os benefícios que lhe eram cabidos. Seis anos depois, Miguel Rodrigues Batalha requisitava ao Conselho Ultramarino que fosse confirmada sua mercê de fornecedor de *todas as boticas necessárias para os Domínio do Sul e das naus de guerra.*⁶⁴⁰

Em 1771, o monte-mor descrito no inventário do boticário era de mais de vinte e seis contos de reis. Do patrimônio, constava uma botica na cidade do Rio de Janeiro, outra no continente de São Pedro, uma chácara em Mata Porcos,⁶⁴¹ roupas, móveis, vários sobrados na cidade e mais de vinte escravos. Por tudo isso, vemos que a inventariante não podia deixar de cumprir com o que fosse preciso para enterrar o falecido marido de acordo com sua posição na sociedade. Joana Vieira declarou que havia despendido 306\$319 com o funeral, sendo o luto responsável pela quantia de 215\$044. Esse valor, contudo, era maior do que o que foi descontado na partilha com o luto e o funeral (284\$210). O motivo é que o Curador contestou os gastos que ela havia feito:

*Deve declarar a inventariante se nos 306\$319 que dispendeu com os lutos, como diz à f. 72 vão incluídos os lutos unicamente destinados para si, e para os herdeiros seus filhos, ou se também compreendem os dos escravos, e mais domésticos e familiares de casa: e a entrarem estes segundos, que declare, e faça separação das parcelas, que foram despendidas consigo e mais herdeiros e das que se fizeram as [] dos demais familiares de casa, cuja declaração há de ser feita debaixo de juramento.*⁶⁴²

⁶³⁹ Portaria pela qual se mandou passar a Miguel Rodrigues Batalha provisão de confirmação da que lhe passou o Governador do Rio de Janeiro, de Boticário de S. Majestade, para naquela Praça dar todos os medicamentos precisos para os socorros da Colônia do Rio Grande de S. Pedro e Ilha de Santa Catharina e para togas as fragatas reais. Rio de Janeiro, 31 de março de 1742, cx. 59, doc. 13.940, 1742, AHU-RJ.

⁶⁴⁰ Portaria pela qual se mandou passar a Miguel Rodrigues Batalha, provisão de confirmação da que lhe passou o governador do Rio de Janeiro, de Boticário de S. Majestade, para naquela Praça dar todos os medicamentos precisos para os socorros da Colônia do Rio de Grande de S. Pedro e Ilha de Santa Catarina e para todas as fragatas reais. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1748, cx. 59, doc. 13.944, 1748, AHU-RJ.

⁶⁴¹ O local chamado de Mata Porcos ficava na região do atual bairro do Estácio. COARACY, op. cit., p. 508.

⁶⁴² Joana Vieira e Miguel Rodrigues Batalha, proc. 9843, cx. 594, 1771, JOA AN/RJ.

Na primeira conta apresentada pela viúva, estavam incluídas as despesas com o luto da inventariante e herdeiros do casal que estavam em sua companhia, bem como as despesas do luto dos escravos. De acordo com a inventariante, ela havia comprado, para o luto dos escravos, peças de baeta preta e fumo.

O Curador decidiu que *deve-se unicamente imputar ao monte 245\$744 que lhe despenderam com os lutos dos herdeiros, e dela inventariante, como o declara à folha 122v, e os 60\$575 - despendidos com os domésticos, e familiares de casa não de ser da meação da Inventariante por ser expressamente proibido pela Lei e Pragmática do Cap. 17 dar lutos aos familiares de casa nem ainda os de escada acima.*⁶⁴³ A Pragmática de 1749 proibia se despende qualquer quantia que fosse com o luto dos familiares de escada acima.⁶⁴⁴ Segundo o Curador de Órfãos, isso incluía os escravos, portanto não podia ser pago pelo inventário, mas deveria ser imputado à meação da inventariante.

No início do século XIX, porém, não se deu muita importância aos gastos de luto com escravos. As despesas que Catarina Maria de Jesus fez para o luto de dois escravos não foram contestadas pelo Curador no inventário de seu marido, Francisco Ferreira Moreira.⁶⁴⁵ As despesas com o luto “de sua casa” (30\$790) foram incluídas no valor que o casal devia a Bernardo José da Costa. Na lista que o credor forneceu dos produtos vendidos, constava: chita preta, ruão, “paninho” preto, fumo preto, belbute preto,⁶⁴⁶ “pano” para vestido do menino, olanda, droguete preto e baeta preta.⁶⁴⁷ Os dois escravos do casal foram vestidos com peças de baeta e de ruão.

De imediato, não é possível entender quais motivos levaram as autoridades a aceitar o luto em um caso e não aceitar em outro. Entretanto devemos olhar para ambos no contexto em que aconteceram. Esses dois casos indicam-nos momentos muito peculiares na História da colonização. Nos anos seguintes à Pragmática de 1749, lei à qual faz referência o Curador, vemos um esforço contínuo da Coroa em regular o direito sucessório, tanto para garantir equidade quanto para evitar excessos.

O inventário de Miguel Rodrigues Batalha ocorreu em um período de intensa atividade legislativa na metrópole. Sob a autoridade do Marquês de Pombal, foram

⁶⁴³ Joana Vieira e Miguel Rodrigues Batalha, op. cit.

⁶⁴⁴ *Pragmatica*, op. cit., p. 5.

⁶⁴⁵ Catarina Maria de Jesus e Francisco Ferreira Moreira, proc. 6452, mç. 365, 1808, JOA AN/RJ.

⁶⁴⁶ Tecido de algodão, grosso e pesado, com textura aveludada. *Michaelis - Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa on-line*. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=belbute>. Acesso em: 31 de maio de 2017.

⁶⁴⁷ *Baeta - Tecido de lã, grosseiro e felpudo. Tecido grosso de algodão*. COSTA, op. cit., p. 139.

promulgadas as Leis Novíssimas, cujo principal objetivo era coibir abusos, racionalizar o aparato administrativo e legislativo. Foi imerso nesse ambiente que Joana Vieira ficou viúva, apenas dois anos após a promulgação da Lei da Boa Razão, pela qual se procurava regular a aplicação do direito sob bases racionais e ilustradas. Já no inventário de Francisco Ferreira Moreira, que teve início em 1808, não houve oposição do Curador quanto ao luto dos escravos – que, em 1771, estavam incluídos entre os “doméstico” segundo o Curador.

Já o inventário de Francisco Ferreira ocorreu em um período de mudanças políticas e melhora na economia, em que as normas ditadas pela Pragmática pareciam distantes. A ambiguidade na aceitação dos gastos nesses dois momentos pode ser creditada às práticas escravistas na colônia. Para Iris Kantor, a aplicação das leis anti-suntuárias era de difícil efetivação, principalmente quando se tratava de questões ligadas aos cativos. Segundo a autora, essa dificuldade era consequência [d]as especificidades e contradições próprias do universo escravista colonial, o que tornava as restrições quanto à vestimenta dos escravos raramente exequíveis.⁶⁴⁸ Poderíamos estender ao luto dos cativos essa argumentação da historiadora e acrescentar que, no início do século XIX, as autoridades judiciárias não viam problema em se incluírem os gastos com o luto dos escravos nas despesas com luto da casa. O que nos parece ser adequado é observarmos que os inventários ocorreram em dois momentos distintos. O primeiro mais rígido e preocupado com o cumprimento da lei; o segundo, no entanto, menos rigoroso em relação à proibição do uso de vestimentas e adornos ou com o luto.

No que diz respeito aos gastos com o funeral e o luto, não parece que houve qualquer comedimento de algumas viúvas das elites fluminenses⁶⁴⁹ em restringir esses gastos nos momentos finais de vida dos seus finados maridos. D. Joana Teresa do Espírito Santo, viúva do Capitão José Ribeiro de Araújo, comerciante de molhados⁶⁵⁰

⁶⁴⁸ KANTOR, Íris. Os Ramires de outras eras em outros espaços: breves comentários sobre as formas de apropriação do ethos nobiliárquico na América portuguesa... **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 2, p. 38, nov. 2002.

⁶⁴⁹ Refiro-me aqui aos comerciantes que dominavam os negócios de venda a retalho e os comerciantes de grosso trato de que Fragoso trata em FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. Sobre os comerciantes no Rio de Janeiro ver também LOBO, Eulalia Maria L. *História do Rio de Janeiro: do Capital comercial ao capital Industrial e Financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978; SAMPAIO. Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

⁶⁵⁰ Escritura de distrate de sociedade em um comércio que fazem o Capitão José Ribeiro de Araújo e Antonio José Coelho Roriz – armazém de molhados, feita em 10/1/1795 por trato particular, sita na

na Praia do Peixe,⁶⁵¹ mandou rezar mais de mil missas de sufrágio pela alma do defunto, pelas almas de vários parentes e pelas almas do purgatório.⁶⁵² No seu testamento, o comerciante, natural do Porto, além de instituir a esposa como testamenteira e tutora dos filhos, determinou que fossem cumpridas várias de suas últimas vontades. Como inventariante, a viúva ficou responsável pela administração de um monte-mor de 50:620\$718, que incluía um terreno com arvoredos e casas na Ilha do Catalão,⁶⁵³ trastes de madeira, ouro, prata, cobres, barcos, louça, 24 escravos, casas na cidade e sítio.⁶⁵⁴

Entre os gastos com o funeral, que superaram os 400\$000, além das missas, foram arrolados: um hábito franciscano para amortilhar o corpo; a armação das urnas; esmola da tumba, do caixão e dos pobres pago à Santa Casa; esmola aos órfãos do Colégio de São Joaquim que acompanharam o corpo; pagamento ao andador da Ordem Terceira pelo seu trabalho e esmolas dos presos da cadeia. Todos esses gastos constavam das disposições testamentárias que deveriam ser cobertas pela terça do falecido. Caso não houvesse recursos suficientes ou documentos comprobatórios, os Partidores não autorizavam que fossem retiradas do inventário essas despesas.

O casal de D. Escolástica Antunes de Menezes e do capitão Florentino de Aragão Espanha tinha monte-mor menor que o de D. Joana Teresa, porém a viúva não deixou de cumprir com as últimas homenagens ao morto.⁶⁵⁵ Também não pertenciam ao grupo de negociantes do qual D. Joana Teresa e o capitão José Ribeiro de Araújo participavam. No entanto, certamente desfrutavam de um certo prestígio social, pois, segundo Lino de Almeida Cardoso, Florentino de Aragão Espanha era músico profissional e membro da Irmandade da Gloriosa Virgem e Mártir Santa Cecília, que protegia e profissionalizava os músicos ao final do século XVIII. Essa mesma confraria estabelecia regras para o exercício da atividade musical, no Compromisso

praia do Peixe. Obs: Distratam a sociedade sem que se proceda balanço ou averiguação alguma, dando o outorgado Roriz ao outorgante a quantia de 802\$400. Tudo continua pertencendo ao outorgado. 4º ON, 112, AN, 20 de julho de 1795, f. 12. Banco de Dados da Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara (1635-1770). Disponível em: <http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=11076>. Acesso em: 31 de março de 2016.

⁶⁵¹ A Praia do Peixe se estendia desde o Largo do Paço até o início da Alfândega, onde hoje começa a Rua da Alfândega. Havia ali o Mercado do Peixe. Ver GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, p. 32-34.

⁶⁵² Joana Tereza do Espírito Santo e José Ribeiro de Araújo, proc. 8.399, mç. 434, 1798, JOA AN/RJ, f. 28.

⁶⁵³ Ilha localizada entre a Ilha do Governador e o continente. GERSON, op. cit., p. 371.

⁶⁵⁴ Joana Tereza do Espírito Santo e José Ribeiro de Araújo, op. cit.

⁶⁵⁵ Antunes de Menezes e Florentino de Aragão Espanha, proc. 8.888, mç. 466, 1808, JOA AN/RJ.

Estatutário da Irmandade de 3 de julho de 1784. Florentino de Aragão Espanha estava entre as pessoas que o assinaram.⁶⁵⁶

A terça, no entanto, não foi suficiente para cobrir a verba destinada aos sufrágios de última vontade. Algumas dívidas também não foram cobertas pelo inventário, pois os recursos destinados à terça não foram suficientes. As despesas incluíam a forração e armação da casa; uma *urna rica em casa para depositar o corpo*; aluguel de seis tocheiros, urna na igreja e cortinas; urna e pano com seu cavalo na Sé; feitiço de forrar caixão; sinal e dobra de sinos na Igreja de São José; cera e 10 missas de corpo presente de esmola na Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte. O luto foi um dos mais caros que encontramos, foram gastos 118\$290 em fazendas.

No inventário do casal de Maria de Sá Freitas e Joaquim da Silva Lisboa, em 1796, as despesas com os funerais de ambos foram superiores a todos que tivemos acesso durante a pesquisa. D. Maria de Sá Freitas morreu em janeiro; seu segundo marido e inventariante, Joaquim da Silva Lisboa, despendeu com seu funeral 444\$090 para cumprir com suas últimas obrigações.⁶⁵⁷ Em outubro do mesmo ano, o inventariante também faleceu. D. Joaquina Joana Rosa da Silva, filha e testamenteira de seu pai, assumiu o inventário do casal e gastou 737\$080 com o funeral. D. Maria de Sá Freitas era viúva do sargento-mor de ordenança da Colônia do Sacramento e negociante da praça do Rio de Janeiro, João Borges de Freitas, morto em 1764. Dois anos depois, D. Maria de Sá Freitas já estava casada com o capitão Joaquim da Silva Lisboa, que aparecia no Almanaque do Rio de Janeiro de 1792 como negociante de atacado da mesma praça.⁶⁵⁸

Na descrição das despesas apresentadas pelo inventariante e testamenteiro capitão Manoel Pinheiro Guimarães, marido de D. Joaquina Joana, que havia falecido em fevereiro de 1797, estavam incluídos: acompanhamento do corpo, hábito e sete missas pagos à Irmandade do Carmo (19\$360); esmola dada aos meninos órfãos (6\$400); à Santa Casa de Misericórdia (12\$800);⁶⁵⁹ música (89\$600); armação e três

⁶⁵⁶ CARDOSO, Lino de Almeida. *O som social: música, poder e sociedade no Brasil: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Edição do autor, 2011, E-book Kindle, posição 2598.

⁶⁵⁷ Maria de Sá Freitas e Joaquina Joana Rosa da Silva Lisboa, proc. 7.128, mc. 1, 1796, JOA AN/RJ, f. 110v.

⁶⁵⁸ NUNES, Antonio Duarte. Almanaque da cidade do Rio de Janeiro 1792. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 266, p. 208, jan-mar 1965.

⁶⁵⁹ Provavelmente pago pela tumba à Santa Casa de Misericórdia.

urnas (38\$800); caixão (8\$000); fazenda com que se cobriu o caixão (28\$440); cera (206\$720); esmolas aos pobres (64\$000); ofício na Igreja da Candelária e 50 missas de corpo presente (93\$080); vários carros (\$600); esmola aos pobres e presos (3\$840); um par de botões de marroquim (2\$400);⁶⁶⁰ andador do Carmo e ofícios (51\$200) e missas em diversas igrejas da cidade (111\$840). Não houve referência aos gastos com o luto, talvez uma indicação de que não era usual o homem guardar luto pesado, pois – como já dissemos – D. Maria de Sá Freitas morreu antes do segundo marido.

Observamos, pelas informações acima que havia uma grande variação entre aquilo que se acreditava ser conveniente despendar para enterrar e honrar a alma do morto. Depois das exigências interpostas a cada sexo pelos papéis de gênero, o principal determinante dessa “conveniência” era, sem dúvida, a riqueza. Havia uma gradação de gastos, dos mais simples aos mais elaborados feitos com os funerais e o luto.

Gastar pouco ou muito era, portanto, uma forma de pertencimento e de diferenciação social que as pessoas externavam de acordo com o gênero e de acordo com sua inserção social. As viúvas, das camadas mais desprovidas da sociedade, restringiam os custos do luto e do funeral ao mínimo necessário: tecidos apropriados ao luto, tais como droguete, para a família; um hábito simples para enterrar o morto; a tumba, e número reduzido de missas. Galgando alguns degraus acima, chegamos a um grupo que se dava a alguns luxos: peças de droguete, chita, ruão e tafetá eram usados na confecção das vestimentas; lenços; fumo; fitas, e brincos ornavam os familiares. Nessa camada da sociedade, as missas já ultrapassavam as dezenas, a tumba e o hábito eram mais caros.

No topo da escala social, a família e os escravos dividiam o luto. Os tecidos e adornos serviam, também, para distinguir os papéis dentro do domicílio. Encontramos a baeta e o ruão pretos como sendo tecidos empregados nas roupas para os escravos. Não significando, entretanto, que os familiares do morto não os pudessem usar, porém eram menos comuns. Observamos, que os tecidos mais finos, eram geralmente empregados nas roupas dos senhores. No entanto, a principal diferenciação entre as outras camadas sociais e as elites, dava-se na hora do funeral. No momento das

⁶⁶⁰ Pele de cabra, ou bode, assim chamado por vir do Marrocos, ou de outras partes de Berberia. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino, aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, v. 5, 1728, p. 344.

últimas homenagens e do enterro, as elites lançavam mão de vários elementos diferenciadores: as missas multiplicavam-se em vários locais da cidade; na casa do morto e na igreja os ritos eram guarnecidos de armações, tochas, tecidos e cera; as esmolas eram dadas a diversas instituições que, às vezes, acompanhavam o corpo até a missa de corpo presente ou até a tumba; pagava-se pelo toque dos sinos e pela música na igreja. O preto era a cor, por excelência, que se via nesses momentos.

A peça chave dentro desse mecanismo de transmissão de valores era a mulher. Era ela quem organizava o funeral e cumpria as disposições testamentárias quando testamenteira do marido. Como inventariante, a esposa tinha sob sua responsabilidade o patrimônio do casal até ser dividido e, quando viúva, ela carregava a honra do marido morto guardando o luto da forma apropriada para representar o que foi um dia o seu casal. Por tudo isso, acreditamos que a viúva era um elemento essencial na transmissão dos ideais do grupo ao qual pertencia.

Capítulo 6

Viver entre homens

A historiografia já apontou que as mulheres tiveram papel de destaque na sociedade colonial.⁶⁶¹ Nas nações europeias do Antigo Regime ou na colônias inglesas, solteiras e viúvas participavam das atividades econômicas cotidianas e da administração dos domicílios.⁶⁶² As viúvas, porém, desfrutavam de uma posição menos sujeita à intervenção de parentes do sexo masculino nas suas vidas do que as mulheres solteiras.⁶⁶³ Sua condição jurídica garantia-lhes certa “independência”, contudo não se deve esquecer da constante vigilância que tanto a família quanto a comunidade em que viviam exerciam sobre elas.⁶⁶⁴

É importante ressaltar que alguns fatores devem ser levados em conta ao analisarmos a participação dessas mulheres na América lusa. Um deles é a posição que ocupavam na sociedade: o pertencimento às camadas baixa, média ou alta da sociedade do Antigo Regime conferia-lhes privilégios e participação diferentes nesse período. A existência de filhos, o número de herdeiros legítimos sobreviventes, o monte-mor e líquido, a posse de escravos são alguns outros elementos que influenciavam a inserção da mulher viúva na economia e sociedade coloniais.⁶⁶⁵

⁶⁶¹ Estudos de autoras como Maria Odila Leite da Silva Dias, Mary del Priore, Eni de Mesquita Samara contribuíram para se questionar estereótipos da mulher no período colonial. Para maiores informações consultar DEL PRIORE, Mary M. *Ao sul do corpo*. 2ª. ed. São Paulo: Ed. da Unesp. 2009; _____. *Mulheres de açúcar: vida cotidiana de senhoras de engenho e trabalhadoras da cana no Rio de Janeiro, entre a Colônia e o Império. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto, a. 169, n. 438, p. 57-90, jan./mar. 2008; DIAS, Maria Odila L. da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. 2ª. ed, São Paulo: Brasiliense, 1995; SAMARA, Eni de Mesquita. *Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. História*, São Paulo, v. 12, p. 49-61, 1993.

⁶⁶² HUFTON, Olwen. *Women without men: widows and spinsters in Britain and France in the Eighteenth Century*. In: BREMMER, Jan N. and VAN DEN BOSCH, Lourens P. *Between poverty and the pyre: moments in the history of widowhood*. London: Routledge, 1995, p. 122-151; CONGER, Vivian Bruce. *The widows' might: widowhood and gender in early British America*. New York / London: New York University Press, 2009.

⁶⁶³ CASHMERE, John. *Sisters together: women without men in seventeenth-century French village culture. Journal of Family History*, Cambridge, v. 21, n. 1, jan. 1996, p. 44-62.

⁶⁶⁴ Também se deve mencionar aqui que, algumas vezes, elas contavam com a ajuda de uma figura masculina para as auxiliarem na administração dos bens, da casa e da educação dos filhos. Encontramos em nossa documentação casos em que um parente ou o “futuro” segundo marido aparecem ajudando as viúvas em assuntos os mais diversos.

⁶⁶⁵ A idade da mulher quando da morte do marido, assim como a idade ao casar, não são fornecidas nos autos e, portanto, não pudemos obter essa informação. A cor dos cônjuges, também um importante

Neste capítulo, iremos abordar a presença da mulher viúva na capitania do Rio de Janeiro, sua inserção na economia da colônia e como sua participação na sociedade nos permite repensar os tradicionais papéis de gênero. Em um meio em que se limitava o poder de decisão da mulher casada, a viúva ultrapassava frequentemente as fronteiras do público e do privado. Ela usufruía de direitos que, na sociedade patriarcal, eram entendidos como masculinos, tais como o sustento dos filhos, a manutenção da casa, a quitação de dívidas ou a administração de um negócio. As viúvas também se aproveitaram das disposições legais para se protegerem de possíveis danos ao seu patrimônio. Por tudo isso, entendemos que elas foram personagens atuantes em uma sociedade que lhes conferia poderes e as respeitava enquanto chefes de família.

6.1 Provedora e sesmeira

Quando Rosa Maria do Rosário morreu, em 1º de setembro de 1808, todos os seus filhos eram maiores de idade, apenas os netos eram menores. No entanto, seu inventário foi aberto apenas no dia 25 de novembro de 1808. José Teixeira, filho da falecida e inventariante, só iniciou o inventário da mãe depois que o Juiz de Órfãos da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty o obrigou.⁶⁶⁶ Ela era viúva de Lourenço de Teixeira de Andrade e proprietária de uma engenhoca de aguardente, pouco valiosa, na freguesia de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty. Pela idade dos filhos herdeiros, assumimos que a inventariada deveria ter aproximadamente 60 anos, pois uma de suas filhas foi arrolada como tendo 44 anos.

Segundo relato que fez ao vice-rei, quando lhe solicitou uma sesmaria na mesma freguesia, a viúva era quem mantinha a família com seu trabalho.⁶⁶⁷ Sabemos, pelo requerimento de confirmação de sesmaria endereçado por ela ao príncipe regente, que Dom Fernando José de Portugal, vice-rei e capitão-general de Mar e Terra do Estado do Brasil, havia-lhe concedido uma sesmaria de meia légua em quadra na freguesia de Paraty aos 14 de novembro de 1803:

elemento a ser considerado, raras vezes foi mencionada na documentação. Em consequência dessas ausências, não pudemos avaliar o impacto desses fatores em nossa análise.

⁶⁶⁶ A justificativa do inventariante para a demora era a maioridade dos herdeiros, porém ele omitira o fato de que havia três sobrinhos menores.

⁶⁶⁷ Rosa Maria do Rosário e José Teixeira, proc. 3296, cx. 421, gal. A, 1808, JOA AN/RJ.

[Dom Fernando José de Portugal] *Faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria virem, que atendendo a representar-me Rosa Maria do Rosário, viúva do falecido Lourenço Teixeira de Andrade da Vila de Paraty, que ela tinha numerosa familia de filhos, netos e escravos e não possuía terras suficientes em que poderia trabalhar da agricultura mais do que noventa e seis braças de testada de águas vertentes de um morro onde tinha uma Engenhoca de aguardente, as quais já se achavam cultivadas e sem matos donde pudesse tirar lenhas, ficando por esta causa impossibilitada de poder continuar na agricultura, e porque no distrito da mesma Vila se achavam terras devolutas nos fundos da fazenda denominada Parati-mirim nas cabeceiras do Rio que verte para a dita Fazenda entre os morros Carrapato das Cruzes, Papagaio e Cambori com suas águas vertentes. Me pedia lhe fizesse mercê conceder de Sesmaria as ditas terras e [ilegível] visto seu Requerimento e a Informação que deu a Câmara daquela Vila de Paraty, a quem se não ofereceu dívida nem [ilegível] o Desembargador Procurador da Coroa e o Conselheiro Chanceler. Hei por bem dar de Sesmaria em nome de Sua Alteza Real em virtude da Real Ordem de quinze de junho de mil setecentos e onze à dita Rosa Maria do Rosário as terras devolutas na parte acima declarada, não excedendo a meia légua em quadra (...).*⁶⁶⁸

Porém Rosa Maria do Rosário não foi a única mulher a possuir sesmarias na capitania fluminense durante o período colonial. De acordo com um levantamento feito por Monsenhor Pizarro e Araújo, as mulheres proprietárias de sesmarias, datadas de terras ou sobejos na capitania do Rio de Janeiro, até o ano de 1796, foram 16: Maria Fernandes (1568, Livro 3º); Catarina Cubas (1602, Livro 19); Escolástica da Costa (1602, Livro 20); Maria de Oliveira (1613, Livro 23); Isabel Teixeira (1614, Livro 23); Joana Gomes e Madalena André (1631, Livro 25); D. Marta Borges, mulher de Martim Correia Vasqueanes (1662, Livro 28); Isabel Gomes da Costa (1678, Livro 28);⁶⁶⁹ D. Serafina Correia de Sá (1679, Livro 29); Úrsula Maciel (1687,

⁶⁶⁸ Requerimento de Rosa Maria do Rosário, viúva de Lourenço Teixeira de Andrade, por seu procurador José Antônio, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de sesmaria na vila de Parati. Rio de Janeiro, 10 de julho de 1804, cx. 219, doc. 15.099, 1804, AHU-RJ. Uma légua corresponde a 1500 braças ou 3.300 metros. RODRIGUES, F. Contreiras. *Traços da Economia Social e Política do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935.

⁶⁶⁹ Isabel Gomes da Costa recebeu “sobejos entre o seu Engenho de Irajá em 19 de fevereiro de 1678.” PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. *Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro, extraída dos livros de Sesmarias e registros do Cartório do Tabelião Antônio Teixeira de Carvalho, De 1565 a 1796. Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo 63, parte 1, 1901, p. 127.

Livro 29);⁶⁷⁰ Ana da Silva (1686, Livro 29);⁶⁷¹ Potência da Assunção (1699, Livro 30);⁶⁷² D. Úrsula de Marins de Almeida (1700, Livro 30); Joana Cardoso (1721, Livro de Notas 1720-1721)⁶⁷³ e Joana Dias da Assunção (1753, Livro de Registro de Sesmarias 1741 até 1763).

Nas Minas Gerais, também sabemos que havia mulheres proprietárias de sesmarias, dentre elas existiam muitas viúvas. De acordo com Regina Mendes de Araújo, tornar-se sesmeira era uma forma de garantir a sobrevivência da família que ficou após a morte do marido.⁶⁷⁴ Esse também parece ser o principal motivo que levara Rosa Maria do Rosário a fazer seu pedido ao vice-rei. Sem lenha para fazer funcionar o engenho de aguardente, ela solicitou a posse das terras incultas e disponíveis, próximas às suas, para poder explorá-las.

A carta de sesmaria foi confirmada e registrada no livro 6º de Ordens e Provisões Várias de Paraty à f. 158 em 20 de Março de 1804. Entretanto, no rol dos bens apresentados pelo filho de Rosa Maria do Rosário, não foi feita menção a ela. Até a última data que constava no inventário (1821), não aparece o registro dessas terras. É possível levantar algumas hipóteses para essa ausência. Em primeiro lugar, a viúva pode ter perdido a posse da sesmaria no período entre a concessão e sua morte. Em segundo, talvez a sesmaria fosse anexada depois, no decorrer do inventário ou na sobrepilha.

O inventário não teve partilha, mas sabemos pelos autos que os bens estiveram nas mãos do inventariante durante os 12 anos em que tramitaram no Juízo de Órfãos. Como o casal de Rosa Maria do Rosário tinha muitas dívidas que comprometiam todo o monte, havia sido feito um acordo entre os herdeiros para que o inventariante administrasse o patrimônio e não fossem divididos os bens. Assim, com o rendimento

⁶⁷⁰ Para Úrsula Maciel couberam “sobejos entre o Rio de Marapicu e a Serra de Tinguá em 17 de agosto de 1687.” PIZARRO E ARAÚJO, op. cit., p. 131.

⁶⁷¹ Ana da Silva ganhou “um pedaço de Campo com seus sacos nos Goytacazes com 3.000 de comprido (sic) em 16 de março de 1686.” Ibid., p. 132.

⁶⁷² Há a referência a uma “confirmação de várias datas de terras, em Itaboraí, em 3 de agosto de 1699” para Potência da Assunção. Ibid., p. 133.

⁶⁷³ D. Úrsula de Marins de Almeida recebeu “sobejos de terras no Rio Saracuruna para suas filhas D. Ana, D. Antonia, e D. Teresa, em 2 de maio de 1721.” Ibid., p. 139.

⁶⁷⁴ ARAÚJO, Regina M de. *Donas de bens e de “gentes”: mulheres livres e forras de Vila do Carmo e seu termo, (1713-1750)*. 2008. Dissertação (mestrado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008, p. 110.

das safras, seriam pagas as dívidas que ultrapassavam o valor dos bens, avaliados em 922\$240.⁶⁷⁵

As dívidas com credores deviam ser quitadas com a partilha, por isso esse momento na vida dessas mulheres era muito delicado. Muitas viúvas se viram endividadas e com filhos para cuidar. Diante de tal situação, viúvas e herdeiros recorriam a alguns dispositivos legais que lhes permitissem evitar que sua existência se tornasse mais difícil após a morte do pai e marido provedor.

6.2 Por temor às dívidas: o benefício de inventário

As dívidas contraídas durante a existência do casal eram decisivas para o futuro da manutenção da viúva e de seus filhos. Por isso algumas viúvas e alguns herdeiros abdicavam da herança como meio de preservar parte de seu patrimônio. As viúvas e herdeiros corriam o risco, ao se habilitarem para receber a herança do falecido marido e pai, de serem responsabilizados pelas dívidas do casal. Para evitar que ficassem endividados e perdessem bens adquiridos por seu trabalho, além daqueles que foram herdados, podiam fazer uso de um recurso que se chamava “abstenção de herança a benefício de inventário.”

As Ordenações Filipinas não contemplavam essa possibilidade, mas o Direito Romano a previa, e, algumas vezes, viúvas e herdeiros lançavam mão desse amparo da lei. O recurso a leis não codificadas no código filipino estava previsto no Livro 3, Título 64, pelo qual se estabelecia que se devia analisar a matéria em litígio, em primeiro lugar, à luz das disposições das Ordenações. Caso estas não previssem as querelas em questão, deveriam ser interpretadas segundo o Direito Romano, i. e. Leis Imperiais. Nas demandas que envolvessem pecado, o responsável pelo julgamento deveria ser o juízo eclesiástico. Porém, se não coubesse o julgamento a nenhuma dessas instâncias, mas fosse previsto pelo costume, era com base nele que se deveria interpretar a matéria.

⁶⁷⁵ Em uma moção, o escrivão esclarece: (...) *Seguiram-se as declarações e avaliações dos bens deixados pela falecida que contam de folhas treze importando todos na quantia de novecentos e vinte e dois mil e duzentos e quarenta réis, porém calculando-se naquele tempo que as dívidas passivas excediam muito o valor dos bens inventariados, e que por consequência os interessados nada vinham a perceber de herança acordaram eles entre si de conservarem os ditos bens indiviso (sic) por algum tempo afim de por este meio amortizar a maior parte das dívidas com os rendimentos do casal e virem afinal a terem alguma coisa da legítima (...)*. Rosa Maria do Rosário e José Teixeira, proc. 3296, cx. 421, gal. A, 1808, JOA AN/RJ.

Quando algum caso for trazido em prática, que seja determinado per alguma Lei de nossos Reinos, ou estilo de nossa Corte, ou costume em os ditos Reinos ou em cada uma parte deles longamente usado, e tal, que por Direito se deva guardar, seja per eles julgados, sem embargo do que as Leis Imperiais acerca do dito caso em outra maneira dispõem; porque onde a Lei, estilo, ou costume de nossos Reinos dispõem, cessem todas as outras Leis, e Direito.

E quando o caso, de que se trata não for determinado por Lei, estilo, ou costume de nossos Reinos, mandamos que seja julgado sendo matéria, que traga pecado, per os sagrados Cânones.

E sendo matéria, que não traga pecado, seja julgado pelas Leis Imperiais, posto que os sagrados Cânones determinem o contrário.

*As quais Leis Imperiais mandamos, somente guardar pela boa razão em que são fundadas.*⁶⁷⁶

De acordo com Clovis Bevilacqua, o benefício de inventário é remédio imaginado para evitarem-se as consequências desastrosas que poderiam sobrevir ao herdeiro pela confusão de seu patrimônio com o hereditando.⁶⁷⁷ O principal efeito da abstenção de herança a benefício de inventário era que o patrimônio do de cujus e do herdeiro conservam-se distintos, e não respondia este pelos encargos da sucessão, além dos que ela comportasse intra vires hereditatis.⁶⁷⁸ O jurista esclarece-nos que esse recurso serve como garantia de independência entre os bens da herança e os bens adquiridos que estariam ameaçados por dívidas que não se relacionavam a eles, mas apenas à herança a que tinham direito a viúva, na meação, e os herdeiros, na legítima.

Em alguns Estados europeus, durante o Antigo Regime, havia a possibilidade de os herdeiros ou de a viúva abdicar de parte da herança. Nas regiões rurais do norte da França, em que prevalecia o direito costumeiro e as divisões igualitárias do patrimônio, era permitido que uma viúva nobre renunciasse aos móveis e bens adquiridos em comum, durante a constância do matrimônio, no prazo de 43 dias da data do início do inventário. Já as plebeias deveriam fazer a renúncia dentro de 20

⁶⁷⁶ Como se julgarão os casos, que não forem determinados por as Ordenações. *Ordenações*, op. cit., Livro, 3, Título 64, p. 663-4.

⁶⁷⁷ BEVILAQUA, Clovis. *Direito das Sucessões*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos & Cia., 1932, p. 44.

⁶⁷⁸ BEVILAQUA, op. cit., p. 47. A expressão “intra vires hereditatis” significa que o herdeiro tinha obrigação de arcar com as dívidas dentro dos limites da herança.

dias do início do processo.⁶⁷⁹ Em Portugal, D. Pedro I do Brasil, durante o período de regência dos reinos de Portugal, Algarves e domínios, publicou um decreto em que confirmava o benefício de inventário. Aos 18 de maio de 1832, o decreto sobre a jurisprudência relativa aos órfãos, no artigo 18º, estabelecia que os herdeiros que quisessem *aceitar a herança a benefício de inventário, ou abster-se dela, deverão declará-lo por Termo antes de se proceder à Partilha (...)*.⁶⁸⁰

Em alguns inventários, observamos que o recurso a esse dispositivo legal foi usado pelas viúvas e pelos herdeiros obedecendo ao prazo acima referido no decreto, antes da partilha. Esse período de tempo correspondia ao estipulado pelas Ordenações Filipinas para se concluir os autos, ou seja, 60 dias da data de abertura do processo – tempo igual ao estabelecido para se fazer a partilha. Contudo, outras vezes, por problemas para se regularizar as contas do inventariado, o termo não obedeceu ao prazo legal. No inventário que Teresa Maria de Jesus iniciou, em maio de 1789, de seu marido, o cirurgião Luis Borges Salgado, tanto ela quanto o tutor, responsável pelas herdeiras menores,⁶⁸¹ assinaram termo de abstenção de herança a benefício de inventário fora do tempo previsto pelo código filipino para conclusão dos autos, mas antes da partilha.⁶⁸² Ambos o fizeram no dia 15 de fevereiro de 1790.

Em 1772, Luis Borges Salgado assumiu o cargo de secretário da Academia de Ciências e História Natural⁶⁸³ recém fundada na cidade do Rio de Janeiro⁶⁸⁴ e, em 1773, foi nomeado cirurgião-mor da cavalaria pelo Marquês do Lavradio.⁶⁸⁵ Apesar de possuir três moradas de casas térreas e uma morada de casas de sobrado na rua do

⁶⁷⁹ MAILLARD, Brigitte. Les veuves dans la société rurale au XVIII^e siècle. **Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest**, Rennes, t. 106, n. 1, p. 216, 1999.

⁶⁸⁰ Decreto [18 de maio] sobre a jurisprudência relativa aos Órfãos. *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Majestade Imperial o Regente do Reino desde que assumiu a Regência até a sua entrada em Lisboa*. 2ª. série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1834, p. 150.

⁶⁸¹ Luis Borges Salgado deixou duas filhas naturais, uma com 20 e outra com 21 anos, e 3 filhos legítimos que teve com a inventariante: Aires, sem indicação da idade; Maria, de 2 anos e meio, e Ana de um ano. Teresa Maria de Jesus e Luis Borges Salgado, proc. 9354, mç. 485, 1789, JOA AN/RJ.

⁶⁸² Idem.

⁶⁸³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1857, Tomo 2, p. 220-1.

⁶⁸⁴ *Havendo o Vice-Rei do Brasil, o Marquês do Lavradio, de saudosa memória, aprovado a proposta, que, em Dezembro de 1771, lhe fez o seu Médico o Dr. José Henriques Ferreira, sobre a importância que havia de conferir com outras pessoas entendidas a respeito de algumas matérias de História natural, de Física, e Química, de Agricultura, de Medicina, de Cirurgia e de Farmácia do interesse do Brasil, associaram-se logo muitas pessoas, e instituíram uma Academia debaixo da proteção do mesmo Vice-rei. O Patriota*, jan./fev. 1814, p. 3.

⁶⁸⁵ Requerimento de André da Costa à rainha [D. Maria I] solicitando confirmação de carta patente no posto de cirurgião-mor do esquadrão da Cavalaria da cidade do Rio de Janeiro que faz a guarda do vice-rei, mesmo sem ter juntado a patente de seu antecessor Luís Borges Salgado como lhe fora ordenado, visto este não ter patente passada (...). Rio de Janeiro, 14 de Maio de 1781, cx. 115, doc. 9.479, 1781, AHU-RJ.

Conde⁶⁸⁶ indo para a lagoa da Sentinela com benfeitorias, onze escravos, prata, ouro e cobres, cujo monte somava mais de seis contos de réis, os débitos com credores eram de tal forma avultados que ameaçavam o patrimônio dos herdeiros.

As dívidas ativas incluíam devedores de Vila Rica, Vila do Príncipe, Campos, Rio das Mortes e Sabará. Já as dívidas com credores, da época em que o falecido negociava com Portugal, assustavam a inventariante. Tal era o seu temor quanto a elas que, em sua petição, a viúva Teresa Maria de Jesus dizia:

*(...) que ela está fazendo Inventário dos bens que ficaram por falecimento de seu marido (...) e porque a suplicante receia que os bens não cheguem para as dívidas e não quer em tempo algum responder por mais do que lhe tocar na sua meação aproveitando-se para esse fim do benefício da lei, pretende que V. M. se sirva mandar-lhe tomar termo de aceitação da meação somente a benefício de inventário para até onde ela chegar [e] ficar responsável [ilegível] dívidas, e nada a mais pois só com este protesto quer ter parte nos bens de seu falecido marido (...).*⁶⁸⁷

No termo de abstenção de herança a benefício de inventário que assinou, Teresa Maria de Jesus relatava ao escrivão *que ela não queria ser herdeira da meação de seu marido o falecido Luis Borges Salgado se não a benefício de inventário para não pagar dívida alguma do falecido se não até onde chegar a sua meação tudo na forma da sua petição retro (...)*. José da Cruz Lima, mestre ferreiro e avô materno das filhas legítimas, tutor tanto destas últimas quanto das filhas naturais do inventariado, também assinou um termo de abstenção de herança das suas tuteladas.⁶⁸⁸

O termo de abstenção de herança a benefício de inventário não era, apenas, um meio de evitar o comprometimento dos inventariantes e herdeiros com dívidas que superassem o valor da meação ou da legítima, mas era, sobretudo, uma maneira de se preservar bens adquiridos por compra com recursos de alguma atividade remunerada ou recebidos de outra forma que não por meio da herança, pois esse espólio estaria vinculado ao pagamento de credores. Por isso, Teresa Maria de Jesus mencionou que pagaria as dívidas até o valor que recebesse de sua meação.

⁶⁸⁶ A rua do Conde estava situada onde hoje é a rua Frei Caneca. COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1955, p. 493.

⁶⁸⁷ Teresa Maria de Jesus e Luis Borges Salgado, op. cit.

⁶⁸⁸ Ibid., f. 25v e 26.

Em outro inventário, a viúva e os herdeiros também abdicaram da herança a benefício de inventário. Em 30 de julho de 1808, Teresa Maria de Jesus ficou viúva de Manoel da Costa Figueiredo. O casal morava na freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá onde tinha uma venda, casa de vivenda coberta de telhas com pés de café e de laranjas plantados, uma roça de mandioca, roupas, prata, móveis de jacarandá, louças, um ferro de engomar, oito escravos e animais. Dois dias após abrir o inventário do falecido, em 26 de setembro de 1808, ela já assinava termo em que *aceitava a herança do falecido seu marido tão somente a benefício de inventário para não responder em tempo algum se não digo algum por dívidas do casal se não até onde chegarem os bens da herança*.⁶⁸⁹

Os herdeiros e coerdeiros de Manoel da Costa Figueiredo também assinaram termos abstenção de herança a benefício de inventário. Por esses termos, eles aceitavam apenas pagar por dívidas até o valor que correspondessem ao valor que recebessem dos bens da herança.⁶⁹⁰ Não houve partilha, mas sabemos que, em 12 de maio de 1817, João da Costa Veiga, filho do casal, assumiu o inventário por morte da inventariante sua mãe. Em 1818, encerrou-se o processo, sem a divisão dos bens.

Sempre que havia o perigo de algum herdeiro ser encarregado do pagamento de dívidas além daquilo que seria herdado, havia a preocupação em se assinar esse tipo de termo. No inventário de D. Mariana de Souza, todos os seus filhos herdeiros, do seu primeiro e segundo matrimônios, assinaram termo de abstenção de herança.⁶⁹¹ Havia muitos credores cobrando débitos, entre eles as filhas do seu primeiro casamento com o capitão Francisco Fernandes de Castro, D. Ana Florência de Castro, viúva do capitão Francisco Saraiva da Cunha; D. Mariana (ou Marciana) Margarida de Castro, viúva do tenente João Pacheco Lourenço e D. Josefa Maria de Porciúncula, casada com o alferes Manoel Gomes da Silva. Elas tinham um litígio em andamento com o padraсто, José Vieira Bernardes, para que fossem entregues as legítimas paternas. A morte do padraсто, antes da partilha, transferiu para o espólio da viúva defunta as dívidas das herdeiras do primeiro matrimônio. Do segundo casamento -

⁶⁸⁹ Teresa Maria de Jesus e Manoel da Costa de Figueiredo, proc. 26, cx. 3641, 1808, JOA AN/RJ, f.13 e 13v.

⁶⁹⁰ Ibid., f. 14-21v.

⁶⁹¹ Mariana de Souza e José Vieira Bernardes, proc. 2368, mç. 2296, 1785, JF AN/RJ.

provavelmente ocorrido no início da década de 1750 - a inventariada gerou seis herdeiros, entre eles Joaquim Vieira de Andrade que veio a se tornar inventariante.⁶⁹²

As dívidas superavam o monte-mor a ser repartido. O patrimônio da defunta contava com uma letra da Fazenda Real, móveis de madeira, peças de prata, 10 escravos, objetos de cobre, um barco e peças de latão. Por isso ficou decidido, pelos Partidores, que os bens seriam entregues ao inventariante para a solução das despesas do inventário. Diante de tal cenário, os herdeiros optaram por assinar termo de abstenção de herança pelos quais ficavam isentos de arcar com quaisquer dívidas que viessem a onerar seu patrimônio além do que receberam por herança:

*(...) porque a herança está gravada (sic) em dívidas e execuções, que fazem D. Mariana Margarida de Castro, D. Josefa Maria da Porciúncula e D. Ana Florência de Castro e os suplicantes não querem responder em tempo algum por seus bens, às ditas Exequentes, e nem a outro algum credor, porque só aceitam a herança ao benefício de Inventário, e só querem responder até o valor que receberem (...).*⁶⁹³

Em outro inventário, o próprio Curador de Órfãos aconselha os envolvidos no inventário a assinarem termo de abstenção de herança a benefício de inventário. Quando Ricardo José Francisco Galvão iniciou o processo de inventário de sua sogra, em 1796, não havia muito o que dividir.⁶⁹⁴ Maria Rosa falecera em agosto de 1789 deixando dívidas que somavam 318\$380 enquanto o monte-mor chegava a apenas 47\$020. Os bens se resumiam a alguns arvoredos na chácara do genro, onde a defunta vivia; trastes de madeira⁶⁹⁵ e poucas roupas. Os autos informam-nos de que esses bens estavam nas mãos do genro e inventariante, principal credor de Maria Rosa, também pai e tutor de sua única herdeira. Sem recursos no inventário para quitar as dívidas, (...) [a]charam ele Ministro e Partidores que como as Dívidas constantes dos Recibos

⁶⁹² Admitimos que o casamento de D. Mariana e José Vieira tenha ocorrido na década de 1750 porque os assentos de batismo de alguns de seus filhos se deram nessa época, como o registro de batismo de Antônio Bernardes, que nasceu aos 7 de fevereiro de 1756 e foi batizado em 18 de fevereiro de 1756. "Brasil Batismos, 1688-1935," database, FamilySearch, 5 December 2014, Mariana de Souza in entry for Antonio Bernardes, 07 Feb 1756; citing Quinta da Boa Vista, Rio De Janeiro, Brazil, reference 2:NDHMZN; FHL microfilm 1,252,863. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XN18-Z6K>. Acesso em: 2 de setembro de 2016.

⁶⁹³ Mariana de Souza e José Vieira Bernardes, op. cit., f. 14.

⁶⁹⁴ Maria Rosa e Ricardo José Francisco Galvão, proc. 9352, mc. 485, 1789, JOA AN/RJ. Na listagem do Arquivo Nacional, o nome do inventariado vem escrito como Ricardo José Francisco Gonçalves, mas no interior do processo consta Ricardo José Francisco Galvão.

⁶⁹⁵ Um catre de madeira branca torneado com cabeceira de talha, uma caixinha de costura de jacarandá com sua gaveta de baixo, uma caixinha de 4 palmos de jacarandá e uma mesa de jacarandá antiga da Bahia.

*e declarações do Inventariante [excedem] aos bens descritos e avaliados se fazem dos mesmos pagamento ao Inventariante.*⁶⁹⁶

Para evitar que, no futuro, a herdeira fosse responsabilizada por algum débito referente ao inventário de sua avó, o Curador dos Órfãos pediu que, como os bens não foram suficientes para quitar as dívidas, o inventariante, como cabeça de sua filha, fizesse termo de abstenção da herança *por cautela para o futuro*.⁶⁹⁷ No termo de abstenção de herança e bens Ricardo José Francisco Galvão, no entanto, abdica de todo a herança. Por ele, o inventariante (...) *se abstinha de toda e qualquer herança que possa pertencer à dita sua filha pelo falecimento de sua avó Maria Rosa pois que nada quer dos ditos bens na forma do requerimento retro* (...).⁶⁹⁸

Na maioria dos casos de abstenção de herança a benefício de inventário aos quais tivemos acesso, não houve menção à presença de dote, nem como ele seria tratado com relação ao termo de abstenção de herança. Entretanto, como ele era uma antecipação da herança materna e paterna, deveria ser levado à colação e ser calculado como fazendo parte da legítima.⁶⁹⁹ O dote se compunha dos mais variados artigos: roupas brancas, joias, escravos, animais, dinheiro de contado, roupas de uso, entre outros. Como no momento da partilha já estava em poder dos herdeiros, deveria ser descontado do valor a receber na partilha.

No inventário de Teresa Maria de Jesus e de Manoel da Costa Figueiredo, José Maria Monteiro, por cabeça de sua mulher, Ana Felícia da Costa, levou à colação metade do valor de uma escrava que havia recebido por dote.⁷⁰⁰ O casal havia assinado termo de abstenção a benefício de inventário, mas, como já dissemos, não houve partilha, e não pudemos identificar o que aconteceria nesses casos. Acreditamos que, pelo princípio da abstenção de herança a benefício de inventário, as dívidas seriam quitadas com o patrimônio que estivesse disponível no monte, o que incluiria a escrava dada como dote.

Além da abstenção de herança a benefício de inventário, encontramos viúvas que renunciaram ao total da herança a que elas tinham direito. No requerimento que fez Francisca Inácia de São José ao Juiz de Órfãos, ela informava que

⁶⁹⁶ Maria Rosa e Ricardo José Francisco Galvão, op. cit., f. 14 e 14v.

⁶⁹⁷ Ibid, f. 16v.

⁶⁹⁸ Ibid., s/f.

⁶⁹⁹ O herdeiro poderia escolher não levar o dote à colação se ele valesse mais que a legítima, porém deveria abdicar da herança.

⁷⁰⁰ Teresa Maria de Jesus e Manoel da Costa de Figueiredo, op. cit., f. 22v.

*ficou [viúva] do falecido Bento José Ribeiro de quem lhe ficaram quatro filhos menores, três machos e uma fêmea e outra já casada sem o que lhe ficassem bens [que] se possa ou deva fazer inventário, mas antes muitas dívidas como é bem constate (sic) na verdade e por isso quer a suplicante assinar termo de abstenção de herança do dito falecido na forma da lei do estilo, portanto está dentro dos sessenta dias da lei (...).*⁷⁰¹

Em um termo assinado aos 27 de agosto de 1801, ela confirmava que *se abstinha de ser meeira nos bens pois que nada quer herdar*.⁷⁰² Segundo a viúva, a ausência de bens e as muitas dívidas eram o motivo por que ela queria se abster de toda a herança, não apenas a benefício de inventário, mas de toda a meação. Foi o que aconteceu com outra viúva, alguns anos antes, mas por motivos outros que não os credores.

D. Ana Eufrásia Joaquina Gonzaga Neves abdicou de toda a sua meação quando o marido faleceu, em 1795.⁷⁰³ O coronel de infantaria do Regimento de Moura, José Vitorino Coimbra, morreu aos 31 de janeiro daquele ano, deixando um filho maior e três filhos menores de 25 anos, que herdaram um patrimônio de 2:603\$069, descontadas as dívidas e as despesas. Além dos 13 escravos que entraram na partilha, livros, ouro, prata, louças e trastes de madeira, havia uma casa em Portugal com vinhedo.

Não está claro nos autos de inventário o motivo que levou a viúva a abdicar da meação, que foi dividida entre os filhos herdeiros. O que parece tê-la levado a tal atitude, porém, pode ter tido origem em uma acusação de adultério e de tentativa de assassinato que o finado marido lhe fez, em 1779.⁷⁰⁴ De acordo com o então sargento-mor e comandante do Regimento de Infantaria de Moura, José Vitorino Coimbra,⁷⁰⁵ sua mulher, juntamente com o boticário Joaquim José Henriques de Paiva, teria

⁷⁰¹ Francisca Inácia de São José e Bento José Ribeiro, proc. 8628, mç. 451, 1801, JOA AN/RJ, f. 2.

⁷⁰² Ibid., f. 2v.

⁷⁰³ Ana Eufrásia Joaquina Gonzaga Neves e José Vitorino Coimbra, proc. 9092, mç 474, 1795, JOA AN/RJ, fls. 39-42.

⁷⁰⁴ Requerimento do boticário Joaquim José Henriques de Paiva à rainha [D. Maria I], solicitando alvará de fiança para apresentar provas em sua defesa, devido à denúncia apresentada contra si como cúmplice de alguns escravos que intentavam contra a vida de seus senhores por vingança ou de pessoas que desejavam matar seus parentes, incluindo entre estes casos o do envenenamento de José Vitorino Coimbra por sua esposa, do qual o suplicante foi acusado de convivência pela escrava da vítima. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1780, cx. 113, doc. 9.358, 1780, AHU-RJ.

⁷⁰⁵ NUNES, Antonio Duarte. *Almanaque da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1792*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 266, jan-mar 1965, p. 165.

tentado envenená-lo com a ajuda de escravos. Sob tal acusação, o marido instaurou um processo criminal contra os dois réus e internou a esposa no Recolhimento de Itaipu. Mas, com a chegada do irmão de D. Ana Eufrásia, Joaquim Antônio Gonzaga Neves, ouvidor da Vila do Príncipe, ela foi transferida para o Recolhimento da Santa Casa de Misericórdia, pois se alegou incapacidade do Recolhimento de Itaipu para tratar de suas moléstias e *falta de assistência para a sua sustentação*.⁷⁰⁶

Na tentativa de desqualificar a esposa, o marido de D. Ana Eufrásia juntou, ao ofício que mandou ao Conselho Ultramarino, documentos assinados pelo vice-rei Luiz de Vasconcellos, e tenente-general do exército, João Henriques de Bohm, comprovando sua boa conduta e o cumprimento de suas obrigações durante os anos em que desempenhou suas funções no regimento.⁷⁰⁷ Não tivemos acesso ao resultado da ação de José Vitorino contra a esposa e contra o boticário, porém, na data de sua morte, José Vitorino continuava casado com Ana Eufrásia, apesar das acusações.⁷⁰⁸

Ao lermos os autos, perguntamos-nos qual a razão que levou a viúva a abdicar da meação, porém a documentação a que tivemos acesso não nos elucidou o motivo. O que se sabe é que a viúva, ao abdicar da meação, não pretendia fugir de dívidas contraídas durante o matrimônio, pois estas tinham como ser pagas pelo patrimônio do casal, e não houve o recurso ao termo de abstenção de herança a benefício de inventário. Entretanto somos levados a pensar que sua atitude poderia significar uma tentativa de demonstrar que ela não tinha interesse nos bens do marido e que nunca teve. Provavelmente ela também tinha como se sustentar sem os bens do casal, pois, ao abdicar do patrimônio que o casal tinha construído, D. Ana Eufrásia deveria ter meios de sobreviver sem a meação.

Os exemplos acima nos demonstram, por meio do recurso de abstenção de herança a benefício de inventário, a preocupação em se evitar onerar o patrimônio de viúvas e herdeiros após a execução dos inventários. Esse recurso evitava impor à

⁷⁰⁶ Ofício de [sargento-mor e comandante do Regimento de Moura], José Vitorino Coimbra ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, informando os motivos da instauração de um processo criminal contra o boticário Joaquim José Henriques, bem como o pronunciamento de Ana Eufrásia Joaquina Gonzaga Neves, acusada pelos crimes de adultério e tentativa de assassinato por envenenamento, solicitando ordens para que lhe seja concedida proteção militar até ao julgamento, bem como um ministro para defender sua causa. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1788, cx. 132, doc. 10.488, 1788, AHU- RJ.

⁷⁰⁷ Idem.

⁷⁰⁸ No período colonial, era possível pedir o divórcio com separação de bens e corpos, entretanto ele deveria ser requisitado ao Juízo eclesiástico. Para maiores informações, consultar nota 207 no Capítulo 2.

viúva dívidas que ela não pudesse pagar ou que comprometessem os bens que ela viesse a adquirir no estado de viuvez.

Vejamos como muitas viúvas conseguiram se manter após a morte dos maridos.

6.3 Superando desafios

Alguns autores argumentam que a viuvez era um momento delicado na vida de muitas mulheres, especialmente as mais pobres que se viam desamparadas tanto econômica quanto fisicamente.⁷⁰⁹ Para algumas viúvas, esse era um período de instabilidade que podia se prolongar para o resto de suas vidas. Foi o que aconteceu com Ana Maria de Jesus Pádua. Mãe de quatro meninos e uma menina, todos menores, a viúva teve os bens herdados do marido penhorados para o pagamento de dívidas. O patrimônio somava 594\$108 e dizia respeito a uma escrava com uma criança e móveis de casa – armários, poltronas, cadeiras, mesas e caixas de armazenamento de objetos (baús).⁷¹⁰

Muitas vezes, não nos foi possível acompanhar a trajetória dessas mulheres que, após a conclusão do inventário, desaparecem de nossas vistas. No entanto, o caso de Ana Maria é interessante, porquanto o inventário foi aberto em 1782 com a morte do marido, os bens vendidos, e as contas acertadas com os credores. Entretanto, em 1799, fazia-se o traslado do processo de penhora dos bens tramitado no Tribunal da Relação do Rio de Janeiro porque um dos credores ainda cobrava dívidas pendentes. Dezessete anos depois de enviuar, Ana Maria continuava com dificuldades para viver: ela pedia que fosse concluído o inventário, pois não tinha mais nada que pudesse servir para sanar débitos, uma vez que já haviam sido penhorados anteriormente.⁷¹¹

Algumas mulheres, no entanto, foram capazes de superar as dificuldades decorrentes da morte do marido e prosseguir com suas vidas. D. Ana Maria de Jesus

⁷⁰⁹ STERN, Steve. *The Secret History of Gender: women, men and power in late colonial Mexico*. Chapel Hill: University of North Caroline Press, 1995, p. 65.

⁷¹⁰ Ana Maria de Jesus Pádua e Vicente José de Mendonça Dormund, proc. 3650, mc. 18, 1782, JOA AN/RJ.

⁷¹¹ Vivian B. Conger, tratando da presença das viúvas nas possessões britânicas da América, destaca que a exigência da quitação das dívidas do casal podia arruinar as viúvas, sobretudo porque os credores costumavam cobrá-las depois da morte do marido. CONGER, Vivian Bruce. *The widows' might: widowhood and gender in early British America*. New York / London: New York University Press, 2009, p. 143.

foi um exemplo de sucesso diante dos negócios. Ela herdou dois engenhos cheios de dívidas de seu marido, o capitão João Pereira Lemos, que, no momento da morte da viúva, em 1795, já estavam salvos de quaisquer débitos.⁷¹² D. Ana Maria e o capitão João Pereira Lemos casaram-se em 1751, após a morte de sua primeira esposa, uma tia de Ana Maria. Eles tiveram quatro filhos: o capitão João Pereira Lemos, padre Francisco Pereira Lemos, José Joaquim Pereira Lemos e Maria Teresa, primeira esposa do Capitão José Antunes Suzano, falecida ao tempo do inventário de sua mãe.⁷¹³ Não sabemos a data da morte de seu marido, porém, em 1779, no Relatório do Marquês de Lavradio, D. Ana Maria já aparecia como viúva e proprietária dos engenhos Sacopema (ou Sapopemba), em Irajá, e Capoeiras, em Campo Grande.⁷¹⁴

O principal do monte-mor descrito no inventário de D. Ana Maria de Jesus correspondia aos valores dos engenhos Sacopema (ou Sapopemba) e Capoeiras. No primeiro, havia 21 senzalas, uma fábrica completa de açúcar, além de uma engenhoca de aguardente, uma olaria, uma capela dedicada a São João Batista, roupas, ferragens, prata, gado vacum e cavalar. Vários partidos de cana estavam a cargo de 30 lavradores.⁷¹⁵ No total, o engenho foi avaliado em 24:474\$313. Fazia parte do espólio um sítio em Santa Cruz, onde existia uma casa, uma roda de ralar mandioca, latão e louças. No Capoeiras, além da casa de vivenda com cozinha e casa de farinha, havia 24 senzalas, casa de caldeiras, casa de purgar, casa de encaixe, casa de aguardente, picadeiro, varanda de carros, carpintaria, sobradinho do administrador e cavalaria, um curral no sítio chamado Campinho com casa para abrigar o “preto” que vigiava o curral, uma fábrica de anil, uma capela de louvor a Santa Ana, um forno de fazer louça, gado vacum e lanífero, ferramentas e 24 partidos de cana.⁷¹⁶

⁷¹² Ana Maria de Jesus e João Pereira de Lemos (filho), proc. 10, cx. 3636, 1795, JOA AN/RJ.

⁷¹³ Para maiores informações sobre D. Ana Maria de Jesus e sua parentela consultar PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011, p. 69 e segs.

⁷¹⁴ LAVRADIO, Marquês do. Relações parciais apresentadas ao Marquês do Lavradio. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo 76, parte I, Rio de Janeiro, 1915, p. 319 e 327.

⁷¹⁵ Partidos de cana: do tenente João Carvalho e sua mulher; Francisco Pereira; Joaquim Pardo; Maria Preta Forra; Antônio Gomes de Abreu; Francisco Gomes de Abreu; Silvestre Antônio Barbosa; Miguel José de Abreu; alferes José Soares; Joaquim Ferreira [?]; Bartolomeu Silva [?]; Castelhana [?]; Batista; José da Roza; capitão João Pereira; “Cana dos pretos da fazenda”; José Carreiro; Martinho; José Cassange; Tomaz; José Batista; Mandú [?]; Joaquim; Joaquim Domingues; Fabiano; Manoel Inácio; Raimundo; Manoel Forro; Ana; Miguel João e seu genro. Ana Maria de Jesus e João Pereira de Lemos (filho), proc. 10, cx. 3636, 1795, JOA AN/RJ.

⁷¹⁶ Partidos de cana: dos netos de Ana Maria e filhos do capitão José Antunes Suzano; da fazenda; da fazenda no Pedregoso pertencente à neta de Ana Maria e filhos do capitão José Antunes Suzano mais uma tarefa de mandioca; Francisco Cardozo; José; Padre Silvestre, sua irmã e dois escravos; Manoel

Em 1779, na Relação do Marquês do Lavradio, os engenhos Sacopema e Capoeiras apareciam tendo 80 e 35 escravos,⁷¹⁷ respectivamente. No ano de sua morte, em 1795, o inventário de D. Ana Maria descrevia a existência nesses engenhos de 111 e 116 cativos. A inventariada, em seu testamento revela, entretanto, que não fez tudo sozinha: teve a ajuda do filho, o capitão João Pereira Lemos.⁷¹⁸ Em seu testamento, D. Ana Maria de Jesus declarou que as legítimas paternas não foram entregues aos filhos – talvez consequência da necessidade de reerguer os engenhos, que estavam assolados de dívidas quando da morte do marido – e que naquele momento deveriam ser dadas aos herdeiros:

*Não faço especial declaração e especificação dos bens de meu casal porque os meus herdeiros os não ignoram eles sabem que tendo me ficado o mesmo casal por falecimento de seu Pai [a]gravado de bastantes dívidas agora lhes deixo os mesmos bens sem [impedimentos?] alguns que possam embarçar-lhes a sua partilha. Agradecendo-lhes muito particularmente quanto eles também concorreram e me ajudaram com a sua indústria, e desvelo na administração, [e] conservação dos mesmo bens (...).*⁷¹⁹

Nesse momento derradeiro, D. Ana Maria mostrava-se ciente de tudo o que possuía e descrevia como havia conduzido até então os bens do casal. Ela também estava determinada a fazer cumprir seus últimos desejos.⁷²⁰ A viúva demonstrava atitude firme e exigia que fossem satisfeitas todas as suas disposições. Suas palavras são claras e diretas, com traços de certa superioridade que apenas os homens se

Cardoso (irmão de Ana Maria) e escravos; escravos da fazenda; Francisco Dantas Correia [?]; Francisco Vaz Figueiredo; um preto forro; Felizarda [?]; Antônio Nunes; Joaquim Cardoso; Leonardo; José Ribeiro; Francisco da Silveira; “a viúva”; Manoel Martins; Pe. Francisco Pereira de Lemos; José Pereira; [?] Pereira e Inácio Pereira. Ana Maria de Jesus e João Pereira de Lemos (filho), op. cit.

⁷¹⁷ LAVRADIO, Marquês do. Relações parciais apresentadas ao Marquês do Lavradio. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo 76, parte I, Rio de Janeiro, p. 319 e 327, 1915.

⁷¹⁸ Assim ela descreve a contribuição do filho e como havia ficado a legítima dos herdeiros: (...) *Deixo a meu filho João Pereira Lemos pelo muito que me tem servido, e ajudado na administração e governo nos bens do casal quatrocentos mil reis, e bem assim mais quarenta e cinco doblas com que lhe assisti para principiar o seu estabelecimento cuja quantia toma na minha terça para não gravar (sic) a seus irmãos, declaro que ainda se lhe deve toda a sua legítima paterna para cujo pagamento lhe tenho somente dado os escravos: Luiz, Gabriel, Manoel do Espírito Santo e Augusto, pardos pelo mesmo preço e valor que tiverem ao tempo do meu falecimento conforme o trato e ajustamento que com eles fiz (...).* Ana Maria de Jesus e João Pereira de Lemos, op. cit.

⁷¹⁹ Idem.

⁷²⁰ *Declaro que tenho feito algumas davidas (sic) aos meus netos também quero que eles não sejam obrigados a entrarem com elas à colação (...).* Ana Maria de Jesus e João Pereira de Lemos (filho). Idem.

permitiam ter à época, um bom exemplo de como uma “Senhora de Engenho” deveria ser:⁷²¹

*Deste modo torno a rogar a meus herdeiros que se conformem com esta divisão e partilha para que não tenham entre si discórdias nem se inquietem com litígios com o pretexto de ter algum levado mais do que os outros ou de serem obrigados a trazerem à colação a que lhes tenho dado sucedendo porém contra toda a minha esperança que alguns dos ditos meus Filhos, e genro por cabeça de seus filhos se não queira conformar com esta minha determinação que a impugne, que contravenha, e resiste assim no ato como em qualquer outro juízo por este mesmo feito perderá logo todo e qualquer legado que neste meu testamento lhe deixo porque desde já revogo (...).*⁷²²

Nem sempre as viúvas ficavam com um patrimônio suficiente para sobreviver. Havia alguns casos em que as viúvas recorriam à licitação de um bem para tê-lo adjudicado em sua meação, pois acreditavam que ele deveria permanecer intacto, permitindo sua manutenção e dos filhos. Por meio da assinatura de um termo de licitação, ela solicitava para si mais do que lhe cabia legalmente. Por uma petição ao Juiz de Órfãos, ela requisitava um bem do espólio do falecido e assinava um termo de licitação, oferecendo o pagamento de um valor a mais, além daquele que foi aferido ao bem pelos avaliadores. Foi o que fez Rosa Maria da Torre, viúva de Manoel Gonçalves Pinto:⁷²³

*Aos doze de novembro de mil oitocentos e dez anos em meu cartório compareceu a Suplicante Rosa Maria da Torre e por ela foi dito que na forma de seu requerimento retro (...) licitou em todos os bens de seu casal a quantia de trinta e oito mil e quatrocentos réis para lhe serem lançados no seu pagamento da meação (...).*⁷²⁴

Os bens aos quais Rosa Maria da Torre referia-se eram terras na paragem chamada Engenho do Pinto, na freguesia de Inhomirim, contendo um engenho de

⁷²¹ Kirsten E. Wood demonstra em seu livro que as mulheres viúvas que herdaram propriedades com escravos dos maridos assumiram o comportamento de mando de seus esposos e passaram a agir como “senhoras de escravos.” WOOD, Kirsten E. *Masterful women: slaveholding widows from the American Revolution through the Civil War*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004.

⁷²² Ana Maria de Jesus e João Pereira de Lemos (filho), op. cit.

⁷²³ Rosa Maria da Torre e Felipe José Dutra Navarro, proc. 3307 e 3308, mc. 165, 1805, JOA AJAN/RJ. Na listagem do Arquivo Nacional está registrada a data de abertura do inventário no ano de 1801.

⁷²⁴ Rosa Maria da Torre e Felipe José Dutra Navarro, op. cit., f. 8v.

cana com alambique - já bem danificado -; um moinho de moer milho; forno de cobre; roda de ralar mandioca; utensílios de cobre; móveis de madeira; 1.500 telhas; selas; 18 escravos; milho e cana plantados; gado vacum e cavalos. Tudo foi avaliado em 2:305\$840.

Quando a partilha dos bens do casal foi feita, em 1817, Rosa Maria da Torre já havia falecido há mais de um ano. Apesar de a licitação não ter se concretizado judicialmente, a viúva efetivamente havia ficado com os bens sob sua administração por mais de 10 anos.

6.4 Vendas e quitandas

Em nossas fontes, encontramos mulheres que ocupavam posição intermediária entre viúvas cuja existência oscilava entre a escassez total de recursos e outras que recebiam patrimônios suficientes para garantir-lhes uma velhice segura. Essas mulheres faziam parte de um grupo de viúvas cuja principal característica refere-se ao fato de que desempenhavam alguma atividade que lhes permitia conseguir rendimentos para sua sobrevivência.

Maria da Assunção, viúva do alferes Tomás Gonçalves da Silva, era uma destas viúvas que se dedicavam a uma ocupação para sobreviver. Quando iniciou o processo de inventário, ela informou, no auto de inventário, ser *moradora na rua de Sucussarará*⁷²⁵ *com loge de Alfaiate*.⁷²⁶ As herdeiras legítimas eram duas meninas, Angélica, com 8, e Rosa, com 6 anos, ambas tuteladas pela mãe, que havia sido escolhida em testamento pelo pai. Os bens somavam 4:213\$220 e incluíam a morada de casas térreas da rua de Sucussarará acima citada, ouro, prata, trastes de madeira, latão, cobres, roupas, um relógio e imagens. Entretanto, havia mais.

Pelos autos, somos informados de que a inventariante possuía várias propriedades, entre elas um sítio no local chamado Curral dos Padres, na Vila de São José de El Rei. Ali, Maria da Assunção e Gabriel Pereira Dinis cultivavam roças de mandioca, arroz e cana.⁷²⁷ Em outro sítio, próximo ao anterior, a inventariante possuía uma casa de vivenda, muito antiga, coberta de sapé, com uma casa de fazer

⁷²⁵ Atual rua da Quitanda. COARACY, op. cit., p. 521.

⁷²⁶ Maria da Assunção e Tomás Gonçalves da Silva, proc. 5875, mç. 318, 1800, JOA AJAN/RJ.

⁷²⁷ (...) *declarou Gabriel Pereira Diniz que as lavours que se achavam no sítio aliás se achavam neste sítio eram de sociedade com o dito Diniz e com a Inventariante Maria da Assunção* (...). Maria da Assunção e Tomás Gonçalves da Silva, proc. 5875, mç. 318, 1800, JOA AJAN/RJ, f. 12.

farinha, uma fornalha de ferro e um forno de fazer doce, animais, um bananal, onze pés de café – ambos mal cuidados - e árvores de espinho. A viúva era dona, também, de uma *casa pequena que serve de venda na estrada do Curral, em terras de aforamento da inventariante, coberta de telha com seis portas e quatro janelas com suas ferragens precisas com suas prateleiras e seu balcão*.⁷²⁸

Foram arrolados escravos tanto na cidade do Rio de Janeiro quanto na Vila São José de El Rei. Dentre os dez escravos da cidade, seis estavam ligados ao ofício de alfaiate ou eram costureiras. Os 24 escravos da Vila de São José de El Rei, residentes na paragem Curral dos Padres, entretanto, estavam organizados em quatro famílias e mais outros cinco sem aparente ligação familiar. Na descrição desse último plantel, não constava a ocupação dos cativos, porém podemos supor que se dedicavam ao serviço da roça e da venda.

Na partilha, todos os bens foram arrolados e divididos, incluindo-se as roças que eram da sociedade da inventariante com Gabriel Pereira Dinis. A casa na cidade ficou para as filhas menores, pagaram-se os credores, e a parte da terça foi entregue à inventariante e testamenteira. Oito anos depois, em 1809, a viúva havia se mudado para Minas e estava morando no local chamado Cabuçu, em São José de El Rei.

A história de Maria da Assunção é bastante interessante. Ela revela-nos que a viúva possuía bens próprios, assim tratados no inventário e entendidos pelos avaliadores. No momento da partilha, esses bens entraram na divisão, pois homem e mulher eram meeiros pelo sistema de casamento vigente no reino. Todavia percebemos, pelo relato do sócio de Maria da Assunção, que, na época, entendia-se que as lavouras eram propriedade dela. A viúva também relata, no auto de inventário, como vimos, que era proprietária de uma loja de alfaiate, o que nos indica que ela provavelmente deu continuidade ao negócio do marido, pelo menos até pouco tempo depois de sua morte. Não sabemos até quando, pois, em 1809, ela já aparecia morando em Cabuçu.

D. Francisca Vieira dos Santos também conseguiu amealhar alguns poucos bens com seu trabalho. Seu marido, o capitão Manoel de Freitas Silva, reconheceu isso em seu testamento, dizendo *que o rosário de ouro, e uma cruz de ouro que tem o dito rosário, e uns brincos de pedras crisólitas que há no meu casal estes trastes e a roupa de uso e asseio de minha mulher não serão obrigados a entrar a inventário por*

⁷²⁸ Maria da Assunção e Tomás Gonçalves da Silva, op. cit., f. 12v.

*serem estes bens adquiridos a maior parte deles da sua agência das suas quitandas.*⁷²⁹

Os bens que D. Francisca comprou eram um cabedal, geralmente, muito valorizado entre as mulheres. Significavam pouco se comparado com os bens de raiz arrolados nos inventários, mas, para as mulheres, simbolizavam uma parte importante dos dotes entregues às filhas ou legados a elas durante a partilha.⁷³⁰ As joias serviam também como elemento de distinção social, conferindo, a quem lhes possuísse, posição de destaque em seu meio.⁷³¹ Geralmente as herdeiras recebiam roupas, joias e escravos como parte das legítimas dos pais. Já os bens de raiz, tais como lojas e engenhos de açúcar, evitava-se o fracionamento entre a viúva e os herdeiros.

Também pelo testamento do marido de D. Francisca sabemos que ele instituiu a mulher como testamenteira. Nele, o marido revelava ser natural da Vila de Montemor-o-Novo e irmão da Ordem Terceira do Carmo.⁷³² Manoel de Freitas Silva declarava ainda não ter filhos do casamento, mas reconhecia como herdeiros dois filhos naturais que teve com escravas. Não pudemos identificar qual era a ocupação do inventariado, mas sabemos que ele tinha plena confiança na sua esposa para fazer executar suas últimas vontades:

*Declaro que tenho um livro dos me[us ass]entos, que nele tenho declarado tudo quanto se me deve na verdade cujo livro andaré sempre em poder de minha mulher, e não será obrigada [a] apresentá-lo em juízo em tempo algum, porque dela (sic) confio não ser capaz de ocultar dele cousa alguma na parte que for caso [de] dívida que sua (sic) cobrável, e muito mais [por] ser pessoa que não sabe ler e inocente (...).*⁷³³

⁷²⁹ Francisca Vieira dos Santos e Manoel de Freitas Silva, proc. 1999, mç. 2286, 1790, JF AJAN/RJ. No AN, está registrada a data de 1770, mas no auto de inventário se lê 1790. O documento está bastante danificado, com a presença de buracos nas folhas, por isso muito se perdeu durante a leitura.

⁷³⁰ CONGER, op. cit., p. 90-1.

⁷³¹ Ver a esse respeito ALENCAR, Ana Cecília F. de. *Declaro que sou “Dona”, viúva e cabeça de casal: mulheres administradoras de bens nos sertões do Quixeramobim (1727-1822)*. 2014. Dissertação (Mestrado) - Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014, p. 78

⁷³² As ordens religiosas e as irmandades faziam parte do cotidiano religioso da população no Brasil colônia. As ordens terceiras preservavam as tradições religiosas e estavam ligadas aos franciscanos, carmelitas e dominicanos. Os carmelitas representavam principalmente a elite. Já as irmandades ligavam-se às manifestações da religiosidade popular, apesar de existirem muitas de caráter eminentemente elitista. Para mais informações consultar HOORNAERT, Eduardo (org.). *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1992.

⁷³³ Francisca Vieira dos Santos e Manoel de Freitas Silva, op. cit.

D. Francisca e o capitão Manoel de Freitas parecem ter contribuído juntos para construir a riqueza do casal. Ambos conheciam as atividades desempenhadas por cada um deles e conseguiram construir um patrimônio de 7:407\$220, dos quais 4:788\$800 eram dívidas que se deviam ao casal. O marido não via problema no fato de a esposa, descrita como “Dona”, trabalhar com quitandas.⁷³⁴ Ele também reservou à esposa a terça de que podia dispor do patrimônio resultante do matrimônio, uma forma de lhe garantir mais algum legado além daquele a que a viúva teria direito, mas também, parece, uma recompensa pela confiança que ele depositava nela.⁷³⁵

6.5 Entre papéis, prateleiras e panos

Muitas viúvas, ao herdarem os bens, responsabilizavam-se ainda por quitar dívidas que ficaram do casal, algumas compravam e vendiam imóveis e outras assumiam os negócios que foram dos maridos após a morte deles. O que observamos, em alguns casos, quando analisamos os inventários dessas viúvas, é que muitas delas foram capazes de manter o patrimônio do casal anos após a abertura do inventário do cônjuge. Isso demonstra, a participação dessas mulheres em diversos setores da economia colonial.

Como inventariantes e, depois da partilha, como tutoras dos filhos, as viúvas ficavam responsáveis pela administração do patrimônio que foi do casal. Quando elas não eram tutoras, tinham em suas mãos pelo menos metade do espólio e talvez um pouco mais se o marido doasse sua terça à esposa. Portanto cabia às viúvas o pagamento de credores, a manutenção da casa, o sustento dos filhos e o seu próprio. Foi em consequência do acúmulo dessas funções que encontramos vários recibos pagos por essas viúvas nos autos dos processos.

⁷³⁴ Sobre as atividade das quitandeiras, ver DIAS, op. cit.; FIGUEIREDO, Luciano e MAGALDI, Ana Maria de M. *Quitandas e quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial*. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 54, p. 50-61, agosto 1985.

⁷³⁵ Lisa Wilson aponta que era comum, na América inglesa, que os maridos, em seus testamentos, reservassem às esposas uma parte além do “dower” como meio de lhes garantir uma sobrevivência menos turbulenta durante a viuvez. WILSON, Lisa. *Life after death: widows in Pennsylvania (1750-1850)*. Philadelphia: Temple University Press, 1992, p. 28-9. O “dower” dever ser entendido como uma parte do patrimônio do casal que permanecia sob a guarda da viúva até sua morte. *Dower constituted “the core of the wife’s entitlement under the old common law system.” Incorporated into early American law, albeit with variations from colony to colony (and, later, state to state), dower generally guaranteed a widow a fixed entitlement to her deceased husband’s estate: a life interest in one-third of all the real, not personal, property of which he was seized during their marriage (...)*. DUBLER, Ariela R. In the Shadow of Marriage: Single Women and the Legal Construction of the Family and the State. **The Yale Law Journal**, New Haven, v. 112, p. 1660, 2003.

Rosa Joaquina, viúva de Manoel dos Anjos Murga, era moradora de frente da sacristia da Sé e vivia de ser costureira. O marido havia falecido em junho de 1806 e deixado cinco herdeiros: Ana, com 22 anos, Francisco, de 20, Angélica, de idade de 18 anos, Maria e Joana, com 10 e 2 anos, respectivamente. A família morava em uma casa e, provavelmente, alugava alguns cômodos dela. Entretanto o imóvel precisava de reformas, e a viúva

*Declarou mais que para a reforma da casa pediu dinheiros emprestados os quais tem pago com os alugueres da dita casa; e por isso as não dá em receita, que apenas tira de mais, para sua sustentação e de seus filhos, que ainda se deve duas doblas à herdeira Angélica Rosa da esmola, que lhe deixou sua avó [e] ela inventariante gastou no conserto ou reforma da casa estando ainda a se dever a herdeira.*⁷³⁶

Além do dinheiro pego em empréstimo, a viúva também pagou dívidas que ficaram do falecido marido. A obrigação de pagar credores antigos, muitas vezes, complicava ainda mais a situação de algumas viúvas. De acordo com as declarações de Rosa Joaquina, essas dívidas foram quitadas com suas *costuras e esmolas*. A posse da casa e de duas escravas que a auxiliavam em sua atividade de costura,⁷³⁷ certamente, colocava-a em situação menos vulnerável com a viuvez, o que pode ser observado pelo fato de que a viúva conseguiu pagar o credor José Dias de Souza. Ele assinou dois recibos, um em 1810 e outro em 1812, garantindo que Rosa Joaquina havia pago dívidas que ficaram de Manoel dos Anjos Murga:

Recebi da Senhora D. Rosa Joaquina viúva que ficou do falecido Manoel dos Anjos Murga a quantia de sete mil setecentos e vinte réis de resto de maior quantia que o dito falecido seu marido Murga me era devedor (...).

No inventário de Ana de Muros observamos que as viúvas tanto podiam pagar pessoalmente quanto mandar outras pessoas pagarem dívidas em seu nome. D. Ana de Muros faleceu em 1808, na freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Iguaçu, cinco anos após a morte do marido, Alexandre de Oliveira.⁷³⁸ Ela já tinha mais de setenta

⁷³⁶ Rosa Joaquina e Manoel dos Anjos Murga, proc. 8633, mç. 451, 1806, JOA AJAN/RJ.

⁷³⁷ Josefa Mogumbe, costureira, e Eva Crioula, aprendiz de fazer renda. Rosa Joaquina e Manoel dos Anjos Murga, proc. 8633, mç. 451, 1806, JOA AJAN/RJ.

⁷³⁸ Ana de Muros e Alexandre de Oliveira, proc. 2240, cx. 867, 1803, JOA AJAN/RJ. Na listagem do AN, estão registrados dois números de localização do processo: 2239 e 2240. Estão encadernados

anos e todos os filhos maiores, apenas netos menores que exigiam a nomeação de um tutor. Quando seu inventário foi aberto, em 1808, ela havia conservado os bens que recebera na meação do casal: 40 braças de terras e sítio com casa de pau a pique coberta de telhas e benfeitorias (um bananal e árvores de espinhos), uma fábrica de fazer mandioca com seus pertences, cobres, móveis, roças de mandioca e café, quatro escravos do trabalho da roça (Domingos Benguela, 40 anos; Antônia Benguela, mulher de Domingos, 45 anos; Bernardo Crioulo, 11 anos; Joaquina Angola, 20 anos) e ferramentas. De acordo com o inventário de Ana de Muros, ela tinha um escravo a mais do que em 1803,⁷³⁹ mas seu monte-mor correspondia a cerca de 60% do valor arrolado pelos avaliadores do inventário de seu marido.⁷⁴⁰

As dívidas de seu casal foram todas pagas pela inventariante. Algumas delas, no entanto, não foram reembolsadas à inventariante por não haver consenso entre os herdeiros quanto a sua validade⁷⁴¹ ou não foram autorizadas pelo Juiz de Órfãos. Na sua maioria, os débitos foram pagos pela própria viúva, pois, no recibo, um dos credores informava que havia recebido, no dia 21 de junho de 1805, *da mão da Senhora Ana de Muros a quantia de cinco mil cento e vinte reis procedidos de visitas e curativos que fiz a um seu escravo (...)*.⁷⁴² Sabemos também que, algumas vezes, as dívidas foram pagas em nome dela, mas por alguém que foi incumbido de fazê-lo, o que aconteceu quando seu genro fez a liquidação de uma dívida em 18 de junho de 1803. O credor assim escreveu no recibo:

*Recebi da Senhora Ana de Muros por mão de seu genro Joaquim José Nunes dezesseis mil quinhentos e sessenta importe do enterro, e tudo o mais que a dita senhora estava devendo do falecido marido Alexandre de Oliveira.*⁷⁴³

Em ambos os casos, vemos que a viúva quitou dívidas que ficaram do matrimônio com o falecido marido. Todavia, no primeiro exemplo, foi a própria Ana

juntos o inventário do marido, Alexandre de Oliveira, e da já então viúva, Ana de Muros. Optei por fazer referência ao número 2240, pois, no inventário do marido não existe referência, só consta numeração no inventário de Ana de Muros, que é o primeiro na encadernação do Arquivo Nacional.

⁷³⁹ Domingos Benguela, trabalhava na roça, 48 anos; Antônia Benguela, trabalhava na roça, 55 anos; Desidério Crioulo, trabalhava na roça, 17 anos; Maria Ganguela, trabalhava na roça, 18 anos e Martinha Crioula, 4 anos. Ana de Muros e Alexandre de Oliveira, op. cit., f. 8v

⁷⁴⁰ O monte-mor de Alexandre de Oliveira era de 1:240\$750, enquanto no inventário de Ana de Muros o total de seus bens somou 725\$400. Ibid., fs. 28 e 25v.

⁷⁴¹ Algumas dívidas não foram reconhecidas pelos herdeiros e por isso não foram reembolsadas à inventariante.

⁷⁴² Ana de Muros e Alexandre de Oliveira, op. cit., s/f, grifo nosso.

⁷⁴³ Ibid., s/f, grifo nosso.

de Muros que o fez, já no segundo, mandou que outra pessoa o fizesse em seu nome. Percebemos, assim, a participação da inventariante na solução das pendências que ficaram do casal. Existem, também, outros casos em que a própria viúva se incumbiu de sanar pendências deixadas pelo falecido marido.

Em 26 de abril de 1806, Antônio Manoel Barreira recebeu *da mão da Senhora D. Ana Teresa de Jesus* o valor de 45\$955.⁷⁴⁴ Os produtos foram adquiridos por Antônio Ribeiro de Sampaio no mês de fevereiro do ano supra citado, o mesmo de sua morte. O montante referia-se a barras de ferro que, provavelmente, serviriam para uso do falecido em sua loja de correeiro. No testamento que Antônio Ribeiro de Sampaio havia deixado, ele instituía a esposa como tutora dos filhos e testamenteira. Também, por esse documento, o testamenteiro informa-nos que sua esposa, além da competência para desempenhar as tarefas acima, conhecia bem o seu negócio:

*Declaro que os bens que possuo os não declaro porque minha testamenteira de tudo sabe (...). Declaro que várias pessoas me devem que tudo constará por créditos a receber, e outras algumas sem clareza que minha testamenteira tudo cobrará e sustará pelo que ela disser e declarar por ser de toda verdade e consciência.*⁷⁴⁵

Contudo a inventariante esclareceu, em suas declarações, que esses créditos não eram cobráveis. Segundo ela, *todos eles* [devedores] *são pertencentes à capitania de Minas Gerais; por cujo motivo não sei se serão vivos, ou falecidos e nem se têm bens com que possam pagar as referidas quantias.*⁷⁴⁶ A viúva também insistiu no fato de que a cobrança dessas dívidas ficaria a cargo dos herdeiros a quem elas coubessem na partilha, e não a ela.⁷⁴⁷

Havia várias dívidas a serem pagas, e, para quitar parte delas, D. Ana Teresa vendeu o principal bem do casal, um sobrado de casas que precisava de reformas. No mesmo inventário, Ana Ribeiro de Sampaio reclamava o pagamento de uma dívida de Antônio Ribeiro de Sampaio com ela. Ana Ribeiro de Sampaio, viúva de Antônio José da Cunha Guimarães e moradora na rua do Rosário, pedia que lhe fosse paga a quantia devida pelo defunto por uma sociedade que teve com ela, finda em 1803.

⁷⁴⁴ Ana Teresa de Jesus e Antônio Ribeiro de Sampaio, proc. 9015, mç. 471, gal. B, 1806, JOA AJAN/RJ, s/f.

⁷⁴⁵ Ibid.

⁷⁴⁶ Idem.

⁷⁴⁷ O monte-mor somou 5:303\$728, dos quais 4:329\$248 eram dívidas ativas. Idem.

Em outro inventário, Luíza Angélica de Jesus Vieira, viúva de Gabriel Francisco Braga, cobrava Teresa Rosa de Jesus por fazendas que seu falecido marido havia comprado na loja da primeira reclamante:

*Diz Luíza Angélica de Jesus Viúva do falecido Gabriel Francisco Braga que falecendo da vida o Tenente Manoel Inácio da Silva ficando a Viúva sua mulher Teresa Rosa de Jesus na posse dos bens do seu casal para dar partilhas aos herdeiros seus Filhos, lhe ficou a dever a quantia de vinte e cinco mil e seiscientos réis procedidos de fazendas que lhe fiou da sua Loja, e porque a dita Viúva tem certeza desta dívida (...).*⁷⁴⁸

Tanto Teresa Rosa de Jesus quanto o falecido marido, Manoel Inácio da Silva, já haviam se casado antes. Ela apenas uma vez, e ele três, o que gerou uma série de litígios entre Pedro, herdeiro do primeiro casamento de Manoel Inácio, e a última madrasta. Dos primeiros casamentos de Teresa e Manoel, não havia o que dividir, pois não havia bens.⁷⁴⁹ Pedro reclamava da demora na conclusão do inventário do pai, que teve sua partilha feita apenas em 1806, quatro anos após o início. Um dos motivos da demora, deveu-se à não execução dos testamentos de Maria Teresa dos Santos, segunda mulher de Manoel Inácio, e do primeiro marido dela, Manoel Martins de Vila-Real. As disposições testamentárias não haviam sido cumpridas por Manoel Inácio. O Juiz de Órfãos decidiu, então, nomear Teresa Rosa de Jesus testamenteira dativa de ambos para que fossem cumpridas as verbas destinadas nos testamentos – uma das quais era uma quantia a ser dada ao enteado de Maria Teresa dos Santos, Pedro.

Outro conflito havia se instalado pela administração e posse de uma propriedade de terras no Caminho de Minas, com casa de sobrado, senzalas, casa de farinha, escravos e uma venda. Segundo Teresa Rosa de Jesus, o herdeiro Pedro tomou posse de vários bens que se encontravam lá. Por fim, coube à viúva uma parte das terras dessa propriedade, uma casa de sobrado, senzalas, quatro dos treze escravos do casal e o rancho.

Outras viúvas, além da cobrança de dívidas, negociavam imóveis na cidade do Rio de Janeiro durante os séculos XVIII e XIX. Várias eram as viúvas que faziam negócios entre si. Por uma escritura de compra e venda, Joana Teresa do Espírito

⁷⁴⁸ Teresa Rosa de Jesus e Manuel Inácio da Silva, proc. 8220, cx. 909, gal. A, 1802, JOA AJAN/RJ.

⁷⁴⁹ Do casamento de Teresa Rosa de Jesus, existia uma morada de casas térreas na rua da Lapa, que foram penhoradas para pagar dívidas do casal. Teresa Rosa de Jesus e Manuel Inácio da Silva, op. cit.

Santo pagou a Teresa de Jesus a quantia de 2:600\$000 por uma morada de casas na Praia do Peixe. Ambas eram viúvas, e o negócio dizia respeito a uma

*Escritura de venda de uma morada de casas que fazem Teresa de Jesus, viúva de Manoel Torres, e sua filha Antônia Maria do Sacramento, solteira e maior de 14 anos, a Dona Joana Teresa do Espírito Santo, viúva do Capitão José Ribeiro de Araújo – de sobrado, com duas moradinhas térreas nos fundos, sita na praia do Peixe, partindo de uma banda com casas do Capitão Cláudio José Pereira da Silva e da outra com casas de Luiz Gaspar de Almeida, correndo os fundos para a rua do arco do Teles, livre de foro, herdada de seu marido no Juízo de Órfãos em que servia o escrivão Manoel Lins da Silva Regadas.*⁷⁵⁰

A escritura foi feita em 22 de setembro de 1798, apenas um mês depois do falecimento do capitão José Ribeiro de Araújo. Como já vimos no capítulo anterior, D. Joana Teresa do Espírito Santo ficou responsável pelo inventário e pelo tutoria dos filhos, o que colocava em suas mãos um monte líquido de 47:361\$893.⁷⁵¹ Sua administração do legado de seu marido rendeu lucros. Nas declarações da inventariante para se prosseguir com o inventário, D. Joana dizia que [p]roduziu líquido de uma carga de fazendas do Porto remetida por João Batista Lopes Pereira a quantia de 1:142\$783.⁷⁵² Ela também cobrou da testamentária de Paulo Pereira de Mesquita, por conta de um negócio feito com escravos, o valor de 2:240\$000.⁷⁵³ A viúva recebeu, ainda, do Capitão Manoel Bandeira de principal a juros de uma escritura a quantia de Dois contos setecentos e trinta mil réis.⁷⁵⁴

Seus filhos, Antônio Alves Ribeiro e João Alves Ribeiro, de 22 e 17 anos respectivamente, atestaram a *boa administração e arrecadação* que a mãe vinha fazendo de suas legítimas. Em um termo que ambos assinaram em 26 março de 1802, diziam que *pelos mesmos foi visto e examinado o presente Inventário com as Declarações feitas pela Inventariante as quais aprovam e convém em tudo por*

⁷⁵⁰ Escritura de venda... , 2^o ON, AN, 134, 22 de setembro de 1798, f. 221v. Disponível em: <http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=11598>. Acesso em: 31 de março de 2016.

⁷⁵¹ Joana Tereza do Espírito Santo e José Ribeiro de Araújo, proc. 8399, mc. 434, JOA AN/RJ, 1798, s/f.

⁷⁵² Joana Tereza do Espírito Santo e José Ribeiro de Araújo, proc. 8399, mc. 434, JOA AN/RJ, 1798, f. 21v.

⁷⁵³ Ibid, s/f.

⁷⁵⁴ Ibid., f. 22.

*conhecerem a boa administração que sua Mãe tem feito a seu benefício (...).*⁷⁵⁵

D. Joana Teresa havia conseguido manter o negócio de fazendas secas do marido com rendimentos significativos, pelo menos até a última data que consta dos autos de inventário (1803). Assim como ela, outras viúvas também continuaram com as atividades desempenhadas pelos falecidos durante o matrimônio. Algumas delas o fizeram adotando o expediente de não dar aos filhos o que lhes cabia na legítima paterna. Por vezes, elas o fizeram com o consentimento dos filhos, outras não. D. Ana Maria de Jesus, viúva do Capitão João Pereira Lemos, permaneceu com os bens em suas mãos, mas, ao que parece pelos autos, os filhos haviam concordado com esse arranjo, como já mencionamos. Porém, outras inventariantes não obtiveram o consentimento dos filhos. É o que veremos a seguir.

6.6 Tomando para si

Ana Maria do Bonsucesso ficou viúva de Antônio Pereira Ferreira aos 4 de janeiro de 1798. A partilha foi feita em agosto de 1799.⁷⁵⁶ Entretanto, de acordo com o que podemos ver no inventário da mesma Ana do Bonsucesso, três anos mais tarde, ela deixou de cumprir com a divisão dos bens determinada na partilha. Segundo declarações dos herdeiros seus filhos, a viúva deixou de pagar o valor em dinheiro que lhes cabia, para cumprir com a quitação de suas legítimas, e 1/6 do valor da botica que deveria ser entregue ao filho e herdeiro Antônio Pereira Ferreira. Tudo havia sido estipulado na partilha.⁷⁵⁷

Antônio Pereira Ferreira era boticário. Além da botica, o falecido tinha vários outros bens, tais como casas na cidade e uma chácara em terras foreiras ao engenho da Lagoa de Rodrigo de Freitas,⁷⁵⁸ na praia da Piaçava. Havia ali uma morada de casas térreas, 434 pés de laranjeiras grandes e pequenas, 1.289 pés de café grandes e pequenos, 17 pés de cacau, romãs, jambos, grumixameiras, limeiras, coqueiros,

⁷⁵⁵ Ibid., s/f.

⁷⁵⁶ Ana Maria do Bonsucesso e Antônio Pereira Ferreira, proc. 8384, mç. 434, gal. B, 1798, JOA AN/RJ.

⁷⁵⁷ Ana Maria do Bonsucesso e Antônio Pereira Ferreira, proc. 9307, cx. 1126, gal. A, 1801, JOA AN/RJ, f. 45v e 46.

⁷⁵⁸ Para maiores informações sobre a o engenho da Lagoa de Rodrigo de Freitas, consultar BARATA, Carlos E. e GASPAR, Claudia Braga. *A Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas*. Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2015.

parreiras, bananeiras e mandiocas novas trabalhadas por três escravos. Ainda constava do rol dos bens livros, um piano, um cravo e os remédios da botica. O monte-mor do casal somava 25:012\$735, porém muitas dívidas que se deviam ao casal não entraram no momento do inventário do falecido marido de Ana Maria, mas apenas quando foi feito o inventário da viúva.⁷⁵⁹ Foi adjudicado à viúva 5/6 da botica e a chácara na Lagoa de Rodrigo de Freitas, 11 dos 22 escravos do casal, além de outros bens. Aos herdeiros, couberam as dívidas do rateio, entre as quais estavam devedores de Paraty, do Rio Grande de São Pedro e da capitania de São Paulo.

Ana Maria do Bonsucesso cobrou várias dívidas que haviam ficado do inventário do falecido marido, mas não pagou o que devia aos herdeiros.⁷⁶⁰ O fato de que a viúva tenha mantido a botica até seu falecimento, quando os filhos reclamaram o não cumprimento do estipulado na partilha do pai, sugere que ela possuía algum conhecimento ou já participava do negócio enquanto o marido ainda estava vivo e, assim, foi capaz de manter a botica mesmo sozinha. Quanto ao não pagamento de alguns valores devidos aos herdeiros, não podemos assegurar porque ela não os fez, mas pode ter sido uma maneira que encontrou para capitalizar a botica.

Não era incomum ter mulheres cuidando de boticas ou outro tipo de negócio dos maridos na Europa do século XVIII.⁷⁶¹ Sabemos que as esposas dos boticários poderiam assumir a botica depois da morte do marido. Na França do Antigo Regime, era permitido às viúvas ficarem com as boticas desde que tivessem um empregado capaz de prescrever os medicamentos, o qual podia ser escolhidos por ela.⁷⁶² Entretanto, a partir de 1777, com a criação do Collège de Pharmacie em Paris, a prática da farmácia passou por modificações. Em 1780, o édito real de 10 de fevereiro determinava que, se a viúva desejasse continuar com a botica, ela deveria contratar um empregado formado no ofício, que estaria sob a autoridade de um mestre em farmácia. Isso retirava a autonomia da viúva e dificultava encontrar profissionais

⁷⁵⁹ Ana Maria do Bonsucesso e Antônio Pereira Ferreira, op. cit.

⁷⁶⁰ De acordo com o filho Ana Maria do Bonsucesso, que se tornou inventariante quando da morte da mãe, *a falecida em sua vida cobrava todas as dívidas que se fizeram no Inventário paterno, e delas não deu os competentes quinhões aos herdeiros (...)*. Idem.

⁷⁶¹ BEECH, Béatrice H. Madeleine Bourssette: femme d'imprimeur et veuve. In: PELLEGRIN, Nicole et WINN, Colette H. *Veufs, veuves et veuvage dans la France d'Ancien Régime : Actes du colloque de Poitiers, 11-12 juin, 1998*. Paris: Honoré Champion, 2003, p. 147-157; LANZA, Janine M. Les veuves d'artisans dans le Paris du XVIII^e siècle. Ibid., p. 109-120.

⁷⁶² FLAHAUT, Jean. L'exercice de la pharmacie par les veuves d'apothicaires du XVe. au XVIIIe. siècle. Première partie: aspects réglementaires. **Révue d'histoire de la Pharmacie**, Paris, v. 90, n. 335, p. 370, 2002.

habilitados para a tarefa.⁷⁶³ Em uma lei de 1803, passava a ser permitido às viúvas manter aberta a botica até um ano depois da morte do marido desde que ela tivesse um filho que pudesse administrá-la ao final desse prazo.

Em Portugal ou no Estado do Brasil, não existe alusão ao fato de a viúva herdar a botica do marido. Porém, desde a criação do curso de farmácia pelo rei Felipe I, na Universidade de Coimbra, o boticário deveria obter sua licença após completar o período de seis anos de estudos.⁷⁶⁴ No Brasil, o Regimento que determinava as obrigações do Físico-mor do Estado do Brasil obrigava os boticários a serem inspecionados e examinados pelos comissários do Físico-mor de três em três anos, regularem os preços dos medicamentos e a qualidade dos mesmos.⁷⁶⁵ Não sabemos, entretanto, qual a formação profissional dos boticários que desempenhavam suas funções presentes em nossa documentação, uma vez que a falta de escolas na colônia e de profissionais, muitas vezes, deve ter levado esses homens a um aprendizado mais empírico do que formal.⁷⁶⁶

Existiam ainda outros negócios ou outras atividades que ficavam nas mãos das viúvas após a morte do marido. Em Portugal, Teresa Fonseca identifica que as mulheres viúvas, durante o Antigo Regime, tanto das camadas mais abastadas quanto das mais desprovidas, desempenhavam atividades econômicas em diversos setores da economia: agricultura, artesanato, comércio e serviços. A diferença estava, segundo a autora, no grau de independência ao qual estavam submetidas:

(...) a mulher abastada acumulava a gestão da casa com a administração de bens fundiários e de negócios, interferindo em áreas de habitual competência masculina. As mulheres das camadas médias e, sobretudo, inferior (a maioria esmagadora da população feminina) eram ainda mais independentes e menos limitadas às tarefas domésticas, devido à autonomia usufruída em virtude de seu envolvimento na vida econômica. Com efeito, para as viúvas ou solteiras, o

⁷⁶³ Ibid., p. 376.

⁷⁶⁴ SERRANO, Eduardo. Évolution et histoire de la pharmacie au Portugal. **Révue d'Histoire de la Pharmacie**, Paris, 84e année, n. 312, 1996, Actes du XXXI^e Congrès International d'Histoire de la Pharmacie (Paris, 25-29 septembre 1995), p. 230.

⁷⁶⁵ *Regimento que serve de ley que devem observar os Comissarios delegados, do Fizico Mo'r deste Reyno nos Estados do Brazil*. Lisboa: Officina de Pedro Ferreira, 1745.

⁷⁶⁶ Para maiores informações sobre os boticários, consultar MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Do espetáculo da Natureza à natureza do espetáculo: boticários no Brasil setecentista*. 1998. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1998, p. 129 e segs.

*trabalho era indispensável à própria sobrevivência e à das pessoas a seu cargo.*⁷⁶⁷

A autora ainda destaca que, em determinadas atividades, as viúvas podiam suceder os maridos mortos. Um dos exemplos é o comércio de carne. Em 1793, a viúva de Tomás José Lobo foi autorizada, pela Câmara de Évora, a prosseguir com o abastecimento de carne até o término do contrato de arrematação.⁷⁶⁸

Nossa documentação nos dá conta, ainda, de viúvas que se envolviam em litígios decorrentes de disputas pelo negócio da família ou bens das legítimas. Ana Inácia de Jesus perdeu o marido em 18 de novembro de 1794. Segundo suas declarações, datadas de 2 de junho de 1817, os herdeiros e ela haviam feito uma partilha amigável.⁷⁶⁹ Mas, em 1815, esses mesmos herdeiros recorreram à Relação do Rio de Janeiro para contestar a venda da uma chácara no Catumbi, no caminho de Mata-Porcos,⁷⁷⁰ e de uma loja de fazendas secas, em 1813 e 1815 respectivamente.

A loja havia ficado com a viúva desde o falecimento do marido. Segundo ela, a posse da loja de fazendas secas permitiu-lhe que sustentasse os filhos menores e pagasse as dívidas que existiam desde quando o esposo administrava a loja:⁷⁷¹

*(...) tudo o dispenseu com alugueis de casas, salários de caixeiros, sustentação ditos da família, vestuários atualmente para ela e filhos, e escravos, curativos nas enfermidades, como ela [?] herdeiros todos o sabem; quando entre em dívida a este respeito, e não estejam pela presente declaração, e outra coisa pretendam, desde já ela Inventariante protesta em liquidação, haver quanto com eles dispenseu segundo é permitido, por não se considerar com responsabilidade que tivesse para o ter feito tratando-os como sempre os tratou com grandeza e decência, existindo [?] atualmente em poder e companhia dela Inventariante como sempre estiveram.*⁷⁷²

⁷⁶⁷ FONSECA, Teresa. A mulher na economia do Antigo Regime: Évora, 1750 – 1820. **Faces de Eva: Estudos sobre a mulher**. Lisboa, nº 5, p. 96-97, 2001.

⁷⁶⁸ FONSECA, op. cit., p. 108.

⁷⁶⁹ Ana Inácia de Jesus e Manoel Rodrigues dos Santos, proc. 9, cx. 3636, gal. A, 1794, JOA AN/RJ, f. 54.

⁷⁷⁰ Em 1865, recebeu o nome de rua Estácio de Sá. COARACY, op. cit., p. 495.

⁷⁷¹ Havia dívidas registradas em nome do Marquês do Lavradio, do mestre de campo José Pedro Paes Leme, do capitão José Gago Mascarenhas e de Manoel Gago.

⁷⁷² Ana Inácia de Jesus e Manoel Rodrigues dos Santos, proc. 9, cx. 3636, gal. A, 1794, JOA AN/RJ, f. 57.

A partilha foi feita em 8 de julho de 1817, quando os herdeiros já estavam todos maiores ou emancipados. Os bens que existiam quando se iniciou o inventário, em 1794, foram arrolados no monte que somou 21:915\$018, e tudo foi dividido entre os herdeiros e a viúva.⁷⁷³ Alguns herdeiros já haviam recebido quantias em dinheiro, que foram descontadas das legítimas. A viúva, no entanto, recebeu o montante da meação essencialmente em dívidas que deviam ser pagas ao casal.

Em outro inventário, os Partidores tiveram que dividir um monte de 28:825\$946 entre a viúva e seus 5 filhos, que incluía uma loja de louças e armazém.⁷⁷⁴ Os filhos herdeiros⁷⁷⁵ receberam legados diferentes. Alguns ganharam metade de uma morada de casas na rua do Cano⁷⁷⁶ e escravos. A outros foi-lhes adjudicado o valor da legítima em dívidas e em [d]inheiro do produto da loja da mão da inventariante por não se poder dividir a loja.⁷⁷⁷

Já a inventariante, Rosa Maria de Lima, que também era tutora e testamenteira, recebeu na terça a armação da loja, os produtos nela contidos e mais quatro escravos.⁷⁷⁸ Na meação, coube à viúva uma morada de casas de dois sobrados na rua Direita com paredes de pedra, portais e sacadas de madeira; 14 escravos; louças da loja; trastes de madeira; utensílios de uso da casa⁷⁷⁹ e ouro.

Apesar desses bens, a viúva pedia, em 1796, que lhe fosse entregue os rendimentos das legítimas dos filhos Mariana e José, que estavam depositadas no Cofre dos Órfãos:

Diz Rosa Maria de Lima, como tutora de seus filhos entre os quais são menores José e Mariana, que proximamente se julgou a partilha dos bens que ficaram por falecimento de seu marido José Borges Leal e os bens que se lançaram aos ditos menores lhe são necessários não só para o seu ornato como também para o serviço deles e para que seja a suplicante

⁷⁷³ Os herdeiros eram em número de sete em 1794: Ana Angélica da Conceição, 20 anos; Manoel Rodrigues Santos, 15 anos; Joaquim Rodrigues dos Santos, 12 anos; Emerenciana, 8 anos; Joana, 6 anos; Luíza, menos de 2 anos; Maria, nasceu depois do falecimento do pai.

⁷⁷⁴ Rosa Maria de Lima e José Borges Leal, proc. 2060, cx. 4171, 1793, JOA AN/RJ.

⁷⁷⁵ Maria Rosa da Conceição, 21 anos; Rosa Firmina de Lima, 18 anos; Ana Eugénia de Lima, 16 anos; Mariana Engracia de Lima [?]; José Borges Leal, 14 anos.

⁷⁷⁶ A rua do Cano era onde é hoje a rua Sete de Setembro. COARACY, op. cit., p. 528.

⁷⁷⁷ Rosa Maria de Lima e José Borges Leal, proc. 2060, cx. 4171, 1793, JOA AN/RJ, fls. 79-90.

⁷⁷⁸ 181 copos de quartilho, 55 garrafas douradas pequenas, 67 canecas, 677 frascos pintados, 525 garrafas pretas, 90 garrafas redondas pequenas, 28 garrafas redondas pequenas lapidadas, 66 dúzias e meia de vidros para relógio, 180 copos de meio quartilho, 71 vidros para lâmpadas, 890 copinhos para vinho, 86 ventosas, 60 pratos redondos, 42 pratos de guardanapo, etc. Rosa Maria de Lima e José Borges Leal, proc. 2060, cx. 4171, 1793, JOA AN/RJ, f. 19.

⁷⁷⁹ Chiculateira, cafeteira, bule, marmitta, panela de campanha, terrina com prato, etc.

*menos pesada a sustência (sic) que lhes faz de vestuários, sustento e decente trato com que andam, em razão disto e do que se tem determinado por acórdãos da relação requer a suplicante a V.Mce. lhes seja de arbitrar com digo arbitrar os rendimentos das ditas legítimas dos dois menores para o referido vestuário e sustento deles (...).*⁷⁸⁰

A mãe justificava o seu requerimento argumentando que estava despendendo muito dinheiro em *adornos e alfaias crescendo mais que o órfão se acha no seminário de São Joaquim com quem a suplicante está atualmente gastando (...).*⁷⁸¹ Mas, para autorizar a entrega dos rendimentos das legítimas dos menores, o Curador de Órfãos pediu que ela declarasse os rendimentos que teve com as lojas e casas. Segundo a tutora, tudo lhe teria rendido nove doblas ao ano.⁷⁸² Para ela, o valor era insuficiente para manter os filhos. O requerimento foi deferido pelo Juiz de Órfãos, depois de parecer favorável do Curador.

Clara de Souza Paixão, contudo, passou por momentos difíceis após a morte do marido. Bernardo José Alves morreu em setembro de 1797, deixando, para sua esposa cuidar, uma filha, Josefa de 7 anos e uma loja de armarinhos, além de vários outros bens.⁷⁸³ Mas, diferentemente de Rosa Maria de Lima, Clara de Souza Paixão optou por casar novamente. No entanto o novo casamento parece não ter tido o resultado que ela esperava, pois o marido desapareceu, abandonando-as.

Além da loja de armarinho, o casal de Bernardo e Clara possuía 8 casas na cidade, cinco escravos,⁷⁸⁴ vários móveis de casa, cobres, latões, roupas, prata, bestas muares e cavalares. Não sabemos quando a viúva contraiu novas núpcias, mas dois anos após a morte do primeiro marido, ela já estava casada novamente com José Joaquim Martins Seixas, que assinou termo de tutor de sua enteada, Josefa, em agosto de 1799.⁷⁸⁵ Com a partilha, feita em janeiro de 1800, foi adjudicada à meação do inventariante, o segundo marido de Clara de Souza Paixão, e à terça da testamenteira

⁷⁸⁰ Rosa Maria de Lima e José Borges Leal, proc. 2060, cx. 4171, 1793, JOA AN/RJ, s/f.

⁷⁸¹ Ibid.

⁷⁸² Uma dobra (ou dobla) correspondia a 9\$850. RODRIGUES, F. Contreiras. *Traços da Economia Social e Política do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935.

⁷⁸³ Clara de Souza Paixão e Bernardo José Alves, proc. 8684, mç. 455, 1797, JOA AN/RJ.

⁷⁸⁴ Dois deles estavam presos por ferro por serem fujões. Ibid., f. 6.

⁷⁸⁵ Em agosto de 1799, foi assinado o termo de tutor pelo qual o padrasto se tornava tutor da menor. Ibid., s/f.

todos os bens, à exceção de duas moradas de casas na rua do Alecrim,⁷⁸⁶ que couberam à filha menor.

Não demorou muito, e a situação da viúva e da filha deteriorou-se, pois o segundo marido de Clara de Souza Paixão desapareceu, em 1802. Ela, então, dirigiu um requerimento ao Juiz de Órfãos *informando que o marido havia se ausentado sem informar para onde e queria fazer o sequestro dos bens da menor sob a tutoria do dito e prestar conta da mesma*.⁷⁸⁷ Ela também disse que *os aluguéis das casas de morada que estavam alugadas que couberam à filha na partilha estavam sendo recebidos pelo marido, quando este se ausentou ela passou a recebê-los*.⁷⁸⁸ O patrimônio de Clara, notadamente, havia contribuído para que a viúva contraísse segundo casamento, porém também foi uma ameaça à sua sobrevivência uma vez que ela e sua filha poderiam ter ficado sem seu patrimônio após o segundo casamento da viúva.⁷⁸⁹

De acordo com o que observamos pela documentação, muitas viúvas, apesar da situação vulnerável de várias mulheres durante a viuvez, foram capazes de prosseguir com suas vidas e cuidar dos filhos. A posse de bens e de algum negócio serviu para garantir-lhes meios dos quais tirar seu sustento. Mas nem sempre esse patrimônio era garantia de tranquilidade, pois, em uma economia dependente do mercado externo, qualquer revés poderia abalar a produção agrícola e comprometer toda a cadeia produtiva. Notamos também que havia constante participação e negociações nos diversos setores da economia colonial que envolviam a participação das viúvas.

⁷⁸⁶ Parte superior da atual rua Buenos Aires, que terminava no Campo de Santana. COARACY, op. cit., p. 488.

⁷⁸⁷ O Requerimento data de 13 de novembro de 1802. Clara de Souza Paixão e Bernardo José Alves, op. cit., f. 59.

⁷⁸⁸ Ibid., f. 60.

⁷⁸⁹ Lisa Wilson argumenta que um novo casamento tornava vulnerável a situação da mulher viúva, sujeitando-a à exploração de um marido interessado em sua fortuna. Elizabeth Foyster, por outro lado, salienta que as viúvas que se casavam novamente perdiam sua liberdade. WILSON, op. cit., p. 138. FOYSTER, Elizabeth. Marrying the experienced widow in early modern England: the male perspective. In: CAVALLO, Sandra e WARNER, Lyndan. *Widowhood in medieval and early modern Europe*. Harlow: Longman, 1999, p. 113.

Considerações finais

As viúvas faziam parte de um grupo singular na capitania do Rio de Janeiro. De acordo com o que vimos em nossa documentação, eram mulheres livres, proprietárias e mães. Muitas eram chefes de domicílio, administravam lojas, conduziam engenhos de açúcar, cultivavam pequenas roças de mandioca e faziam farinha em suas propriedades, plantavam café ou forneciam pequenas quantidades de cana para engenhos, criavam gado, viviam em grandes ou pequenas chácaras produtoras de frutas, provavelmente para abastecer a população e os navios que atracavam na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Suas vendas vendiam fiado para os viajantes das Minas, suas boticas conheciam a arte da cura de livres e de escravos.

Algumas delas enviuvaram e casaram novamente, mas muitas não o fizeram. Medo de perder sua “independência”, seu poder, seus filhos? Em função da origem de nossas fontes, não podemos assegurar ao certo o motivo, mas, poucas, dentre as mulheres que estudamos, voltaram a dividir o mesmo teto com outro homem e com as bênçãos de Deus. Aquelas que o fizeram, muitas vezes, não puderam esperar muito porque tinham negócios para cuidar, filhos para criar, e o tempo lhes tiraria os atrativos da beleza e dos encantos de Afrodite. Às vezes, o futuro estava bem próximo, ao lado delas, fazendo as contas da venda ou das fazendas secas que chegavam da corte. Seus filhos corriam perigo de perder a legítima, garantia de um futuro menos rude, mas o presente podia ser cruel mesmo antes de o futuro chegar.

Para aquelas que não casavam de novo, surgiam múltiplas possibilidades. A sociedade fluminense dos últimos anos do século XVIII e início do seguinte se desenvolvia imersa em uma importante praça de comércio cujos interesses perpassavam os mais diversos espaços. Por ela, chegavam e saíam produtos dos mais diferentes lugares do Império luso; por ela, passava todo o tipo de mercadorias e de gente. Nesse ambiente, muitas mulheres ficaram viúvas. Eram sobreviventes, conseguiram vencer a morte no momento do parto e aos dias seguintes a ele, superaram os perigos de cidades e vilas sem recursos e sem assistência adequada às doenças que, na maioria das vezes, não poupavam seus maridos.

O Estado português, assim como muitos outros do período, sabia que as viúvas eram um importante contingente populacional. Muito antes de existirem

enquanto Estados, normas e leis foram organizadas para regular a participação das viúvas na sucessão, para protegê-las e a seus filhos. A família estava sob a proteção do rei e, portanto, deveria ser resguardada. Ela era a base sobre a qual a vontade do monarca se erguia e mantinha-se. As leis, os decretos e os alvarás que o governo luso promulgou não eram apenas em defesa da viúva; eram também uma proteção aos bens da família, do marido morto e da descendência deste. As viúvas eram a própria representação desse marido que não existia mais, de um domicílio que passava por mudanças e deveria ser preservado, protegido e cuidado. À reboque desses elementos, vinha a mulher viúva que se beneficiava dessas leis e ganhava poder diante de uma sociedade que frequentemente procurava limitar sua capacidade de atuação.

As viúvas assumiram o papel de provedoras dos filhos e chefes de família. Tais papéis, prioritariamente, estavam relacionados ao homem, reservados ao seu desempenho na esfera pública nas sociedades patriarcais. Entretanto a viuvez desloca esses limites, fazendo com que as mulheres passem a participar deles sem abandonarem a esfera privada do lar. As viúvas movem-se entre mundos antagônicos, por princípio excludentes, apesar de complementares, mas nem sempre separados. Ao mesmo tempo, como mães, continuavam a desempenhar seus tradicionais papéis de gênero de esposa e mãe.

Essa interpenetração de papéis e lugares muitas vezes as colocava em uma posição privilegiada perante outras mulheres – solteiras e casadas - ou outros homens. Sem serem o marido e o pai, elas assumiam as funções dos falecidos esposos e subvertiam a estrutura patriarcal, tornando-se a figura de referência dentro do domicílio. As viúvas ganham poderes que não haviam sido “pensados” para ela. Com a morte do marido, readquiriram capacidade jurídica para decidir sobre o que fazer e como fazer. Ao assumir a posição de inventariante dos bens do casal, passavam a administradoras do patrimônio do casal.

A execução da partilha garantia à viúva pelo menos metade dos bens conseguidos durante sua vida conjugal. Quando a mãe era indicada como tutora, ela ainda tinha o controle dos bens dos filhos menores. Isso, muitas vezes, deixava sob seus cuidados grande parte do patrimônio arrolado no inventário, incluindo bens móveis, imóveis e semoventes. Algumas viúvas sabiam ler e escrever. Somando-se a posse de bens ao conhecimento da escrita, temos um ambiente favorável ao desenvolvimento de um grupo populacional capaz de deter poderes que poucos tinham na sociedade colonial.

Essas mulheres eram estimadas, eram vistas e eram ouvidas. Sua distinção dava-se, em primeiro lugar, pelo luto. Ao guardar o luto, diferenciavam-se das demais mulheres e demonstravam que deveriam ser estimadas pelas esposas que foram, pelas mães que ainda eram e pelas senhoras que viriam a ser. A lei exigia respeito a essas mulheres, protegia seus filhos e punia quem os tentasse enganar. Elas se identificavam pelo luto não apenas social, mas também economicamente. Os gastos com ele incluíam missas, roupas da família e dos escravos da casa, armações na igreja e em casa, e tudo deveria obedecer a um ritual pensado para se atender às necessidades do enterramento. Pelos signos demonstrados por meio do luto, a viúva de “qualidade” manifestava o pertencimento ao seu grupo de origem. Aquelas que não tinham recursos também deviam cumprir com suas obrigações de viúva. Havia um mínimo de deveres que essas mulheres precisavam satisfazer para com seu falecido marido. Esses deveres incluíam a tumba, um hábito para o enterro e poucas missas, mas nem sempre eram possíveis de serem atendidos pela falta de recursos e excesso de despesas no momento do inventário.

Muitas vezes, as viúvas se dirigiram às autoridades metropolitanas para requisitar auxílio. O principal canal de interlocução foi o Conselho Ultramarino. Em requerimentos endereçados a esse órgão, pediam mercês e benefícios que só cabiam a elas. Sempre que possível, o Conselho procurava atender seus pedidos, fosse porque o Estado português entendia que deveria amparar as viúvas daqueles que trabalharam para ele, fosse para regular direitos que essas mulheres tinham e deveriam ser concedidos a elas.

As irmandades religiosas e laicas buscavam proteger e amparar as viúvas quando necessário. Em muitas dessas instituições, as viúvas e os filhos de seus membros deveriam ser assistidos durante o período da viuvez. A Santa Casa de Misericórdia prestava assistência, principalmente, às viúvas pobres, cuidando das doenças e abrigando aquelas que não tinham onde morar. Essas instituições eram o mais imediato socorro que tinham. Para aquelas que podiam pagar por abrigo e proteção, os conventos e os recolhimentos eram lugares seguros para passar o resto de seus dias.

Não era qualquer viúva que merecia a proteção e o cuidado, eram as verdadeiras viúvas de Paulo. Aquelas que eram tementes a Deus, que honravam seus maridos, honestas. Ao mesmo tempo em que eram vistas com respeito, também eram temidas por sua vida pregressa, pelo perigo da luxúria. Nem sempre foi possível se

manter livre das tentações, e, nesse momento, havia dois caminhos a seguir: casar novamente ou sucumbir ao pecado.

Um segundo casamento, entretanto, não era uma simples questão de desejo, mas muitas vezes de necessidade. Era preciso cuidar de pequenos negócios, comercializar carregamentos de mercadorias vindos da corte, administrar escravos, criar os filhos pequenos e dirigir uma casa que ainda era sua responsabilidade. Um novo marido significava ter ajuda para desempenhar essas tarefas, porém também podia ser uma ameaça a esses mesmos filhos e aos bens que as viúvas trouxeram do matrimônio anterior. Significava ainda ter novas restrições nas decisões sobre si ou sobre o que fazer para si. Novas uniões representavam novos desafios.

Manter-se viúva na colônia exigia esforços no enfrentamento de uma sociedade que via a mulher como incapaz de decidir, fraca diante das tentações, mas, ao mesmo tempo, suficientemente forte para continuar com a criação de filhos sem pais, para cuidar de uma casa sem provedor, para negociar bens sem a intervenção de homens.

Nossa documentação revelou-nos que a viuvez conferia poder a muitas mulheres. Entre as viúvas de elite, libertava-as da subordinação masculina do *pater*, porém podia lançar muitas outras mulheres na dependência. Entre as viúvas mais pobres e as das classes intermediárias, havia o perigo da miséria vinda com a ausência de um provedor que dividisse os custos da manutenção da casa e dos filhos.

Muitas questões ainda estão por ser estudadas. Por exemplo, não sabemos com que idade a maioria dessas mulheres ficou viúva ou se casou. É difícil precisar a cor das inventariantes, uma vez que raríssimos processos fazem menção a ela. Também não foi possível apontar, com precisão, a frequência de recasamentos e os intervalos entre o primeiro e o segundo matrimônios pela ausência de informação nos autos. Fica por saber, ainda, o que acontecia com aquelas viúvas nos processos em que não há partilha, pois elas não deram continuidade aos inventários.

As respostas para essas indagações talvez estejam em outras fontes documentais, tais como os assentos de batismo, casamento e óbito. Uma pesquisa nos registros eclesiásticos de testamentos também seria importante para entendermos as estratégias de poder utilizadas por essas mulheres após enviuvarem.

Conhecer a história das mulheres viúvas é conhecer a história da família, das crianças e da mulher; adentrar nos desafios propostos pelos estudos de gênero e contribuir para os estudos de cultura material e para a história da morte e da velhice.

Fontes e Bibliografia

Fontes Primárias Manuscritas

1. Inventários e Edital- Arquivo Nacional do Rio de Janeiro : Juízo de Órfãos e Ausentes (JOA), Juízo de Órfãos e Ausentes da 1ª Vara (JOA1), Juízo de Fora (JF) e Casa da Suplicação (CS).

Águeda Maria da Conceição (Inventariante - IVT) e Manoel Gomes Araújo Bacelar (Falecido/a - FCD), JOA, 1796.

Águeda Maria de Jesus (IVT) e Euzébio José de Matos (FCD), JOA, 1807.

Ana da Silveira Bitencurt (IVT) e Domingos Antunes Ferreira (FCD), JOA, 1798.

Ana da Silveira Borges (FCD) e Ana Maria de Jesus (IVT), JOA, 1797.

Ana de Jesus Maria e Cunha (IVT) e Antônio de Oliveira Guimarães (FCD), JOA, 1805.

Ana de Muros (IVT) e Alexandre de Oliveira (FCD), JOA, 1803.

Ana Pais da Silva (IVT) e Manoel Martins (FCD), JOA, 1793.

Ana Agostinha Luíza Xavier Silva (IVT), Sebastião Gil Vaz Lobo (FCD), JOA, 1807.

Ana Clara (IVT) e Manoel Machado Lima (FCD), JOA, 1798.

Ana Correa de Sá (FCD) e Antonia Correa de Sá Lima (IVT), JOA1, 1791.

Ana Eufrasia de Araujo (IVT) e Joaquim de Almeida Lima (FCD), JOA, 1789.

Ana Eufrasia Joaquina Gonzaga Neves (IVT) e José Vitorino Coimbra (FCD), JOA, 1795.

Ana Joaquina (IVT) e Manoel José Fernandes (FCD), JOA, 1789.

Ana Joaquina (IVT) e João dos Reis (FCD), JOA, 1808.

Ana Joaquina de Albuquerque (FCD) e Francisca Joaquina de Albuquerque (IVT), JOA, 1797.

Ana Joaquina de Jesus (IVT) e Ignacio José de Abreu (FCD), JOA, 1793.

Ana Joaquina de Jesus (IVT) e Francisco Soares de Brito (FCD), JOA, 1807.

Ana Joaquina de Souza (FCD) e Fidelis Ferreira Paradela (IVT), JOA, 1807.

Ana Joaquina Rosa (IVT) e João Vieira Borges (FCD), JOA, 1806.

Ana Joaquina Rosa (IVT) e Luiz José Paz da Rocha (FCD), JOA, 1808.

Ana Josefa Freire (IVT) e José Carlos Cabral (FCD), JOA, 1793.

Ana Inácia de Jesus (IVT) e Manoel Rodrigues dos Santos (FCD), JOA, 1794.

Ana Isabel Ferreira (IVT) e Manoel Rodrigues de Moraes (FCD), JOA, 1807.

Ana Maria (IVT) e Ignacio da Costa (FCD), JOA, 1792.

Ana Maria da Conceição (IVT) e José Dias Raposo (FCD), JOA, 1789.

Ana Maria da Conceição (IVT) e Leandro José Rodrigues de Sá (FCD), JOA, 1806.

Ana Maria da Piedade (IVT) e Manoel Ferreira Gomes (FCD), JOA, 1793.

Ana Maria das Virgens (IVT) e Manoel Antonio da Costa (FCD), JOA, 1806.

Ana Maria de Jesus (IVT) e João Ferraz de Teive (FCD), JOA, 1789.

Ana Maria de Jesus (IVT) e Lourenço de Souza (FCD), JOA, 1791.

Ana Maria de Jesus (FCD) e João Pereira de Lemos Faria (IVT), JOA, 1795.

Ana Maria de Jesus (IVT) e José de Sá Brito (FCD), JOA, 1795.

Ana Maria de Jesus (IVT) e Pedro Homem de Menezes (FCD), JOA, 1800.

Ana Maria de Jesus (FCD), Tereza Maria de Jesus (IVT), JOA, 1807.

Ana Maria de Jesus Pádua (IVT) e Vicente José de Mendonça Dormund (FCD), JOA, 1782.

Ana Maria de Oliveira (IVT) e Timoteo Pereira da Costa (FCD), JOA, 1797.

Ana Maria do Bonsucesso (IVT), Antonio Pereira Ferreira (FCD), JOA, 1798.
 Ana Maria do Bonsucesso (FCD), Antonio Pereira Ferreira (IVT), JOA, 1801.
 Ana Maria dos Anjos (IVT) e Jeronimo da Silva (FCD), JOA, 1796.
 Ana Maria Joaquina (IVT) e Manoel da Silva (FCD), JOA, 1806.
 Ana Maria Josefa (IVT) e Tomás Dias do Vale (FCD), JOA, 1796.
 Ana Rosa da Conceição (IVT) e Bartolomeu da Cunha (FCD), JOA, 1806.
 Ana Rosa Nascimento (IVT) e Manoel José da Rocha (FCD), JOA, 1808.
 Ana Teotônia dos Passos (IVT) e José da Costa Neves (FCD), JOA, 1798.
 Ana Teresa de Jesus (IVT) e Domingos Pires Chaves (FCD), JOA, 1800.
 Ana Teresa de Jesus (IVT) e Antonio Ribeiro de Sampaio (FCD), JOA, 1806.
 Ana Teresa de Jesus (IVT) e Diogo Vieira de Azevedo (FCD), JOA, 1801.
 Ana Vitória de Azevedo Martins (IVT) e José Francisco Martins (FCD), JOA, 1807.
 Anastácia Isabel de Campos Esteves Câmara (FCD) e Antonio Justino de Brito Lima (IVT), JOA, 1805.
 Andresa Lopes (IVT) e Manoel Gonçalves (FCD), JOA, 1806.
 Ângela Francisca (IVT) e Manuel Correa de Quadros (FCD), JOA, 1793.
 Angélica Felícia de Santana (IVT) e Antonio Gonçalves da Silva (FCD), JOA, 1796.
 Angélica Maria de Santo Antônio (IVT) e Manoel José de Serpa (FCD), JOA, 1797.
 Angélica Maria Rita (IVT) e Caetano Rodrigues Monteiro (FCD), JOA, 1807.
 Antonia de Macedo Sampaio (IVT) e Manoel Pimenta de Sampaio (FCD), JOA, 1793.
 Antonia de Oliveira (IVT) e Manoel Vieira da Cunha (FCD), JOA, 1794.
 Antonia do Nascimento (IVT) e Antônio da Costa campos (FCD), JOA, 1801.
 Antonia Pacheco (FCD) e Aires Pinto Camelo de Miranda (IVT), JOA, 1793.
 Antonia Luísa (IVT) e Manoel Antonio (FCD), JOA, 1799.
 Antonia Luísa da Cunha (IVT) e Tomé Correa da Silva (FCD), JOA, 1789.
 Antonia Maria da Conceição (IVT) e Antonio Ribeiro de Avelar (FCD), JOA, 1794.
 Antonia Maria do Espírito Santo (IVT) e João Garcês Gralha (FCD), JOA, 1789.
 Antonia Francisca de Souza (IVT) e José Alves Barbosa (FCD), JOA, 1800.
 Antonia Francisca Josefa Almeida (FCD) e José Cardoso de Almeida (IVT), JOA, 1799.
 Antonia Rosa (IVT) e Manoel da Silva Duarte (FCD), JOA, 1797.
 Arcângela Maria de Jesus (IVT) e José da Silveira Duarte (FCD), JOA, 1807.
 Arcângela Maria Doria (IVT) e Joaquim das Neves Leiria (FCD), JOA, 1807.
 Aurélia Maria de Paiva (IVT) e Manoel Duarte Silva (FCD), JOA, 1796.
 Bárbara da Silva (IVT) e Cristóvão Ribeiro da Silva (FCD), JF, 1779.
 Bárbara de Araújo Barcelos (IVT) e Maurício Pacheco Maciel (FCD), JOA, 1798.
 Bárbara Maria das Neves (IVT) e José Luis Machado (FCD), JOA, 1795.
 Bernarda Josefa da Conceição (FCD) e Ana Maria da Conceição (IVT), JOA, 1803.
 Caetana Benedita de Brito (IVT) e José Eloi Xavier (FCD), JOA, 1807.
 Candida Flora de Jesus (IVT) e Manoel Ferreira Brandão (FCD), JOA, 1806.
 Catarina Maria (IVT) e Carlos Correa de Marins (FCD), JOA, 1800.
 Catarina Maria da Conceição Amorim (IVT) e Antonio Joaquim de Velasco Amorim (FCD), JOA, 1806.
 Catarina Maria de Jesus (IVT) e Francisco Pereira [Ferreira] Moreira (FCD), JOA, 1808.
 Catarina Matilde de Sena (IVT) e Tomás Fernandes Novaes (FCD), JOA, 1798.
 Clara de Souza Paixão (IVT) e Bernardo José Alves (FCD), JOA, 1797.
 Clara Maria da Conceição (FCD) e Bento Correa Marques (IVT), JOA, 1796.
 Clara Maria de Jesus (IVT) e Domingos Francisco Lima (FCD), JOA, 1795.
 Clara Maria Rosa (IVT) e João Alves de Oliveira (FCD), JOA, 1794.

Claudia Joaquina (IVT) e Caetano da Silva Porto (FCD), JOA, 1795.
 Claudia Francisca do Espírito Santo (IVT) e João Cardoso Franco (FCD), JOA, 1789.
 Clemência Maria da Silva (IVT) e Joaquim Gomes da Conceição (FCD), JOA, 1803.
 Elena Barbosa Sardinha Quintanilha (IVT) e Salvador Correia Alves Quintanilha (FCD), JOA, 1807.
 Emerenciana de Jesus (IVT) e João da Costa Braga (FCD), JOA, 1797.
 Emerenciana Rosa da Cruz (IVT) e Manoel Martins de Gouveia (FCD), JOA, 1807.
 Engracia Joaquina da Soledade (IVT) e José da Mota Coutinho (FCD), JOA, 1795.
 Escolastica Antunes de Menezes (IVT) e Florentino de Aragão Espanha (FCD), JOA, 1808.
 Escolastica Maria de Oliveira (IVT) e Joaquim José Antunes Sodré (FCD), JOA, 1797.
 Eufêmia Rosa dos Anjos (IVT) e Patricio Manoel Rodrigues (FCD), JOA, 1799.
 Eufrásia Maria de Souza (IVT) e Pascoal Coelho Bastos (FCD), JOA, 1795.
 Eugênia Rodrigues (IVT) e Manoel Ferreira Dias (FCD), JOA, 1793.
 Felisberta Joaquina de Oliveira (IVT) e José Pinto da Fonseca (FCD), JOA, 1794.
 Francisca de Paula Assunção (IVT) e Joaquim Antonio de Faria Sacomano (FCD), JOA, 1805.
 Francisca de Souza Coutinho (IVT) e Marcos da Silva Costa (FCD), JOA, 1806.
 Francisca Vieira dos Santos (IVT) e Manoel de Freitas Silva (FCD), JF, 1790.
 Francisca Xavier da Ressurreição (IVT) e Domingos Rodrigues das Neves (FCD), JOA1, 1792.
 Francisca Inácia de Sampaio (IVT) e Manoel Rodrigues Sepeda (FCD), JOA, 1800.
 Francisca Inácia de São José (IVT) e Bento José Ribeiro (FCD), JOA, 1801.
 Francisca Joaquina da Conceição (IVT) e Antonio Rodrigues da Cunha (FCD), JOA, 1802.
 Francisca Joaquina da Silva (IVT) e Manoel Pereira Novais (FCD), JOA, 1807.
 Francisca Maria da Conceição (IVT) e Antonio José da Paixão (FCD), JOA, 1808.
 Francisca Maria da Conceição (FCD) e Manoel dos Santos Portugal (IVT), JOA1, 1799.
 Francisca Maria de Jesus (FCD) e Alexandre Teixeira (IVT), JOA, 1799.
 Francisca Maria de Jesus (IVT) e Manoel Monteiro de Castro (FCD), JOA, 1807.
 Francisca Rosa Gouveia (IVT) e Vasco Francisco Coutinho (FCD), JOA, 1802.
 Gertrudes Margarida da Estrela (IVT) e Antonio Tavares (FCD), JOA, 1808.
 Helena Pereira Maciel (IVT) e José Nunes Pacheco (FCD), JOA, 1797.
 Helena Rosa de Jesus das Neves (IVT) e José Gonçalves Malta (FCD), JOA, 1793.
 Humiliana Maria da Conceição (IVT) e Manoel José Pinto de Macedo (FCD), JOA, 1795.
 Inácia Gertrudes de Almeida (IVT) e Francisco da Silva Braga (FCD), JOA, 1779.
 Inácia Luísa de Vasconcelos Vaia (IVT) e José Alvares Moreira (FCD), JOA, 1808.
 Inácia Maria da Penha (IVT) e Manoel dos Santos (FCD), JOA, 1795.
 Inácia Maria de Jesus (FCD) e Maria do Nascimento de Jesus (IVT), JOA, 1803.
 Isabel Costa (FCD) e José Soares Figueira (IVT), JF, 1779.
 Isabel de Andrade (IVT) e Manoel Caetano da Silva (FCD), JOA, 1795.
 Isabel Pacheco Freire (IVT) e Domingos Vaz de Santa Teresa (FCD), JF, 1783.
 Isabel Inácia Joaquina e Manoel Pereira de Lemos (FCD) e João Machado Botelho (IVT), JOA, 1806.
 Isabel Maria Vilela (FCD) e José Manuel Gonçalves Vilela (IVT), JOA, 1804.
 Jacinta Francisca Pereira (IVT) e Manoel de Santa Ana Silva (FCD), JOA, 1808.
 Joana da Silva (IVT) e José Barbosa de Matos (FCD), JOA, 1795.
 Joana Vieira (IVT) e Miguel Rodrigues Batalha (FCD), JOA, 1771.
 Joana Inácia da Luz (IVT) e Mateus de Souza Lopes (FCD), JOA, 1795.

Joana Isabel de Jesus (IVT) e Manoel Raposo de Vasconcelos (FCD), JOA, 1793.
 Joana Rosa da Conceição (IVT) e Miguel Joaquim de (FCD), JOA, 1806.
 Joana Rosa de Jesus (IVT) e José da Rosa (FCD), JOA, 1797.
 Joana Rosa Matilde da Trindade (IVT) e Manoel Francisco Peixoto (FCD), JOA, 1805.
 Joana Teresa da Silva (IVT) e José Pereira dos Santos Castro (FCD), JOA, 1795.
 Joana Teresa do Espírito Santo (IVT) e José Ribeiro de Araújo (FCD), JOA, 1798.
 Joana Vieira da Costa (FCD) e Nicolau José de Alvarenga (IVT), JOA, 1801.
 Joaquina Luísa Rosa (IVT) e Lourenço Francisco (FCD), JOA, 1803.
 Joaquina Maria da Conceição (IVT) e João Alves da Silva (FCD), JOA, 1789.
 Joaquina Maria da Encarnação (IVT) e Bento da Cunha Paiva (FCD), JOA, 1794.
 Joaquina Maria de Assunção (IVT) e Vicente Carvalho de Oliveira (FCD), JOA, 1787.
 Joaquina Rosa dos Santos (IVT) e Vicente Ferreira da Cruz (FCD), JOA, 1805.
 Joaquina Rosa Xavier Lisboa (IVT) e Joaquim José Lisboa (FCD), JOA, 1794.
 Joaquina Tomásia Mendes (IVT) e Joaquim de Moura Brito (FCD), JOA, 1798.
 Josefa Vieira Rosa (IVT) e Manoel Machado de Sousa (FCD), JOA, 1804.
 Josefa Clara de Santa Ana (IVT) e Pedro Carvalho Pereira (FCD), JOA, 1793.
 Josefa Inacia (IVT) e João Dias Machado (FCD), JOA, 1800.
 Josefa Joaquina Rosa (IVT) e João Rodrigues Pereira (FCD), JF, 1793.
 Josefa Maria de Jesus (IVT) e Jerônimo Francisco da Silva (FCD), JOA, 1807.
 Josefa Maria de Jesus (IVT) e José da Costa Nunes (FCD), JOA, 1805.
 Josefa Maria de Santa Rita (IVT) e Joaquim Correa Homem (FCD), JOA, 1795.
 Josefa Maria Nogueira (IVT) e Francisco Rodrigues da Silveira (FCD), JOA, 1797.
 Josefa Maria Xavier do Rego (IVT) e Dionísio Pires Querido Leal (FCD), JOA, 1796.
 Josefa Teresa de Jesus (IVT) e João da Gama Araújo (FCD), JOA, 1792.
 Laura Inocência Rosa (IVT) e Francisco da Silveira Bitencurt (FCD), JOA, 1804.
 Leonor Maria de Assunção (IVT) e José de Souza Rosa (FCD), JOA, 1805.
 Luísa de Matos Coutinho (FCD) e Manoel Gomes de Callaris (IVT), JOA, 1779.
 Luísa de Melo (FCD) e José Rodrigues e Chaves (IVT), JOA, 1808.
 Luísa Rangel de Azeredo (IVT) e Agostinho José de Souza Coutinho (FCD), JOA, 1807.
 Luísa Feliciano Rosa (IVT) e Manoel da Cruz Macieira (FCD), JOA, 1796.
 Luísa Rosa de Lima (IVT) e José da Silva Furtado (FCD), JOA, 1806.
 Luísa Rosa do Espírito Santo (IVT) e Bernardo José de Andrade (FCD), N/I, 1806.
 Madalena Carvalho (IVT) e Joaquim de Azevedo (FCD), JF, 1796.
 Maria Angélica de Sá Menezes (FCD) e Roberto Car Ribeiro de Bustamante (IVT), JOA, 1806.
 Maria Angélica da Encarnação (IVT) e José Caetano de Oliveira (FCD), JOA, 1800.
 Maria Arcângela Ferreira (IVT) e Bento José de Andrade (FCD), JOA, 1801.
 Maria Barbosa (IVT) e Manoel e Carvalho de Brito (FCD), JOA, 1795.
 Maria Barbosa de Oliveira (FCD) e José Paes Ferreira (IVT), JOA, 1805.
 Maria da Assunção (IVT) e Tomás Gonçalves da Silva (FCD), JOA, 1800.
 Maria da Conceição (IVT) e Hilário Xavier (FCD), JOA, 1802.
 Maria da Conceição (IVT) e Miguel Cardoso Castel Branco (FCD), JOA, 1797.
 Maria da Conceição Mota (IVT) e Antônio Martins Passos (FCD), JOA, 1808.
 Maria da Conceição Pereira (IVT) e Manoel Pinheiro da Fonseca (FCD), JOA, 1793.
 Maria da Lapa da Conceição (IVT) e José de Castilho Alvarenga (FCD), JOA, 1794.
 Maria de Sá Freitas e Joaquim da Silva Lisboa (FCD), Joaquina Joana Rosa da Silva Lisboa (IVT), JOA, 1796.
 Maria de Sá Freitas (Edital), JF, 1798.
 Maria dos Anjos Rita (FCD) e Margarida da Rosa de Oliveira Braga (IVT), JOA, 1804.

Maria dos Santos Ribeira (IVT) e José Teixeira (FCD), JOA, 1806.
 Maria Fragoso de Jesus (FCD), Silvério Soares Lousada e outros Apelantes, CS, 1808.
 Maria Pacheco Freire (FCD) e Inacio da Costa Montalvão (IVT), JOA, 1794.
 Maria Soares Louzada (IVT) e Manoel Rodrigues Nogueira (FCD), JOA, 1808.
 Maria Teodora (FCD) e Francisco José dos Passos (IVT), JOA, 1805.
 Maria Bernarda de Araújo (FCD) e Antonio José de Carvalho (IVT), JOA, 1796.
 Maria Francisca (FCD) e Antônio Lourenço de Ávila (IVT), JOA, 1807.
 Maria Francisca da Encarnação (FCD) e Francisco José da Rocha Freitas (IVT), JOA, 1806.
 Maria Inácia (IVT) e Antonio João da Silva (FCD), JOA, 1806.
 Maria Inácia de Souza (IVT) e Antonio André de Souza (FCD), JOA, 1793.
 Maria Joaquina da Conceição (IVT) e Luíz dos Santos Azevedo (FCD), JOA, 1806.
 Maria Joaquina Maia (IVT) e Antonio Carvalho Pereira (FCD), JOA, 1800.
 Maria Luíza (IVT) e Francisco Nunes (FCD), JOA, 1807.
 Maria Madalena de Jesus (FCD) e João Ferreira Gomes (IVT), JOA, 1806.
 Maria Rosa (FCD) e Ricardo José Francisco Galvão (IVT), JOA, 1789.
 Maria Teresa (FCD) e José da Silva (IVT), JOA, 1795.
 Maria Teresa (FCD) e Manoel Pimenta Sampaio (FCD), JOA, 1807.
 Maria Teresa da Conceição (FCD) e Francisca Teresa da Conceição (IVT), JOA, 1791.
 Maria Teresa da Silva (IVT) e Manoel Soares de Azevedo (FCD), JOA, 1807.
 Maria Teresa de Jesus (IVT) e Manoel de Oliveira Silva (FCD), JOA, 1795.
 Maria Teresa de Jesus (IVT) e Vitorino da Silveira Duarte (FCD), JOA, 1807.
 Maria Teresa do Nascimento (IVT) e Antonio Luiz de Sá (FCD), JOA, 1803.
 Maria Teresa Nogueira (IVT) e José Alvares da Paixão (FCD), JOA, 1793.
 Maria Tomásia de Azeredo (IVT) e Manoel Francisco de Paula (FCD), JOA, 1800.
 Mariana da Silva (IVT) e Antonio José Barbosa (FCD), JOA, 1797.
 Mariana das Neves Correia (IVT) e José de Pontes França (FCD), JOA, 1772.
 Mariana de Souza (FCD) e José Vieira Bernardes (IVT), JF, 1785.
 Mariana Josefa (IVT) e João de Souza Leal (FCD), JOA, 1795.
 Mariana Josefa (FCD) e Francisca Rosa (IVT), JOA, 1797.
 Narciza Maria da Conceição (IVT) e Manoel da Silva (FCD), JOA, 1793.
 Páscoa Vieira Rosa (FCD) e Inácio Rodrigues de Souza (IVT), JOA, 1795.
 Raquel Maria (IVT) e José Borges (FCD), JOA, 1793.
 Ricarda de Oliveira (FCD) e Francisco Gomes dos Santos (IVT), JF, 1799.
 Rita Quitéria do Amaral (IVT) e Antonio José dos Santos (FCD), JOA, 1808.
 Rita Tereza (IVT) e Francisco de Castanheda (FCD), JOA1, 1792.
 Rosa Joaquina (IVT) e Manoel dos Anjos Murga (FCD), JOA, 1806.
 Rosa Maria do Nascimento (IVT) e João Caetano da Cunha (FCD), JOA, 1806.
 Rosa Maria do Rosário (FCD) e José Teixeira (IVT), JOA, 1808.
 Rosa Maria Joaquina (IVT) e Júlio Pereira de Souza (FCD), JOA, 1801.
 Rosa Maria da Torre (FCD) e Felipe José Navarro (IVT), JOA, 1805.
 Rosa Maria de Lima (IVT) e José Borges Leal (FCD), JOA1, 1793.
 Rosaura Maria da Conceição (IVT) e Francisco de Medeiros (FCD), JOA, 1808.
 Sebastiana Rodrigues de Oliveira (IVT) e Agostinho de Almeida (FCD), JOA, 1793.
 Teodora Francisca da Conceição (IVT) e João Fernandes (FCD), JOA, 1803.
 Teodora Maria Conceição (IVT) e Manoel Martins Caridade (FCD), JOA, 1789.
 Teresa Machado de Jesus (IVT) e Antonio de Meneses (FCD), JOA, 1793.
 Teresa Bernanda de Jesus (IVT) e Manoel Lobo de Alarcão (FCD), JOA, 1795.
 Teresa de Jesus (IVT) e Manoel Luiz Pinheiro (FCD), JOA, 1797.
 Teresa de Jesus de Meneses (IVT) e João do Rego Baldaia (FCD), JOA, 1807.

Teresa Maria de Jesus (IVT) e Antonio José da Costa Velho (FCD), JOA, 1805.
 Teresa Maria de Jesus (IVT) e Antonio José Gomes Guimarães (FCD), JOA1, 1799.
 Teresa Maria de Jesus (IVT) e Antonio José Vieira Leitão (FCD), JOA, 1804.
 Teresa Maria de Jesus (FCD) e João Ferreira Couto Menezes (IVT), JOA, 1792.
 Teresa Maria de Jesus (IVT) e Luis Borges Salgado (FCD), JF, 1789.
 Teresa Maria de Jesus (IVT) e Manoel da Costa de Figueiredo (FCD), JOA, 1808.
 Teresa Maria de Jesus (IVT) e Manoel da Costa Santos (FCD), JOA, 1806.
 Teresa Maria de Nazaré (IVT) e Bento Soares de Araújo (FCD), JOA, 1781.
 Teresa Maria de Oliveira (IVT) e Luis Gaspar de Almeida (FCD), JOA, 1766.
 Teresa Romana de Jesus (IVT) e Bento José da Silva Brandão (FCD), JOA, 1807.
 Teresa Rosa de Jesus (IVT) e Manuel Inácio da Silva (FCD), JOA, 1802.
 Tomásia Maria Joaquina (IVT) e Antonio Pereira da Silveira (FCD), JOA, 1801.
 Úrsula de Brito (IVT) e Jacinto Lobo Frazão (FCD), JF, 1786.

2. Arquivo Histórico Ultramarino

Carta de Maria Teresa de Jesus Gouveia, viúva do tenente-general Martim Correia de Sá ao [secretário de estado de Marinha e Ultramar], Francisco Xavier Mendonça Furtado, solicitando apoio para o andamento de uma contenda entre suas filhas e a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo envolvendo a herança de seu falecido marido, cujo requerimento ainda estava em poder do desembargador Pedro Viegas Vaz, e sobre o qual poderia informar o escrivão do cível de Lisboa, Antônio Ferreira Feital. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1764, cx. 71, doc. 6.548, 1764, AHU-RJ.

Compromisso da Mesa do Bem Comum do Comércio da Praça do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1753 (Cópia). Rio de Janeiro, 20 de maio de 1755, cx. 79, doc. 18.331, 1755, AHU-RJ (cx. 79 anexo ao documento número 18.327).

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre a carta do governador do Rio de Janeiro, Antônio Pais de Sande, acerca das crianças expostas propondo aplicar a propina das obras pias para a criação e sustento dessas crianças pela Casa da Misericórdia ou pela Câmara desta cidade. Lisboa, 26 de setembro de 1693, cx. 6, doc. 566, 1.693, AHU-RJ.

Ofício de [sargento-mor e comandante do Regimento de Moura], José Vitorino Coimbra ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, informando os motivos da instauração de um processo criminal contra o boticário Joaquim José Henriques, bem como o pronunciamento de Ana Eufrásia Joaquina Gonzaga Neves, acusada pelos crimes de adultério e tentativa de assassinato por envenenamento, solicitando ordens para que lhe seja concedida proteção militar até ao julgamento, bem como um ministro para defender sua causa. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1788, cx. 132, doc. 10.488, 1788, AHU - RJ.

Portaria pela qual se mandou passar a Miguel Rodrigues Batalha provisão de confirmação da que lhe passou o Governador do Rio de Janeiro, de Boticário de S. Majestade, para naquela Praça dar todos os medicamentos precisos para os socorros da Colônia do Rio Grande de S. Pedro e Ilha de Santa Catharina e para togas as

fragatas reais. Rio de Janeiro, 31 de março de 1742, cx. 59, doc. 13.940, 1742, AHU-RJ.

Portaria pela qual se mandou passar a Miguel Rodrigues Batalha, provisão de confirmação da que lhe passou o governador do Rio de Janeiro, de Boticário de S. Majestade, para naquela Praça dar todos os medicamentos precisos para os socorros da Colônia do Rio de Grande de S. Pedro e Ilha de Santa Catarina e para todas as fragatas reais. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1748, cx. 59, doc. 13.944, 1748, AHU-RJ.

Requerimento de Ana Luiza dos Serafins, viúva do tenente-coronel Francisco Xavier Barreiros, ao rei [D. José], solicitando permissão para ser a tutora de seu filho menor, José Xavier Barreiros. Rio de Janeiro, 18 de Julho de 1770, cx. 90, doc. 7.909, 1770, AHU-RJ.

Requerimento de André da Costa à rainha [D. Maria I] solicitando confirmação de carta patente no posto de cirurgião-mor do esquadrão da Cavalaria da cidade do Rio de Janeiro que faz a guarda do vice-rei, mesmo sem ter juntado a patente de seu antecessor Luís Borges Salgado como lhe fora ordenado, visto este não ter patente passada (...). Rio de Janeiro, 14 de Maio de 1781, cx. 115, doc. 9.479, 1781, AHU-RJ.

Requerimento de Antônia Vieira (sic) de Castro, viúva do desembargador Matias Pinheiro da Silveira, ao rei [D. José], solicitando provisão para dispor livremente dos seus bens, a fim de distribui-los antes de se recolher a um convento de religiosas. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1771, cx. 92, doc. 8.051, 1771, AHU-RJ.

Requerimento de Caetana Alberta, viúva do capitão José Vieira Souto, ao rei [D. José] solicitando prorrogação por mais 5 anos do prazo para apuração das contas pendentes do inventário referentes à casa de negócio pertencente ao falecido marido, com vistas ao pagamento dos credores, sendo a suplicante testamenteira e tutora de seus três filhos menores. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1765, cx. 76, doc. 6.919, 1765, AHU-RJ.

Requerimento de Catarina Rosa, viúva de Manoel dos Reis Lisboa, ao Rei [D. José], solicitando a tutela de seu filho menor chamado João. Rio de Janeiro, 10 julho de 1769, cx. 88, doc. 7.715, 1769, AHU-RJ.

Requerimento de Helena de Andrade de Souto Maior Coutinho, viúva do capitão-mor do Rio de Janeiro, Manoel Pereira Ramos de Lemos de Faria, ao rei [D. José], solicitando provisão autorizando-a a citar judicialmente o Conselho da cidade de Mariana, na capitania de Minas Gerais, em virtude de uma dívida do referido Conselho para com o seu falecido marido. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1765, cx. 73, doc. 6.681, 1765, AHU-RJ.

Requerimento de Helena de Andrade de Souto Maior Coutinho, viúva do capitão-mor da cidade do Rio de Janeiro, Manoel Pereira Ramos de Lemos de Faria, ao rei [D. José] solicitando provisão ordenando a medição, demarcação e tombamento das terras de sua propriedade. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1765, cx. 73, doc. 6.685, 1765, AHU-RJ.

Requerimento de Isabel Maria Vilela, viúva de Manoel José Gonçalves Vilela, por seu procurador José Batista Branco, ao príncipe regente [D. João], solicitando provisão para ser tutora de seus filhos. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1801, cx. 197, doc. 13.997, 1801, AHU-RJ.

Requerimento de Joana Inácia da Luz Ferreira, viúva de Mateus de Sousa Lopes, à rainha [D. Maria], solicitando provisão para ser tutora da sua filha de quatro anos, chamada Laureana. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1796, cx. 160, doc. 12.017, 1796, AHU-RJ.

Requerimento de João de Castro Viana, Felipe da Costa Freitas e mais herdeiros do falecido Manoel da Costa ao rei [D. José], solicitando provisão para que se procedesse ao sequestro dos bens que, sua mãe Quitéria Maria de Jesus, ao casar-se, em segundas núpcias, com Dionísio de Sousa, lhes negar a posse devida, interpondo caução juratória. Rio de Janeiro, 30 outubro de 1772, cx. 95, doc. 8.193, 1772, AHU-RJ.

Requerimento de Josefa Caetana de Souza Barreto, viúva de João Luis de Sousa Saião, ao rei [D. José], solicitando certidão na qual constasse o ajuste que o seu sogro, o contratador da dízima do Rio de Janeiro, Francisco Luis Saião, fizera com o desembargador e procurador fiscal do Conselho Ultramarino, relativo ao pagamento do dito contrato. Rio de Janeiro, 8 janeiro 1776, cx. 98, doc. 8.498, 1776, AHU-RJ.

Requerimento de Manoel Francisco Peixoto ao príncipe regente [D. João], solicitando a confirmação da carta patente no posto de capitão da 2a. Companhia da Ilha do Governador do Terço das Ordenanças da cidade do Rio de Janeiro, [do qual é capitão-mor Domingos Viana de Castro]. Rio de Janeiro, 17 de março de 1800, cx. 180, doc. 13.171, 1800, AHU-RJ.

Requerimento de Quiteria Flora de Jesus à rainha [D. Maria], solicitando provisão para receber todo o rendimento do ofício de escrivão da Ouvidoria do Cível da Relação da cidade do Rio de Janeiro em que havia servido o seu falecido marido Antonio Machado Freire, ou pelo menos a terça parte dele enquanto for viva. Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1785, cx. 125, doc. 10.010, 1785, AHU-RJ.

Requerimento de Rosa Maria ao rei [D. José] solicitando provisão para ser tutora de sua filha menor, como viúva de Manoel Ribeiro de Faria. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1768, cx. 87, doc. 7.625, 1768, AHU-RJ.

Requerimento de Rosa Maria do Rosário, viúva de Lourenço Teixeira de Andrade, por seu procurador José Antônio, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de sesmaria na vila de Parati. Rio de Janeiro, 10 de julho de 1804, cx. 219, doc. 15.099, 1804, AHU-RJ.

Requerimento de Teodora Francisca Evangelista ao rei [D. José], solicitando faculdade para nomear serventuário para o ofício de escrivão da descarga da Alfândega do Rio de Janeiro, que pertenceu a seu falecido marido, Francisco Lopes Carneiro, durante a menoridade de seu filho, Joaquim Lopes Carneiro, e alegando que necessitava viajar com o mesmo para Lisboa, para cuidar de sua educação formal. Rio de Janeiro, 6 de julho de 1767, cx. 81, doc. 7.260, 1767, AHU-RJ.

Requerimento de Teresa de Moura ao rei [D. José], solicitando a terça parte do rendimento do ofício de escrivão dos Órfãos do Rio de Janeiro, que pertencera a seu falecido marido, Jacinto Pereira de Castro, para sua subsistência. Rio de Janeiro, 17 março 1753, cx. 45, doc. 4.645, 1753, AHU-RJ.

Requerimento de Teresa Maria de Jesus, por seu procurador Francisco Correia Fonseca, ao príncipe Regente [D. João], solicitando provisão para ser tutora e administradora dos bens e de seus filhos menores, conforme a vontade de seu falecido marido Antônio José Vieira Leitão. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1806, cx. 234, doc. 15.984, 1806, AHU-RJ.

Requerimento de Tomás Pinheiro da Silveira Botelho e sua irmã, Luísa Germana da Silveira, ao rei [D. José] solicitando provisão de comissão dos bens deixados no Rio de Janeiro e em Lisboa, por seus pais o desembargador da Relação do Rio de Janeiro, Matias Pinheiro da Silveira Botelho, e sua esposa, Madalena Barreiros de Aguiar Coutinho, ressaltando que o referido desembargador havia contraído um Segundo matrimônio no Brasil, deixando lá filhos menores, também postulantes à dita herança. Rio de Janeiro, 14 de junho de 1756, cx. 50, doc. 5.051, 1756, AHU-RJ.

Requerimento do boticário Joaquim José Henriques de Paiva à rainha [D. Maria I], solicitando alvará de fiança para apresentar provas em sua defesa, devido à denúncia apresentada contra si como cúmplice de alguns escravos que intentavam contra a vida de seus senhores por vingança ou de pessoas que desejavam matar seus parentes, incluindo entre estes casos o do envenenamento de José Vitorino Coimbra por sua esposa, do qual o suplicante foi acusado de conivência pela escrava da vítima. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1780, cx. 113, doc. 9.358, 1780, AHU-RJ.

Requerimento do capitão Joaquim da Silva Lisboa e de sua mulher, Maria de Sá e Freitas ao rei [D. José], solicitando provisão de licença para regressar a Portugal, alegando que, por falecimento de seu genro, Manoel Antônio Pereira, o casal precisava amparar sua única filha, Maria Borges de Sá e Freitas, moradora na cidade de Lisboa. Rio de Janeiro, 10 de Julho de 1766, cx. 78, doc. 7.058, 1766, AHU-RJ.

Requerimento do Capitão Jorge de Azevedo e Sousa à rainha [D. Maria], solicitando provisão de confirmação testamentária que fez na pessoa de sua mulher Josefa Maria de Sousa, a fim de que seja conservada na posse dos bens dos órfãos, de quem ela será tutora, sem obrigação de dar fiança ao juízo dos Órfãos, por estar abonada com a fábrica de açúcar que possuem, assinando termo para não poder vendê-la, enquanto se conservar viúva. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1796, cx. 160, doc. 12.016, 1796, AHU-RJ.

Requerimento do homem de negócios do Rio de Janeiro, José Pereira dos Santos Crasto, à rainha [D. Maria I], solicitando provisão que determine ao vice-rei do Rio de Janeiro, [Luís de Vasconcellos e Sousa], a nomeação de ministros idôneos para julgar as contas de uma sociedade de várias fazendas pertencentes ao falecido, Pedro José Seabra, marido de sua atual mulher, Joana Teresa da Silva, visto estar o suplicante interessado em administrar aquela sociedade, juntamente com Luís Gaspar de Almeida e Manoel Pinheiro de Carvalho, assistentes naquela cidade, e com José Lopes da Silva, residente em [Lisboa]. Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1780, cx. 112, doc. 9.260, 1780, AHU-RJ.

Requerimento do negociante da praça do Rio de Janeiro, Nicolau da Costa Guimarães ao rei [D. José], solicitando provisão para que lhe seja pago um salário, por ser tutor dos bens do falecido Manoel da Costa Freitas, que foram sequestrados à viúva quando esta casou pela segunda vez. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1772, cx. 94, doc. 8.147, 1772, AHU-RJ.

Requerimento dos menores, Tomas Pinheiro da Silveira Botelho e sua irmã Luíza Germana da Silveira Aguiar, ao rei [D. José], solicitando que se nomeie um ministro da relação para ser juiz do inventário dos bens que ficaram do seu falecido pai, o desembargador Matias Pinheiro da Silveira Botelho. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1761, cx. 62, doc. 5.962, 1761, AHU-RJ.

Requerimento dos menores, Tomás Pinheiro da Silveira Botelho, e sua irmã, Luísa Germana da Silveira Aguiar, ao rei [D. José], solicitando que se nomeie um ministro da Relação para ser juiz do inventário dos bens que ficaram do seu falecido pai, o desembargador Matias Pinheiro da Silveira Botelho. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1761, cx. 62, doc. 5962, 1761, AHU-RJ.

3. Base de dados do Recôncavo da Guanabara

Escritura de distrate de sociedade em um comércio que fazem o Capitão José Ribeiro de Araújo e Antonio José Coelho Roriz – armazém de molhados, feita em 10/1/1795 por trato particular, sita na praia do Peixe. Obs: Distratam a sociedade sem que se proceda balanço ou averiguação alguma, dando o outorgado Roriz ao outorgante a quantia de 802\$400. Tudo continua pertencendo ao outorgado. 4º ON, 112, AN, 20 de julho de 1795, f. 12.

Escritura de venda de duas moradas de casas que fazem Pedro Ursini Grimator [Grimaldi] e sua mulher Dona Joana Rosa Matildes da Trindade, a José Antonio Vilela, que vive de negócio - térreas, sitas na rua do Sabão, partindo de um lado com Dona Ana de tal e do outro com quem de direito for, livres de foro, havidas por arrematação na praça dos Ausentes. 1º ON, AN, 206, 27 de maio de 1812, f. 7.

Escritura de venda de uma morada de casas que fazem Teresa de Jesus, viúva de Manoel Torres, e sua filha Antônia Maria do Sacramento, solteira e maior de 14 anos, a Dona Joana Teresa do Espírito Santo, viúva do Capitão José Ribeiro de Araújo – de sobrado, com duas moradinhas térreas nos fundos, sita na praia do Peixe, partindo de uma banda com casas do Capitão Cláudio José Pereira da Silva e da outra com casas de Luiz Gaspar de Almeida, correndo os fundos para a rua do arco do Teles, livre de foro, herdada de seu marido no Juízo de Órfãos em que servia o escrivão Manoel Lins da Silva Regadas. 2º ON, AN, 134, 22 de setembro de 1798, f. 221v.

- ALMEIDA, Cândido Mendes de (ed.). *Ordenações Filipinas*. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870.
- AQUINAS, St. Thomas. The “Summa Theologica”. London: Burns Oates & Washbourne Ltda, Part II, Second Part, v. 19, 1912.
- _____. *The “Summa Theologica”*. London: Burns Oates & Washbourne Ltda, Second Part of the Second Part, v. 2, 1912.
- _____. *The “Summa Theologica”*. London: Burns Oates & Washbourne Ltda, Part II, Second Part, v. 12, 1912.
- BARRY, Paul de. *Les cents illustres de la maison de Dieu en toute sorte de Profession : avec les réflexions qui contiennent quelques instructions, et maximes de la vie spirituelle nécessaires pour réussir saintement en semblables emplois par le R P. Paul de Barry, de la Compagnie de Jesus*. Lyon, Philippe Borde, Lavrent Arnaud & Claude Rigaud, 1660.
- Collecção das leys, decretos e alvarás, que comprehende o feliz reinado del Rey fidelíssimo D. Jozé o I, nosso Senhor: Desde o anno de 1750 até o de 1760, e a Pragmatica do Senhor Rey D. João o V do anno de 1749*. Tomo I, Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1771.
- Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Majestade Imperial o Regente do Reino desde que assumiu a Regência até a sua entrada em Lisboa*. 2ª. série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1834.
- COUTO REYS, Manoel Martinz do. *Descrição Geographica, Pulitica e Cronographica do Districto dos Campos Goitacaz* [Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reis, 1785]. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.
- DANEAU, Lambert. *Traité de L'Estat honneste des Chrestien en leur accoustrement*. Génève: J. de Laon, 1580.
- DECRET, Claude. *La vraye veuve, ou l'idée de perfection en l'estat de viduité: avec les éloges des quarante veuves éminentes en sainteté*. Paris: Gaspard Meturas, 1650.
- EIXIMENIS, Francesc, O.F.M. *Carro de las donas: Trata de la vida y muerte del hombre christiano*. Valladolid: Juan de Villaquiran, 1542.
- Erasmus de Rotterdam. *La viuda cristiana*. In: *Obras Escogidas*, Madrid: Aguilar, 1964.
- FONSECA, João. *Alívio de queixosos na morte dos que amarão em vida, e como se hão de consolar, e haverem seu estado, os que enviuvarão*. Lisboa: Manoel Lopes Ferreira, 1689.

GIRARD DE VILLETHIERRY, Jean. *La vie des veuves, ou les devoirs et les obligations des veuves chrétiennes*. Paris: Savoye, 1785.

HANART, P. Jean . *Les belles morts*. Baltazar Bellere: Douay, 1672.

LA LIBORLIÈRE, Louis-François-Marie Bellin de. *Vieux Souvenirs du Poitiers d'avant 1789 suivis de notices spéciales sur la Grande Gueule*. Poitiers: s/e, 1846.

LAVRADIO, Marquês de. *Cartas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro, 1978.

_____. Relações parciais apresentadas ao Marquês do Lavradio. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo 76, parte I, Rio de Janeiro, p. 285-360, 1915.

_____. Relatório do Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luiz de Vasconcellos e Souza que o sucedeu no Vice-Reinado. **Revista Trimensal de Historia e Geographia**. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de L. P. da Costa, tomo 4, n. 16, p. 409-486, jan-1842.

LÓPEZ DE AYALA, Ignacio. *El Sacrosanto y Ecuménico Concilio de Trento*. Barcelona: Imprenta de Ramón Martín Indar, 1847.

MAILLARD, Claude. *Le Bon Mariage ou le moyen d'estre heureux et faire son salut en estat de mariage*. Douai: J. Serrurier, 1643.

Mappa da população, fábricas e escravaturas de que se compõem as diferentes Freguezias da Villa de São Salvador dos Campos Goitacazes no anno de mil setecentos noventa e nove. **Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico**, Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, Tomo LXV, Parte I, p. 293-295, 1902.

MELLO , Francisco Manuel de. *Carta de guia de casados: para que pelo caminho da prudência se acerte com a casa de descanso, a um amigo*. Londres: T. C. Hansard, 1820.

NUNES, Antonio Duarte. *Almanaque da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1792*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 266, p. 159-217, jan-mar 1965.

NUNES, Antonio Duarte. *Almanaque da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o ano de 1794*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 266, p. 218-290, jan-mar 1965.

Officio do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos e Souza, com a copia da relação instructiva e circunstanciada para ser entregue ao seu sucessor. **Revista Trimensal de Historia e Geographia**. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de L. P. da Costa, tomo 4, no. 13, p. 2-42, abril-1842.

PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1820.

_____. Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro, extraída dos livros de Sesmarias e registros do Cartório do Tabelião Antônio Teixeira de Carvalho, De 1565 a 1796. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo 63, parte 1, p. 93-153, 1901.

Regimento que serve de ley que devem observar os Comissarios delegados, do Fizico Mo'r deste Reyno nos Estados do Brazil. Lisboa: Officina de Pedro Ferreira, 1745.

Resumo Total da População que existia no ano de 1779, compreendidas as quatro Freguezias desta Cidade do Rio de Janeiro, até o ultimo de Dezembro do dito anno. Também dos que nascerão e fallecerão no mesmo anno de 1779. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo 21, p. 216-7, 1930.

SAINT AMBROSE. *Saint Ambrose: Selected Works and Letters*. In: SCHAFF, Philip. *Nicene and Post-Nicene Fathers*. Edinburgh: T & T Clark/ Michigan: WM. B. Eerdmans, Series 1, v. X, 1887, p. 391-408.

SAINT AUGUSTIN. *De Bono Viduitatis (Of the Good of Widowhood)*. In: SCHAFF, Philip. *Nicene and Post-Nicene Fathers*. Edinburgh: T & T Clark/ Michigan: WM. B. Eerdmans, Series 1, v. III, 1887, p. 441-454.

_____. *Les Confessions*. Paris: GF Flammarion, 1964.

SAINT JEROME. *Jerome: the principal works of St. Jerome*. In SCHAFF, Philip. *Nicene and Post-Nicene Fathers*. Edinburgh: T & T Clark/ Michigan: WM. B. Eerdmans, Series II, v. VI, 1887.

SALES, François de. *Introduction à la vie devote*. Annecy, s/e, 1893.

SENAULT, François. *La vie de Mme. Catherine de Montholon veuve de Monsieur de Sanzelles Maitre de Requete et fondatrice des Ursulines de Dijon par le P. I. François Senault, Prêtre de l'Oratoire des Jesus*. Paris: Pierre Le Petit, 1653.

SIQUEIRA, D. João de Nossa Senhora da Porta. *Escola de Política ou tratado prático de civilidade portuguesa*. Pernambuco: Typografia de Santos e Companhia, 1845.

The Koran. Disponível em: <http://quod.lib.umich.edu/cgi/k/koran/koran-idx?type=DIV0&byte=114839>. Acesso em: 02 de janeiro de 2015.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1857.

VASCONCELLOS, Luiz de. Memorias Publicas e Economicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. **Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico**, Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C. Tomo XLVII, Parte I, p. 25-51, 1884.

VIDE, Sebastião Monteiro da Vide. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília- DF: Edições do Senado Federal, v. 79, 2007.

VILHENA, Luiz dos Santos. *Pensamentos Políticos sobre a Colônia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987.

_____. *Recopilação de Noticias Soteropolitanas e Brasilicas*. Livro II, III e IV, Bahia, Imprensa Official do Estado, 1921.

VIVES, Juan Luis. *Las viudas*. In: *La formación de la mujer cristiana [De institutione feminae christianae]*. Valência: Ajuntament de València, Libro Tercero, 1994.

Obras de Referência

BEVILAQUA, Clovis. *Direito das Sucessões*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos & Cia., 1932.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, 8 vols.

BRILLON, Pierre Jacques. *Dictionnaire des arrêts ou jurisprudence universelle des parlements de France et autres tribuneaux...*, Paris: s/e, 1727.

DE PLÁCIDO E SILVA. *Vocabulário Jurídico*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense. 1999.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

Michaelis - *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa on-line*. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br>.

SERRÃO, Joel (org.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2002.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Fonte Iconográfica

CLOUET, François. *Catherine de Medicis en veuve*, por volta de 1560, Department of Prints and Photographs, Na 22 Rés., boîte 4, Vellum.

Periódico

O Patriota, jan./fev. 1814, p. 3.

Fonte virtual

Website: Family Search, <https://www.familysearch.org>

Bibliografia

ABREU, Laurinda. A organização e regulação das profissões médicas no Portugal moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados. In: *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2010, p. 97-122

ABREU, Mauricio. *Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro – séculos XVI e XVII*. In: FRIDMAN, F. e ABREU, Mauricio. *Cidades Latino-Americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010, p. 63-89.

ADHYA, Sarmishtha. *Incense on holy altar: a study of widowhood in ancient India*. Kolkata: Progressive Publishers, 2006.

AHMED, Leila. *Women and gender in Islam: historical roots of a modern debate*. New Haven/London: Yale University Press, 1992.

AIZPURU, Pilar Gonzalbo. *Las mujeres en Nueva Espanha: educación y vida cotidiana*. Cidade do México: El Colegio de México, 1987.

ALDEN, Dauril. *Late Colonial Brazil*. In: BETHELL, Leslie (org.). *The Cambridge History of Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, v. 2, 1984, p. 600-660.

_____. *Royal Government in Colonial Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1968.

ALEGRIO, Leila Vilela. *Donas do Café: mulheres fazendeiras no Vale do Paraíba (Rio de Janeiro, século XIX)*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

- ALENCAR, Ana Cecília F. de. *Declaro que sou “Dona”, viúva e cabeça de casal: mulheres administradoras de bens nos sertões do Quixeramobim (1727-1822)*. 2014. Dissertação (Mestrado) - Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.
- ALGRANTI, Leila M. Educação de meninas na América portuguesa: das instituições de reclusão à vida em sociedade (séculos XVIII e início do XIX). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 19, n. 2, p. 282-297, 2014.
- _____. Estatutos do Recolhimento das Órfãs da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 8/9, p. 371-405, 1997.
- _____. *Honradas e devotas: mulheres da colônia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- _____. *O Feitor Ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ALMEIDA, Angela Mendes de. *Os Manuais Portugueses de Casamento dos Séculos XVI e XVII*. **Revista Brasileira de História – Família e Grupos de Convívio**. São Paulo: Marco Zero, v. 9, n. 17, p. 191-207, set. 1988/fev.1989.
- _____. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, Angela Mendes de. *Pensando a Família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p. 53-66.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto: Afrontamento, 1984.
- ANDRADE, Antonio Alberto B. de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva/Edusp, 1978.
- ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. *O Duplo Cativo: Escravidão urbana e o sistema prisional no Rio de Janeiro (1790-1821)*. 2004. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- ARAÚJO, Regina M de. *Donas de bens e de “gentes”: mulheres livres e forras de Vila do Carmo e seu termo, (1713-1750)*. 2008. Dissertação (mestrado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.
- ARIÈS, Philippe. *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. 2^{ème} éd, Paris: Éditions du Seuil, 1975.
- _____. *O homem diante da morte*. Vol. I e II, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- ARROM, Silvia Marina. *The Women of Mexico City*. Stanford: Stanford University Press, 1985.
- ARRUDA. José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

- _____. O sentido da colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830). In: TENGARRINHA, José (org.) *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Porto: Instituto Camões, 2000, p.
- AUBRY, Yves. *Pour une étude du veuvage féminin à l'époque moderne*. **Histoire, économie et société**, Paris, v. 8, n. 8-2, p. 223-236, 1989.
- AUGUSTIN, Jean-Marie. La protection juridique de la veuve sous l'Ancien Régime. In: PELLEGRIN, Nicole et WINN, Colette H. *Veufs, veuves et veuvage dans la France d'Ancien Régime : Actes du colloque de Poitiers, 11-12 juin, 1998*. Paris: Honoré Champion, 2003, p. 25-45.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2001.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BARATA, Carlos E. e GASPAR, Claudia Braga. *A Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas*. Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2015.
- BASLER, Roy. And for His Widow and Orphans. **Quarterly Journal of the Library of Congress**, Washington D. C., v. 27, n. 4, p. 291-294, 1970.
- BASTIDE, David. *La survivance des coutumes dans la jurisprudence du XIXe siècle, 1800-1830. Autour de la femme, de la dot et du douaire normands*. **Annales de Normandie**, Caen, v. 51, n. 3, p. 229-249, 2001.
- BAULANT, Micheline. La famille en miettes: sur un aspect de la démographie du XVII^e siècle. **Annales. Économie, Société, Civilisation**, Paris, v. 27, n. 4-5, p. 959-968, 1972.
- BEAUVALET-BOUTOUYRIE, Scarlett. *Être veuve sous l'Ancien Régime*. Paris: Belin, 2001.
- _____. Jeanne de Chantal: 'l'idée des parfaites veuves'. In: PELLEGRIN, Nicole et WINN, Colette H. *Veufs, veuves et veuvage dans la France d'Ancien Régime: Actes du colloque de Poitiers, 11-12 juin, 1998*. Paris: Honoré Champion, 2003, p. 199-218.
- _____. La femme seule à l'époque moderne: une histoire qui reste à écrire. **Annales de Démographie Historique**, Paris, n. 2, p. 127-141, 2000.
- BEECH, Béatrice H. Madeleine Boursette: femme d'imprimeur et veuve. In: PELLEGRIN, Nicole et WINN, Colette H. *Veufs, veuves et veuvage dans la France d'Ancien Régime : Actes du colloque de Poitiers, 11-12 juin, 1998*. Paris: Honoré Champion, 2003, p. 147-157.
- BETHKE, Robert D. Chester County Widow Wills (1714-1800): A Folklife Source. **Pennsylvania Folk Life**, Collegeville, v. 18, n. 1, p. 16-20, 1968.

- BICALHO, Maria Fernanda. *As câmaras ultramarinas e o governo do Império*. In: FRAGOSO, João, GOUVEA, Maria de Fátima Silva e BICALHO, Maria Fernanda B. (org). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 189-221.
- _____. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BLOM, Ida. The History of Widowhood: a bibliographic overview. **Journal of Family History**, Cambridge, v. 16, n. 2, p. 191-210, April 1991.
- BOXER, Charles. *O culto de Maria e a prática da misoginia*. In: BOXER, Charles. *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica (1415-1815)*, Lisboa: Livros Horizonte, 1977, p. 121-144.
- _____. *O Império marítimo português (1415-1825)*. 3ª ed., Lisboa: Edições 70, 2012.
- BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BURGUIÈRE, A. Réticences théoriques et integration pratiques du remariage dans la France d'Ancien Régime – dix-septième- dix-huitième siècles. In: DUPÂQUIER, J. et al. *Marriage and Remarriage in populations of the past*. London: Academic Press, 1981, p. 41-48.
- BRETTEL, Caroline e METCALF, Alida. Costumes familiares em Portugal e no Brasil: paralelos transatlânticos. **População e Família**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 127-152, 1998.
- BREMMER, Jan N. Pauper or patroness: early Christian church. In: BREMMER, Jan N. and VAN DEN BOSCH, Lourens P. *Between poverty and the pyre: moments in the history of widowhood*. London: Routledge, 1995, p. 31-57.
- BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: o Feminismo e a Questão do “Pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998.
- CABOURDIN, G. Le remariage en France sous l'Ancien Régime (seizième - dix-huitième siècles). In: DUPÂQUIER, J. et al. *Marriage and Remarriage in populations of the past*. London: Academic Press, 1981, p. 273-285.
- CABRAL, Gustavo César Machado. A Lei da Boa Razão e as fontes do direito: investigações sobre as mudanças no direito português no final do Antigo Regime. In: Encontro Nacional do CONPEDI, Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI, Fortaleza, 2010, p. 6114-6126. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/conpedi2/anteriores/XIX+Encontro+Nacional+-+UFC-Fortaleza+\(09%2C+10%2C+11+e+12+de+junho+de+2010\).pdf](https://s3.amazonaws.com/conpedi2/anteriores/XIX+Encontro+Nacional+-+UFC-Fortaleza+(09%2C+10%2C+11+e+12+de+junho+de+2010).pdf). Acesso em: 11 de maio de 2017.

- CABRAL, Iva. A representação das mulheres, casadas e viúvas, da ilha de Santiago nos documentos dos séculos XVI-XVIII.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 3^o. v., 1943.
- CÂNDIDO, Antônio. The Brazilian Family. In: SMITH, Lynn and MARCHAND, Alexander (ed.), *Brazil Portrait of Half a Continent*, Nova York: Dryden Press, 1951, p. 291-311.
- CARDOSO, Lino de Almeida. *O som social: música, poder e sociedade no Brasil: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Edição do autor, 2011, E-book Kindle.
- CARLTON, Charles. The Widow's Tales: Male Myths and Female Reality in 16th and 17th Century England. **Albion**, v. 10, n. 2, p. 118-129, 1978.
- CARRARA, Angelo Alves. Fiscalidade e conjunturas financeiras do Estado do Brasil, 1607-1718. In: CHAVES, Claudia M. das G.; GONÇALVES, Andréa L. e VENÂNCIO, Renato P. (orgs.). *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Trato, 2012, p. 97-119.
- CASHMERE, John. Sisters together: women without men in seventeenth-century French village culture. **Journal of Family History**, Cambridge, v. 21, n. 1, p. 44-62, Jan. 1996.
- CASTAN, Nicole. O público e o particular. In: ARIÈS, Philippe e CHARTIER, Roger (org.), *História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes*. 3^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, V. 3, 1993, p. 413-453.
- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. E-book Kindle.
- CAVAZZANI, André Luiz M. *Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c.1790-1850)*. 2013. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- CHARTIER, Roger. Différences entre les sexes et domination symbolique (note critique). **Annales, Économies, Sociétés, Civilisation**. 48^e année, p. 1005-1010, 1993.
- CHERLIN, Andrew. 1983. A Sense of History: Recent Research on Aging and the Family. In: RILEY, M., HESS B. and BOND, K. (ed.) *Aging in Society: Selected Reviews of Recent Research*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1983, p. 5-24.

- COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1955.
- COATES, Thimoty J. *Exiles and orphans forced and state-sponsored colonizers in the Portuguese Empire, 1550-1720*. 1993. Ph. D. Thesis, Minnesota, University of Minnesota, 1993.
- COHEN, David. *Law, sexuality and society: the enforcement of morals in classical Athens*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- COHEN, Milton. Death Ritual: Anthropological Perspectives. In: PECORINO, Philip A. *Perspectives on Death and Dying*. 5th Edition. 2002, PDF.
- COLLOMP, Alain. Famílias. Habitações e coabitações. In: ARIÈS, Philippe e CHARTIER, Roger (org.). *História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes*. 3^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, v. 3, 1993, p. 501-541.
- CONGER, Vivian Bruce. *The widows' might: widowhood and gender in early British America*. New York / London: New York University Press, 2009.
- CORSINI, C.A. Why is Remarriage a Male Affair? Some Evidence from Tuscan Villages during the Eighteenth Century. In: DUPÂQUIER, J. et al. *Marriage and Remarriage in populations of the past*. London: Academic Press, 1981, p. 385-395.
- COSTA, Dora Isabel Paiva da. *Estratégias de herança nos estratos superiores da elite campineira e a formação da liderança de família na frente pioneira colonial: primeira metade do século XIX*. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s4a2.pdf?origin=publication_detail. Acesso em: 5 de maio de 2015.
- _____. Revisitando a Sucessão Matrilínea: Povoamento colonial, elite agrária e família na primeira metade do século XIX. Campinas, São Paulo. **Estudos de História**, Franca, v. 12, n. 2, 2005, p. 39-64.
- COSTA, Fernando A. Alves da. E Quanto valia, afinal? O problema dos preços nos inventários *post-mortem* do século XIX. **Histórica**, São Paulo, ano 09, n. 60, dez. 2013. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/historica/materia.php?id=1&edição=60>. Acesso em: 27 de abril de 2014.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Nota sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses*. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 28, 1988, p. 111-113.
- _____. e NOZOE, Nelson H. Economia Colonial Brasileira: Classificação das Ocupações Segundo Ramos e Setores. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 1, jan./abr. 1987, p. 68-87.
- COSTA, Luiz Edmundo de Melo Pereira da. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis*. Brasília: Senado Federal, 2000.

- COSTA, Manoela P. da. Glossário de termos têxteis e afins. **Revista da Faculdade de Letras**. Porto, I Série, v. III, p. 137-161, 2004.
- COSTA, Raquel Rumblesperguer Lopes D. da. *Divórcio e anulação do matrimônio em São Paulo colonial*. 1986. Dissertação (Mestrado), Departamento de História, Universidade de São Paulo, 1986.
- CORRÊA, Marisa. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes (org.). *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 13-32.
- DEAL, Laura K. Widows and reputation in the diocese of Chester, England (1560-1650). **Journal of Family History**, Cambridge, v. 23, n. 4, p. 382-392, oct.1998.
- DEL PRIORE, Mary M. *Ao sul do corpo*. 2ª. ed. São Paulo: Ed. da Unesp. 2009.
- _____. Brasil Colonial: um caso de famílias no feminino plural. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 91, p. 69-75, 1994,.
- _____. Mulheres de açúcar: vida cotidiana de senhoras de engenho e trabalhadoras da cana no Rio de Janeiro, entre a Colônia e o Império. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto, a. 169, n. 438, p. 57-90.
- DIAS, Luís Fernando de Carvalho. Luxo e Pragmáticas no pensamento económico do séc. XVIII. **Boletim de Ciências Económicas**, Coimbra, v. IV, n. 2-3, maio-dez 1955, p. 104-130.
- DIAS, Maria Odila L. da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. 2ª. ed, São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____. *Aspectos da ilustração no Brasil*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 278, 1968, p. 105-170.
- _____. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 39-126.
- D'INCAO, Maria Ângela. *Mulher e Família Burguesa*. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 2ª ed.. São Paulo: Contexto, 1997, p. 223-240.
- DOLAN, Claire. L'an de deuil et remariage des veuves: loi et tradition au XVI^e en Provence. In: PELLEGRIN, Nicole et WINN, Colette H. *Veufs, veuves et veuvage dans la France d'Ancien Régime: Actes du colloque de Poitiers, 11-12 juin, 1998*. Paris: Honoré Champion, 2003, p. 47-70.
- DOUMATO, Eleanor A. Hearing other voices: Christian women and the coming of Islam. **International Journal of Middle East Studies**, North Caroline, v. 32, n. 2, May 1991, p. 177-1991.

- DUBLER, Ariela R. In the Shadow of Marriage: Single Women and the Legal Construction of the Family and the State. **The Yale Law Journal**, New Haven, v. 112, p. 1641-1715, 2003.
- DUPÂQUIER, J. et al. *Marriage and Remarriage in populations of the past*. London: Academic Press, 1981.
- ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FABRE, Daniel. Famílias. O privado contra o costume. In: ARIÈS, Philippe e CHARTIER, Roger (org.). *História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, V. 3, 1993, p. 543-579.
- FALCON, Francisco C. *A época pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.
- FARGE, Arlette. Famílias. A honra e o sigilo. In: ARIÈS, Philippe e CHARTIER, Roger (org.), *História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 580-617.
- FARIA, Ana Maria Reis de. *Leste oeste: frentes de expansão em bravo sertão*. 2012. Tese (doutorado) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Edusp/FDE, 1999.
- FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Tomo 86, V. 140, 1921.
- FERLINI, Vera Lúcia A. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FERNANDES, Maria de Lourdes Correia. Viúvas ideais, viúvas reais. Modelos comportamentais e solidão feminina (séculos XVI-XVII). **Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher**, Lisboa, n. 1-2, 1999, p. 51-86.
- FERREIRA, Antônio Gomes. Educação e Regras de convivência e de bom comportamento nos séculos XVIII e XIX. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 13, n. 29, p. 9-28, set/dez 2009.
- FERREIRA, Roquinaldo, *Cross-cultural exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of Slave Trade*. New York: Cambridge University Press, 2012. E-book Kindle.

- _____. *Dinâmica do comércio intracolônial: jeribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)*. In: FRAGOSO, João, GOUVEA, Maria de Fátima Silva e BICALHO, Maria Fernanda B. (org). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 339-378.
- FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto/Editora da Unesp, 1997, p. 141-188.
- _____. e MAGALDI, Ana Maria de M. Quitandas e quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 54, p. 50-61, agosto 1985.
- FILHO, Walter Fraga. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec/ Bahia: Edufba, 1996.
- FINK DE BACKER, Stephanie. *Widowhood in early modern Spain: protectors, proprietors, and patrons*. Leiden: Brill, 2010.
- FISCH, Jörg. Dying for the dead: Sati in universal context. **Journal of World History**, Hawaii, v. 16, n. 3, p. 293-325, Sep. 2005.
- FISCHER, H. E. S. *De Methuen a Pombal: o comércio anglo-português de 1700 a 1770*. Lisboa: Gradiva, 1984.
- FLANDRIN, Jean-Louis. *Familles: Parenté, Maison, Sexualité dans l'ancienne société*. Paris: Éditions du Seuil, 1984.
- FLAHAUT, Jean. L'exercice de la pharmacie par les veuves d'apothicaires du XVe. au XVIIIe. siècle. Première partie: aspects réglementaires. **Révue d'histoire de la Pharmacie**, Paris, v. 90, n. 335, p. 367-378, 2002.
- FLORENTINO, Manolo G. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- FONSECA, Teresa. A mulher na economia do Antigo Regime: Évora, 1750 – 1820. **Faces de Eva: Estudos sobre a mulher**. Lisboa, nº 5, p. 95-116, 2001.
- FOYSTER, Elizabeth. Marrying the experienced widow in early modern England: the male perspective. In: CAVALLO, Sandra e WARNER, Lyndan. *Widowhood in medieval and early modern Europe*. Harlow: Longman, 1999, p. 108-124.
- FRAGOSO, João. *A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820*. In: FRAGOSO, João, GOUVEA, Maria de Fátima Silva e BICALHO, Maria Fernanda B. (org). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319-338.

- _____. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João, GOUVEA, Maria de Fátima Silva e BICALHO, Maria Fernanda B. (org). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 29-71.
- _____. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 45-122, jan.-dez. 2000.
- _____. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 41-70, dez. 2002.
- _____. E as plantations viraram fumaça: nobreza principal da terra, Antigo Regime e escravidão mercantil. **História**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 58-107, jul./dez. 2015.
- _____. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- _____. e GOUVEA, Maria de Fátima Silva. *Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII*. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 27, 2009.
- _____. GOUVEA, Maria de Fátima Silva e BICALHO, Maria Fernanda B. *Uma leitura do Brasil Colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império*. **Penélope**, Rio de Janeiro, n. 23, 2000, p. 67-88.
- _____. e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840)*, Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- _____. e GOUVEA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial, 1720-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2014.
- FRANCO, Renato. *Pobreza e caridade leiga: as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa*. 2011. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- FRANCO, Stella Maris Scatena. Gênero em debate: problemas metodológicos e perspectivas historiográficas. In: VILLAÇA, Mariana e PRADO, Maria Ligia Coelho. *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015, PDF, p. 36-51.
- FREITAS, D. T. L. e SILVA, J. F. da. Donas, viúvas e pobres: uma contribuição para os estudos das mulheres coloniais no extremo sul (freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, 1772-1822) In: COSTA, H.; HAMEISTER, M. D. e MARQUES, R. dos S. (org.). *Tecendo as suas vidas: as mulheres na América portuguesa*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017, p. 95-122.

- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 17 ed. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1975.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- GAGÉ, Jean. *Matronalia: essai sur les dévotions et les organisations cultuelles des femmes dans l'ancienne Rome*. Bruxelas: Latomus, 1963.
- GARDNER, J. F. *Women in Roman Law*. London: Croom Helm, 1986.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000.
- GOLDEN, Mark. Demography and the exposure of girls at Athens. **The Phoenix**, Toronto, n. 35, p. 316-31, 1981.
- GOUVEA, Maria de Fátima S. *Poder político e administração na formação do complexo atlântico português*. In FRAGOSO, João, GOUVEA, Maria de Fátima Silva e BICALHO, Maria Fernanda B. (org). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 285-315.
- GRUBBS, Judith E. *Women and the law in the Roman Empire: a sourcebook on marriage, divorce and widowhood*. London: Routledge, 2002.
- GUIMARÃES, Elina. A mulher portuguesa na legislação civil. **Análise Social**, Lisboa/ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Terceira Série, v. XXII, n. 92/93, p. 557-577, 1986.
- HAASE-DUBOSC, Danielle et VIENNOT, Eliane. *Femmes et pouvoirs sous L'Ancien Régime*. Paris/ Marseille: Rivages, 1991.
- HAVIK, Philip J. *A dinâmica das relações de gênero e parentesco num contexto comercial: um balanço comparativo da produção histórica sobre a região da Guiné-Bissau séculos XVII e XIX*. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 27, p. 79-120, 2002.
- HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João, GOUVEA, Maria de Fátima Silva e BICALHO, Maria Fernanda B. (org). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 163-188.
- _____. *História das Instituições: Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982.
- _____. *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- _____. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, 6ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- HOORNAERT, Eduardo (org.). *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HUFTON, Olwen. Women without men: widows and spinsters in Britain and France in the Eighteenth Century. In: BREMMER, Jan N. and VAN DEN BOSCH, Lourens P. *Between poverty and the pyre: moments in the history of widowhood*. London: Routledge, 1995, p. 122-151.
- HUZAYYIN, S. A. *Marriage and remarriage in Islam*. In: DUPÂQUIER, J. et al. *Marriage and Remarriage in Populations of the Past*. London/New York: Academic Press Inc., 1981, p. 95-109.
- JANSEN, Willy. Widows in Islam. In: BREMMER, Jan N. and VAN DEN BOSCH, Lourens P. *Between poverty and the pyre: moments in the history of widowhood*. London: Routledge, 1995, p. 204-229.
- JESUS, Carmen Lucia Santos de. Adultério e divórcio feminino: mulheres de natureza “ardilosa e temerária” na Bahia setecentista. In: V Encontro Internacional de História Colonial, 2014, Maceió. Anais, Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2014, p. 311-321.
- JOHNSON JR., Harold B. *A preliminar inquiry into Money, prices, and wages in Rio de Janeiro, 1763-1823*. In: ALDEN, Dauril (ed.). *Colonial roots of modern Brazil: papers of the Newberry Library Conference*. Berkeley: University of California Press, 1973.
- JORDAN, Jean P. “Women Merchants in Colonial New York”. **New York History**, New York, v. 58, n. 4, p. 412-439, Oct. 1977.
- KANTOR, Íris. Os Ramires de outras eras em outros espaços: breves comentários sobre as formas de apropriação do ethos nobiliárquico na América portuguesa... **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 2, p. 35-41, nov. 2002.
- KERTZER, D. I. and P. LASLETT (eds.). *Aging in the past: demography, society and old age*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- KEYSSAR, Alexander. Widowhood in 18th Century Massachusetts: A Problem in the History of the Family. **Perspectives in American History**, Cambridge, v. 8, p. 83-119, 1974.
- KLAPISCH-ZUBER, Christiane. La “mère cruelle”. Maternité, veuvage et dot dans la Florence de XIVe-XVe siècles. **Annales. Économie, Sociétés, Civilisations**, Paris, 38^e année, n. 5, p. 1097-1109, 1983.
- KINGDON, Robert M. *Adultery and Divorce in Calvin's Geneva*, Cambridge/London: Harvard University Press, 1995.

- KUEFLER, Mathew. The marriage revolution in late Antiquity: the Theodosian Code and later Roman marriage law. **Journal of Family History**, Cambridge, v. 32, n. 4, p. 343-370, Oct. 2007.
- KUZNESOF, Elizabeth A. Household composition and headship as related to changes in mode of production: São Paulo 1765 to 1836. **Comparative Studies in Society and History**, Ann Arbor, v. 22, n. 1, p. 78-108, jan. 1980.
- _____. Household, Family and Community Studies 1976-1986: a Bibliographic Essay. **Latin American Population History Newsletter**, Minnesota, n. 14, p. 9-20, Fall 1988.
- _____. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social, São Paulo, 1700-1980. **Revista Brasileira de História — Famílias e grupos de convívio**, São Paulo, p. 37-64, ago.88/fev.89..
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- _____. Os engenhos de açúcar nos recôncavos do Rio de Janeiro em fins do século XVII. **Brasil Açucareiro**, Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, Dezembro 1942, p. 58-63.
- LANZA, Janine M. Les veuves d'artisans dans le Paris du XVIII^e siècle. In: PELLEGRIN, Nicole et WINN, Colette H. *Veufs, veuves et veuvage dans la France d'Ancien Régime : Actes du colloque de Poitiers, 11-12 juin, 1998*. Paris: Honoré Champion, 2003, p. 109-120.
- LAPA, José Roberto do Amaral Lapa. *Os excluídos: contribuição à História da Pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.
- LARA, Silvia Hunold. *A legislação sobre escravos na América Portuguesa*. 2000. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/legislacao-sobre-escravos-africanos-na-america-portuguesa.html>. Acesso em: 19 maio 2017.
- LASCH, Christopher. *Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- LASLETT, Peter. *Introduction: The history of the family*. In: LASLETT, Peter (ed.). *Household and Family in Past Time*. London: Cambridge University Press, 1972, p. 1-46.
- LEBRUN, François. *A vida conjugal no Antigo Regime*. Lisboa: Edições Rolim, s/d.
- LEITE, M. M. (org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro: século XIX – Antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Hucitec/ Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.
- LEWKOWICZ, Ida. As mulheres mineiras e o casamento: estratégias individuais e familiares nos séculos XVIII e XIX. **História**, São Paulo, v. 12, p. 13-28, 1993.

- _____ e GUTIÉRREZ, Horacio. Mulheres sós em Minas gerais: viuvez e sobrevivência nos séculos XVIII e XIX. In: SILVA, Gilvan V. da, NADER, Maria B. e FRANCO, Sebastião P. *História, Mulher e Poder*. Vitória: Edufes, 2006.
- _____. As viúvas em Minas Gerais nos século XVIII e XIX. **Estudos de História**, Franca, v. 4, n. 1, p. 129-146, 1997.
- LIGHTMAN, Majorie and ZEISEL, William. Univira: an example of continuity and change in Roman society. **Church History**, Minneapolis, v. 46, n. 1, mar. 1977, p. 19-32.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. *Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII)*. Disponível em http://www.historia.uff.br/artigos_livres/artg2-6.pdf acessado em Setembro de 2011.
- LOBO, Eulalia Maria L. *História do Rio de Janeiro: do Capital comercial ao capital Industrial e Financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- LOCKHART, James and SCHWARTZ, Stuart B. *Early Latin America: a History of Colonial Spanish, America and Brazil*. 11ª edição, New York: Cambridge University Press, 1999.
- LOPES, Cristiane F. *Quod Deus Conjuxit Homo Non Separet: Um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de Divórcio e Desquite no Tribunal de Justiça de Campinas (1890-1934)*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Econômicas, Universidade de São Paulo, 2002.
- LUNA, Francisco Vidal da. *Minas Gerais, escravos e senhores: análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. 1980. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.
- _____ e KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista em São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005.
- MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1980.
- MAILLARD, Brigitte. Les veuves dans la société rurale au XVIII^e siècle. **Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest**, Rennes, t. 106, n. 1, p. 211-230, 1999.
- MARCELO, Cristiane Maria. *Os Embates de um Juiz de Fora: Balthazar da Silva Lisboa na Capitania do Rio de Janeiro (1787-1796)*. Dissertação (Mestrado), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2010.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara, terra e população*. São Paulo: Edusp, 2006.

- _____. *La Ville de São Paulo: Peuplemente et Population (1750-1850)*. Rouen: Université de Rouen, 1972.
- _____. Mariage et remariage dans le Brésil traditionnel: Lois, intensité, calendrier. In: DUPÂQUIER, J. et al. *Marriage and Remarriage in populations of the past*. London: Academic Press, 1981, p. 363-373.
- MARCONDES, Renato L. *A arte de acumular na economia cafeeira (Vale do Paraíba, século XIX)*. Lorena: Stiliano, 1998.
- _____ e MOTTA, José Flávio. Duas fontes documentais para o estudo dos preços dos escravos no Vale do Paraíba paulista. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 495-513, dez. 2001.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Do espetáculo da Natureza à natureza do espetáculo: boticários no Brasil setecentista*. 1998. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1998.
- MARQUESE, Rafael de B. Estados Unidos, Segunda Escravidão e a Economia Cafeeira no Império do Brasil. **Almanack**, Guarulhos, n. 5, p. 51-60, 1º sem. 2013.
- _____ e PARRON, Tamis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 97-117, jul.-dez. 2011.
- MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle (org.), *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. 5ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, V. 4, 1993, p. 193-261.
- MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n. 2, p. 333-357, maio-agosto/2008.
- MATTOS, Hebe M. *A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica*. In: FRAGOSO, João, GOUVEA, Maria de Fátima Silva e BICALHO, Maria Fernanda B. (org). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 141-162.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. *To be a slave in Brazil: 1550-1888*. 7ª ed. New Jersey: Rutgers University Press, 2004.
- MAXWELL, Kenneth. *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal (1750-1808)*. London: Cambridge University Press, 1973.
- McCAA, Robert. Calidad, Clase, and Marriage in Colonial Mexico: The case of Parral, 1788-90. **Hispanic American Historical Review**, Durham, v. 64, n. 3, p. 477-501, 1984.

- _____. *La Viuda viva del México borbónico: sus voces, variedades, y vejaciones*. In: GONZALBO, P. (ed.). *Familias Novohispanas: siglos XVI-XIX. Seminario de Historia de la Familia [celebrado en el] Centro de Estudios Históricos [en México DF en 1989]*. El Centro: Colegio de México, 1991, p. 299-324.
- McGINN, Thomas A. J. *Widows and patriarchy: ancient and modern*. London: Duckworth, 2008.
- McNAMARA, Jo Ann. Wives and Widows in Early Christian Thought. **International Journal of Women's Studies**, v. 2, p. 575-592, 1979.
- MEDINA Manuel Ramos. *Viudas en la historia*. México: Centro de Estudios de Historia de México, 2002.
- MELO. Hildete Pereira e MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *A partilha da riqueza na ordem patriarcal*. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 155-179, 2001.
- MELLO, Isabele de Matos Pereira de. *Magistrados a Serviço do Rei: a administração da justiça e os ouvidores gerais na comarca do Rio de Janeiro (1710-1790)*. 2013. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- MELLO, João Manoel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MENEZES, Rachel A. e GOMES, Edlaine de C. “Seu funeral, sua escolha”: rituais fúnebres na contemporaneidade. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 54, no. 1, , p. 89-131, 2011.
- MENSKI, Werner. Sati: a review article. **Bulletin of the School of Oriental and African Studies**, London, v. 61, n. 1, p. 74-81, 1998.
- METCALF, Alida C. *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba (1580-1822)*. Berkeley: University of California, 1992.
- MOLLAT, Michel. *Les Pauvres au Moyen Âge*. Bruxelles: Éd. Complexes, 2006.
- MONTEIRO. Nuno Gonçalo F. *Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII*. In: FRAGOSO, João, GOUVEA, Maria de Fátima Silva e BICALHO, Maria Fernanda B. (org). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 249-283.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O teatro da colonização: a cidade do Rio de Janeiro no tempo do conde de Bobadella (1733-1763)*. 1993. Dissertação (Mestrado),

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MORENO, Breno Aparecido Servidone. *Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MOTTA, José Flávio. A família escrava e a penetração do café em Bananal, 1801-1829. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 5, n.1, jan./jun. 1988, p. 87.

_____. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e famílias escravas em Bananal (1801-1829)*. São Paulo/FAPESP: Anablume, 1999.

_____. ; NOZOE, Nelson & COSTA, Iraci del Nero da., Às vésperas da abolição um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão (RJ)1870. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 34, n.1, p. 157-213, 2004.

MOTTA, J. F. & VALENTIN, A. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP). **Afro-Ásia**, Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais, n. 27, p. 161-192, 2002.

MURPHY, Gwénaél. Le deuil et le voile. In: PELLEGRIN, Nicole et WINN, Colette H. *Veufs, veuves et veuvage dans la France d'Ancien Régime : Actes du colloque de Poitiers, 11-12 juin, 1998*. Paris: Honoré Champion, 2003, p. 299-323.

NAZZARI, Muriel. A viúva como obstáculo aos Negócios: objeções britânicas às leis brasileiras sobre casamento e herança. **População e Família**, São Paulo, n. 3, p. 11-39, 2000.

_____. *O Desaparecimento do Dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial. (1777-1808)*. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

NOVAIS, Idelma A. Ferreira. *A Mesa de Inspeção do Açúcar e do Tabaco da Bahia, 1751-1808*. 2016. Tese (Doutorado), Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

O'DAY, Rosemary. *Women's agency in early modern Britain and the American colonies: patriarchy, partnership and patronage*. Harlow: England, 2007.

OLIVEIRA, Rozely Menezes Vigas, O convento de Santa Mônica e a educação feminina na Goa dos seiscentos. In: XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas, 2014, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400550484_ARQUIVO_Apresentacao-ANPUH2014.pdf>. Acesso em: 27 de janeiro de 2017.

- OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- PAIVA, Eduardo França. Escravo e mestiço: do que estamos falando? In: PAIVA, Eduardo F.; CHAVES, Manuel F. Fernández; GARCÍA, Rafael M. Pérez (orgs.). *De que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos – escravidão e mestiçagem*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, p. 57- 81.
- PARKER, Geoffrey. *Global crisis: war, climate, change and catastrophe in the seventeenth century*. New Haven and London: Yale University Press, 2013.
- PATTERSON, C. B. *The family in Greek History*. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1998.
- PEARSON, Mike Parker. *The Archaeology of Death and Burial*. Texas: Texas A & M University Press, 1999.
- PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.
- PELLEGRIN, Nicole. Le sexe du crêpe. In: PELLEGRIN, Nicole et WINN, Colette H. *Veufs, veuves et veuvage dans la France d'Ancien Régime: Actes du colloque de Poitiers, 11-12 juin, 1998*. Paris: Honoré Champion, 2003, p. 219-245.
- _____ et WINN, Colette H. *Veufs, veuves et veuvage dans la France d'Ancien Régime: Actes du colloque de Poitiers, 11-12 juin, 1998*. Paris: Honoré Champion, 2003.
- PERKIN, Joan. *Women and Marriage in Nineteenth century England*, Chicago: Lyceum, 1989.
- PERROT, Michelle. À margem: solteiros e solitários. In: PERROT, Michelle (org.), *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, V. 4, 1995, p. 287-305.
- _____. Dramas e conflitos familiares. In: PERROT, Michelle (org.), *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, V. 4, 1995, p. 263-285.
- _____. Mulheres. In: PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 167-234.
- _____. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle (org.), *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, V. 4, 1995, p. 121- 185.

- PHILLIPS, Roderick. *Putting asunder: a History of Divorce in Western society*. New York: Cambridge University Press, 1988.
- PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila M. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002, p. 7-42.
- PITCHON, Miriam. Widows' Wills for Philadelphia Country, 1750-1784: A Study of Pennsylvania German Folklife. **Pennsylvania Folklife**, Collegeville, v. 26, n. 2, p. 19-26, 1976.
- POMEROY, Sarah B. *Families in classical and Hellenistic Greece: representations and realities*. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- POUMARÈDE, Jacques. Le droit des veuves sous l'Ancien Régime (XVII^e - XVIII^e siècles) ou comment gagner son douaire. In: HAASE-DUBOSC, Danielle et VIENNOT, Eliane. *Femmes et pouvoirs sous L'Ancien Régime*. Paris/ Marseille: Rivages, 1991, p. 64-76.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. 23^a ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- RAMOS, Donald. Casamento e família no mundo ibero-americano: imposição e reação. **População e Família**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 227-253, 1998.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (sécs. XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.
- RIBEIRO, Arilda I. M. *Vestígios da educação feminina no século XVIII em Portugal*. São Paulo: Arte e Ciência Ed., 2002.
- RIBEIRO, Maria Luisa S. *História da educação brasileira*. 8a. ed., São Paulo: Cortez, 1987.
- RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial: Brasil c. 1530-c. 1630*. São Paulo: Alameda, 2009.
- RODRIGUES, Claudia. Intervindo sobre a morte para melhor regular a vida: significados da legislação testamentária no governo pombalino. In: FALCON, Francisco e RODRIGUES, Claudia (org.). *A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 307-345.
- RODRIGUES, F. Contreiras. *Traços da Economia Social e Política do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935.

- ROEBUCK, Janet. Grandma as Revolutionary: Elderly Women and Some Modern Patterns of Social Change. **International Journal of Aging and Human Development**, Morgantown, v. 17, n. 4, p. 249-266, 1983.
- ROSSATO, Jupiracy Affonso Rego. *Os negociantes de Grosso Trato e a Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro: estabelecendo trajetórias de poder (1808-1830)*. 2007. Tese (Doutorado) - Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- RUSSELL-WOOD. A. J. R. *A base moral e ética do governo local no Atlântico luso-brasileiro durante o Antigo Regime*. In: CHAVES, Claudia M. das G.; Gonçalves, Andréa L. E VENÂNCIO, Renato P. (orgs.). *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte, Ed. Fino Trato, 2012, p. 13-44.
- _____. *Fidalgos and Philanthropists: The Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1968.
- _____. *Women and society in Colonial Brazil*. **Journal of Latin American Studies**, London, v. 9, n. 1, p. 1-34, May 1977.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- SALLARES, Robert. *The ecology of the ancient Greek world*. Ithaca/NY: Cornell University Press, 1991.
- SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Legislação Brasileira (séculos XVII –XX)*. Departamento de História- FFLCH/USP, Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina, São Paulo, 2000.
- _____. Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. **História**, São Paulo, v. 12, p. 49-61, 1993.
- _____. *As Mulheres, o Poder e a Família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- SAMARA, Eni de Mesquita e COSTA, Dora Isabel Paiva da. *Family, Patriarchalism and Social Change in Brazil*. **Latin American Research Review**, Pittsburg, v. 32, n. 1, 1997, p. 212-225.
- SAMARA, Eni de Mesquita, SOIHET, Raquel, MATOS, Maria Izilda S. de. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997.

- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII*. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial, 1720-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2014, p. 307-338.
- _____. A economia do império português no período pombalino. In: FALCON, F. C. e RODRIGUES, C. (org.). *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 31-58.
- _____. A família Almeida Jordão na formação da comunidade mercantil carioca (c.1690- c.1750). Disponível em: <http://raceadm3.nuca.ie.ufrj.br/buscarace/docs/acjsampaio2.pdf>. Acesso em: 28 de janeiro de 2017.
- _____. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- _____. *Na urbe, todo o Império: a atuação dos negociantes cariocas na conformação do espaço urbano no Setecentos*. In: CHAVES, Claudia M. das G.; Gonçalves, Andréa L. E VENÂNCIO, Renato P. (orgs.). *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Ed. Fino Trato, 2012, p. 121-140.
- SANTINELLI, Emmanuelle. *Des femmes éplorées : les veuves dans la société aristocratique du haut Moyen Age*. Villeneuve-d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2003.
- SANTOS, Candido A. Dias dos. *Os Jerônimos em Portugal: das origens aos fins do século XVII*. 1977. Tese (Doutorado) - Faculdade de Letras, Porto, Universidade do Porto, 1977.
- SANTOS, Raphael Freitas. “Devo que pagarei”: sociedade, mercado e práticas creditícias na Comarca do Rio das Velhas – 1713-1773. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul/dez. 1990.
- _____. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012.
- _____. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.
- SCHAEFFER, Regina P. G. Espíndola e GEIGER, Pedro Pinchas. Nota sobre a evolução econômica da Baixada Fluminense. **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro de 1951**, Rio de Janeiro, IBGE, n. 4, p. 93-102, 1952.
- SCHAPS, David. M. What was free about a free Athenian woman? **Transactions of the American Philological Association**, Baltimore, v. 128, , p. 161-188, 1998.

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução. In: ROQUETTE, J.I. *Código do Bom-Tom: ou Regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. Free labor in a Slave Economy: the lavradores de cana of Colonial Bahia. In: ALDEN, Dauril (ed.). *Colonial roots of modern Brazil: papers of the Newberry Library Conference*. Berkeley: University of California Press, 1973.
- _____. Patterns of Slaveholding in the Americas: New Evidence from Brazil. **The American Historical Review**, Indiana, v. 87, n. 87, p. 55-86, April 1982.
- _____. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835*. New York: Cambridge University Press, 1985.
- SCHAPS, David. M. What was free about a free Athenian woman? **Transactions of the American Philological Association**, Baltimore, v. 128, 1998, p. 161-188.
- SEGALEN, Martine. Mentalité populaire et remariage en Europe occidentale. In: DUPÂQUIER, J. et al. *Marriage and Remarriage in populations of the past*. London: Academic Press, 1981, p.
- SERRANO, Eduardo. Évolution et histoire de la pharmacie au Portugal. **Révue d'Histoire de la Pharmacie**, Paris, 84^e année, n. 312, Actes du XXXI^e Congrès International d'Histoire de la Pharmacie (Paris, 25-29 septembre 1995) p. 227-233, 1996.
- SHARMAN, Arvind. Suttee: A Study in Western Reactions. **Journal of Indian History**, Trivandrum, v. 54, p. 589-612, 1976.
- SHORTER, Edward. *Naissance de la Famille Moderne*. Paris: Éditions du Seuil, 1981.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1690-1790)*. 1990. Doutorado (Tese) - Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 1990.
- SILVA, Francisco Ribeiro da. *Venalidade e hereditariedade dos Ofícios Públicos em Portugal nos séculos XVI e XVII. Alguns aspectos*. **Revista de História**, 1988. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6450.pdf>. Acessado em 8 de setembro de 2014.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura Letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. São Paulo: Unesp, 2013.
- _____. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Unesp, 2005.

- _____. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SOARES, Marisa de Carvalho. *Devotos da Cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- SOARES, Ubirathan Rogério. *Os processos de divórcio perpétuo nos séculos XVIII e XIX: entre o sistema de aliança e o regime da sexualidade*. 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, 2006.
- SOCOLOW, Susan M. *The women of colonial Latin America*. 7th ed. New York: Cambridge University Press, 2006.
- SOUSA e SAMPAIO, Francisco Coelho de. *Preleções do direito pátrio, público e particular*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1793-1805.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. *Opulência e miséria das Minas Gerais*. 6ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- STEAMS, P. Old Women: Some Historical Observations. **Journal of Family History**, Cambridge, v. 5, n. 1, p. 44-57, Spring 1980.
- STERN, Steve J. *The Secret History of Gender: women, men and power in late colonial Mexico*. Chapel Hill: University of North Caroline Press, 1995.
- STONE, Lawrence. *Road to Divorce: England 1535-1987*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- STUMPF, Roberta G. *Os provimentos de ofícios: a questão da propriedade no Antigo Regime português*. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 612-634, jul./dez. 2014.
- TAYLOR, Lou. *Mourning dress: a costume and social history*. London: Routledge, 1983.
- TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O Outro Lado da Família Brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Lisboa: Fragmentos, 1989.
- TODD, Barbara H. *Widowhood in a market town: Abingdon, 1540-1720*. 1983. Thesis (PhD), Faculty of Modern History, University of Oxford, Oxford, 1983.

- TOMICH, Dale. The “Second Slavery”. In: _____. *Through the prism of Slavery: labor, capital, and World economy*. Maryland: Lanham Rowman & Littlefield, 2004, p. 56-71.
- UNESCO. Alfabétisation et alphabétisme, quelques définitions. In: *Rapport mondial de suivi sur l’éducation pour tous*. UNESCO, 2006.
- VALENTIN, A.; MOTTA, J. F. e COSTA, I. del Nero da. Distribuição e concentração da riqueza com base em inventários post-mortem na presença de casos de riqueza líquida negativa. **História**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 139-162, p. 139-162, jul./dez. 2013.
- VAN DEN BOSCH, Lourens P. The ultimate journey: Satî and widowhood in India. In: BREMMER, Jan N. and VAN DEN BOSCH, Lourens P. *Between poverty and the pyre: moments in the history of widowhood*. London: Routledge, 1995, p. 171-203.
- VAN DER TOORN, Karel. The widow in Ancient Israel. In: BREMMER, Jan N. and VAN DEN BOSCH, Lourens P. *Between poverty and the pyre: moments in the history of widowhood*. London: Routledge, 1995, p. 19-30.
- VAN POPPEL, Frans. Widows, Widowers and Remarriage in Nineteenth-Century Netherlands. **Population Studies**, London, v. 49, 1995, p. 421-441.
- VARGAS, Guiomar Dueñas. *Los Hijos del Pecado: ilegitimidad y vida familiar em la Santafé de Bogotá colonial*. Bogotá: Editorial Universidad Nacional, 1997.
- VÁRZEA, Affonso. *Engenhos dentre Guanabara e Sepetiba*. **Brasil Açucareiro**, Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, p. 67-70, Fevereiro 1945.
- VELOSO, Carlos. *Papéis femininos na formação do Brasil*. **:de Eva: estudos sobre a mulher**, Lisboa, n. 3, p. 11-33, 2000.
- VEIGA, Cristiane F. L. Gênero e poder na capital do vice-reinado: mulheres e viúvas proprietárias segundo a Relação do Marquês de Lavradio. In: V Encontro Internacional de História Colonial, 2014, Maceió. Anais, Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2014, p. 311-321.
- VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo, Monteiro Lobato, 1920.
- VILHENA. Luís dos Santos. *Pensamentos Políticos sobre a Colônia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987.
- VILLALTA, L. C.; MORAIS, C.C.; MARTINS, J. P. As reformas pombalinas e a instrução (1759-1777). In: FALCON, F. C. e RODRIGUES, C. (org.). *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

- WALCH, Agnès. Le choix du conjoint idéal dans les manuels catholiques de vie conjugale en France à l'époque moderne. **Annales de Démographie Historique**, Paris, v. 1998, n. 1, p. 7-24, 1998.
- WALKER, Katharina A. *Seventeenth century Northern noble widows: a comparative study*. 2004. Ph. D. Thesis, University of Huddersfield, Huddersfield, 2004.
- WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. Racionalismo Ilustrado e Prática Jurídica Colonial - o Direito das sucessões no Brasil (1750-1808). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 401, p. 1607-1623, out./dez. 1998.
- _____. Sem embargo da ordenação em contrário: a adaptação da norma portuguesa à circunstância colonial. In: CHAVES, Claudia M. das G.; Gonçalves, Andréa L. E VENÂNCIO, Renato P. (orgs.). *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Ed. Fino Trato, 2012, p. 45-60.
- _____. *Direito e Justiça no Brasil Colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- WEINBERGER-THOMAS, Catherine. *Cendres d'immortalité: la cremation des veuves en Inde*. **Archives de sciences sociales des religions**, Paris, n. 67/1, p. 9-51, 1989.
- WILSON, Lisa. *Life after death: widows in Pennsylvania (1750-1850)*. Philadelphia: Temple University Press, 1992.
- WOLLSTONECRAFT, Mary. *Défense des droits de la femme*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 1976.
- WOOD, Kirsten E. *Masterful women: slaveholding widows from the American Revolution through the Civil War*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004.
- ZANATTA, Aline Antunes. *Justiça e representações femininas: o divórcio entre a elite paulista (1765-1822)*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

Anexos

Anexo 1: Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1758-1760)

Anexo 2 - Freguesias no Rio de Janeiro no último quartel do século XVIII

Freguesias	Capela Curada (ano)	Capela Colada (ano)	Freguesia (ano)	Pop. total	Escravos	Fogos (n°)	Engenhos (n°)	Engenhocas (n°)	Imandades (n°)
São Tiago orago de Inhaúma	1684	1743	1743	1.846	1060	188	5	-	2
N.Sra. Loreto orago de Jacarepaguá	1658? 1660?	1664	1661	3.869	1839	224	8	-	5
N.Sra. Apresentação orago de Itajá	1613	1646	1646	3.496	2240	274	12	2	7
S. João Batista orago de Meriti	antes de 1645	1646	1646	1.616	978	175	11	-	3
N.Sra. Desterro orago de Campo Grande	1673	1755	1673	3.629	2165	314	14	-	2
S. Salvador do Mundo orago de Guaratiba	1676	1755	1755	2.961	1727	341	6	-	4
N.Sra. Guia orago de Mangaratiba	1620	-	1764	874	444	70	-	-	-
N.Sra. Remédios orago da vila de Parati	1654*	1725	1667*	6.150	2134	945	5	97	5
N.Sra. Conceição orago da vila de Angra	1608	1636	1633	8.770	3436	1.377	16	mais de 85	4
S. J. Marcos orago de João Marcos	1739	1755	1742	1.894	696	258	4	4	1
N.Sra. Conceição orago do Campo Alegre	1729	1742	1742	2.500	409	200	8	7	2
S. Francisco Xavier orago aldeia de Itaguaí**	1615	-	1759	580	67	118	1	-	-
N.Sra. Conceição orago de Marapicu	1728	1755	1759	1.821	919	166	4	-	2
Sto. Antônio orago de Jacutinga	1612?	1755	1657	3.540	2138	343	10	1	4
N.Sra. Pilar orago do Iguaçu	1612	1696	1696	3.895	1219	555	1	1	4
N.Sra. Piedade orago do Iguaçu	1699	1755	1719? 1746?	9.182	1868	320	2	4	4
N.Sra. Conceição orago do Alferes	1726	1755	1739? 1755 ?	1.229	727	118	1	11	-
Sacra Família orago do Caminho Tinguá	1715	1755	1750? 1755?	757	226	104	2	4	-
N.Sra. Conceição orago da Paraíba do Caminho de Minas	1734	1756	1756	572	160	68	-	-	-
N.Sra. Piedade orago de Inhomirim	1677	1698	1696	5.007	2179	471	3	10	4
N.Sra. Ajuda orago da Ilha do Governador	1710	1755	1730?	919	481	116	1	-	2
N.Sra. Guia orago de Pacobaíba	1647	1755	1727	1.689	842	217	-	-	6
São Nicolau orago de Suruí	1628	1755	1647	1.962	946	252	-	-	1
N.Sra. Piedade orago da vila de Magé	1647	1687	1696	4.630	2138	687	3	-	6
N.Sra. Ajuda orago de Guapimirim	1674	1755	1755	1.936	970	356	4	-	4
Sto. Antônio de Sa orago da vila de Santo Antônio	1612	1646	1646	4.553	2430	782	11	-	7
Santíssima Trindade orago Santíssima Trindade	1675	1755	1737? 1744?	3.790	2010	470	5	-	5
N.Sra. Desterro orago de Itambi	1674	1755	1733	1.498	663	165	5	-	5
N.Sra. Conceição orago do Rio Bonito	1755	-	1768	1.954	948	301	11	-	1
São Barnabé orago da aldeia dos Índios	1705	-	1759	332	143	99	-	-	-
S. J. Batista orago de Itaboraí	1679	1696	1684	10.930	3227	997	32	-	5
São Gonçalo orago de São Gonçalo	1629	1646	1646	6.378	3821	789	24	5	8
São Lourenço orago da aldeia dos índios	1627	-	1758	165	12	45	-	-	-
S. J. Batista orago do distrito de Icarai	1660	-	1696	3.231	1480	503	3	1	4

fontes: Livro de Visitas Pastorais (ACMRJ); Pizarro Araújo (1945); Melgaço (1884).

* <http://www.governo.it.gov.br/historia04.asp> em 17/9/2007

** sem incluir a fazenda de Santa Cruz

Fonte: FRIDMAN, Fania. *Freguesias do Rio de Janeiro ao final do século XVIII*. In: Mneme – Revista de Humanidades, Anais do II Encontro Internacional de História Colonial, 2008. Caicó (RN): UFRN, v. 9, n. 24, Set/out. 2008. Disponível em www.cerescaio.ufrn.br/mneme/anaais. Acesso em 15 de maio de 2015